

Paula Cristina Cardoso Ferreira

A Rua Direita, em Viseu: importância histórica, património e memória desta artéria.
Da degradação à recuperação urbana.



Paula Cristina Cardoso Ferreira

A Rua Direita, em Viseu: importância
histórica, património e memória desta artéria.
Da degradação à recuperação urbana.

Dissertação de Mestrado em Estudos do Património
sob a orientação da
Professora Doutora Maria Isabel da Conceição João

Universidade Aberta
Lisboa
2010

Agradecimentos

Um profundo agradecimento à minha professora, Maria Isabel da Conceição João e a todos os que de alguma forma se disponibilizaram a participar e a fornecer elementos importantes para o desenvolvimento deste estudo.

À minha família, Joaquim Rodrigues, às minhas filhas, Ana Rita e Ana Sofia.

Fotografias da capa: Rua Direita de Viseu; autora: Paula Ferreira, 1985.

Resumo

A problemática associada à desertificação e à degradação dos centros urbanos é comum à maioria das cidades portuguesas. O crescimento acelerado das cidades, perpetrado com imóveis que oferecem mais conforto ao nível das dimensões e acessibilidades, cativa pessoas e serviços, originando um movimento de êxodo dos centros históricos citadinos, que são votados ao abandono e à indiferença, apesar da riqueza patrimonial e das memórias colectivas que encerram.

O propósito da presente dissertação é analisar detalhadamente o caso concreto da Rua Direita de Viseu e apresentar propostas viáveis e sustentáveis para um restauro urbano integrado da rua.

Numa primeira fase, a rua é localizada espacial e temporalmente e é esclarecida a sua importância para a cidade e para a comunidade ao longo dos tempos. Segue-se o apuramento dos motivos de índole urbanística, económica, comercial e social que conduziram ao seu estado actual e, posteriormente, são comentados os diversos estudos e iniciativas já realizados.

Após a devida contextualização da Rua Direita de Viseu na comunidade e na cidade, são apresentadas propostas que passam pelo incentivo ao investimento privado, a aposta na preservação e promoção do património, por atrair as gerações mais novas para habitar e animar a rua, a requalificação dos edifícios, a dinamização do comércio, enfim um restauro urbano integrado da Rua Direita e do centro histórico.

Palavras-chave: património, memória colectiva, história local, reabilitação.

Abstract

The problems associated with desertification and degradation of urban centers are common to most portuguese cities. The fast growth of cities with buildings that offer more comfort in terms of size and accessibility captivates people and services, creating a problematic desertification in historic centers, which are doomed to neglect and indifference despite the wealth of heritage and collective memories that contain.

The purpose of this dissertation is to analyze in detail the case of the street “Rua Direita”, located in Viseu, Portugal, and present viable and sustainable alternatives to its rehabilitation. Initially, the street is located spatially and temporally and is described its importance to the city and the community over time. Following is the presentation of urbanistic, economic, commercial and social reasons that led this street to its current state. Then are discussed many studies and initiatives made in the past.

After a proper contextualization of the street "Rua Direita" of Viseu in the community and in the city, are presented alternatives which wish to encourage private investment, preserve and promote the heritage, attract the younger generation so they can live in the street, reclassify buildings and commerce improve. All this actions combined will result in an urban integrated restoration of “Rua Direita” and of the historic center.

Key Words: heritage, local memory, local history, rehabilitation.

Rua Direita de Viseu

Comprida e torta
Muita e muita porta
Travessa e ruelas
Quelhas, casas novas, casas velhas
Casebres, palacetes
Cântaros, tachos, panelas
Bombas, estalos, foguetes
Dedais, agulhas, alfinetes
Sementes de nabiça e rabanetes
Pensões, tascas, restaurantes
Pentes, detritos, casas
Pulseiras, anéis e brilhantes
Carapaus fritos
Malas, malinhas, maletas
Pás, gadanhos, picaretas
Bananas, bifanas
Presunto, chispe, chouriças
Talhos, cartas e baralhos
Avisos p´ras missas
Pós p´ra toda a bicharada
Muita porta ornamentada
Cá existência dependurada!
Plásticos, elásticos
Jardins suspensos de bacios
Garrafões, alguidares, assobios
Cestos e cesteiros
Médicos, barbeiros
Alfaiates, sapateiros
Padeiros, relojoeiros
Oculistas, dentistas
Chapéus de palha
Amolam-se tesouras e navalhas!



Cabeleireiros, confeitários
Fotografias, sapatarias
Cervejarias, livrarias
Cartuchos, armas de caça
Muitos peões – sem baraça
Engraxadores
Mantas, cobertores
Brinquedos, lâminas, cornetas
Camisas e camisetas
Fatiotas de Caqui
Doces, marmelada, pitéus
Gravata, cintos, chapéus
Um polícia a cada esquina!
Esferográficas
Bordas d'água, gramáticas
Máquinas
De barbear e fotográficas
Bacalhau, arroz, macarrão
Saldos de fim de estação,
Tudo vendido ao desbarato!
Detergentes, sabão-macaco.
Selos, postais do Eusébio
Prendas p'ra qualquer sogra!
Charlatães impingem remédio
Vendendo a banha da cobra!...
Linhas, cordas, botões
Organizam-se excursões
Loiças, vidros, jarrões
Muitas coisinhas estranhas
E fumo d'assar castanhas
Paragens no “Senta-aí”
Tachos, cafetarias, esfregões
Há sardinhas, berbigões
Apregoam-se lampreias
Tamancos, pantufas, meias
Pisadelas, encontrões
Rádios, frigoríficos, fogões



Gaiolas para canários
Lotarias, cauteleiros, taludas
Casa já barrigudas
E cartazes funerários
Gasómetros, carbureto
Frangos assados no espeto
Polvo, vassouras, feijões
Jornais, revistas, ilustrações
Transístores, canas de pesca
Carne (retardada e fresca)
Bonecos, quinquilharias
Boticas, drogarias
Perfumes, papel higiénico
Emblemas do Sporting e Académico
Queijos e requeijões
Grupos cénicos, orfeões
Café, bagaço, termómetros
Camisas de fantasia
Melão, tremoço, melancia
Cera, pomada, cola
Resultados do totobola!
Sombrinhas e guarda chuvas
Ligas, soutiens, luvas
Vinho ao copo e ao quartilho
Pão-de-ló e pão de milho
Móveis camas colchões
Salsichas e salpicões
Solas, calfe, cabedais
Calças, sais, aventais
Lâmpadas, candeeiros, anzóis
Artigos p´ra futebóis
Martelos, pregos, ferramentas
Chapéus-de-chuva a dar nas ventas!
Espelhos e castiçais
Arame, ferro, dedais
Artesanato de lata
Canivetes, canetas, barómetros



Passeio p'ró pé e p'rá pata
Objectos de cortiça
Repolhos, salsa, hortaliça
Marçanos e costureiras
Magalas, estudantes, sopeiras
Cataratas nos beirados
Chupa-chupa, rebuçados
Ovos, biscoitos, gelados
Pastilhas, sanapismos, tintura
Chocolates, fura-fura
Jeropiga, vinhos finos
Tomates, pimentos, pepinos
Florezinhas de papel
Talheres, malgas, pratos
Tudo se vende a granel
...Exposição permanente de retratos, do dia da lua-de-mel...
Um comércio em cada porta
Seja larga ou seja estreita!
Ó minha Rua Direita
Não é defeito seres torta!

Poema de Ricardo Sandro, 1973 ¹

¹ MADEIRA, José Alves, *Um Homem de Viseu*. A Rua Direita de Viseu. Viseu 2003.
(Ricardo Sandro, pseudónimo de José Madeira)



Índice

Introdução	13
Fundamentação teórica e definição de conceitos	18
1 Breve história da Rua Direita	32
1.1 Origem da rua	32
1.2 A Rua Direita ao longo dos tempos	38
1.3 Instalação da comunidade judaica	41
1.4 Designações da Rua	42
2 Análise Descritiva da Rua Direita	49
2.1 Análise demográfica	49
2.2 Comércio local	56
2.3 Edificações e Património Arquitectónico	65
2.4 Instituições sedeadas na rua	81
2.5 Festas e Tradições	92
3 Rua Direita – do auge à degradação	102
4 Reabilitação da Rua Direita	123
4.1 Programas para recuperação de imóveis	125
4.2 Equipamentos e infra-estruturas	136
4.3 Revitalização do Comércio	141
4.4 Propostas para a dinamização da Rua Direita	154
Conclusão	167
Bibliografia	172
ANEXOS	186



Índice de figuras

Fig. 1 - Muralha romana séc. I e muralha romana séc. III, Rua Formosa.....	34
Fig. 2 - Ara Romana	37
Fig. 3 - Pavimento ladrilhado	38
Fig. 4 - Sinagoga	42
Fig. 5- Extremos da Rua Direita	43
Fig. 6 - Mapa - cidade entre muralhas	44
Fig. 7 - Mapa de Viseu de 1864. Câmara Municipal de Viseu.....	45
Fig. 8 - Ruas que confluem na Rua Direita actualmente.....	46
Fig. 9 - Projecto de alargamento da Rua Direita em 1950	48
Fig. 10 - Vista aérea 2010.....	48
Fig. 11- Freguesias do concelho de Viseu	49
Fig. 12 - Freguesia de Santa Maria (subsecções em 1991)	51
Fig. 13 - Rua Direita em 1987, (fotografias da autora).	62
Fig. 14 - Reabilitação e acrescento.....	67
Fig. 15 - Casas do século XV - XVI.....	72
Fig. 16 - Palácio dos Treixedos, séc. XVIII	73
Fig. 17 - Brasões do palácio dos Treixedos	74
Fig. 18 - A - Palácio séc. XVIII.....	75
Fig. 19 - Palácio dos Silveiras	76
Fig. 20 - Brasão dos Silveiras	76
Fig. 21- Casas do século XIX.....	78
Fig. 22 - Edifício onde esteve o Orfeão de Viseu (n.º 145 a 153).....	79
Fig. 23 - Edifícios do século XX	80
Fig. 24 - Orquestra do Orfeão e Jograis 1979	87
Fig. 25 - Serviços que ao longo dos anos saíram do centro da cidade.	105
Fig. 26- O grito pelo comércio de rua (Fotografias da autora).....	148
Fig. 27 - Maqueta do Largo Mouzinho de Albuquerque.....	156
Fig. 28 - Espaço com potencialidades para reconverter em lazer e estacionamento.	156
Fig. 29 - Maquetas realizadas em 2008.	157



Lista de abreviaturas

- ACDV – Associação de Comerciantes do Distrito de Viseu
- ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística
- BEIRAGÁS – Companhia de Gás das Beiras
- DHU – Departamento de Habitação e Urbanismo
- DRM - Distrito de Recrutamento e Mobilização n.º 14
- DRR - Distritos de Recrutamento e Reserva
- GANEC – Gabinete de Apoios aos Novos Empresários do Comércio (Associação Comercial)
- GTL – Gabinete Técnico Local (criado em 2002 – fez levantamento do cadastro dos prédios)
- HABISOLVIS E.M. – Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu
- ICCROM - Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais
- IHRU – Instituto de Habitação e Recuperação Urbana
- IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis
- IMT – Imposto Municipal Sobre as Transacções Onerosas de Imóveis
- ITUC – Conservação Urbana e Territorial Integrada
- MCDCHV – Movimento Cívico em Defesa do Centro Histórico de Viseu
- MODCOM – Sistema de Incentivo a Projectos de Modernização
- PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
- PROCOM – Programa e Modernização do Comércio
- PROHABIT - Programa Municipal de Apoio Financeiro para Recuperação de Habitações
- PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
- QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
- REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em áreas Urbanas Antigas (extensão do programa RECRIA)
- RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
- RECRIPH – Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
- SMAS – Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento
- SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação
- SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu
- UAC – Unidade de Acompanhamento e Coordenação (Agência para a Promoção do Centro Urbano de Viseu)
- URBCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial
- ITUC – Conservação Urbana e Territorial Integrada



Introdução

A presente dissertação de mestrado explora o tema da reabilitação urbana da Rua Direita da cidade de Viseu, apresentando uma abordagem da sua importância no contexto da cidade ao longo dos tempos, analisando os factores que a levaram à decadência e à situação de degradação actual, e por fim ponderando a importância e pertinência da sua reabilitação.

Este estudo teve como principais objectivos, analisar a evolução da Rua Direita no contexto da História da cidade de Viseu, registando as suas memórias mais significativas; perceber quais os factores que contribuíram para a perda de importância da rua e apontar caminhos para a sua revitalização.

Em Viseu, a Rua Direita situa-se no Centro Histórico da cidade, limitado pela antiga muralha. Tal como em quase todas as cidades antigas, ela é um eixo principal de circulação que estabelece a ligação mais curta entre dois pontos centrais da cidade. Essa rua, que constitui um importante foco comercial, é uma característica das urbes portuguesas e adoptou com frequência o mesmo nome, Rua Direita, embora quase sempre tortuosa.

Com o passar dos anos, sobretudo a partir do século XIX, a cidade expandiu-se para fora das muralhas e foi desenhando uma nova ocupação espacial, com novos centros, cada vez mais afastados do núcleo primitivo.

Pela sua importância, a rua mereceu ser estudada por vários e importantes autores, e por isso dispomos, hoje, de fontes que nos ajudarão no desenvolvimento deste projecto. Assim, no âmbito da História da Cidade e do Património Local, encontramos um plano de urbanismo de 1950, que integra um troço da rua, estudos arqueológicos que têm surgido e nos ajudam a aprofundar a história da rua no contexto da cidade, e por fim, o importantíssimo estudo de Orlando Ribeiro de 1968. Este estudo constitui um elemento fundamental para o conhecimento da fisionomia e das funções que a rua tem desempenhado, nomeadamente ao nível comercial, residencial e como principal eixo no burgo medieval. De 2008, contamos com um estudo realizado no âmbito do enquadramento estratégico, para a revitalização do centro histórico de Viseu.



O projecto que nos propomos desenvolver e apresentar como dissertação de mestrado terá por base estes e outros estudos, considerados indispensáveis num projecto de restauro urbano integrado numa rua com estas características.

A escolha desta artéria como objecto do nosso estudo, enquadra-se na tentativa de cativar a atenção da comunidade para a rua, abordando o seu passado, a situação de debilidade presente e os possíveis futuros, tendo sempre em atenção o seu enquadramento no centro histórico e na cidade. Paralelamente, a selecção desta rua como tema para dissertação, prendeu-se, também, com outros factores: o seu património, as diferentes fisionomias da rua e dos espaços comerciais, as instituições que aí estiveram sediadas e as que, ainda, aí permanecem actualmente, a possibilidade de estudar a evolução do tipo de comércio, a oportunidade de registar testemunhos da história recente e os laços afectivos que nos ligam aos espaços da rua e à sua população, em virtude de por ali termos passado ao longo de quatro décadas.

Ao estudarmos a rua mais longa e, ao mesmo tempo a mais directa no burgo medieval, enveredamos por um apontamento da história ao longo dos séculos, com principal ênfase a partir de 1968 até 2010. Determinado o objecto de estudo, a abordagem realizada tem de considerar a área em que o mesmo se insere, de modo a problematizar questões referentes à história local, associadas à vertente patrimonial.

Este trabalho íntegra uma parte de levantamento e registo de testemunhos de comerciantes da rua, sem os quais não seria possível o conhecimento de vivências e de acontecimentos ligados à comunidade. A concretização deste estudo não tem a pretensão de solucionar a situação de abandono e de degradação da rua, mas de apontar caminhos que levem à sua reabilitação e revitalização no contexto social, económico e cultural, numa perspectiva de restauro urbano integrado.

Outra questão, que importa clarificar, prende-se com a terminologia científica do discurso, optando por inserir, a seguir, a esta Introdução, um desenvolvimento, onde tentamos esclarecer alguns conceitos basilares para este projecto. Por outro lado, para facilitar a leitura, sempre que o discurso permite, apresentamos quadros, gráficos ou imagens que sintetizem e ao mesmo tempo clarifiquem a nossa exposição.



Determinado como objecto de estudo a Rua Direita, passamos ao desenvolvimento da investigação. Decidimos focalizar o início do estudo nos primórdios da rua e levá-lo até à actualidade, altura em que está em pleno declínio.

Depois de genericamente delimitado o estudo que nos propusemos realizar, cronologicamente e geograficamente, iniciámos a nossa investigação recorrendo à Biblioteca Pública de Viseu, à Biblioteca da Universidade Católica de Viseu, ao Arquivo do Instituto Liberal e ao Arquivo do Orfeão de Viseu, assim como a registos da Associação Comercial de Viseu e da *VISEU NOVO – SRU*. A informação recolhida permite-nos fazer uma descrição histórica da evolução da rua. Registámos, também, informação relativa às instituições sedeadas na rua.

A análise da evolução demográfica assenta nos recenseamentos gerais da população que nos dão conta das oscilações da população residente na freguesia onde a rua se insere, Santa Maria. Os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística, nas décadas de 1960 a 1981 são totais, isto é referem-se à globalidade da freguesia, não sendo possível, daí retirar quaisquer elementos demográficos relativos à rua. Apenas nos censos de 1991 e 2001 se pode fazer uma aproximação à população residente nas subsecções que envolvem a rua, uma vez que estas não coincidem totalmente.

Importa realçar a informação obtida da imprensa local, suporte importante, entre outros, para o desenvolvimento do capítulo designado *Do Auge à Degradação*. A documentação existente no arquivo do Instituto Liberal e do Orfeão de Viseu, embora escassa, revelou-se pertinente para fundamentar aspectos relacionados com as duas instituições. Outra fonte que consideramos fundamental neste estudo, é o dossier de recolha de dados do estudo global de renovação urbana da zona histórica da cidade de Viseu, localizado na Associação Comercial de Viseu. Sem ele teria sido impossível fundamentar a análise do comércio na rua. De entre as fontes, falta referir o recurso aos testemunhos orais, que tornam este trabalho mais presente, vivo e autêntico. O recurso à história oral tornou-se obrigatório pela inexistência de estudos sobre alguns dos aspectos desta temática e pela importância de registar os testemunhos dos cidadãos que vivenciaram, os assuntos retratados.

Todo este trabalho, realizado com base na investigação efectuada, leva-nos a organizar a exposição em quatro grandes capítulos. O primeiro, por



necessidade de enquadramento, designa-se *Breve História da Rua Direita* e está dividido em quatro subcapítulos que nos parecem ser fundamentais para interpretar fisicamente a rua, bem como os diferentes tipos de comunidade que a ocuparam, em termos de organização, preferências e crenças. O primeiro subcapítulo, *Origem da Rua* dedica-se à localização da origem temporal da rua e ao seu enquadramento na história local. No subcapítulo seguinte, *a Rua Direita ao longo dos tempos*, é exposta uma descrição cronológica desde a origem, com especial enfoque no período de ocupação romana e na construção da muralha da cidade. No terceiro subcapítulo são abordadas as condições de instalação da comunidade judaica. Por último, este capítulo aborda também, os diferentes nomes hipotéticos que a rua poderá ter tido e a toponímia das ruas que com ela convergem. São ainda abordadas as alterações em extensão que sofreu ao longo do tempo e analisadas as condições em que se realizaria a proposta de alargamento da rua, presente no Antepiano de Urbanização de Viseu de 1950, que não chegou a ser concretizada.

No segundo capítulo, *Análise Descritiva da Rua Direita*, dividido em cinco subcapítulos, é desenvolvida uma caracterização da população e do comércio, das memórias socioculturais e do património arquitectónico. Com recurso aos dados dos censos de 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001 é abordada e debatida, no subcapítulo “*Análise Demográfica*”, a temática da evolução demográfica no concelho de Viseu e das consequências dessa evolução. É atribuído especial enfoque às três freguesias da cidade de Viseu e, primordialmente, à freguesia de Santa Maria, onde se localiza a rua. As restantes freguesias do concelho tiveram que ser incluídas nesta análise já que, é sabido através da imprensa local e de relatos orais, que a população das freguesias mais distantes do concelho de Viseu frequentava a cidade, para onde trazia produtos de origem rural e onde comprava bens que não se encontravam disponíveis nos seus lugares de proveniência. É então necessário fazer um estudo que compreenda também a população das freguesias em redor do centro urbano, para compreender a dimensão da alteração populacional que está em causa e o quanto esta alteração e a evolução que lhe está subjacente afectou e comprometeu o comércio e a vida da Rua Direita.

No subcapítulo *Comércio Local* é realizada uma análise comparativa entre quatro momentos no tempo, para apurar as diferenças ao nível da função



comercial e habitacional da rua: anos 1968, 1987, 1998 e 2009. Estes quatro momentos correspondem a fases bastante distintas na situação socioeconómica da rua, como os dados recolhidos pelas diferentes fontes confirmam. Foi feito um levantamento qualitativo e quantitativo ao nível do comércio, no qual foram apurados o número de lojas e o tipo de produtos comercializados. Já ao nível habitacional, foi apurado o número de andares habitados.

Apurada a evolução do índice de ocupação comercial e habitacional da rua, somos agora remetidos para a caracterização do espaço. Qual a organização estrutural do espaço, qual o património que encerra, que características apresenta e em que condições se encontra, são as questões a que responde o subcapítulo *Património Arquitectónico*, que surge com a necessidade de um levantamento das condições infra-estruturais e do potencial da rua.

Após a caracterização da população, a nível de evolução em número e dos hábitos, do espaço infra-estrutural e da dimensão patrimonial da rua, surge o subcapítulo *Instituições Sedeadas na Rua*, que trata das instituições cujas actividades desenvolvidas pela e para a comunidade são elementos de memória, união e identidade. Ao abordar o tipo de instituições que a comunidade empreendeu, ficamos a conhecer melhor os seus interesses e a sua cultura, património intangível da rua.

No subcapítulo *Festas e tradições* são identificados e descritos cultos religiosos, festejos e tradições que têm ou tiveram impacto na rua. São ainda apresentadas as figuras que permanecem na memória da rua que desempenham um papel importante na memória colectiva da comunidade.

O terceiro capítulo dedica-se à identificação do conjunto de factores que conduziu à progressiva desertificação e degradação da rua. É descrito e analisado o processo de adaptação ao comércio, que motivou a saída de serviços e de moradores da rua, e a gradual perda de importância do comércio que ali existia. O crescimento acelerado da cidade, a alteração nas preferências ao nível do consumo, a vulgarização do uso automóvel e a procura de conforto que as grandes superfícies podem oferecer, são algumas das razões identificadas e comentadas neste capítulo.

Uma vez caracterizada a rua nas suas diferentes dimensões e identificados os motivos que a conduziram à problemática situação actual, torna-se agora imperativo dedicarmo-nos ao grande desafio que é o futuro da rua, um



espaço a restaurar e a revitalizar. É neste sentido que surge o capítulo quarto e os seus quatro subcapítulos.

Por último, uma nota para justificar a inclusão de anexos no final. A variedade e a riqueza da documentação utilizada e imagens recolhidas, levaram-nos a fazer referências em nota de rodapé e a justificar algumas afirmações, baseando-nos no levantamento efectuado. Serve essa documentação para fundamentar as afirmações que realizamos e também para facilitar o conhecimento de outros que queiram desenvolver o estudo neste campo. Uma planta da rua, com base em ficheiro de *autocade*, foi por nós trabalhada, com a numeração dos edifícios acompanhada de algumas imagens, para auxílio à percepção do edificado e da fisionomia da rua, assim como o conjunto de imagens, poderá vir a servir como registo futuro de rituais e como elo de ligação entre o texto e a realidade observada.

Fundamentação teórica e definição de conceitos

Como afirmámos anteriormente, a Rua Direita de Viseu foi, desde os tempos mais antigos, o centro comercial da cidade e de toda a região, pelo que se tornou numa das principais artérias da cidade, uma vez que as trocas comerciais são sempre um instrumento de desenvolvimento, tornando-se o local em que elas se realizam num centro de encontro social com manifestações de natureza cultural. Barreta (2007) citando o livre verde sobre o comércio (1997) refere que, esta concentração social e animação cultural dão origem a importantes factores de coesão social².

Reconhecendo a importância do comércio na origem e desenvolvimento das cidades, muitos pensadores debruçaram-se sobre essa relação. Assim, H. Pirène (1973) afirma que as cidades são as “filhas do comércio”; Webber (1987), refere as cidades como um “lugar de mercado”, pondo em relevo a relação do espaço urbano com o das actividades económicas e Proudfoot (1937) classificava o índice de centralidade urbana dos negócios em cinco tipos: o chamado CBD – Área Central; os centros periféricos; as grandes artérias; a rua comercial de

² BARRETA, João, *Comércio, Cidade e Projectos de Urbanismo Comercial*, Setúbal, 2007, p.35



bairro e as lojas pequenas que relacionavam a disposição comercial com os centros urbanos e seus aglomerados populacionais³.

Christaller (1933) e B. Berry (1967) elaboram a *Teoria dos Lugares Centrais* que divide em três os tipos de concentração comercial: os centros, as faixas e as áreas especializadas. Os mesmos autores, consoante a dimensão e a complexidade socioeconómica identificam quatro níveis de centros abaixo do CBD: os centros regionais, os centros sub-regionais, os centros de bairro e os centros de esquina.⁴

Quanto à distribuição espacial do comércio B.M. – Schoumaker (1987) considera quatro tipos de áreas: os eixos comerciais regionais (ruas, praças, do hiper-centro comercial); as ruas tradicionalmente comerciais, fora dos grandes eixos de circulação; as áreas especializadas no lazer e na diversão e os bairros antigos em mutação.

O Comércio nas cidades modernas evoluiu a partir de um esquema mono-cêntrico para uma estrutura do tipo poli-cêntrico, correspondente à proliferação das funções (centros poli-funcionais). O centro rarefaz-se e a periferia adquire, cada vez mais, atributos de centralidade. Este fenómeno modifica a estrutura e altera a configuração geográfica da cidade.

O comportamento do consumidor resulta não só da interação das características socioeconómicas do seu meio, mas, sobretudo da imagem e expectativas que projectam ou evocam face aos vários lugares e aos vários tipos de comércio. Quantas vezes conseguimos visualizar e identificar uma rua ou um lugar pelo recurso à memória dos estabelecimentos comerciais que aí existem. T. B. Salgueiro (1996) afirma que “o comércio é um elemento decisivo da paisagem urbana e da imagem que dela se guarda (...) facilitando assim a apropriação e o uso dos espaços pelos cidadãos [...]”⁵.

A mesma autora desenha uma narrativa espaço-temporal em que a actividade comercial preside ao nascimento da cidade, impulsiona o seu crescimento, condiciona e orienta a construção dos edifícios, acompanha e atrai o fluxo e a fixação populacional; faz nascer e revitalizar ruas, praças, e centros e, quando se desloca, faz morrer e apagar esses mesmos lugares se eles se fecharem

³ *Ibidem* p.41

⁴ *Ibidem*, p.41

⁵ *Ibidem*, p.42



sobre si mesmos. As actividades comerciais são pois, inseparáveis das cidades e alimentam-se reciprocamente.

A cidade de Viseu, como veremos ao longo deste trabalho, não fugiu a esta correlação, já que nela se verificam as transformações que outras cidades sofreram, não devendo, por isso ser vista como um fenómeno isolado, mas antes como um problema recorrente e observado em todas as cidades antigas. A Rua Direita faz parte da história da cidade como um marco identitário, porque perdura na memória dos seus habitantes. Ela está totalmente integrada no Centro Histórico e foi palco de muito buliço, muita alegria, muito investimento e muito trabalho. Ela faz parte da memória colectiva da cidade e não se pode desvalorizar nem minimizar a importância desta memória nas vidas pessoais e nos processos de coesão da comunidade.

Quando nos referimos à memória, geralmente estamos a pensar na capacidade mental de reter informação, de recordar experiências de vida, de lembrar acontecimentos, lugares, etc. O que seria de nós sem memória? E o que sabemos sobre ela?

Em estudo de 1998, Joël Candau⁶ distinguiu três tipos de memória: a proto-memória, a memória propriamente dita e a meta-memória.

O primeiro tipo, a proto-memória é aquela que os gregos chamam de *mneme* e é, em boa parte, fruto da socialização e do *habitus*, o que, por sua vez, se torna fonte de automatismos comportamentais.

A memória propriamente dita é aquilo a que os gregos chamavam *anamnesis* e cuja melhor tradução poderá ser a “procura activa de recordações”. Esta acepção destaca a recordação e o reconhecimento que, juntamente com o primeiro tipo de memória apresentado, remete para o modo como cada indivíduo se filia no seu próprio passado; como constrói a sua própria identidade e ao mesmo tempo se distingue dos outros.

A meta-memória acentua as características inerentes à memória histórica e à memória colectiva; define as representações que o indivíduo faz do vivido e as modalidades de representação das várias memórias pessoais e colectivas. Pierre Nora define a memória colectiva como “[...] recordação ou conjunto de recordações,

⁶ CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Ed. Quarteto, Coimbra, 2001, p. 15



conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma comunidade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado”⁷.

A memória colectiva pode ser activa ou latente. A activa é mantida por instituições, ritos ou por uma historiografia, enquanto a latente vai reaparecendo quando as circunstâncias são propícias (exemplo: as minorias étnicas). A memória colectiva não é perene ela apaga e recompõe a experiência passada em função das necessidades do momento, das leis do imaginário e do retorno dos recalçamentos.

O mesmo autor distingue a memória histórica como sendo “unificadora, analítica, crítica e distinta, ela filtra, acumula, capitaliza e transmite”.

Apesar de todos os três tipos de memória acima referidos estarem fenomenologicamente interligados, os dois primeiros remetem especialmente para a experiência espontânea do “Eu”, ao passo que o terceiro remete para o fenómeno histórico e colectivo. A primeira acepção representa um carácter aparentemente mais estático *algo passivo*. As restantes duas recobrem a noção de procura dinâmica de recordação. *Anamnese* é um termo que apresenta uma dupla negação (a negação da negação da memória), portanto um reforço da recordação activa, forçada.

Fernando Catroga associa o conceito de memória ao de *retrospecção* e esta subdivide-a em duas vertentes nucleares que são a *auto-biografia* e a *história*. Apesar de ambas se implicarem reciprocamente elas não se confundem. Ao evocar as próprias recordações o indivíduo repara que elas entroncam nas dos outros. Por outro lado os instrumentos da memória e da recordação individuais são instrumentos sociais, quais sejam os conceitos, os termos, as ideias e as palavras, nas quais o indivíduo se inscreve previamente, pelo que se é verdade que as recordações radicam na subjectividade, também não o é menos que elas emergem de um fundo colectivo, no qual o “Eu” só ganha consciência de si num contexto de comunicação com os outros. É nesta coexistência dialéctica e tensional das memórias e da incessante transformação ao nível das representações que emerge a chamada memória individual. Não há pois a tal “memória pura”; a experiência subjectiva de uma consciência individual é, à letra, uma memória condicionada, “sujeitada” a uma pluralidade de memórias outras (familiares,

⁷ NORA, Pierre, “Memória colectiva” in LE GOFF, Jacques, et. al, *A Nova História*, Ed. Almedina, Coimbra, pp. 450-452



grupais, regionais, nacionais, etc.) que coabitam e por seu turno são também elas apropriadas na e pela memória singular.

Lock e Husserl⁸, na linha de Santo Agostinho, que situa a recordação na “tensão entre Anamnese e a saudade do futuro”, circunscrevem a memória a um “olhar interior”, como a assunção pessoal de diversas temporalidades vividas. Outros, todavia (Dürkheim e Halbwachs, 1925)⁹ acentuam o olhar exterior entificando a dimensão colectiva e social da memória. Outros ainda não conseguem distinguir em termos temporais a memória pública da memória privada; elas interagem e instituem-se simultaneamente. Segundo Paul Ricoeur¹⁰ (1996-97) “recordar é em si mesmo um acto de alteridade”. A coerência narcísica tende a impor a onnipresença da identidade do Eu em todas as vivências temporais ao longo das várias fases da vida. No entanto as várias camadas de memória sobrepostas não se esgotam na mera evocação/convocação da mesmidade do Eu mas sim na correlação das várias narrativas contadas por outros. *A memória é assim* (G. Namer, 96)¹¹ “um processo relacional e intersubjectivo” que resulta da interiorização da alteridade. A concepção ingénu da memória tende a reduzi-la à sua dimensão de *retrospectiva autobiográfica*.

Foi sob a influência dos fenómenos de massificação e de industrialização que se plasmaram progressivamente as ideias do “colectivismo” e conduziram a reflexão de Durkheim aos conceitos de memória social e memória colectiva, que mais não são do que a reificação de “sujeitos sociais colectivos” inerentes ao dinamismo histórico. Neste contexto teórico de coisificação dos *factos sociais*, a tradução subjectiva da anamnese opera-se dentro dos *quadros sociais* interiorizados pelo próprio evocador, convocados como “eus colectivos”. Temos pois duas vertentes da mesma realidade, como se de “duas personalidades” se tratasse, unificadas pela dialéctica entre a inclusão e a exclusão, ou ainda entre a mesmidade e a alteridade. A formação do Eu está inerente ao modo como se relaciona com os valores da sociedade e grupos em que está inserida e como à luz do passado, como herança (“quadros sociais” da memória) organiza o seu percurso de vida.

⁸ CATROGA, F. –*op. cit.*, p.17

⁹ *Ibidem*, p.17

¹⁰ *Ibidem*, p.17

¹¹ *Ibidem*, p. 18



Esta herança (Pierre Bourdieu)¹² está expressa nos ritos, nas celebrações comemorativas, na transmissão da cultura e nas tradições e desempenha funções instituintes da socialidade. A memória adquire assim “uma função pragmática” e um “papel normativo” que visa inserir os indivíduos em “cadeias de filiação identitária, diferenciando-os e distinguindo-os em relação a outros”. Memória e identidade são indissociáveis porque a identidade assenta na permanência do semelhante no tempo e no espaço sustentado pela recordação, enquanto a memória depende da identidade que se assume¹³. Assim ela é uma reconstrução feita pelo sujeito sobre a realidade. Ainda segundo Sobral, ela “é comandada pelo presente porque o que se retém é o que se revela pertinente na actualidade”¹⁴. Segundo Candau, não pode haver memória sem identidade porque esta assenta na consciência de si¹⁵.

A identidade vincula o sujeito a um património comum anamnésico, exige-lhe deveres de lealdade e confere-lhe, como retribuição, o seu reconhecimento; incute-lhe, ao mesmo tempo, a necessidade de “continuar a narrar (tu lembrar-te-ás)” discursos transgeracionais, mantendo viva contra a amnésia a presença do que passou. É nesta obrigação de pagar a dívida de herança do passado que o indivíduo constrói, conserva e renova a sua identidade.

O melhor exemplo da dívida de herança como norma é a família que põe em evidência os laços existentes entre o processo de “identificação, distinção, transmissão e interiorização como norma”. O sentimento de pertença que gera o reconhecimento identitário e diferencia os membros de uma família em relação a outros reside nas memórias comuns dos seus membros: celebrações, festas, conservação de símbolos (fotografias, a casa, as campas ou mausoléus, os marcos das propriedades, canções, receitas, os nomes...). A par da memória, surge então a responsabilidade da transmissão da herança (espiritual e material) que projecta o sentimento de pertença a um grupo identitário passado para o futuro, garantindo-lhe a continuidade e a indissolubilidade. Sem “memória” não existem nem “identificação”, nem “distinção”. Deste modo identidade e memória implicam-se

¹² *Ibidem*, p. 20

¹³ SOBRAL, José Manuel, “Memória e Identidades Sociais”, in *Análise Social*, vol. XXX, Univ. Lisboa, 1995, p.294

¹⁴ *Ibidem*, p. 299

¹⁵ CANDAU, Joël, *Anthropologie de La Memoire*, Ed. P.U.F., 1996, p. 119



e pressupõem-se reciprocamente, não podendo existir uma sem o contributo dialéctico a outra.

Não faltam na Rua Direita elementos de identificação, quer materiais como o património construído, quer imateriais como sejam as tradições, as relações afectivas e comerciais. O conjunto destes elementos constitui o património da rua que apresentaremos em capítulo próprio.

Considerámos importante fazer o estudo dos diferentes tipos de património que existem na rua; o arquitectónico e o cultural. Mas com que pressupostos teóricos devemos inventariar esse património?

O conceito de património como um valor a preservar tem uma longa história e é contaminado por preconceitos de natureza ideológica. Nunca ninguém promoveu a recordação dos vencidos. Os diferentes invasores roubaram valores e objectos artísticos dos vencidos. Em muitos momentos da História se incentivou a destruição do património, não porque a Arte contenha uma ideologia, mas porque faz lembrar um autor, um regime e por vezes um acontecimento histórico indesejado, “vae victus” (ai dos vencidos). São exemplos disso a destruição de Roma pelos Vândalos, dando origem ao termo *vandalismo*. O desprezo com que a Arte Medieval era tratada no Renascimento; a destruição e abandono dos nossos monumentos religiosos aquando da secularização das ordens religiosas em 1834, em que foram transformados em quartéis e armazéns. A França revolucionária em 1792, por razões ideológicas, mandou destruir os monumentos de *l’Ancien Regime*. Embora com justificação diferente, não propriamente de natureza ideológica, também o antepiano de urbanização de Viseu, de 1950 previa a demolição de um quarteirão da Rua Direita e várias edificações para dar amplitude visual à Catedral de Viseu.¹⁶

Também é muitas vezes difícil saber até que ponto o que hoje resta das edificações é original ou é o fruto de obras que as mesmas sofreram. Igualmente, em relação ao património cultural é difícil confirmar a sua autenticidade. E o que nos parece muito antigo por vezes já é o fruto de obras de restauro e amplificação dos edifícios como se verifica na Rua Direita de Viseu.

¹⁶ AGUIAR, João António de (Arq.) - *Antepiano de Urbanização de Viseu*. Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo, 1950, [em linha], [Consult. 25 Março 2010], Disponível em WWW: <<http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>>



O nascimento da ideia de monumento histórico situa-se em Roma, cerca de 1420 quando, com Martinho V, se desenvolve “um clima intelectual (...) em torno das antigas ruínas que, a partir daí, falam de história e confirmam o passado fabuloso de Roma”¹⁷. E desde então o conceito de monumento histórico confundia-se com o de Património e definia-se como “qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, ritos e crenças”¹⁸. Este conceito remete para uma função de evocação, de não os deixar cair no esquecimento. Mais tarde foi reconhecido ao termo um valor de grandeza e prestígio e “compete-lhe explicitamente afirmar grandes desígnios públicos, promover os estilos, dirigir-se à sensibilidade estética”¹⁹.

A partir do século XVIII generalizou-se o seu uso, alargou-se o seu âmbito a todas as actividades do ser humano. Nasceram as sociedades de antiquários como sejam a *Society of Antiquaries of London* em 1707 e a *Society of Antiquaries of Scotland* em 1780 que se preocupavam com o estudo e descrição dos monumentos e vestígios do passado, enquanto a *Royal Society of Antiquaries of Ireland* se preocupa também com a defesa dos monumentos contra a sua degradação.

Só a partir de 1960, segundo Choay, os conceitos de monumento histórico e de património passam a ser sinónimos, e a partir daí a ideia de património foi abarcando outros tipos de bens: “[...] O domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais; ele compreende, daqui em diante os conjuntos edificados e o tecido urbano: quarteirões e bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades”²⁰.

Estudámos a evolução do conceito de património e de alguns argumentos de discussão sobre o assunto. No entanto o objecto do nosso trabalho de dissertação, não é tanto sobre o património, mas sim sobre a preservação do mesmo. Esta preocupação de preservação teve início no século XVIII, quando a ideia de nação veio garantir o estatuto ideológico do património e foram os estados que asseguraram, através de práticas específicas, a sua preservação. Citamos aqui A. Herculano: “os monumentos pertencem à nação e não apenas a

¹⁷ CHOAY, Françoise., *Alegoria do Património*, Edições 70, 2008, p.33

¹⁸ *Ibidem*, p.16

¹⁹ *Ibidem*, p.17

²⁰ *Ibidem*, p.12



um local ou região”²¹. Também Ramalho Ortigão citando Champolion Figeac, afirma: “[...] todos os monumentos, ainda os mais comuns e os mais grosseiros, contém factos cujo conjunto é como a estatística moral das sociedades extintas [...]” (...), “A memória do que fomos está aí, por nós mesmos consagrada [...]”²².

No século XIX, com o Romantismo, surgem grandes defensores da valorização e protecção do património que consideram ter vindo a ser vítima de vandalismo. É em França que, em 1795, é criado por Alexander Lenoir o Musée des Monuments Historiques e que, em 1830, Viollet-le-Duc cria o Movimento de Restauro do Património.

No âmbito internacional, durante as últimas décadas, delinearão-se algumas doutrinas e princípios gerais, criaram-se instrumentos jurídicos, organizaram-se convenções, proferiram-se declarações, resoluções e recomendações relativas à protecção do património cultural. São exemplo disso a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Cracóvia (2000) e são o resultado dos Congressos Internacionais de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos. A Convenção de Haia (1954) foi ainda mais longe ao determinar que os crimes contra o património fossem crimes contra a humanidade. Por fim as convenções e recomendações aprovadas pela UNESCO vêm enriquecer o Direito Internacional da cultura e os direitos internos com a elaboração de leis próprias, no sentido dado por aquele organismo da ONU, como sejam as definições de cultura, de monumento e de património.

De acordo com Gamarra (1998), citado por Beltrão (2002) surge então uma definição mais abrangente de cultura, agora como um:

«conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afectivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social [...]». (...) «engloba, além das artes e letras, os modos de viver, os direitos fundamentais dos seres humanos, os sistemas de valor, as tradições e as crenças»²³.

²¹ HERCULANO, Alexandre, “Monumentos Pátrios”, in *Opúsculos*, Tomo II, Release 2005, p.16 [em linha], [Consult. 12 Março 2008], Disponível em WWW: <<http://www.gutenberg.org/files/16922/16922-8.txt>>

²² ORTIGÃO, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, 1896, pp.9 - 10 e p.97

²³ BELTRÃO, Ana Raquel, *Património cultural: novas fronteiras*, 2002, [em linha], [Consult. 28 Dezembro 2009], Disponível em WWW: *<http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/artigo_3.pdf>



«Os *monumentos* são considerados: Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os *conjuntos* – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os *locais de interesse* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico»²⁴.

Em 1979, oitenta países assinaram a Convenção do Património Mundial:

«[...] enquanto invenção europeia, o património histórico provém de uma mesma mentalidade em todos os países da Europa. Na medida em que se tornou numa instituição planetária, o património confronta a prazo todos os países do mundo, com as mesmas interrogações e as mesmas urgências»²⁵

Com estas preocupações generalizou-se o sentimento de necessidade de preservação do património e inicialmente, o património histórico representado pelas edificações e objectos de arte foi o que mereceu maior atenção, quer por se relacionar mais directamente com a vida de todos, quer por fazer parte da sua identidade e pela relação com o tempo vivido e a memória do passado. Aos poucos, a noção de património histórico confunde-se com a de património cultural. A extensão do conceito na abordagem do património cultural, de acordo com Beltrão (2002) citando Bosi (2001), está relacionada com a adopção da própria definição antropológica de cultura como: “[...] tudo o que caracteriza uma população humana” ou como “o conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social”²⁶, isto é, tudo o que o homem acrescenta à natureza, na expressão de Malinovsky.

²⁴ Textos fundamentais da Convenção do Património de 1972, edição 2005, [em linha], [Consult. 28 Dezembro 2009], Disponível em WWW: <<http://whc.unesco.org/uploads/news/documents/news-239-1.pdf>>

²⁵ CHOAY, F., *op. cit.*, p.26

²⁶ BELTRÃO, Ana Raquel, *Património cultural: novas fronteiras*, [em linha], [Consult. 28 Dezembro 2009], Disponível em WWW: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/artigo_3.pdf>



Com base nestes pressupostos podemos fazer um estudo do património da Rua Direita de Viseu, que será feito em capítulo próprio, inventariando e descrevendo as características do seu património arquitectónico que se encontra classificado, do seu património histórico relacionado com a História de Viseu, o seu património cultural considerado na base duma definição antropológica de cultura aqui enunciada. A partir daí será mais fácil adoptar um modelo de reabilitação desta rua da cidade. Mas um plano de reabilitação urbana dos nossos dias tem que recorrer ao *apport* de outras ciências, como seja a Economia Urbana, o Urbanismo e a própria Reabilitação Urbana, enquanto tal.

A Economia Urbana procura ordenar os bens e serviços em prole dos seus habitantes e do crescimento das urbes²⁷. Ela visa melhorar as funções inerentes à organização e racionalização do espaço. Como um domínio particular da ciência económica, recebe *inputs* vários que contribuem para a sua identidade e especificidade. Esta compreende uma complexidade de mercados, cada qual com o seu espaço e extensão territorial próprios: “mercado de trabalho, de solos, de habitação, de capitais e mercado de distribuição de bens e serviços”²⁸. Todas as áreas urbanas se desenvolvem em função dos mercados e mudanças económicas, quer na produção, quer no consumo de bens e serviços, quer na distribuição à população. A cidade é pois um lugar central cujo papel ou função primordial consiste em fornecer bens e serviços ao espaço que a rodeia.²⁹

Pensa-se que com a cidade todos ganham; os produtores ganham com uma economia de escala, com vantagens de abastecimento e dos factores de produção. Os consumidores, por seu turno, têm oportunidade de auferir maiores rendimentos, bem como maior oferta e variedade de emprego e de serviços.

O estudo da economia urbana deve ser, pois, multidisciplinar, integrando a cidade como um fenómeno histórico, antropológico, turístico, e económico, no seu todo harmonioso, para evitar que aspectos parcelares, embora importantes anulem ou reduzam a complexidade do fenómeno urbano, como acontece frequentemente com a exclusiva abordagem do mercado urbano da habitação e dos transportes, em detrimento de outros aspectos como o paisagístico, o ecológico, etc.

²⁷ BARRETA, J., *op.cit.* p.38

²⁸ *Ibidem*, p.38

²⁹ *Ibidem*, p.39



Na perspectiva do Urbanismo Comercial os centros tradicionais de comércio têm vindo a sofrer um grande declínio devido a factores como: o comércio de pequena dimensão e reduzido número de trabalhadores; a resistência à modernização e à inovação tecnológica; a mão-de-obra, predominantemente familiar; a mobilidade social e desinteresse dos descendentes por este trabalho; o envelhecimento dos empresários e descapitalização da empresa; o aparecimento das grandes superfícies que conquistam a cota de mercado ao comércio tradicional. No entanto, verifica-se que algumas lojas que se tornaram uma referência histórica, continuam a pontuar, em alguns centros urbanos, como território ou paisagem de identificação.

As dificuldades de renovação dos centros históricos urbanos prendem-se com a degradação dos edifícios, a deslocação dos locais de atracção, a dificuldade de acesso a ruas estreitas e sinuosas, e por vezes íngremes, bem como problemas de estacionamento. Estes factores associados aos horários de funcionamento do comércio tradicional, e ao declínio da função residencial, afastam os novos investimentos e concomitantemente atraem elementos de insegurança àquelas zonas, o que aumenta o seu efeito repulsivo.

João Barreta (2007) agrupa os vários factores referidos em três tipos de categorias, em relação ao enquadramento do sector: a procura (a população), a envolvente (o espaço urbano) e a oferta (o comércio).³⁰

O comércio de proximidade representa um papel importante na economia local e o seu desmantelamento afecta a oferta e a distribuição territorial do comércio. Ele é crucial para o desenvolvimento sustentável da cidade e para a revitalização socioeconómica urbana no seu todo.

Nos últimos anos tem sido reconhecida a importância dos Centros Históricos e o seu valor para o comércio e serviços. Os núcleos urbanos têm vindo a ser objecto de intervenções, uns mais bem sucedidos que outros. Têm sido, igualmente, restauradas áreas pedonais exclusivas, a par de obras de reabilitação e renovação urbana. E a ideia tem sido generalizada um pouco, por todo o país porque, na realidade os povos têm necessidade de conviver com as marcas do passado que sustentam a Memória e Identidade dos lugares. É, em

³⁰ BARRETA, J., *op.cit.* p. 14

³⁰ *Ibidem*, p.14



grande parte, pelo património que as cidades se distinguem umas das outras, pressuposto que está na base da reabilitação urbana.

Assim para a promoção da Memória e da Identidade, é importante valorizar a “herança dos cascos antigos”, incrementando a sua reabilitação. Por “reabilitação” entenda-se aqui “voltar a dar utilidade ao que está sem uso, degradado ou abandonado”, distinguindo-se de outros termos como “requalificar” que consiste em “voltar a dar qualidade de vida às pessoas que ali vivem e melhorar a face da cidade”. Distinguindo-se ainda a expressão “restaurar de forma integrada” que pretende “reinstaurar a vida urbana que outrora teve esse legado”³¹.

Não basta o mero restauro dos edifícios. O restauro integrado pressupõe novas vivências e funções “adaptadas à orgânica dos sítios”. Os núcleos históricos não são somatórios inertes ou peças de equipamentos de fachadas intervencionadas pelo restauro, mas organismos vivos e por isso funcionais.

“O Restauro Urbano Integrado” concita disciplinas várias como o Turismo, a Economia, a Sociologia e o ordenamento do trânsito, para além do Planeamento Urbano e o mero restauro arquitectónico, ou melhor o restauro arquitectónico tem que reflectir as preocupações multidisciplinares apresentadas.³²

O termo “restauro” é prévio ao conceito de conservação urbana, primeiro porque em muitos casos o que há para conservar é apenas um esqueleto urbano, pouco mais que ruína abandonada. Em segundo lugar porque o restauro integrado é uma intervenção urbana sistémica, orgânica e funcional. É muito mais que simples “preservação”, arranjo ou restauro parcelar. Apesar de longa a designação que traduz a complexidade da intervenção é mesmo “Restauro e Conservação Urbana Territorial Integrada”³³.

A definição internacional da ITUC (Conservação Urbana e Territorial Integrada) apresentada pela ICCROM baseia-se nos seguintes parâmetros: emerge do conceito de Gestão do Desenvolvimento Humano em Cidades, conceito já presente na Declaração de Amesterdão sobre o Património Arquitectónico Europeu de 1975 e integra-se no processo global de planeamento

³¹ QUEIROZ, Francisco e PORTELA, Ana Margarida, *Conservação Urbana e Territorial Integrada*, Ed. Livros Horizonte, 2009, pp. 11-12

³² *Ibidem*, p.12

³³ *Ibidem*, pp.12-13



e gestão dos territórios; procura manter os critérios da integridade, autenticidade e continuidade, em relação às áreas de valor cultural; busca um desenvolvimento sustentado e harmonioso entre os aspectos físicos e espaciais e os aspectos humanos.

A conservação integrada visa: abordagens interdisciplinares, quer ao nível da análise, quer das execuções concretas; a concepção de “metalinguagens” que integrem as comunicações dos especialistas e das disciplinas; o uso de modelos de participação institucional operacional que envolva os vários actores, nomeadamente proprietários, investidores e agentes.

Muitos problemas se colocam na prática com os vários parâmetros supracitados, mas o mais grave prende-se com a dificuldade “particularmente difícil de definir, prever e sobretudo garantir a continuidade das funções e actividades históricas da cidade” (como defende a Carta de Toledo). Outra dificuldade reside na falta de competências científicas e técnicas do restaurador/conservador.³⁴

Estamos convictos de que se na reabilitação da Rua Direita em Viseu forem respeitados todos estes pressupostos o resultado final será, certamente, um lugar de comércio e lazer de forma integrada na modernidade e na inovação, atractivo e útil às diferentes gerações.

Assim, sem perder de vista a experiência do passado, a rua poderá ser reinventada para se relacionar com o mundo moderno e actual, respeitando o progresso humano, manifesto nos valores da diversidade, convivialidade e solidariedade³⁵. Seria contraproducente reproduzir a rua tal como ela era no passado porque seria transformá-la num espaço deserto, inútil, numa palavra, sem vida.

³⁴ *Ibidem*, pp. 13-17

³⁵ JOÃO, Maria Isabel, “Estado, Nação e Região”, in Açores, p. 702



1 Breve história da Rua Direita

Neste capítulo propomo-nos estudar a Rua Direita, tendo em vista a apresentação de uma proposta para o seu restauro urbano integrado, que é o grande objectivo desta dissertação. Por isso, faz todo o sentido conhecer a sua história: como nasceu, como evoluiu, como se integra na cidade, como interage com as ruas limítrofes, que pessoas a habitaram, que vida nela se desenvolveu. Só assim poderemos adquirir a informação que nos ajude a decidir sobre a sua reabilitação, o restauro e recuperação do património arquitectónico que nela possa existir e, enfim, o tipo de intervenção de que possa ser alvo a todos os níveis.

1.1 Origem da rua

A cidade de Viseu situa-se numa colina que, na sua parte mais alta, tem 493 metros de altitude. É o centro natural de um vasto planalto, com o nome de planalto de Viseu, envolvido por um sistema montanhoso constituído a norte pelas serras de Leomil, Montemuro e Lapa, a noroeste pela serra da Arada, a sueste pela serra da Estrela, a sudoeste pela Serra da Lousã e a oeste pela serra do Caramulo. É sede de um concelho constituído por trinta e quatro freguesias, com cerca de 507 km² de área, sendo limitado pelos concelhos de Castro Daire a norte, Vila Nova de Paiva a nordeste, Sátão e Penalva do Castelo a leste, Mangualde e Nelas a sueste, Carregal do Sal a sul, Tondela a sudoeste, Vouzela a oeste e São Pedro do Sul a noroeste³⁶.

Na parte mais alta da cidade, onde hoje se encontra a Sé Catedral, o Paço dos Três Escalões e a Igreja da Misericórdia, terá existido um castro proto-histórico da Idade do Ferro. O acompanhamento arqueológico sistemático das obras do centro histórico, desde 1997, veio dar um maior incremento ao conhecimento real da cidade de Viseu e das suas origens, trazendo novos elementos que permitem ter uma ideia mais concreta sobre a ocupação, não só

³⁶ Cidade Viseu, [em linha], [Consultado 04 Julho 2010], Disponível em WWW: <http://www.cidadeviseu.com/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=12>



romana, mas também pré-histórica da cidade. As escavações “[...] revelaram uma ocupação iniciada no séc. IV a. C., em plena Idade do Ferro”³⁷, permitindo fazer recuar a história conhecida da cidade até àquela data, e sustentar a tese da existência do castro proto-histórico naquele local.

Até 1997 só eram conhecidas duas descobertas arqueológicas, datadas do séc. IV a.C., que suportavam a tese da localização do castro proto-histórico: uma “sepultura primitiva polilítica, contendo dois esqueletos juntos”, constituída por duas fiadas laterais de pedras, telhas junto à cabeceira sendo coberta com pequenas lajes, encontrada junto à base da torre do relógio na esquina sul e um machado de pedra encontrado na cripta do altar-mor da Sé, ambos achados em 1920 por José Coelho, e anotados nos seus “cadernos de notas arqueológicas”.³⁸ Mas, segundo o historiador João Inês Vaz, tais descobertas não eram suficientes para se considerar a existência do castro³⁹.

Em 2001, era questionada novamente a existência de um povoado pré-histórico no morro da Sé de Viseu⁴⁰, com os novos achados, um fragmento cerâmico com decoração incisa no edifício com os números 1-3, da Praça D. Duarte, um fragmento de lâmina em sílex, na Rua da Prebenda, uma quantidade considerável de machados de pedra polida, um pouco por todo o morro.

As novas escavações efectuadas aquando da requalificação do Museu Grão Vasco e da construção do funicular, vieram confirmar a existência de um aglomerado populacional proto-urbano. No pátio do museu foram identificados, entre outras estruturas arqueológicas, vestígios de cabanas de planta circular e um forno de cozer pão⁴¹. No espaço, onde agora se encontra construída a estação do funicular, foram identificadas estruturas domésticas de planta circular, apresentando algumas delas uma fiada de pedras, como embasamento, e uma outra estrutura de combustão, talvez relacionada com a torrefacção de cereais, assim como trinta e quatro silos, alguns com enormes dimensões. Os trabalhos arqueológicos, efectuados no morro da Sé, dão a conhecer estruturas e materiais cerâmicos, algumas decoradas, como, contas de colar

³⁷ CARVALHO, Pedro Sobral, “O Nome de Viseu”, in *National Geographic*, Portugal, Maio 2009

³⁸ VAZ, João Inês e CARVALHO, Pedro Sobral, “Viseu – Construção de um espaço urbano do castro proto-histórico da idade do ferro”, in *Viseu - Cidade de Afonso Henriques*, Editor Avis - impresso na Tipografia Beira Alta Lda, 2009, pp. 33-34

³⁹ VAZ, João Inês, *A Civitas de Viseu: Espaço e Sociedade*, Edição Comissão de Coordenação da Região Centro, vol. I e II, 1997, pp. 340-341

⁴⁰ VAZ, João Inês e CARVALHO, Pedro Sobral, op. Cit., p. 36

⁴¹ MARQUES, Jorge Adolfo M., “Fortificações de Viseu, da Proto-história à Idade Média”, in *Viseu.*, Revista do Museu Municipal de Viseu, n.º 1, Dez. 2008, p. 81



em vidro, peças em bronze e moinhos; e dão a perceber que os espaços domésticos coexistiam com áreas funcionais. Um bordo de um *lekithos*, peça bastante rara nesta área geográfica, indica contactos comerciais com comunidades meridionais⁴².

Estes autores⁴³ descrevem o castro como um aglomerado populacional sem arruamentos, que aproveitava os afloramentos rochosos e a topografia do terreno para dispor os espaços domésticos e funcionais. Os trabalhos efectuados no edifício número 60-66 da Rua D. Duarte e no número 107 do Largo Mouzinho de Albuquerque colocaram a descoberto parte do sistema defensivo do castro proto-histórico⁴⁴.

A dispersão dos vestígios da Idade do Ferro, encontrados nos últimos anos na cidade, fez Inês Vaz e Pedro Sobral inferirem que a área do povoado fortificado seria muito próxima de seis hectares.

Os romanos aproveitaram o povoado indígena existente e fizeram uma nova cidade destinada a capital de *Civitas*⁴⁵, cuja fundação ocorre no séc. I d. C, apesar de os primeiros contactos datarem do séc. I a.C.

Em 1999, aquando da construção de um parque de estacionamento subterrâneo no Largo de Santa Cristina, junto à entrada da Rua da Regueira, actual Rua João Mendes ou Rua das Bocas, foi posto a descoberto um pequeno troço da muralha romana do séc. I. Também as escavações efectuadas no decurso das obras de remodelação da Rua Formosa em 2004 e 2005 puseram a descoberto um troço de dezassete metros da muralha romana construída no séc. I e um troço de vinte metros da muralha construída no séc. III, em que parte desta se sobrepõem à do séc. I. Estes troços foram restaurados e musealizados (fig. 1).



Fig. 1 - Muralha romana séc. I e muralha romana séc. III, Rua Formosa⁴⁶.

⁴² VAZ, João Inês e CARVALHO, Pedro Sobral, “Viseu – Construção de um espaço urbano do castro proto-histórico da idade do ferro”, in *Viseu - Cidade de Afonso Henriques*, Editor Avis - impresso na Tipografia Beira Alta Lda, 2009, p.35

⁴³ *Ibidem*, p. 34

⁴⁴ *Ibidem*, p. 35

⁴⁵ *Ibidem*, p. 36



Da primeira muralha romana, que delimitava simbolicamente a cidade, apenas se conhece um troço muito danificado, e preservada apenas a nível das fundações, que não excede 1.60 m, na Rua Formosa.

«[...] tinha como limite o seguinte percurso actual: Rua da Regueira (lado norte), hoje Rua de João Mendes, Largo Mouzinho de Albuquerque, Rua do Carvalho, por uma linha direita ao Largo da Misericórdia, Rua do Chão do Mestre, Rua de D. Duarte, Largo de Santa Cristina até à Rua da Regueira (lado sul)»⁴⁷

Os romanos marcaram as ruas nas novas áreas interiores da muralha, de acordo com os seus critérios ortogonais, usados em todo o império, uma vez que o castro não possuía arruamentos. No morro da Sé implantava-se o Fórum, centro político, religioso e económico, de onde partiam e chegavam oito estradas. A Rua Direita, *Cardo Maximus*, e a Rua de Gonçálinho, *Decumanus Maximus*, assumiam-se como eixos principais de uma cidade em expansão. A ampliação da cidade é corroborada por documentos históricos do séc. XII, que já referenciavam a existência de uns muros velhos junto ao Largo de Santa Cristina⁴⁸.

Nos finais do Império Romano, fins do séc. III princípios do séc. IV d. C., com a chegada dos povos invasores, os habitantes de Viseu procuraram reduzir o espaço entre muros, para melhor se defenderem. Construíram uma segunda muralha, mais pequena, deixando de fora muitas casas que, até então, estavam dentro da primeira muralha, construída no séc. I. As pedras dessas casas, de necrópoles que ladeavam as vias de acesso e de saída da cidade, e de canalizações romanas entretanto desactivadas foram aproveitadas para a construção da muralha⁴⁹.

A nova muralha manteve os limites ocidental e sul, mas reduziu dos lados norte e oriental, deixando de fora da muralha todo o bairro da Regueira a Oriente. O traçado da muralha recua a norte para o meio do jardim de Santo António que

⁴⁶ MARQUES, Jorge Adolfo M., “Fortificações de Viseu, da Proto-história à Idade Média”, in *Viseu.*, Revista do Museu Municipal de Viseu, n.º 1, Dez. 2008, p. 83.

⁴⁷ VAZ, João Inês, *A Civitas de Viseu: Espaço e Sociedade*, Edição Comissão de Coordenação da Região Centro, vol. I e II, 1997, p.350

⁴⁸ VAZ, João Inês e CARVALHO, Pedro Sobral, “Viseu – Construção de um espaço urbano do castro proto-histórico da idade do ferro”, in *Viseu - Cidade de Afonso Henriques*, Editor Avis - impresso na Tipografia Beira Alta Lda, 2009, p.37

Placa identificativa da Muralha Romana da Rua Formosa.

⁴⁹ VAZ, João Inês, *A Civitas de Viseu: Espaço e Sociedade*, Edição Comissão de Coordenação da Região Centro, vol. I, 1997, pp. 350-351



se situa em frente à Escola Emídio Navarro, flecte para a igreja de Santo António, passa por esta numa perpendicular que se situa sob a segunda janela da igreja, segue em linha recta, cruza a Rua da Prebenda e acompanha a Rua do Chantre até à porta situada no final da Rua da Árvore, onde ainda se pode ver parte da Porta da Muralha Afonsina terminada em 1472⁵⁰.

A muralha do séc. III é mais possante que a anterior, media 3,70 metros de largura e cerca de 10 metros de altura, e foi edificada por volta de 260 d.C. O miolo era formado por camadas de pequenas pedras de granito prensadas, intercaladas com finas camadas de argamassa, constituindo uma defesa dificilmente transponível. Na Rua Formosa, a muralha flectia ligeiramente e apresentava uma torre semicircular⁵¹.

Na época romana, a cidade, em conformidade com outras cidades fundadas pelos romanos, era servida por quatro portas, situadas nas extremidades do *Cardo Maximus*, orientado norte - sul e nas extremidades do *Decumanus Maximus*, com orientação este - oeste. No lado sul do *Cardo*, lugar onde começa a Rua Direita, que mais tarde se chamou de Cimo de Vila e hoje Quatro Esquinas, existia uma porta. Na extremidade norte da Rua Direita existia outra porta, prolongando-se a rua para fora da cidade em ambos os extremos. João Inês Vaz situa o *Cardo Maximus* no local onde hoje é a Rua Direita e o *Decumanus Maximus* na Rua do Gonçalinho, que entronca na perpendicular na Rua Direita e se prolonga pela Rua Escura para o lado da Sé, passando pela calçada que ainda hoje existe por trás da Sé e do Museu Grão Vasco e continuava pela travessa da Misericórdia, até à porta ocidental⁵².

Em 2009 foi localizada a porta a ocidente. Situava-se por detrás da Igreja da Misericórdia, entre o Largo da Misericórdia e o cruzamento da actual Rua de Silva Gaio com a Calçada de São Domingos. Neste local, foi encontrada em Janeiro de 2009, quando se realizavam as obras destinadas à construção de um funicular, uma ara em granito, datada de meados do séc. I d. C. A ara (fig. 2) tinha cerca de um metro de altura e secção quadrangular com quarenta centímetros de lado. “[...] a ara foi encomendada por um homem chamado *Albinus*. O capitel

⁵⁰ *Ibidem*

⁵¹ Placa identificativa da Muralha Romana da Rua Formosa.

⁵² VAZ, João Inês e CARVALHO, Pedro Sobral, “Viseu – Construção de um espaço urbano do castro proto-histórico da idade do ferro”, in *Viseu - Cidade de Afonso Henriques*, Editor Avis - impresso na Tipografia Beira Alta Lda, 2009, p. 37



está ligeiramente danificado, mas a inscrição acrescenta um capítulo à história, ao revelar o nome de VISSAIUM, usado no período Romano”⁵³.



Fig. 2 - Ara Romana ⁵⁴

O texto inscrito na ara encontra-se escrito parte em latim, parte em línguas locais, e invoca deuses e deusas dos VISSAIEICI, nome do povo que na época pré-romana habitava o castro de Viseu⁵⁵.

Neste contexto, a actual Rua Direita de Viseu retoma o percurso do *Cardo Maximus* da cidade romana.

⁵³ CARVALHO, Pedro Sobral, “O Nome de Viseu”, in *National Geographic*, Portugal, Maio 2009

⁵⁴ *Ibidem*

⁵⁵ *Ibidem*



1.2 A Rua Direita ao longo dos tempos

A Rua Direita de Viseu foi implantada num local habitado desde os tempos proto-históricos e posteriormente ocupado pelos Romanos, período em que assumiu o nome de *Cardo Maximus*⁵⁶.

Nos números 172/176 da Rua Direita foram identificados robustos alicerces de um edifício provavelmente romano que ladearia o *Cardo Maximus* da cidade. Tal facto parece poder ser confirmado pela descoberta de um lajeado que poderia fazer parte integrante desse mesmo eixo, aquando das obras de recuperação do número 229. Ainda o achado de um considerável conjunto de cerâmicas da Idade do Ferro assume igual importância, uma vez que vem confirmar o prolongamento do castro proto-histórico até esta zona⁵⁷.

Em Maio de 2009, na remodelação do edifício número 70, situado na Rua da Prebenda, escavações puseram a descoberto os alicerces de um edifício romano com vestígios de pavimento ladrilhado a losangos em espinha, em bom estado de conservação⁵⁸ (fig. 3). O pavimento é datado de finais do séc. I e só se conhecem alguns vestígios deste tipo de ladrilho em Conímbriga, mas descontextualizados, desconhecendo-se paralelo em Portugal⁵⁹.



Fig. 3 - Pavimento ladrilhado⁶⁰

⁵⁶ VAZ, João Inês, *A Civitas de Viseu: Espaço e Sociedade*, Edição Comissão de Coordenação da Região Centro, vol. I e II, 1997, p.352

⁵⁷ IGESPAR, [Em linha], [Consult.24 Julho 2010], Disponível em WWW: <<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endoavelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=2241719>>

⁵⁸ *Ibidem*

⁵⁹ *Ibidem*

⁶⁰ CARVALHO, Pedro Sobral, “Vamos podendo reconstituir a história da cidade”, in *Jornal do Centro*, n.º373, 8 Mai. 2009, p. 1



Estas intervenções vêm acentuar a importância do centro histórico da cidade no período romano, desde os primeiros contactos entre romanos e povos autóctones no século III a.C. até aos séculos III e IV d. C.. Em qualquer obra que se faça no centro da cidade encontram-se, quer em número, quer em qualidade, vestígios romanos, o que corrobora a tese da importância da cidade de Viseu, não só como importante *Civitas*⁶¹, mas também como importante eixo rodoviário romano, para onde convergiam e de onde partiam inúmeras estradas para os mais diversos destinos.

Com a chegada dos Bárbaros, suevos e visigodos, no séc. V, assiste-se a um tempo de acalmia no desenvolvimento e a uma paragem no alargar demográfico⁶². A ocupação moura da cidade durou do séc. VIII ao séc. XI, ano de 1057 ou 1058, sendo reconquistada por Fernando Magno, monarca Leonês e restituída à sua gente, e ao culto católico, a quem fez doação do *Couto da Rigueira*, ao Prior e Cónegos da Sé de Viseu. A aglomeração urbana do séc. XII tinha um grande número de vazios interiores. As Inquirições de Dona Teresa em 1127, davam conta de uma forte actividade agrícola, esparsa em quintas ao *casales* e as casas de habitação deviam apenas concentrar-se ao longo das antigas vias de comunicação romanas, que junto ao seu ponto de cruzamento se transformavam em ruas citadinas. Podemos supor que as construções, se estendiam já pelo suave pendor onde hoje fica a Rua Escura, Quintans, parte central da Rua Direita e Rua Nova. Toda a porção plana que se estendia a Sul do Largo da Sé estava devoluta. Segunda a *Carta de Povoação*, concedida em 1187, pelo Bispo D. João Pires e pelo Cabido, dando prerrogativas aos que povoassem de casas os campos do Solar, (hoje Soar)⁶³.

Em 1385, Viseu era uma cidade desguarnecida de muros e foi assaltada de surpresa pelas hostes castelhanas que batiam em retirada dos campos de Aljubarrota. Só depois de dura refrega, a cidade pôde repelir o inimigo, não sem que sofresse o saque e o incêndio. Duramente advertidos dos perigos da falta de muralha, os moradores de Viseu reclamam a D. João I a sua construção, alegando

⁶¹ Estatuto de cidadania Romana dos membros da comunidade política romana na qualidade de cidadãos. Cidadania romana, [Em linha], [Consultado em Dezembro de 2009], Disponível em WWW:

< http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidadania_romana >

⁶² Viseu - Um pouco de História, [Em linha], [Consultado em Dezembro de 2010], Disponível em WWW:

< http://www.estv.ipv.pt/dep/amb/P%C3%A1gina%20do%20Nucleo%20de%20Alunos/Ficheiros/HistoriaViseu/viseu_UmPoucoDeHistoria.htm >

⁶³ GIRÃO, A. de Amorim, *Viseu Estudo de uma Aglomeração Urbana*, Coimbra Editores Lda., 1925. pp. 38 – 48.



“[...] que sem ela não têm outro muro senão a Deus e a mercê del rei e por única fortaleza a Sé dela com as suas quatro torres”. O cronista Fernão Lopes referiu-se assim ao saque castelhano à cidade de Viseu:

«E chegaram à cidade de Viseu, que eram vinte e duas léguas de Cidade Rodrigo, donde todos haviam partido. Os moradores do lugar, quando os viram vir, porque a cidade não tem outra cerca nem fortaleza, salvo a Sé, acolheram-se a ela; e às igrejas muitos deles»⁶⁴.

Segundo Lucena e Vale, no Livro II das “Provas e Apontamentos” de Santa Rosa de Viterbo, manuscrito da Biblioteca Municipal de Viseu, são referidos três capítulos das cortes de 1412, 1439 e 1465, respectivamente de D. João I, Infante D. Pedro e D. Afonso V, onde consta a informação de que a muralha foi começada no reinado do primeiro e continuada nos seguintes. Daqui se depreende que a muralha da cidade foi mandada levantar por D. João I em 1412 e concluída no reinado de D. Afonso V, em 1472 ⁶⁵ (ver anexo 2). Esta muralha teve sete portas⁶⁶, das quais apenas restam duas, a porta dos Cavaleiros e a do Soar, e vestígios de outras duas, a da Senhora do Postigo e a da Santa Cristina. Das restantes três portas, de São José, de São Miguel e de São Sebastião não existem vestígios⁶⁷.

A muralha afonsina delimita a Rua Direita, que faz a ligação entre duas portas da muralha, a Porta dos Cavaleiros a norte e a Porta de São José a sul (ver anexo 2).

⁶⁴ O Cronista Fernão Lopes, citado por: SOUSA, Júlio Rocha, “Muralha Afonsina” in *Viseu Cidade*, Edição do Autor, Viseu, 2006, p. 13

⁶⁵ VALE, Lucena, “Viseu Monumental e Artístico”, in *Junta Distrital de Viseu*, 2ª edição, 1969, p. 41

⁶⁶ GIRÃO, A. de Amorim, *Viseu Estudo de uma Aglomeração Urbana*, Coimbra Editores Lda, 1925. pp. 63 - 65

⁶⁷ “Em 1814, a vereação camarária desse ano determinou que se demolissem as várias portas da Muralha, “[...] nenhuma utilidade causa a sua conservação e a sua demolição é mais cómoda para a contínua passagem dos carros, gentes e segas.” “ Nomeados peritos três mestres-pedreiros, foram eles que salvaram as duas portas existentes [...] estas não ameaçam ruína e até aformoseiam a cidade”.

“Notas e Comentários – Contra a Maré”, in *Beira Alta*, Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1957, p. 102



1.3 Instalação da comunidade judaica

Viseu foi sede de uma importante comunidade judaica composta por:

«[...] mercadores, almocreves, camponeses e artesãos ferreiros, armeiros, lagareiros, adegueiros, sapateiros, algibebe, peliqueiros e tosadores, tintureiros, tendeiros, físicos, boticários, ourives, licenciados, proprietários de linhares, vinhas e olivais, pequenos agricultores e arrematadores dos impostos do rei, da nobreza e do clero»⁶⁸.

Nos finais do séc. XV possuíam uma casa como sinagoga, onde o rabi Salomão pontificava. No séc. XVI estavam confiados aos judeus alguns dos primeiros lugares da cidade, chegando mesmo Viseu a ser sede de uma “Ouvidoria Judaica”⁶⁹. A Judiaria localizava-se onde hoje são a Rua da Senhora da Piedade, a Travessa da Senhora da Boa Morte, a Rua Nova ou Rua Augusto Hilário, que em 1498 se chamava Rua da Judiaria Nova⁷⁰ e no seu prolongamento atravessa a Rua Direita, a Rua da Árvore e os terrenos que surgem nos arquivos com o nome “Chão de Mem Coutes”. No número 114 da Rua Direita, a fazer esquina com a Rua Árvore no número 1, está uma casa com dois portais em ogiva, de arestas chanfradas (casa da antiga papelaria Dias), que, segundo os historiadores Alberto Correia, Isabel Monteiro e Henrique Almeida, seria um prédio quatrocentista onde se situava a sinagoga⁷¹ (fig. 4). Os judeus instalaram-se dentro dos muros, perto do Paço⁷². As judiarias eram dotadas de alguma individualidade funcional, possuindo sinagoga, poço e açougue próprios, este último por causa do ritual de matança e desmanche das reses imposto pela sua religião. De forma gradual, as Judiarias deixaram de existir e, se sempre que possível aquelas comunidades permaneciam nos seus espaços, ocultando os seus ritos e tentando manter as suas formas de vida, não é menos verdade que os

⁶⁸ MONTEIRO, Isabel, *Os Judeus na Região de Viseu*. Região de Turismo Dão Lafões, 1997, p.57

⁶⁹ Tribunal, com um Juiz especial, o Ouvidor deveria ser um judeu letrado e ter qualidades de isenção exigidas a quem julga (Monteiro, 1997, p 23)

⁷⁰ “Viseu aposta no estudo da Presença Judaica”, in *Diário de Viseu*, 13 Fev. 2009

MOUTA, J. Henriques, “Panorama e Dinâmica de Viseu Medieval. Subsídios para um Guia da Cidade”, in *Separata da revista Beira Alta*, Viseu, 1968, pp. 33-35

⁷¹ MONTEIRO, Isabel, “Os Lugares da Memória”, in *Jornal do Centro*, n.º 361, 13 Fev. 2009, pp. 4 - 7

⁷² Os judeus viviam em judiarias mais ou menos numerosas, separados dos lugares onde habitavam os cristãos, mais perto dos núcleos do poder. Usavam sinais identificativos, sendo o mais comum a estrela vermelha de seis pontas. O convívio com a restante população devido às suas leis apartadas era-lhes restringido. Constituíam uma minoria apenas tolerada pelo pragmatismo político, cultural e económico (Monteiro, 1997, p 32).



espaços que lhes estavam destinados deixaram de ser vedados e descontinuados dos restantes, deixando de existir os muros defensivos e o fecho nocturno das portas, registando-se ainda um abandono das suas actividades económicas.

Por ser de interesse público, o referido imóvel foi recentemente adquirido pela Câmara Municipal, com a intenção de se estudar e recriar através de um museu judaico aspectos da vida da comunidade radicada em Viseu⁷³.



Fig. 4 - Sinagoga

1.4 Designações da Rua

Rua Direita era o caminho mais curto e mais directo que ligava, normalmente de porta a porta, os dois extremos mais distantes da cidade (fig. 5). O nome dado, Rua Direita, é uma consequência da posição estratégica que ocupava na cidade, onde ligava a parte alta à parte baixa. Inicialmente percorria a cidade ligando lados opostos da muralha. No decorrer dos anos houve construção de casas ao longo da rua e algumas delas subsistem já há alguns séculos.

Respeitável pela sua antiguidade e vivacidade, pelo vigor, volume e variedade do seu comércio e pela densidade de circulação humana, a Rua Direita foi, e continua a ser, a grande artéria, que nos leva ao coração do actual centro histórico. Parte dela teve o nome de Rua das Tendas em tempos mais recuados.

⁷³ MONTEIRO, I., op. Cit., pp. 4 - 7



Mouta refere-se a alguns documentos que mencionam a Rua Direita como tendo tido outros nomes⁷⁴: “[...] rua Direita, antiga Rua das Tendas”, assim se refere a ela um documento de 1557. Já em 1459, outro documento, igualmente citado por Mouta, refere a “rua Direita, onde chamam a Rua das Tendas”⁷⁵. Mais tarde, num documento de 1717, pode ler-se “umas casas na rua Nova que antigamente chamavam das Tendas”⁷⁶, localizava a Rua das Tendas na Rua Nova.

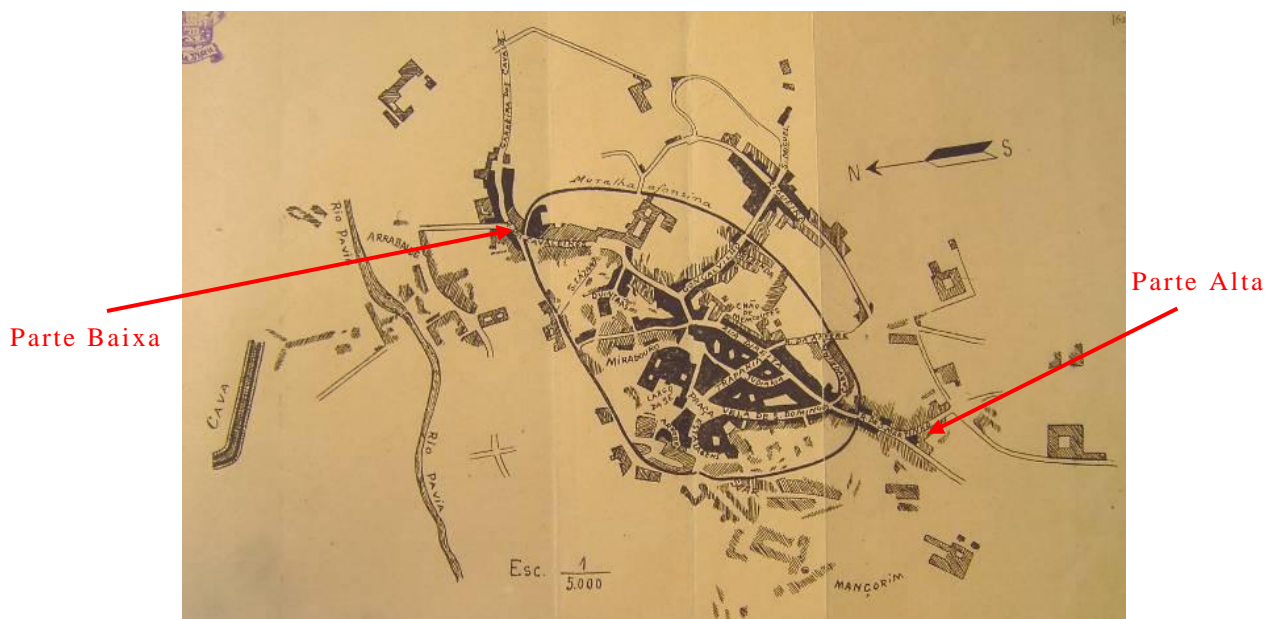


Fig. 5– Extremos da Rua Direita⁷⁷

Estas referências são a origem de fundadas dúvidas sobre a localização da Rua das Tendas. Será que se pode inferir que um troço da Rua Direita teve, anteriormente, dois nomes, Rua das Tendas e Rua Nova? Ou poderá admitir-se que a designação Rua Nova foi a primeira atribuída à Rua Direita? O nome de Rua Nova seria justificável uma vez que a rua foi aberta num sentido paralelo à Catedral, interceptando várias ruas que vão dar à Sé, em perfeita dissonância com o traçado tradicional do antigo burgo medieval, onde todas as ruas confluíam à Sé (fig. 6)⁷⁸.

⁷⁴ MOUTA, J. Henriques, “Panorama e Dinâmica de Viseu Medieval. Subsídios para um Guia da Cidade”, in *Separata da revista Beira Alta*, Viseu, 1968, pp. 9-10

⁷⁵ *Ibidem*

⁷⁶ *Ibidem*

⁷⁷ GIRÃO, A. de Amorim, *Viseu Estudo de uma Aglomeração Urbana*, Coimbra Editores Lda, 1925

⁷⁸ *Ibidem*



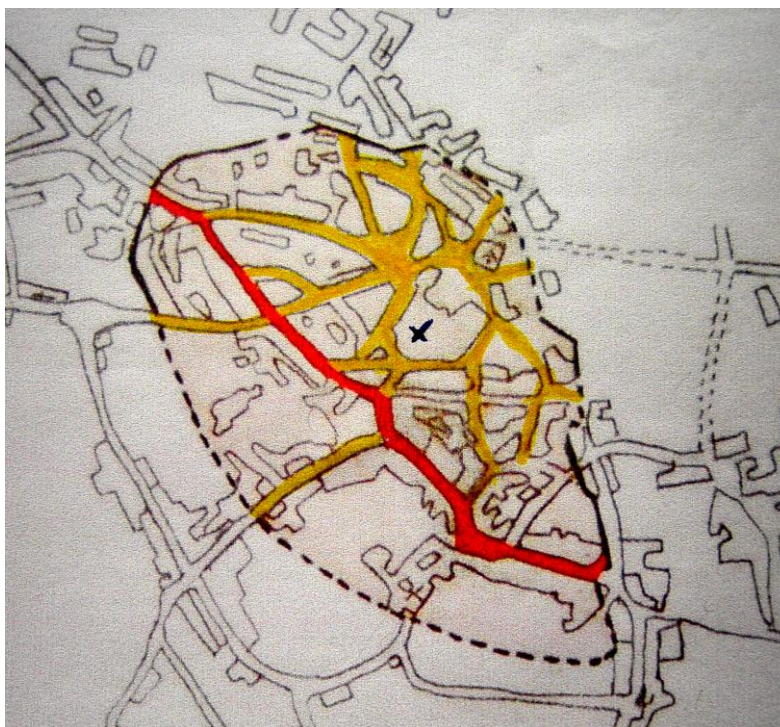


Fig. 6 – Mapa - cidade entre muralhas

Na obra *A Cidade Portuguesa*, o autor refere que após a expulsão quinhentista dos judeus as ruas foram frequentemente rebaptizadas de Rua Nova. A designação Rua Nova foi portanto dada à Rua da Judiaria ou da Sinagoga⁷⁹.

Perante esta conjuntura inconclusiva, fica a hipótese não confirmada de a Rua Direita ter sido em tempos designada de Rua Nova ou Rua das Tendras.

A sua antiguidade é bem demonstrada pelo facto de ser uma das ruas mais estreitas da cidade onde se encontra uma casa do séc. XIII-XIV⁸⁰ com o número de porta 114 a 116 e catorze cascas do séc. XV e XVI, que ainda hoje se podem admirar. Na época era a rua mais comprida da cidade e ligava as portas norte e sul da muralha afonsina, conforme consta do livro do registo paroquial da Sé, onde se pode ler em dois assentos de baptizados de 1594, transcritos por Lucena e Vale: “A 9 de Junho de 94 annos Baptizou [...] m^{os} na rua direita junto a quelha de g^{ar} Vaz [...]”⁸¹ e “Aos 13 dias do mês de Dezembro de 1592 annos Baptizou [...] m^{or} no arco

⁷⁹ ROSSA, Walter, “A Cidade Portuguesa”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa. Do Barroco à Contemporaneidade*, vol. III, Lisboa, Circulo de Leitores, 1995, pp. 252 e 263.

⁸⁰ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, [em linha], [Consultado 03 Janeiro 2010], Disponível em <http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx>

⁸¹ VALE, Lucena, “Viseu Antigo”, in *Beira Alta*, Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1.º Trimestre, Volume I, Viseu, 1942, p. 30



junto a quelha de g^{ar} Vaz [...]”⁸². Das expressões transcritas do registo paroquial, nomeadamente, “[...] na rua direita junto à quelha de Gaspar Vaz [...]” e “[...] no Arco junto à quelha de Gaspar Vaz [...]”, infere-se que a Rua Direita não terminava no Largo das Freiras, mas na Porta dos Cavaleiros, uma vez que a quelha de Gaspar Vaz terminava junto ao arco (fig.7).

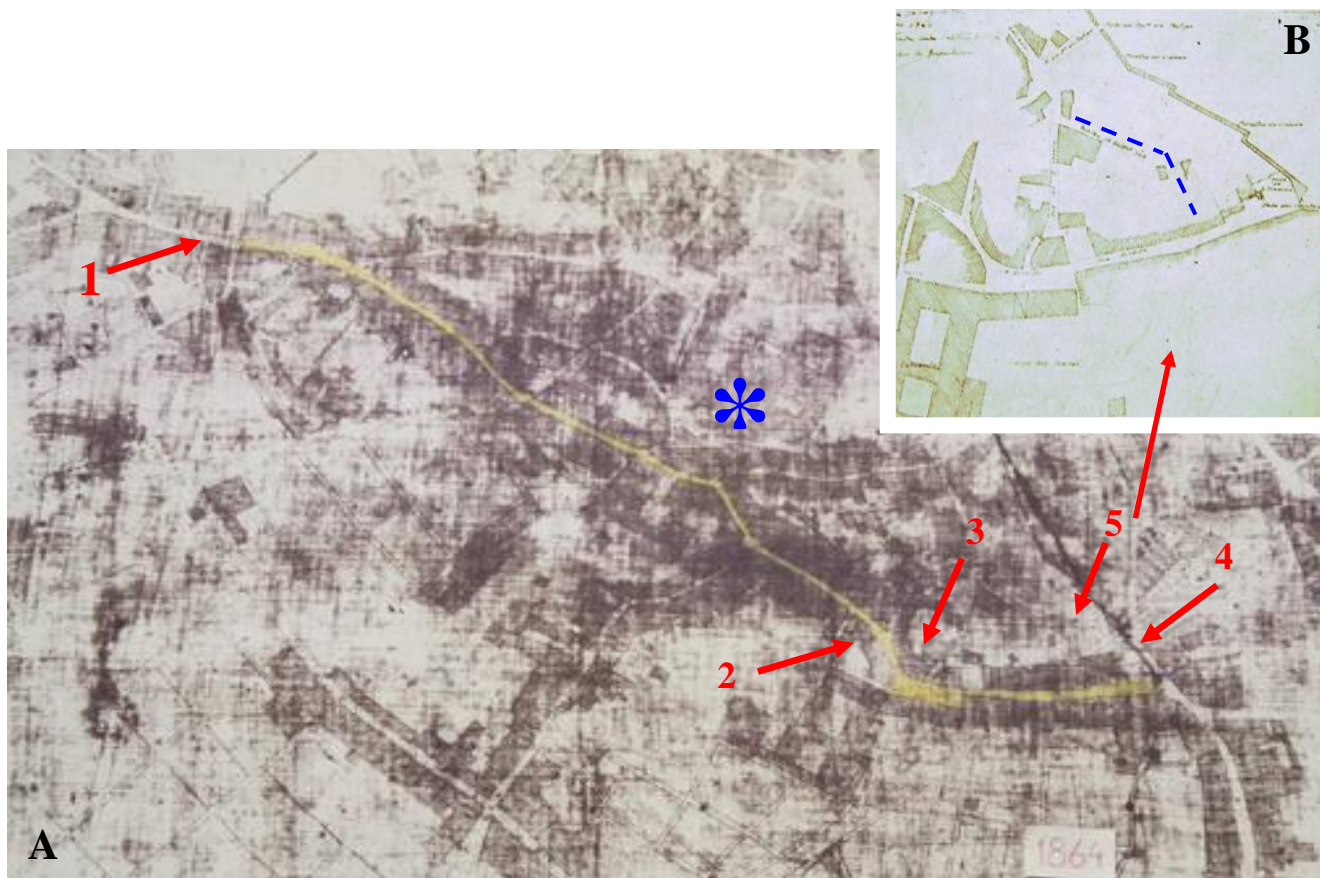


Fig. 7 – A - Mapa de Viseu de 1864. Câmara Municipal de Viseu.

B - Mapa de pormenor da quelha Gaspar Vaz ⁸³

- | | |
|---|--|
| 1 – Extremo da Rua Direita, actual “cimo” | 2 – Extremo da Rua Direita, actual “fundo” |
| 3 – Largo das Freiras (desaparecido) | 4 – Porta dos Cavaleiros |
| 5 - Quelha Gaspar Vaz ----- | * – Sé Catedral |

No último quartel do séc. XIX, com a abertura da Avenida Emídio Navarro, parte do Convento das Freiras foi demolido e a rua passou a terminar no

⁸² VALE, Lucena e – “Viseu Antigo”, in *Beira Alta*, Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1.º Trimestre. Volume I, 1942, p.30

⁸³ *Ibidem*, p. 32



antigo Largo das Freiras, actual Largo Mouzinho de Albuquerque⁸⁴. A via que liga este largo à muralha afonsina, antes parte integrante da Rua Direita, passou a chamar-se Rua dos Cavaleiros⁸⁵, designação que permanece.

A Rua Direita tem hoje 460 metros de comprimento e atravessa em declive sensível toda a extensão conservada do burgo medieval. Nela confluem ou dela partem, no sentido descendente, do lado esquerdo, seis ruas: Rua de D. Duarte ou da Cadeia, Rua Senhora da Piedade, Rua Augusto Hilário ou Rua Nova, Rua das Escadinhas, Rua Escura e Rua do Carvalho. Do lado oposto descem quatro ruas: Rua do Carmo, Rua da Árvore, Rua da Prebenda, Rua de Gonçálinho e uma viela sem saída, a Travessa da Carqueja. Apenas duas atravessam a Rua Principal, sendo as outras desencontradas⁸⁶ (fig.8).

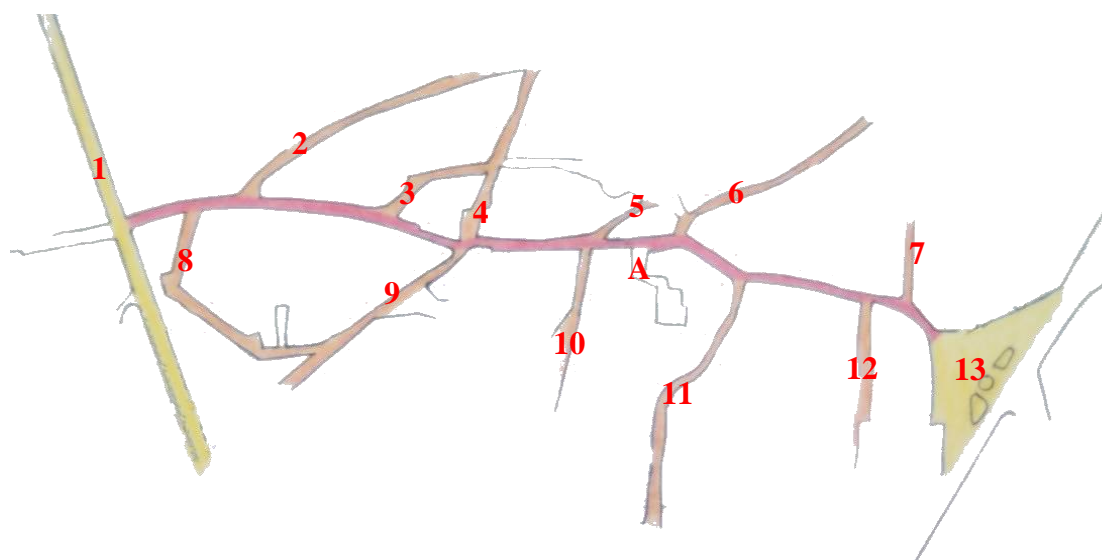


Fig. 8 - Ruas que confluem na Rua Direita actualmente.

(Esquema elaborado pela autora.)

- | | |
|-------------------------------------|---|
| 1 – Rua Formosa – Quatro esquinas | 8 – Rua do Carmo |
| 2 – Rua D. Duarte ou da Cadeia | 9 – Rua da Árvore |
| 3 – Rua Senhora da Piedade | 10 – Rua da Prebenda |
| 4 – Rua Augusto Hilário ou Rua Nova | 11 – Rua do Gonçálinho |
| 5 – Rua das Escadinhas | 12 – Vuela sem saída - Travessa da Carqueja |
| 6 – Rua Escura | 13 – Largo Mouzinho de Albuquerque |
| 7 – Rua do Carvalho | A – Desvão – Palácio dos Silveiras / Centro de Recrutamento Militar |

⁸⁴ COELHO, José, “Origem dos Rossios de Viseu”, in *Beira Alta*, Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1960, p. 528

⁸⁵ GIRÃO, A. de Amorim, *Viseu Estudo de uma Aglomeração Urbana*, Coimbra Editores Lda, 1925, p. 74

⁸⁶ RIBEIRO, Orlando, “A Rua Direita de Viseu”, in *Revista Geographica*, n.º 16, 1968, p. 52



Actualmente uma das entradas da rua faz-se pela Rua Formosa, no cruzamento das Quatro Esquinas, e no extremo oposto faz-se a partir do Largo Mouzinho de Albuquerque. A ligação à Porta dos Cavaleiros, ainda hoje intacta, faz-se pela rua com o mesmo nome, Rua dos Cavaleiros.

Em meados do séc. XX houve a intenção⁸⁷ por parte das autoridades locais, de alargar a rua no sentido de a endireitar e adaptar às exigências do trânsito da época, uma vez que o traçado original apresentava uma forma sinuosa com largura entre dois a quatro metros. Formalmente, surgiu o Anteplano de Urbanização de Viseu de 1950 (fig. 9), que previa um alargamento, sensivelmente a meio da rua, junto ao Palácio dos Silveiras, precisamente na zona mais estreita. O anteplano previa ainda alargar a Rua da Prebenda, que cruza a Rua Direita nesta zona, a demolição de um quarteirão delimitado pela Rua Direita, Rua das Escadinhas e Rua Escura e ainda algumas casas nas traseiras da Sé. No total, exigiria a demolição de oito casas da Rua Direita e viria dar maior amplitude à parte posterior da Sé Catedral de Viseu⁸⁸. Isto acontecia numa época em que não era dada importância ao conjunto do edificado mas sim ao monumento.

«Impõe-se desafrontar este bloco e estabelecer uma zona de protecção. Nas plantas de trabalho e de urbanização apresenta-se o arranjo em redor da Sé, o qual prevê o desaparecimento de edifícios sem carácter, nomeadamente nos seus lados nascente e sul»⁸⁹.

«[...] aquele projecto antigo que é justa aspiração da cidade: o desafrontamento da parte posterior pela demolição do casario, aliás velho e de pouco preço, [...]»⁹⁰

O anteplano não chegou a sair do papel (fig. 10). A inadaptação à circulação rodoviária manteve-se ao longo dos anos e obrigava a que, quando passava um automóvel, os transeuntes se encostassem às paredes ou se

⁸⁷ José Madeira, o autor do poema da Rua Direita, contava que terá havido intenção de alargar a Rua Direita junto às Quatro Esquinas mas que essas intenções deram em Rocha, Rocha que ninguém conseguiu demover, por se tratar de um comerciante que não deixou recuar o seu edifício. O Rés-do-chão do edifício em questão era então ocupado pela “Mercearia Rocha”. Contudo o Anteplano de Urbanização de 1950 não contempla o alargamento nesta zona. (Informação verbal, 1987).

⁸⁸ VALE, Lucena – “Notas e Comentários – Algumas sugestões”, in *Beira Alta*, Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1955, p.237

⁸⁹ AGUIAR, João António de (Arq.), *Anteplano de Urbanização de Viseu*. Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo, 1950, pp. 89 e 149, [em linha], [Consult. 25 Março 2010], Disponível em WWW: <<http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>>

⁹⁰ *Ibidem*, p.237



refugiassem no interior das lojas, dada a estreiteza da rua e a inexistência de passeios (ver anexo 3 – G e O). Rua de características comerciais, de dia é animada e colorida, porque as lojas expõem na rua o que mal podem mostrar nas portas e janelas apertadas⁹¹. À noite é uma rua tranquila e quase deserta.

Actualmente é uma rua pedonal, com trânsito condicionado a moradores e restrição nos horários da passagem dos carros na rua. A exposição das mercadorias no exterior das lojas foi muito reduzida e já poucas lojas o fazem.

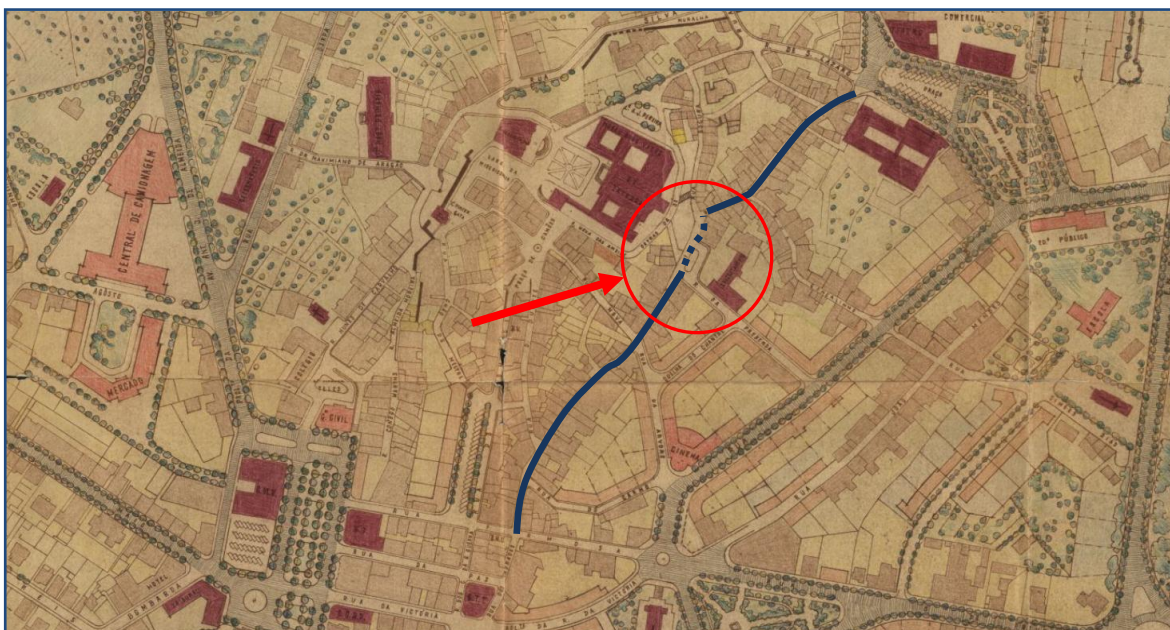


Fig. 9 – Projecto de alargamento da Rua Direita em 1950⁹²



Fig. 10 – Vista aérea 2010

⁹¹ RIBEIRO, Orlando, “A Rua Direita de Viseu”, in *Revista Geographica*, n.º 16, 1968, pp. 49-63

⁹² AGUIAR, João António de (Arq.), *Anteplano de Urbanização de Viseu*. Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Planta de Urbanização, 1950, [em linha], [Consult. 25 Março 2010], Disponível em WWW: <<http://195.23.12.204/DeepZom.aspx?souce=1&ent=1660>>



2 Análise Descritiva da Rua Direita

A análise descritiva da Rua Direita visa conhecê-la tal como ela hoje se apresenta, em todos os aspectos. Começaremos pela análise demográfica para saber qual a sua população e como evoluiu nos últimos anos. Iremos descrever as suas edificações, caracterizando-as de modo a termos o retrato geral da rua e apresentaremos, com mais algum detalhe, aquelas que se encontrem classificadas como património. Depois faremos a análise das actividades que ainda perduram, sobretudo a actividade comercial, não esquecendo as instituições que ao longo de muitos anos lá tiveram a sua sede e contribuíram para a importância que a rua ganhou.

2.1 Análise demográfica

O concelho de Viseu é constituído por trinta e quatro freguesias e tinha 93.511 habitantes em 2001.

Número de habitantes do concelho de Viseu por freguesia, em 2001

- < 2000
- 2001 – 4000
- 4001 – 6000
- 6001 – 8000
- 8001 - 1000

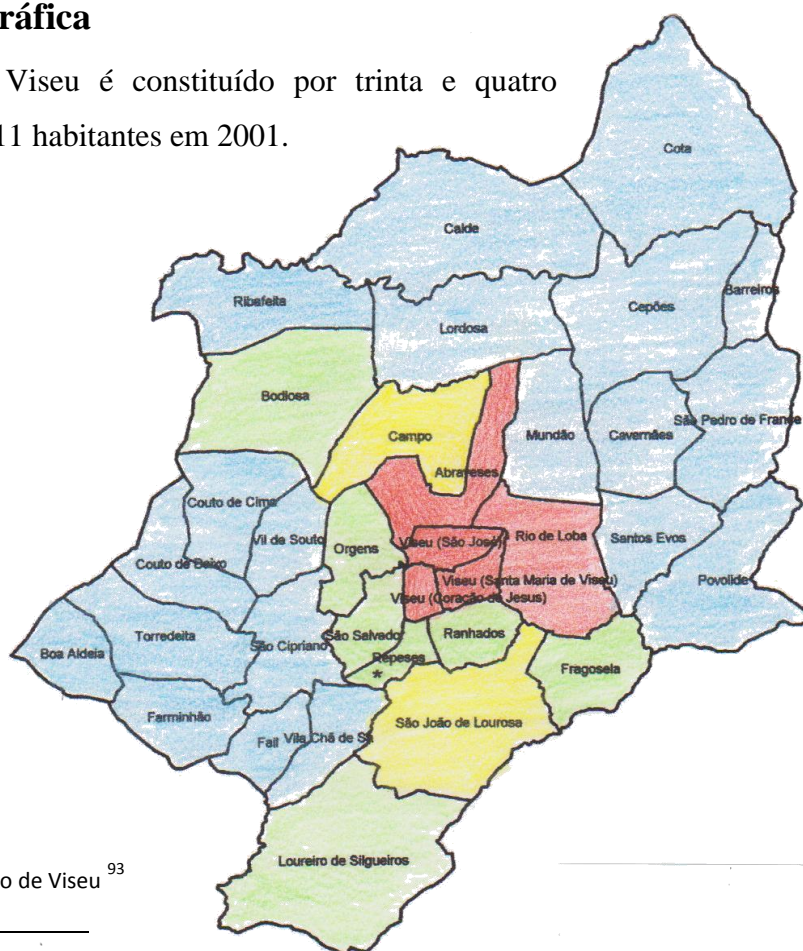


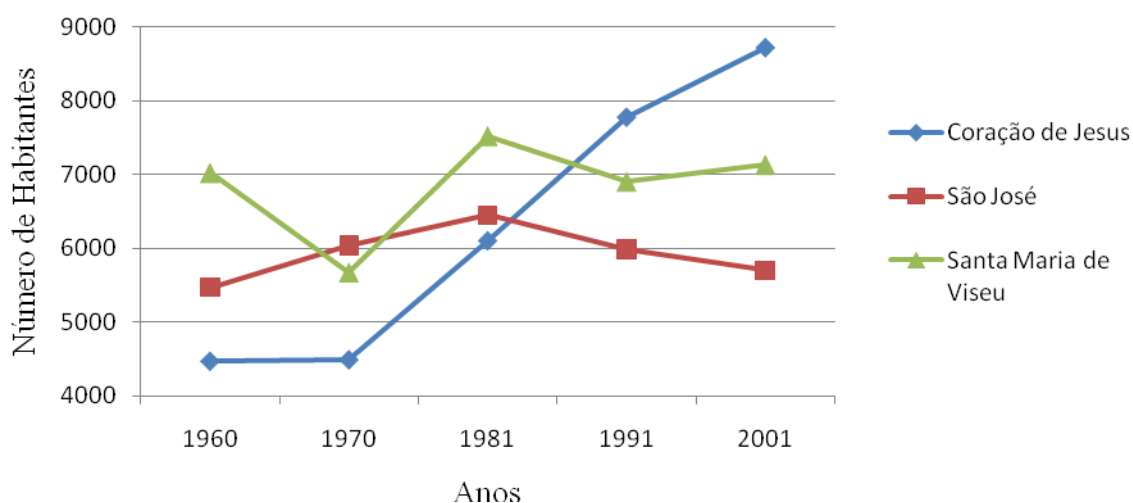
Fig. 11– Freguesias do concelho de Viseu ⁹³

⁹³ Instituto Nacional de Estatística, XIV Recenseamento Geral da População, 2001



Entre 1960 e 2001, a população de Viseu passou de 79 890 para 93.511 habitantes, com um aumento de 13.621 habitantes, ou seja 14,6% (ver anexo 4). O maior aumento populacional foi registado entre 1991 e 2001, em que o número de habitantes passou de 83.611 para 93.511, com um aumento de 9900 habitantes, ou seja 11,8%⁹⁴. A densidade populacional do concelho em 2001 é de 186,5 habitantes por Km², no entanto a população está concentrada sobretudo na freguesia de Coração de Jesus, cuja densidade registada foi de 3601,75 habitantes por Km²⁹⁵.

O centro urbano está dividido em três freguesias: Coração de Jesus, São José e Santa Maria de Viseu. Em 2001 viviam nestas freguesias um total de 21.545 pessoas. No período compreendido entre 1960 e 2001, a freguesia do Coração de Jesus quase duplica a população, passando de 4469 para 8716 habitantes; na freguesia de São José, neste período, apenas se regista um aumento de 227 habitantes e a freguesia de Santa Maria apresenta um aumento de 110 habitantes.



Evolução do número de habitantes das freguesias do centro urbano da cidade de Viseu

No entanto, ao analisarmos a freguesia de Santa Maria de Viseu, que é aquela onde se encontra a zona histórica e a Rua Direita, concluímos que houve, entre estas datas, oscilações significativas na população residente. Segundo a

⁹⁴ Instituto Nacional de Estatística, X Recenseamento Geral da População, 1960
Instituto Nacional de Estatística, XI Recenseamento Geral da População, 1970
Instituto Nacional de Estatística, XII Recenseamento Geral da População, 1981
Instituto Nacional de Estatística, XIII Recenseamento Geral da População, 1991
Instituto Nacional de Estatística, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

⁹⁵ SANTOS, Luísa, *Caracterização Sócio-Económica dos Concelhos*, Conselho de Viseu, 2004, p. 6.



sondagem realizada por inquéritos aos comerciantes da Rua Direita, concluímos que o maior aumento populacional aconteceu entre 1970 e 1981, época que corresponde ao período áureo da rua. Nesse período houve um aumento de 1245 habitantes. Entre 1981 e 1991 há um decréscimo populacional de 618 habitantes nesta freguesia. Este intervalo de tempo foi apontado como o período de perda da importância comercial da rua. Os dados relativos ao número de habitantes na freguesia de Santa Maria em 1991 e 2001 não reflectem a desertificação do centro histórico da cidade, nem da Rua Direita, já que existe um crescimento populacional. Após a consulta e estudo de cartogramas, com as subsecções e respectivos dados estatísticos do INE (fig. 12), foi evidenciado que tal facto se deve ao desenvolvimento de outras áreas residenciais dentro da freguesia, mas fora do centro histórico e da área de estudo, a Rua Direita.



Fig. 12 - Freguesia de Santa Maria (subsecções em 2001)⁹⁶

- Rua Direita
- Zonas de crescimento populacional acentuado (> 63,3% de 1991 a 2001)

⁹⁶ Instituto Nacional de Estatística, Base Geográfica de Referenciação Espacial (BGRE 2001)



Secções de maior crescimento populacional na freguesia de Santa Maria 1991 – 2001			
1991		2001	
Secções	N.º Habitantes	Secções - Subsecções	N.º Habitantes
003.02	170	De 001405 a 001435	271
003.04	75	De 001443 a 001476	622
006.04	11	De 001313 a 001316	150
006.05	8	De 001317 a 001325	156
008.04	225	De 001210 a 001299	599
009.02	494	De 000919 a 00947	811
010.05	283	De 001092 a 001099	431
Total	1266		3044

Tabela realizada pela autora com base nos dados estatísticos do INE ⁹⁷

Para confirmação, tentámos junto do INE obter informação específica sobre a Rua Direita, mas só foi possível obter informação das subsecções que a envolvem e não unicamente da rua, relativa aos censos de 1991 e de 2001 (ver anexo 5). Fazendo a análise destes dados, torna-se mais evidente o estado de desertificação da rua, já que de 1991 para 2001 a população diminuiu de 1953 para 338 pessoas, ou seja 82,70 %, sendo menor a descida nas idades mais avançadas, com 48,98 %, e maior nos mais jovens e crianças, que diminuíram de 54 para 6, com 88,98%.

Anos	População residente Total	População residente por idades nas subsecções que confluem com a Rua Direita					
		0 - 4	5 - 9	10 - 13	14 - 19	20 - 64	65 e mais
1991	1953	34	54	76	135	559	196
2001	338	11	6	11	21	181	100
	82, 70 %	67, 65	88, 89 %	85, 53 %	84, 45 %	67, 63 %	48, 98 %

Tabela realizada pela autora com base nos dados estatísticos do INE ⁹⁸

Em contraste com estes dados, temos as sete freguesias em redor do centro urbano, que a partir de 1970 tiveram um acentuado crescimento populacional, destacando-se duas, Abraveses e Rio de Loba, que praticamente duplicam a sua

⁹⁷ Instituto Nacional de Estatística, III Recenseamento Geral da Habitação, 1991
Instituto Nacional de Estatística, IV Recenseamento Geral da Habitação, 2001

⁹⁸ Instituto Nacional de Estatística, XIII Recenseamento Geral da População, 1991
Instituto Nacional de Estatística, XIV Recenseamento Geral da População, 2001



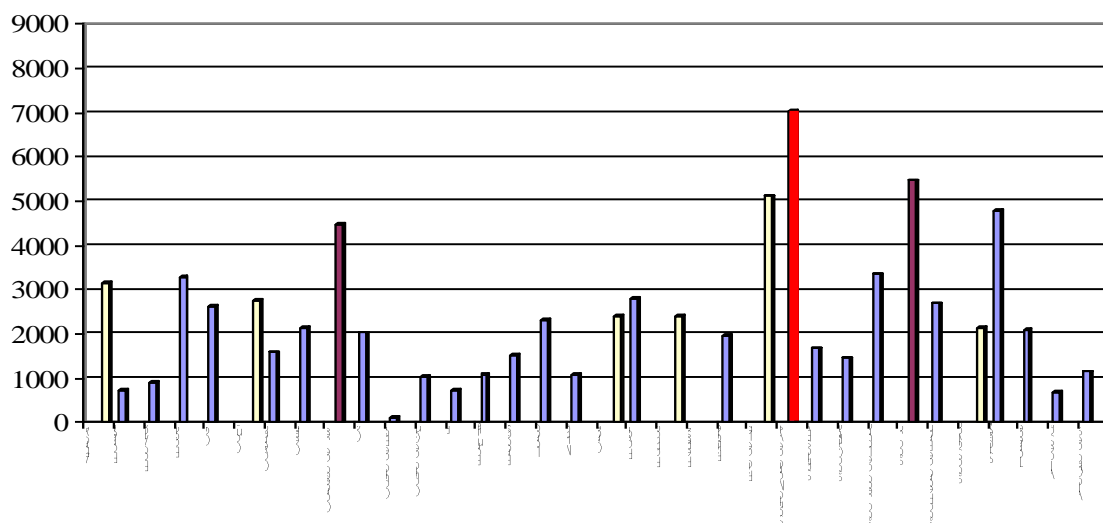
população. O centro esvazia-se, a favor das orlas onde surgem novos bairros (ver anexo 4).

Analisando os gráficos apresentados nas páginas 54 - 55, verificamos que em 1960 a freguesia de Santa Maria, onde se insere a Rua Direita, é a que apresenta maior número de habitantes, seguida pela freguesia de São José e pela freguesia de Rio de Loba, na periferia de Viseu. Em 1970, vinte das freguesias perdem população e regista-se na freguesia de Santa Maria um decréscimo populacional de 21%, enquanto a freguesia de São José não só não diminui como regista um aumento de 9% de residentes. Em 1981, vinte e três das trinta e quatro freguesias registam aumento populacional e a freguesia de Santa Maria volta a ser a que apresenta maior número de habitantes, com um crescimento populacional de 25%. Este corresponde ao período da rua apontado como áureo. Em 1991, a freguesia de Santa Maria perde novamente habitantes, enquanto a freguesia do Coração de Jesus aumenta 22% e é a que tem maior número de habitantes. Este aumento é justificado pelo crescimento de novos bairros nesta freguesia. As freguesias periféricas, Abraveses e Rio de Loba, com grandes áreas de novas urbanizações, em conjunto com a freguesia Coração de Jesus destacam-se das restantes pelo grande crescimento populacional. Em 2001, as sete freguesias periféricas da cidade dispararam em crescimento, e duas delas, Abraveses com 34% e Rio de Loba com 30%, ultrapassam em número de habitantes a freguesia de Santa Maria, que regista um crescimento de apenas 3%. Como já foi referido, esta percentagem de crescimento não tem a ver com o aumento de residentes no núcleo histórico, mas sim com a construção e ocupação de fogos nas novas urbanizações.

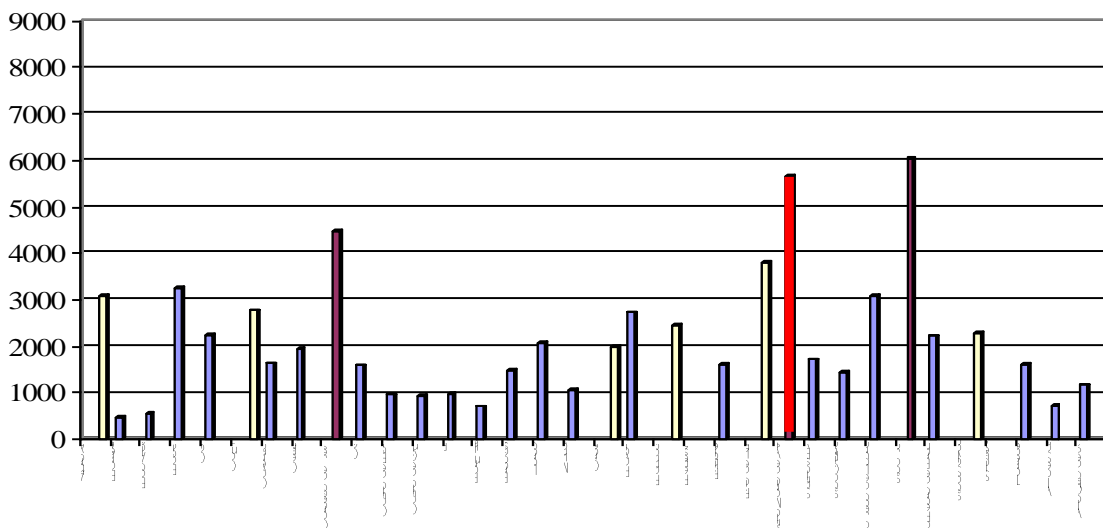
Em 2001, com as novas urbanizações, construídas em altura e na proximidade de novas instituições, como sejam o Instituto Politécnico, escolas, o novo hospital e o grande centro comercial que é o Palácio do Gelo, fazem com que a freguesia de Santa Maria, onde se insere a Rua Direita, não seja a de maior importância populacional, como o foi nas décadas de 1960 e 1980.



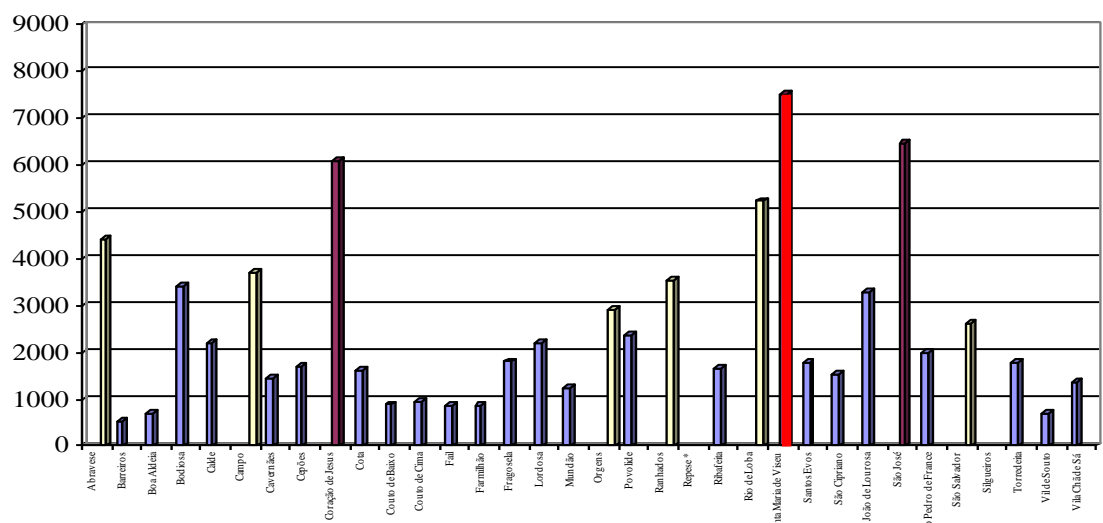
Número de habitantes das freguesias de Viseu em 1960



Número de habitantes das freguesias de Viseu em 1970



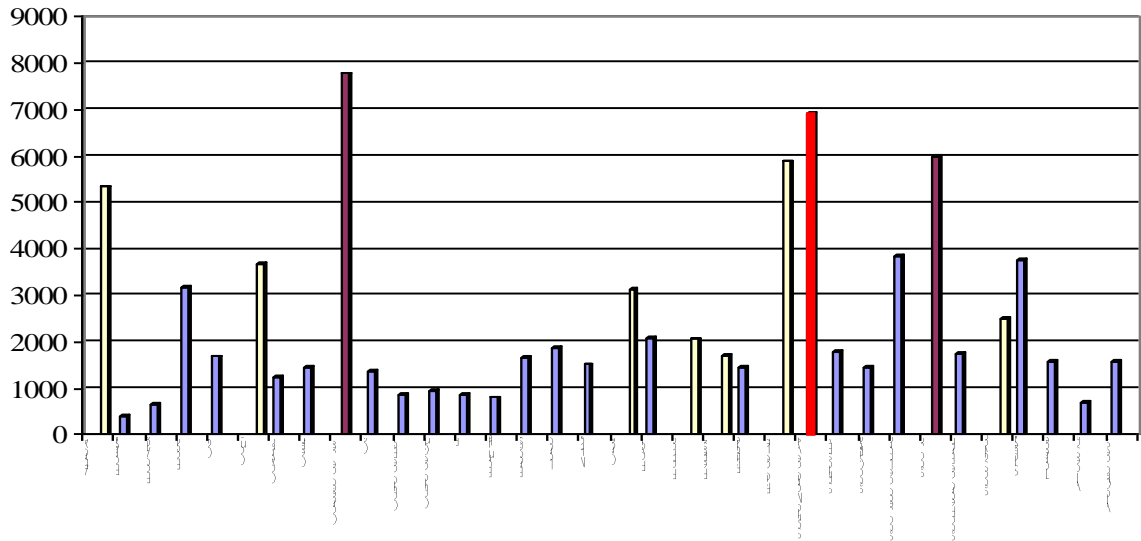
Número de habitantes das freguesias de Viseu em 1981



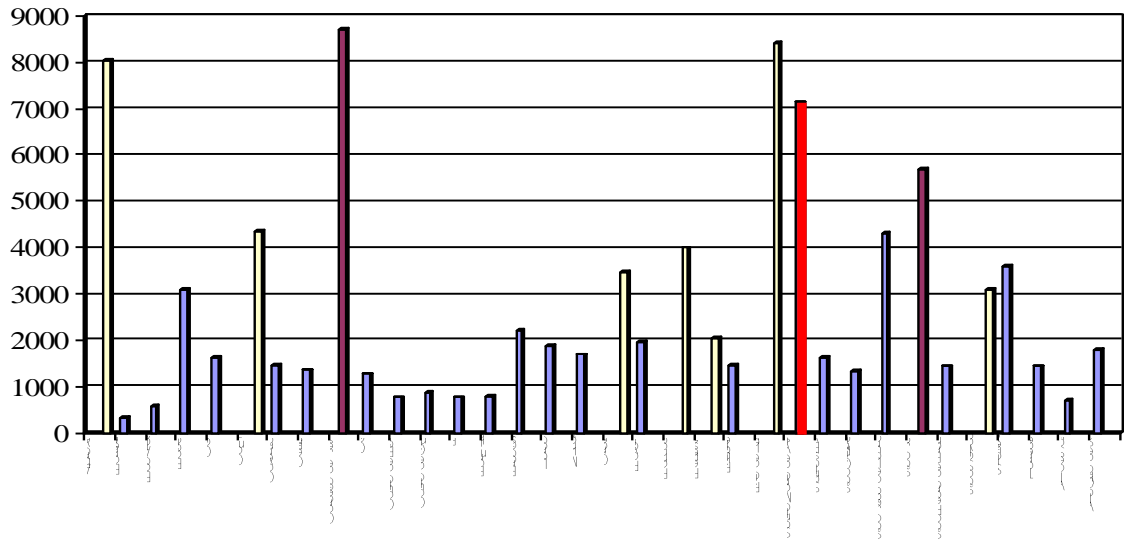
- Freguesias mais afastadas do Centro Urbano
- Freguesias do Centro Urbano (Santa Maria)
- Freguesias periféricas



Número de habitantes das freguesias de Viseu em 1991



Número de habitantes das freguesias de Viseu em 2001



- Freguesias mais afastadas do Centro Urbano
- Freguesias Centro Urbano (Santa Maria)
- Freguesias periféricas

⁹⁹ Instituto Nacional de Estatística, X Recenseamento Geral da População, 1960
 Instituto Nacional de Estatística, XI Recenseamento Geral da População, 1970
 Instituto Nacional de Estatística, XII Recenseamento Geral da População, 1981
 Instituto Nacional de Estatística, XIII Recenseamento Geral da População, 1991
 Instituto Nacional de Estatística, XIV Recenseamento Geral da População, 2001



2.2 Comércio local

O comércio viseense foi, através dos séculos, uma actividade muito sólida na cidade, sendo, por isso um impulsionador do grande desenvolvimento de Viseu. Isto acontecia devido à sua centralidade de Viseu relativamente a vias de comunicação que datam do tempo dos romanos, como já referimos, e também porque a cidade é rodeada de terrenos muito férteis e ricos em minerais. O comércio começou por se realizar nas praças e ruas típicas do burgo medieval. Depois, em contínuo desenvolvimento foi-se estendendo às novas artérias, cuja abertura e evolução foi sendo imposta pela necessidade de ampliação da cidade. Viseu tem fortes razões para ser grata ao seu comércio, pela promoção que este tem feito da cidade¹⁰⁰.

A Rua Direita é um local de passagem, não só para os habitantes de Viseu, mas também para um grande número de visitantes que se deslocam à cidade, procurando os serviços e os estabelecimentos comerciais aí implantados.

Um estudo comparativo entre os registos efectuados nos anos de 1968, 1987, 1998 e 2009, permite-nos analisar a evolução do comércio na rua, quer a nível quantitativo quer a nível qualitativo.

Entre o estudo efectuado por Orlando Ribeiro em 1968 e a contagem realizada em 1987, a actividade comercial modificou-se, notando-se o desaparecimento de lojas típicas de determinadas épocas em prol de um comércio mais rentável e actual, sem perder as características de exposição de mercadorias espalhadas pela rua, como se de uma feira se tratasse. Era principalmente nesta artéria que os vendedores ambulantes faziam o seu negócio.

Em 1968 todas as casas eram ocupadas com estabelecimentos comerciais ao nível do rés-do-chão, exceptuando duas casas que eram de habitação e outra onde funcionava um posto da Cruz Vermelha¹⁰¹.

Havia comércio de bairro destinado ao abastecimento do dia-a-dia: mercearias, tabernas e padarias; e comércio de artigos ocasionais destinado a uma clientela mais vasta, tanto da cidade como dos arredores: sapatarias, drogarias, farmácias, lojas de louça e móveis, lojas de panos, quinquilharias e ourivesarias.

A exposição dos produtos era feita à porta, com mostruários encostados à parede, que se colocavam e retiravam todos os dias, dando à rua um cariz de

¹⁰⁰ CORREIA, Reinaldo, “Bodas de Ouro, 1929 – 1979”, in *Orfeão de Viseu*, 1979

¹⁰¹ RIBEIRO, Orlando, “A Rua Direita de Viseu”, in *Revista Geographica*, n.º 16, 1968, pp. 49 - 63



bazar. O comércio de luxo existia no troço entre a Rua Formosa e a Rua D. Duarte, onde se situavam as únicas “casas finas” de roupas de homem e de mulher e um restaurante - pastelaria de clientela selecta¹⁰².

Em 1987, os andares superiores estão na maior parte habitados. Ao nível do rés-do-chão, uma das duas casas que no registo de 1968 estavam habitadas, passa a ser comercial, ficando apenas uma casa habitada no rés-do-chão, o n.º 170. Em 1998 e 2009 não existe nenhuma casa habitada no rés-do-chão.

«A intimidade que às vezes se pressente em casinhas do r/chão que se espreitam sem querer e as lojinhas fundas do comércio ou último uso de um ofício de latoeiro ou sapateiro, continuam sendo vivo testemunho de uma arquitectura e organização tradicional de vida de que não teremos, um dia breve, mais memória»¹⁰³.

O tipo de comércio da Rua Direita foi sempre bastante diversificado ao longo do tempo e apresentava a seguinte distribuição:

Comércio - Rua Direita							
1968		1987		1998		2009	
10	Roupa Feita 8 - Lojas de Roupa Feita 1 - Roupa Fina/Camisaria/ Homem 1 - Roupa Fina/Senhoras	37	Pronto-a-vestir 21 - Pronto-a-vestir adulto 9 - Pronto-a-vestir criança/ j. 4 - Pronto vestir roupa mista 1 - Noivas	41	Pronto-a-vestir 31 - Pronto-a-vestir adulto 6 - Pronto-a-vestir criança/j. 1- Roupa interior/lingerie 3 - Noivas	37	Pronto-a-vestir 23- Pronto-a-vestir adulto 5 - Pronto-a-vestir criança/j 2 - Roupa interior 1 - Meias 6 - Noivas
11	Sapatarias	12	Sapatarias	10	Sapatarias	13	Sapatarias
9	Louças e Móveis	2	Louças e Móveis	-	-	-	-
8	Lojas de Panos	-	-	1	Tecidos	-	-
8	Quinquilharias	1	Quinquilharias	-	-	4	Quinquilharias
7	Ourivesarias	8	Ourivesarias	11	Ourivesarias	11	Ourivesarias
5	Mercearias	2	Mercearias	3	Mercearias	-	-
4	Móveis e colchoaria	-	-	-	-	-	-
3	Frutarias	-	-	-	-	1	Frutaria
3	Fotografias	4	Fotógrafos	3	Fotógrafos	2	Fotógrafos
3	Livrarias e papelarias	2	Livrarias e papelarias	1	Livrarias e papelarias	1	Livrarias e papelarias
3	Engraxadores	-	-	-	-	-	-
3	Barbeiros	-	-	-	-	-	-
2	Drogarias	2	Drogarias	3	Drogarias	2	Drogarias
2	Farmácias	2	Farmácias	2	Farmácias	1	Farmácias
2	Relojoarias (Conserto)	2	Relojoarias (Conserto)	-	-	-	-
2	Artigos eléctricos	3	Art. eléct/electrodoméstico	3	Art. eléct/electrodoméstico	1	Art. eléct/electrodomést.
2	Chapelarias	1	Chapelarias	1	Chapelarias/Malas/Bijutaria	1	Chapelarias/Malas/Bijutaria
1	Amolador	-	-	-	-	-	-
1	Restaurantes	1	Restaurantes	4	Restaurantes	2	Restaurantes
1	Restaurante/Pastelaria	1	Restaurante/Pastelaria	1	Restaurante/Pastelaria	1	Restaurante/Pastelaria
1	Tinturaria	1	Tinturaria/Lavandaria	1	Tinturaria/Lavandaria	1	Tinturaria/Lavandaria
1	Alfaiate	-	-	-	-	-	-

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ CORREIA, Alberto – Viseu – Cidades e Vilas de Portugal, Editorial Presença, 1989, p. 27



1	Casa de sementes	1	Casa de sementes	-	-	-	-
1	Malas	-	-	2	Malas/Bijutaria	-	-
1	Guarda-chuvas	-	-	-	-	-	-
1	Oculista e armeiro	1	Oculista	1	Oculista	2	Óptica
1	Gaitas e harmónios	-	-	-	-	-	-
1	Antiguidades	-	-	-	-	-	-
1	Cestaria	2	Cestaria	2	Cestaria/Decorações	-	-
1	Cerieiro	1	Cerieiro	1	Cerieiro (casa das velas)	1	Casa das velas/Art.Religios
1	Latoeiro	1	Latoeiro	1	Latoeiro	-	-
1	Solas	-	- (remodelação)	-	-	-	-
1	Agência de seguros	-	-	-	-	1	Agência de seguros
1	Cooperativa	-	-	-	-	-	-
6	* Padarias	2	Padaria	1	Padaria	2	Padaria/Pastelaria
6	* Tabernas	2	Tabernas	1	Taberna	1	Tabernas
		3	Desporto	3	Desporto	2	Desporto
		1	Roupa de casa	3	Roupa de casa/Têxteis	3	Têxteis Lar
		1	Pastelaria	2	Pastelaria/Padaria	-	-
		1	Tabacaria/Engraxad/Alfarrab	1	Tabacaria/Alfarrabista	1	Tabacaria
		3	Minimercados	1	Minimercados	1	Minimercados
		1	Quinquilharia/Amolador	-	-	-	-
		3	Louças	5	Louças	2	Louças
		1	Louças WC	-	-	-	-
		1	Louças/Móveis/Cozinha/WC	-	-	-	-
		1	Louças/Móveis/ Electrod.	-	-	-	-
		1	Louças e Plásticos	-	-	-	-
		3	Talhos	1	Talho	-	-
		1	Ferragens/Cutelarias	1	Ferragens/Cutelarias	1	Ferragens/Cutelarias
		1	Sapateiro/Conserto rápido	1	Sapateiro/Conserto rápido	1	Sapateiro/Conserto rápido
		1	Mercearia/Plásticos	-	-	-	-
		1	Venda de Discos	1	Venda de discos	-	-
		1	Geladaria	-	-	-	-
		1	Lotarias	-	-	-	-
		3	Quinquilharia/Brinquedos	2	Brinquedos	1	Brinquedos
		3	Restaurante/Taberna				
				1	Cervejaria	1	Cervejaria
				1	Snack-Bar	1	Snack-Bar
				1	Materiais de construção	-	-
				1	Informática	-	-
				2	Perfumaria	1	Perfumaria
				1	Drogaria/perfumaria	1	Drogaria/perfumaria
				1	Decoração	-	-
						1	Restaurante/Taberna
						3	Artigos Chineses
						1	Fogões Lenha/ M. costura
						1	Centro Estética
116	* Total	123	Total	123	Total	106	Total
4	Lojas fechadas	1	Fech. remodelação comer. ≠	-	-	15	Lojas fechadas
2	Casas Habitad. R/chão	1	Casas Habitadas R/chão	-	-	-	-
122	Total	125	Total	123	Total	121	Total
2	Vended. Ambulantes	3	Vendedores Ambulantes	1	Vendedor Ambulante	-	-

Comércio da rua em 1968, 1987, 1998 e 2009 ¹⁰⁴ (elaborado pela autora).

De 1968 a 2009 houve alteração do número de lojas comerciais, explicada pela divisão do espaço de algumas lojas, pela junção de outras e por vezes pelo

* Na contagem do comércio, existente na Rua Direita, realizada por Orlando Ribeiro, apresenta um total de cento e quatro estabelecimentos, mais à frente conta ainda seis padarias e seis tabernas.

¹⁰⁴ 1968 – RIBEIRO, Orlando, “A Rua Direita de Viseu”, in *Revista Geographica*, n.º 16, 1968, p.59

1987 – FERREIRA, Paula e GONÇALVES, Artur, “A Rua Direita de Viseu”, in *Diaporama*, 1987

1998 – “Estudo Global de Renovação urbana da Zona Histórica da cidade de Viseu. Dossier de recolha de dados na zona de intervenção do projecto, Rua Direita”, in, *Conclusão - Estudos e Formação Lda.*, Viseu, 1998

2009 - Contagem realizada pela autora.



aproveitamento de vãos de escadas para mais um local de comércio. Exemplo deste facto é a loja das solas, referida por Orlando Ribeiro em 1968, que após o encerramento para remodelação em 1987, dá lugar a três novas lojas: louças, perfumaria e pronto-a-vestir, registadas em 1998. É ainda exemplo o caso da tabacaria Celestino, que em 1987 e 1998 funcionava no vão de escada do edifício de porta número 13 e que no início de 2009 foi transferida para a loja de número de porta 19 a 23. Houve ainda, na contagem realizada em 2009, o registo da junção de espaços destinada a obter lojas de maior superfície, como aconteceu nos números de porta do 35 ao 45, hoje sapataria Guimarães, em que o restaurante Bocage e a casa António das Águas foram agregados. Há também o registo de que as duas lojas de pronto-a-vestir, talho e a escadaria da antiga pensão Europa, existentes nos números de porta 47 a 51, deram lugar a uma maior superfície de pronto-a-vestir, actualmente encerrada.

Em 1968, existiam cento e dezasseis estabelecimentos comerciais em plena laboração, cento e vinte e três em 1987 e 1998 e cento e seis em 2009. Contavam-se em 1968 quatro lojas fechadas, em 1987, uma loja fechada em remodelação, em 1998 o espaço do rés-do-chão dedicado às lojas está todo ocupado por comércio e em 2009 estão fechadas quinze lojas: seis estavam instaladas em prédios em adiantado estado de degradação, duas em prédios a ameaçar ruir, já sem telhado; uma tinha sido remodelada e seis estavam a necessitar de intervenção e encontram-se para trespasse.

A par das alterações físicas do comércio na rua, houve um ajustamento entre o que se vendia e a designação do produto. O pronto-a-vestir substituiu a denominação de “roupa feita”, “lojas de tecidos” em vez de “lojas de panos” e “minimercado” em lugar de “mercearia”.

Em relação à tipologia das lojas referidas por Orlando Ribeiro, até 2009 desapareceram dezanove lojas, algumas mais artesanais, tais como engraxadores, alfaiate, amolador; e outras cuja importância se foi atenuando: louças e móveis, lojas de panos, mercearias, móveis e colchoaria, barbeiros, relojarias, chapelarias, casa de sementes, malas, guarda-chuvas, oculista e armeiro, gaitas e harmónios, antiguidades, cestaria, latoeiro, solas e uma cooperativa. Por outro lado, em 1987 verifica-se o aparecimento de novos produtos de consumo generalizado: artigos de desporto, roupa de casa, pastelaria, minimercados, brinquedos, louças de WC, móveis de cozinha, electrodomésticos, louças e



plásticos, talhos, ferragens / cutelarias, sapateiro / conserto rápido, venda de discos, lotaria, geladaria entre outros.

Em 1998 impunha-se outro tipo de comércio e apareciam novas lojas que comercializavam produtos como materiais de construção, informática, perfumarias, decoração, cervejaria e snack-bar. Encerraram algumas lojas que apenas tinham surgido na contagem anterior, 1987, geladaria, lotaria, louças e plásticos, louças de WC, móveis de cozinha e electrodomésticos.

Em 2009 uma das duas tabernas foi transformada em restaurante – taberna, surgiram três casas de artigos chineses, uma de fogões a lenha e máquinas de costura e um centro de estética. Verifica-se que das várias lojas que surgiram em 1998 já desapareceram as que negociavam materiais de construção, informática, decoração e uma de brinquedos. Em todas as datas do estudo, 1968, 1987, 1998 e 2009, o tipo de comércio predominante era o pronto-a-vestir, que teve um aumento de vinte e sete lojas, passando de dez para trinta e sete, entre 1968 e 1987. Entre 1987 e 1998 surgiram mais quatro lojas, perfazendo um total de quarenta e uma lojas de pronto-a-vestir. Já no período de 1998 a 2009, embora continue a ser o ramo comercial a ter maior número de lojas, estas diminuíram em quatro, perfazendo um total de trinta e sete lojas de pronto-a-vestir. Isto deve-se ao facto de ter havido mudanças sociais e o desenvolvimento em grande escala da indústria têxtil, que levou ao desaparecimento de lojas de tecidos e retroses, bem como das costureiras de bairro. Do comércio mais representativo em 1968, foram três os tipos de lojas que se mantiveram, aumentaram em número os de pronto-a-vestir, sapatarias e ourivesarias, sendo de salientar que o maior número de sapatarias se regista em 2009. Desapareceram quatro tipos de lojas: louças e móveis, móveis e colchoaria, lojas de panos e mercearias. De seis padarias e seis tabernas que havia, diminuíram para duas e uma respectivamente. Em 1968 havia oito lojas que comercializavam quinquilharias, na contagem de 1998 não foi registada nenhuma loja que vendesse este tipo de produtos, mas em 2009 voltaram a ser registadas quatro lojas.

Algumas destas actividades passaram para as ruas que confinam com a Rua Direita, nomeadamente as tabernas: duas situam-se na rua de D. Duarte, três na Rua Senhora da Piedade, uma na Rua das Escadinhas e outra na Rua de Gonçalinho.



Durante o dia, algumas casas comerciais dispõem na rua parte dos produtos que têm à venda, embora não com a extensão e volume de outrora, porque, segundo afirmaram os comerciantes, os mesmos foram proibidos de o fazer pela Postura Municipal de Maio de 1992¹⁰⁵ e pela proibição camarária de “espalhar pela rua” os artigos à venda. Apenas lhes é permitido colocá-los na parede dos edifícios onde estão instalados os estabelecimentos, não havendo permissão para usar o pavimento da rua. Esta posição é do desagrado de muitos comerciantes que dizem não conseguir mostrar os artigos numa área tão limitada. No entanto, na opinião de alguns transeuntes interrogados, a perda desta característica da rua facilita a circulação. A posição do gabinete da SRU no que diz respeito à exposição das mercadorias na rua é a de que se deve evitar ou mesmo não o fazer. A rua apresenta uma diversidade de frontarias que deve ser dada ao transeunte a observar e que por vezes é ocultada com a exposição dos produtos nas fachadas. Ao longo do ano 2009 foi observado que a exposição dos artigos na rua variava consoante a época do ano ou os dias da semana, correspondendo as alturas de mais movimento a exposições de maiores dimensões, de artigos na rua.

A presença dos vendedores ambulantes na rua era, igualmente, mais numerosa na rua, nas alturas de maior movimento. Aí faziam o seu negócio, uns diariamente, outros apenas nos dias de maior movimento: terças-feiras, dias de feira semanal, e sábados, dias de maior volume de negócios na praça¹⁰⁶. Algumas pessoas aproveitavam estes dias para fazerem negócio na rua com os produtos que traziam das suas aldeias. O dinheiro da venda da sua produção era maioritariamente gasto em produtos adquiridos nos estabelecimentos da Rua Direita. Actualmente, os vendedores ambulantes referidos por Orlando Ribeiro e fotografados pela autora em 1987, desapareceram da rua (fig.13).

¹⁰⁵ Postura sobre ocupação dos espaços da via pública e do espaço aéreo. Câmara Municipal de Viseu. Maio 1992

O segundo ponto do artigo 3.º da postura camarária, diz: “Nas ruas destinadas fundamentalmente à circulação de peões e que não possuam passeios (Rua Formosa, Rua da Paz, Rua Direita, ...) a ocupação da via pública só pode ser consentida na medida em que permita a circulação de peões, de veículos de socorro, de combate a incêndios”.

O Aviso n. 10867/2010. D.R. n.º 105, Série II (2010-05-31) Págs30222, refere-se à ocupação da via pública, e diz no artigo 19.º, no ponto 4, Poderão ser licenciadas as seguintes ocupações do espaço público: a) Quiosques, bancadas e similares destinados à prática do comércio ou serviços, d) Vasos ornamentais.

¹⁰⁶ Na praça realizava-se no Mercado 2 de Maio e os dias mais fortes eram à terça-feira, quintas-feiras e sábados. A terça-feira era o dia da semana em que as pessoas das aldeias enchiam a cidade aproveitando o mercado e a feira semanal.





Fig. 13 – Rua Direita em 1987, (fotografias da autora).

Podemos concluir que nas últimas quatro décadas do século XX comércio a retalho tem-se caracterizado pelo aparecimento de novos formatos comerciais, dotados de forte capacidade de inovação organizacional e tecnológica, que contribuem para elevar o patamar das exigências de modernização e reestruturação do pequeno comércio. No entanto na primeira década do século XXI assistimos a um retroceder da actividade comercial. Num sector onde predominam as microempresas de cariz familiar e com uma gestão pouco receptiva ao associativismo, cooperação e parcerias, impõem-se novas respostas, que têm de se caracterizar pela adaptação a uma realidade mais dinâmica, pouco compatível com individualismos e resistente a mudanças¹⁰⁷.

Ocupação dos andares							
1968		1987		2002		2009	
1	Médico 1.º Andar	2	Médico 1.º Andar	1	Médico	1	Médico
		8	Cabeleireiros	6	Cabeleireiro	5	Cabeleireiro
		1	Alfaiate	-	-	1	Ateliê Costura
		1	Escola de costura	-	-	-	-
		6	Pensões	-	-	-	-
		4	Fotógrafos	3	Fotógrafos	2	Fotógrafos
		1	Gabinete de desenho	-	-	-	-
		1	Clube de Vídeo	-	-	-	-
		1	Sapateiro conserto rápido	-	-	-	-
		2	Pronto-a-vestir	-	-	-	-
				1	Escritório	2	Escritório
				1	Serviços	1	Serviços
				17	Comércio	9	Comércio
		27	Total Estabelecimentos comerciais	29	Total Estabelecimentos comerciais	21	Total Estabelecimentos comerciais
		28	Armazéns	15	Armazéns	15	Armazéns
				124	Habitação	73	Habitação
				43	Desocupados	103	Desocupados
				211	Total de andares	212	Total de andares

Ocupação dos andares da rua em 1968, 1987, 2002 e 2009¹⁰⁸ (elaborado pela autora).

¹⁰⁷ BARRETA, João, *Comércio, Cidade e Projectos de Urbanismo Comercial*. Setúbal. Ago. 2007, p. 13

¹⁰⁸ 1968 – RIBEIRO, Orlando, “A Rua Direita de Viseu”, in *Revista Geographica*, n.º 16, 1968, p.59
 1987 – FERREIRA, Paula e GONÇALVES, Artur, “A Rua Direita de Viseu”, in *Diaporama*, 1987
 2002 – Ficha Arquivo. Gabinete Técnico Local. Câmara Municipal de Viseu. 2002
 2009 - Contagem realizada pela autora.



Na ocupação dos andares, Orlando Ribeiro refere a importância da função residencial da rua e diz que são raros os primeiros andares ocupados para outros fins¹⁰⁹. Já em 1987, para além do facto de todas as lojas do rés-do-chão estarem ocupadas, verificámos que as actividades comerciais sobem aos pisos superiores dos prédios, destinados a habitação, onde se instalam cabeleireiros, alfaiate, escola de costura, fotógrafos, gabinete de desenho, clube de vídeo, sapateiro de conserto rápido e pronto-a-vestir, num total de vinte e sete andares. Vinte e oito andares, previamente destinados à habitação, serviam em 1987 de armazém de mercadorias, o que denota a falta de espaço nos estabelecimentos exíguos, ao mesmo tempo que revela a perda de moradores na rua.

O período de 1987 a 2002 corresponde a uma maior intensidade de movimento na Rua Direita. A actividade comercial era grande e os comerciantes faziam grandes stocks de mercadoria para satisfazer os seus clientes, que provinham não só da cidade, mas de todo o concelho em crescimento (anexo 4) e até do distrito, como atesta Orlando Ribeiro ao descrever a Rua Direita como um “[...] mercado permanente que ultrapassa muito as necessidades da cidade e estende o raio de acção a uma área vasta e de grande actividade agrícola e até industrial ou artesanal (...) desprovida de centros secundários (o comércio das vilas que rodeiam Viseu é modesto numas, insignificante noutras)”¹¹⁰.

Com o desenvolvimento de centros periféricos e a ausência de necessidade de deslocação à Rua Direita e à cidade de Viseu para adquirir bens, a dimensão dos stocks dos comerciantes da rua veio a revelar-se demasiado grande, para uma procura cada vez menor, colocando-os numa situação de difícil escoamento dos produtos e reduzida liquidez financeira do negócio, segundo os próprios.

Entre 1987 e 2002 houve acréscimo dos estabelecimentos instalados ao nível dos andares. Neste período verifica-se um ténue aumento nos andares ocupados com comércio, que aumentaram em número de vinte e sete para vinte e nove. Por outro lado, verifica-se uma significativa redução nos que serviam de armazém, que diminuíram de vinte e oito para quinze. Alguns destes espaços estão a ser readaptados para desempenharem funções comerciais, mas na sua maioria estão a ser esvaziados de mercadorias e a aumentar o número dos andares desocupados. No mesmo período

¹⁰⁹ RIBEIRO, Orlando, “A Rua Direita de Viseu”, in *Revista Geographica*, n.º 16, 1968, p. 60

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 62



existia uma grande alteração na ocupação da rua e foram desocupados quarenta e três andares. No entanto, os pisos do rés-do-chão mantiveram-se todos ocupados. Simultaneamente, a rua começou a perder os seus moradores.

De 2002 a 2009 existe uma significativa diminuição na ocupação dos andares com comércio, que passaram de vinte e nove para vinte e um. Mantiveram-se os quinze andares de armazém que na sua maioria eram espaços ocupados, não só com o produto pronto a sair para abastecer as lojas na sua actividade, mas também com mercadoria que caiu em desuso e se tornou difícil de escoar. A juntar ao elevado número de lojas fechadas, havia um crescente número de andares desocupados, que passaram de quarenta e três para cento e três. Actualmente, os andares ocupados com habitação constituem apenas um terço da rua, aproximadamente. No primeiro terço da rua apenas mora uma senhora octogenária, Assunção Pais, no número 68, que nos conta que noutros tempos a rua estava cheia de moradores e que era rotina, depois do jantar, as famílias passearem-se pela rua ao mesmo tempo que apreciavam as novidades que os comerciantes apresentavam nas montras das suas lojas.

O troço da Rua Direita entre o cruzamento com a Rua Formosa e o entroncamento com a Rua D. Duarte é ainda hoje bastante movimentado, durante o dia. Não só, este troço é mais largo, como aqui existem algumas lojas *franchising* como a Shop One, a Pautónia, a Benetton, a Calçado Guimarães e lojas de pronto-a-vestir, com artigos mais modernos, como a Fetal, Galerias Impacto, com diversas marcas conhecidas de artigos desportivos que acabam por cativar muitas pessoas.

A par do comércio da rua existem edifícios e andares ocupados por instituições. Em 1968 existiam sedeadas na rua as seguintes instituições: Centro de Recrutamento Militar, Instituto Liberal, Cruz Vermelha, Orfeão de Viseu, Banco (Montepio Geral), EDP e uma companhia de seguros. Em 2001 a Cruz Vermelha abandonou a rua e em 2006 foi o orfeão que lhe seguiu os passos. Ambos os edifícios estavam em avançado estado de degradação. Segundo o director do orfeão, António Vicente, o edifício estava quase em ruína e não tinham possibilidades financeiras para o recuperar. Avançaram então para a venda do imóvel e, com o produto da venda, estão a recuperar as instalações do antigo Matadouro Municipal, na Rua Serpa Pinto, cedidas pela Câmara. As restantes instituições permanecem na rua.



Instituições				
Espaço ocupado	Instituição	Instalação na Rua	Saída da Rua	Permanência na Rua em 2009
Rés-do-chão e 1.º Andar	Centro de Recrutamento Militar	1887	-----	Centro de Recrutamento Militar
1.º, 2.º Andar e Sótão	Instituto Liberal	1904	-----	Instituto Liberal
Rés-do-chão e 1.º Andar	Cruz Vermelha	1952	2001	-----
1.º Andar	Orfeão de Viseu	1955	2006	-----
Rés-do-chão e 1.º Andar	Banco (Montepio Geral)	1982	-----	Banco (Montepio Geral)
1.º Andar	EDP	1986	-----	EDP
Rés-do-chão	Companhia de Seguros	1990	-----	Companhia de Seguros

Instituições residentes na rua (elaborado pela autora).

2.3 Edificações e Património Arquitectónico

O património construído na Rua Direita é bastante valioso, sobretudo o que se encontra classificado e atesta a importância que esta artéria teve ao longo dos tempos, importante centro do comércio de Viseu, e por isso residência das famílias endinheiradas, dedicadas àquela actividade. Apesar da negligência e maus-tratos que a rua tem sofrido, ainda podemos ver as marcas dessa opulência dos tempos antigos.

Assim, há edifícios que pelas suas características distintivas, por terem marcado uma época, quer a nível de construção, arte, técnica, quer a nível da função que desempenharam a servir as pessoas, foram classificados como património e devem ser referidos com especial detalhe.

A Rua Direita de Viseu é definida por cinco quarteirões do lado direito, com numeração par, e sete quarteirões do lado esquerdo, com numeração ímpar, no sentido descendente. Descendo a rua, do lado de numeração par o primeiro quarteirão é composto por cinco edifícios, cuja numeração de porta vai do 2 ao 28; o segundo é composto por doze edifícios do número de porta 30 ao 112; do terceiro fazem parte seis edifícios, do número de porta 114 até ao 150; o quarto é constituído por oito edifícios, que vão do número de porta 152 ao 186, onde após o segundo existe um desvão; e o quinto quarteirão é composto por onze edifícios, do número de porta 188 até ao 256, intercalado no oitavo e nono edifícios por uma viela sem saída, a travessa da Carqueja.

Subindo a rua e seguindo a numeração ímpar, o primeiro quarteirão tem dois edifícios, do número 297B até ao 289; o segundo tem dezoito edifícios, que vão do número 287 até ao 189; o terceiro é composto por seis edifícios, do número 187 até ao 155; o quarto tem cinco edifícios, do número 153 até ao 123; o quinto tem quatro



edifícios, do número 121 até ao 99; o sexto tem dez edifícios, do número 97 até ao 47; e o sétimo tem seis edifícios, do número 45 até ao 1.

Não há espaços entre os prédios, as fachadas encostam umas às outras, sendo interrompidas apenas pelas ruas que convergem com a Rua Direita, pelo desvão e pela viela sem saída, a Travessa da Carqueja.

Mais de metade da rua é praticamente plana, mas após a zona onde se encontra o desvão, que dá acesso ao Palacete dos Silveiras de Lamego, a rua apresenta um declive acentuado até ao final.

Desde o início do séc. XX, foram realizadas duas intervenções ao nível da pavimentação, às quais subsistiu a fiada central de lajes em granito. O pavimento lateral de calçada portuguesa foi substituído na década de quarenta do século XX por calçada cúbica de granito e em 2003, após as obras de requalificação no centro histórico, o pavimento passou a ser constituído por calçada cúbica serrada em granito (ver anexo 6).

Segundo Orlando Ribeiro, em 1968 a Rua Direita era formada por oitenta e seis prédios, cujas portas e janelas eram utilizadas como montra, alcançando o número 258 do lado dos números pares e o 297 do lado dos números ímpares, a partir da Rua Formosa¹¹¹.

Actualmente contam-se noventa e três prédios: do lado de numeração par há quarenta e dois e do lado oposto um total de cinquenta e um edifícios. A numeração actual das portas vai do 1 ao 297B e do número 2 ao 256.

No artigo de Orlando Ribeiro para a *Revista Geographica* é ainda mencionado que não há edifícios térreos, o que é facilmente explicado, pois a tradicional casa rural no norte tem sempre dois pisos, o andar térreo para o gado e utensílios e o primeiro andar para habitação. O mesmo acontecia com as casas dos judeus nas judiarias existentes na região, com o rés-do-chão para comércio e o primeiro andar para habitação.

Orlando Ribeiro apresenta uma contagem de dez prédios de primeiro andar, cinquenta e três de segundo, vinte e um de terceiro, três de quarto e dois de quinto andar. Até aos dias de hoje houve uma oscilação no número de andares de cada prédio, pois o total de pisos passou de duzentos e um para duzentos e doze. A

¹¹¹ RIBEIRO, Orlando, “A Rua Direita de Viseu”, in *Revista Geographica*, n.º 16, 1968, pp. 50 – 62



contagem actual aponta então para nove edifícios de primeiro andar, cinquenta e um de segundo, vinte e sete de terceiro, três de quarto e dois de quinto andar.

Número de andares	1	2	3	4	5	Total
Orlando Ribeiro	10	53	21	3	2	201
Actualmente	9	51	27	3	2	212

Quadro 6 – Número de andares em 1968 e em 2009 (elaborado pela autora)

Os andares mais elevados foram na sua maioria acrescentados ao edifício primitivo¹¹², pois, dada a impossibilidade do alargamento da rua, a rua cresce em altura (fig. 14). Os acrescentos apresentam variadas formas: um, dois ou três andares, varandas recuadas ou mansardas (ver anexo 7). O lado da rua de numeração ímpar, virado a poente, apresenta um maior número de prédios com andares acrescentados, quarenta e dois, enquanto do lado oposto, numeração par, nos prédios virados a nascente apenas temos doze prédios com acrescentos. Também do lado poente há maior número de acrescentos no mesmo edifício. Há edifícios que chegam a ser acrescentados com três andares sobrepostos ao edifício original. Tal facto terá possivelmente a ver com as características da rua, muito estreita, em que o sol em raros pontos atravessa a rua. O maior número de acrescentos registados do lado poente poderá ter a ver com a procura de casas com maior exposição solar.



Fig. 14 – Reabilitação e acrescento
(n.º 181 a 187) (fotografias da SRU e da autora)

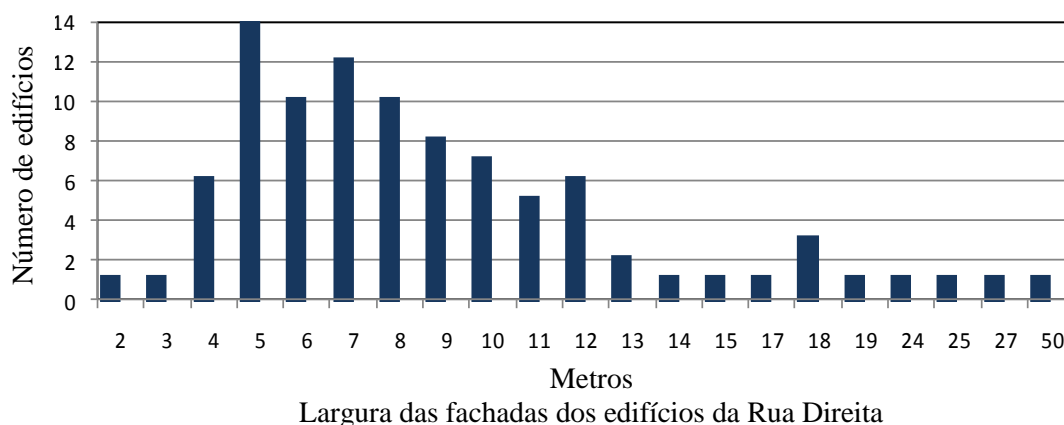
¹¹² RIBEIRO, Orlando, “A Rua Direita de Viseu”, in *Revista Geographica*, n.º 16, 1968, pp. 56 - 57



Ao longo da rua, é notória a diversidade de dimensões dos edifícios, em que edifícios largos se misturam com edifícios muito estreitos e edifícios mais altos com os baixos. Com o objectivo de caracterizar dimensionalmente as edificações da rua, medimos, no terreno, a altura e a largura¹¹³ de todas as construções e consultámos a área de implantação em documentação da SRU¹¹⁴.

Após a medição que realizámos no local, concluiu-se que a largura das fachadas é muito díspar. A mais estreita tem dois metros e quarenta de largura e a mais larga, o palacete dos Treixedos, mede quarenta e nove metros e noventa e cinco centímetros.

As diferentes medidas das fachadas vão alternando e existem palacetes ao lado de casas pequenas. Arredondando os valores ao metro, temos uma fachada de dois metros, uma de três metros, seis de quatro metros, catorze de cinco metros, dez fachadas de seis metros, doze de sete metros, dez de oito metros, oito de nove metros, sete fachadas de dez metros, cinco de onze metros, seis de doze metros, duas de treze metros. Com catorze, quinze, dezassete, dezanove, vinte e quatro, vinte e cinco, de vinte e sete e cinquenta metros, há apenas um edifício de cada medida, e três com dezoito metros. Predominam as fachadas com largura de cinco metros, seguidas pelas de sete metros. A moda da largura dos prédios é de nove metros. 24% das fachadas da rua são estreitas, têm até cinco metros de largura, 34% têm de seis a oito metros, 33% apresentam fachadas de nove a dezassete metros e 9% são longas, com fachadas superiores a dezoito metros.



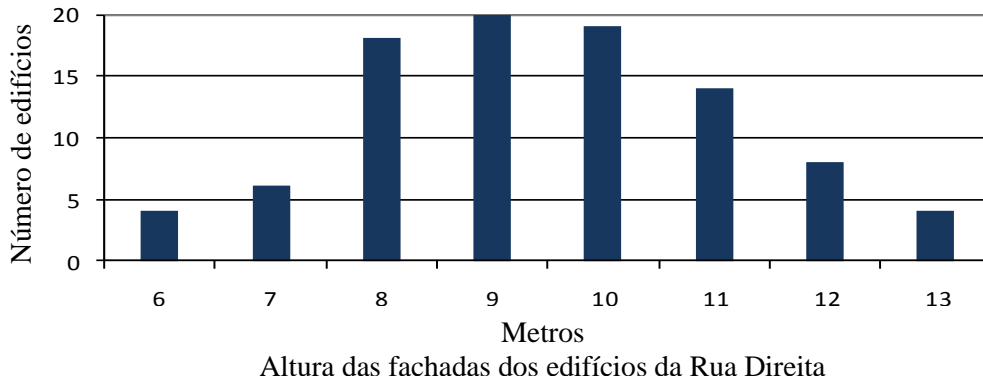
Na medição da altura das fachadas foi considerado como ponto de referência

¹¹³ As medidas apresentadas das fachadas, largura e altura, foram efectuadas pela autora.

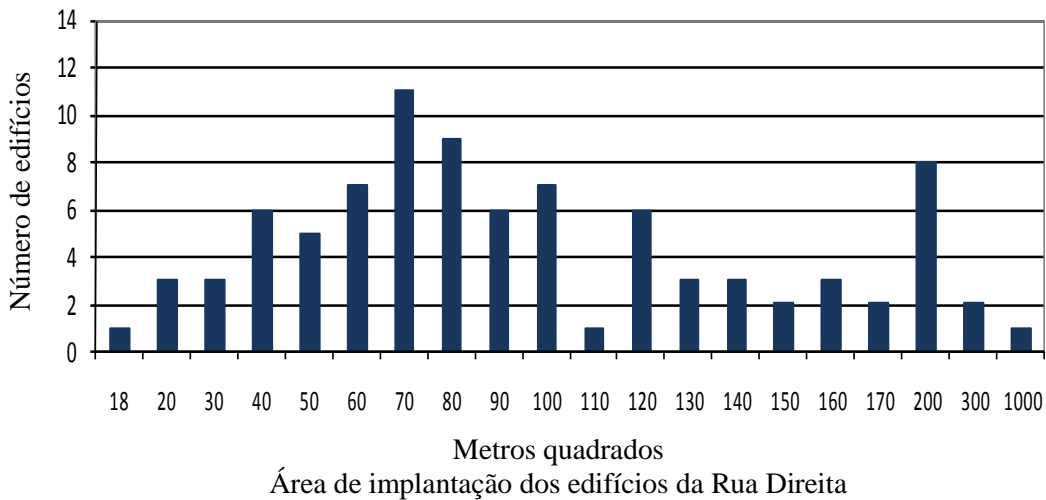
¹¹⁴ SRU, Ficha Arquivo. Gabinete Técnico Local. Câmara Municipal de Viseu. 2002



o beirado dos telhados, incluindo os andares acrescentados e excluindo as mansardas. O prédio de menor altura regista cinco metros e oitenta e seis centímetros e o mais alto tem a altura de treze metros e oitenta e sete centímetros. A moda da altura é de 10,73m. A altura do pé direito dos andares difere. Ao longo da rua encontramos casas com pé direito sensivelmente de dois metros justapostas com casas de pé direito superior a três metros. Na maior parte da rua os prédios são estreitos.



A área de implantação dos edifícios varia entre 18,58 m² e 1086,83 m². Ao longo da Rua Direita, grandes áreas justapõem-se com reduzidas áreas de implantação. A moda da área é de 77m². Se compararmos a área do piso de habitação com os valores que são levados em conta na construção de novos edifícios, 77m² poderá ser um bom T1 ou um T2 um pouco acanhado. Deparamo-nos com uma grande percentagem, 41%, de edifícios com áreas de implantação de 18,58 a 70m², 36% de áreas de 80 a 130m², 11% de áreas de 140 a 170m² e 12% de áreas entre os 200 e 1000m². Uma grande percentagem apresenta reduzidas áreas por piso.



Após a análise dimensional das edificações, surge a caracterização das fachadas ao nível do material de que são revestidas, as cores utilizadas com mais frequência na pintura, o tipo de janelas e de gradeamentos das varandas, o tipo e o material de que são feitas as portas e os acrescentos.

Ao nível do material de que são revestidas as fachadas, observámos nove de pedra, vinte de pedra e reboco, sessenta em reboco, duas em azulejo amarelo, uma em azulejo vermelho e uma em azulejo de padrão branco e azul.

Em relação às cores utilizadas na pintura dos edifícios, predomina o branco, embora sejam utilizadas outras cores, como bege, amarelo, verde e cinza.

O número de edifícios com janelas de guilhotina é de quarenta e quatro, enquanto os edifícios de janelas de batente são em número de quarenta e nove. Predomina a caixilharia em madeira, embora também seja visível alguma caixilharia em ferro e alumínio, tentando imitar a madeira.

Vinte e duas fachadas apresentam varandas com gradeamentos em ferro forjado, das quais se destacam três edifícios com varandas corridas.

As portas dos edifícios são na maioria em madeira e apresentam diversas formas, umas construídas com simples tábuas justapostas, possuindo simples almofadas, outras mais elaboradas, com almofadas ornamentadas. Por vezes surgem portas de bandeira com simples vidro ou em ferro forjado. Nas portas dos estabelecimentos é mais notória a aplicação de outros materiais, ferro ou alumínio conjugados com o vidro, ou totalmente em vidro.

As grandes alterações a nível da fachada são visíveis nos acrescentos que foram sofrendo ao longo dos anos em mais de metade dos edifícios, cinquenta e quatro num total de noventa e três edifícios. Identificam-se pela diferença de materiais empregues, geralmente taipa revestida com cal e areia, pelas cornijas que fazem a separação entre pisos em vez do remate das fachadas, e pela diferença de materiais empregues nas molduras das janelas, madeira ou argamassa em vez de cantaria, ou pela simplificação das molduras, que divergem das janelas do primeiro piso. As paredes em taipa dos andares acrescentados assentam sobre paredes de cantaria ou alvenaria. Ao nível do rés-do-chão, identificamos a abertura de vãos das portas, dando lugar a grandes montras. Em alguns casos desapareceram por completo os elementos arquitectónicos mais antigos.

Após a exposição das características físicas das fachadas das edificações da rua, vamos agora distingui-las cronologicamente.



No conjunto do edificado da rua, deparamo-nos com casas que fazem o percurso da rua no tempo, desde a Idade Média até ao século XX, algumas classificadas pelos monumentos e outras referidas no Anteplano de Urbanização de Viseu¹¹⁵, sobre as quais nos debruçaremos. A marcar a Idade Média, temos o edifício com numeração de porta 114, que apresenta duas portas em forma de ogiva de arestas chanfradas, uma das quais foi transformada em montra (fig. 15A). “Edifício Medieval [...] do século XIII-XIV [...] de planta recta, com três pisos, telhados de três águas cobertos por telha, fachadas em cantaria aparente com juntas pintadas de branco, rasgadas por janelas rectilíneas com caixilhos pintados de verde, portas de verga recta pintadas da mesma cor”¹¹⁶.

O edifício com numeração 46, actualmente de dois andares, apresenta um arco em ogiva e a fachada revela intervenções posteriores, nomeadamente o revestimento em azulejo. O edifício com numeração 73, com fachada em cantaria de granito, apresenta quatro pisos, em que o último se destaca da construção primitiva. Relativamente aos edifícios com a numeração de porta 37 e 73, referidos no Anteplano Geral de Urbanismo de Viseu como casas anteriores ao século XV, já não existem. No seu lugar estão, no primeiro um edifício de três pisos com um acrescento ao nível da cobertura, e no segundo um edifício com quatro pisos, classificado pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que evidenciam intervenção nas últimas décadas.

Observamos várias casas dos séculos XV e XVI, algumas com janelas manuelinas, “período de arte portuguesa que se estende entre o final do século XV e a primeira metade do século XVI onde coexistem diversas correntes do Gótico final, elementos renascentistas e maneiristas. Portas e janelas apresentam concentração de elementos simbólicos”¹¹⁷.

Os edifícios com os números de porta 12 a 14 apresentam portas chanfradas, números 16 a 18 com dois pisos em cantaria de granito, donde se destaca mais um piso acrescentado ao edifício original (fig. 15 B). Os edifícios com numeração 83 a 89, 195 a 197, 199 a 201, 203 a 209 e 248 a 256 têm as fachadas em cantaria de granito e a ombreira e o lintel das portas são boleados. Os pisos superiores são acrescentados. No edifício 83 a 89 e 248 a 256 (fig. 15 C e 15 D), é bem visível o acrescento em alvenaria revestida com argamassas, nos outros, embora sejam visíveis os acrescentos, estes são em

¹¹⁵ AGUIAR, João António de (Arq.), *Anteplano de Urbanização de Viseu*. Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Planta de Urbanização, 1950, pp.69-71, [em linha], [Consult. 25 Março 2010], Disponível em WWW: < <http://195.23.12.204/DeepZom.aspx?source=1&ent=1660> >

¹¹⁶ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. [em linha]. [Consultado 03-01-2010]. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx >

¹¹⁷ TEIXEIRA, Luís Manuel, *Dicionário ilustrado de Belas – Artes*, Editorial Presença, 1985, p.150



materiais mais recentes e que denotam novas intervenções. O edifício com o número 139 tem as fachadas em cantaria de granito e ao nível do primeiro piso apresenta alteração nos vãos das portas, que foram rasgados. O edifício com o número 143 tem três pisos, apresenta porta de ombreira e lintel chanfrado, tem planta regular, com fachada em cantaria de granito e no segundo piso possui janelas de verga recta, e no terceiro duas janelas, uma delas de verga polilobada ¹¹⁸ (fig. 15 E). Três edifícios em cantaria de granito, com portas de ombreira e lintel chanfrado, correspondem à numeração 159 a 171. Os números 213 a 217 correspondem a um edifício com fachada em cantaria de granito e uma janela manuelina de corpo inteiro, com varandim em ferro forjado. A janela é geminada ou de arco duplo. Os arcos são decorados com filete perlado, apoiam ao centro, num capitel de decoração perlado e em forma de torçal, num fino e liso fuste, apoiado sobre um bocel em forma de tambor, “[...] onde o cinzel do desconhecido canteiro, tão bem burilou, a dura pedra da região” ¹¹⁹ (fig. 15 F). Os edifícios com numeração 219 a 223 e 225 a 227 apresentam portas com ombreira e lintel boleado.

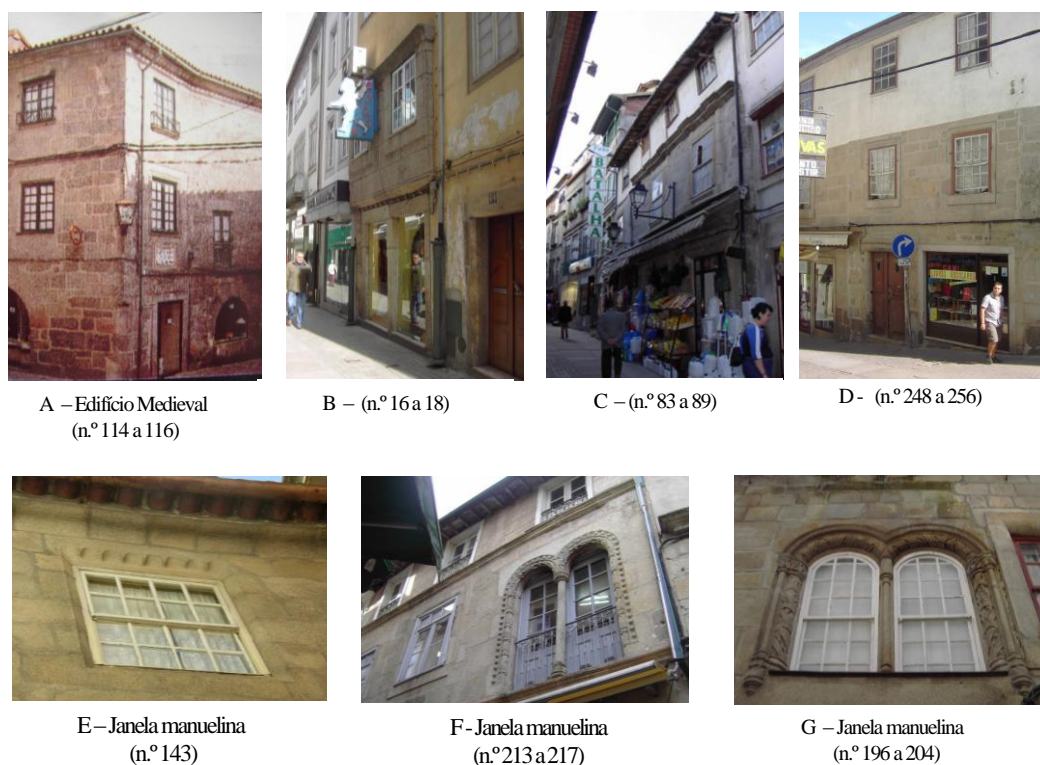


Fig. 15 – Casas do século XV - XVI

Do lado oposto da rua, outro edifício com fachada em cantaria de granito, de numeração 196 a 204, tem duas janelas manuelinas de meio corpo, geminadas, de arco

¹¹⁸ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana [em linha]. [Consultado 03-01-2010]. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx>

¹¹⁹ SOUSA, Júlio Rocha, “Janelas Manuelinas” in *Viseu Cidade*, Edição do Autor, Viseu, 2006, pp. 55, 56



duplo, apoiadas ao centro numa lisa e fina coluna embebida na parede, com capitel de elementos vegetais. Os arcos apoiam lateralmente em colunas, emoldurando a janela com um friso duplo. Os fustes interiores são em forma de torça e os exteriores são lisos, apoiados em bocel com forma de tambores (fig. 15G).

A contrastar com os edifícios que surgem na rua até ao século XVI, deparamo-nos com os edifícios do séc. XVIII, que se destacam pela sua imponência e ornamentação.

O palácio dos Treixedos, com os números de porta 88 a 94, da primeira metade do século XVIII, é uma casa solarenga, com fachada de cinquenta metros. Foi mandada construir pela família dos Almeidas Cardosos Sequeira de Sousa. Apresenta planta longitudinal, formada por um grande corpo central e dois pequenos laterais no mesmo plano, ligados por pilastras¹²⁰. Na fachada principal, no 1.º piso, tem 8 janelas rectangulares de moldura granítica e avental. Simetricamente apresenta duas entradas com moldura granítica, frontão partido e heráldica. Os corpos laterais exibem uma janela igual às do corpo principal. Duas entradas simétricas, de moldura granítica, apresentam o frontão partido e são encimadas por heráldica. No segundo piso, registamos igual número de janelas e disposição, mas de molduras e aventais mais decorados, com frontões triangulares, cornija e beiral saliente. No terceiro piso do corpo lateral, uma janela de frontão triangular partido, com beiral igual ao do corpo principal, assente sobre cornija¹²¹. As janelas, de elegantes molduras barrocas, são envolvidas por cantaria de granito, recortadas em formas sinuosas e coroadas por frontões de laços (fig. 16).



Fig. 16 – Palácio dos Treixedos, séc. XVIII

¹²⁰ SOUSA, J., op.cit., p. 53

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana [em linha]. [Consultado 03-01-2010]. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx>

¹²¹ *Ibidem*



As duas portas das entradas do palácio dos Treixedos são encimadas por dois brasões de armas. Cada brasão apresenta um escudo com um conjunto dos elementos simbólicos ordenados, representativos das diversas famílias, bem como coroa e suportes. O brasão que encima a primeira porta tem no primeiro quartel os elementos simbólicos da família Moreiras, no segundo dos Castelo Branco, no terceiro dos Cardoso e no quarto dos Vasconcelos. Já na segunda porta, o brasão contém os elementos simbólicos da família Moreiras no primeiro quartel, Lacerda no segundo, Figueiredo no terceiro e Cardoso no quarto (fig. 17).



1.ª Porta

- 1.º - Quartel dos Moreiras
- 2.º - Quartel dos Castelo Branco
- 3.º - Quartel do Cardoso
- 4.º - Quartel dos Vasconcelos



2.ª Porta

- 1.º - Quartel dos Moreiras
- 2.º - Quartel do Lacerda
- 3.º - Quartel do Figueiredo
- 4.º - Quartel do Cardoso

Fig. 17 – Brasões do palácio dos Treixedos ¹²²

Também do séc. XVIII, embora não tão imponente na decoração da fachada, mas igualmente com marcada presença arquitectónica, nos números de porta 102 a 112 existe um edifício com 26,60 metros de fachada. É de planta recta, tem dois pisos e telhados de duas e três águas. Faz esquina com a Rua da Árvore e as fachadas estão rebocadas e pintadas de branco, rasgadas por janelas

¹²² GOMES, Paulino, *Viseu. Um Futuro com Passado*, Hestia Editores, 2001. p. 80.

VALE, Lucena, “Viseu Monumental e Artístico”, in *Junta Distrital de Viseu*, 2ª edição, 1969, p. 55

Os brasões dividem-se em quatro quartéis. Lemos os quartéis em cima e da esquerda para a direita, 1.º, 2.º e em baixo da esquerda para a direita, 3.º e 4.º quartel.



rectilíneas de sacada, com guardas vazadas de ferro pintadas de verde e apoiadas em consolas que encimam as portas de verga recta do primeiro piso¹²³ (fig.18 A).

O edifício com o número de porta 160 faz gaveto com o desvão da Rua Direita e apresenta uma fachada estreita, 6,60 metros. Tem um portal com frontão recortado no granito, ladeado por dois óculos, encimados por duas janelas de guilhotina emolduradas com molduras de recorte. Este edifício apresenta hoje três pisos, sendo notório que o terceiro foi acrescentado ao edifício original e subiu a partir da cornija visível nas fachadas (fig.18 B).



Fig. 18 – A - Palácio séc. XVIII

B - Portal com recorte

No desvão da Rua Direita, entre os edifícios com os números 160 e 162, encontramos um complexo arquitectónico que evidencia características de estilo barroco na sua fase decadente. É o palácio do Quartel-General da Rua Direita, também conhecido por palácio dos Silveiras de Lamego ou por palacete do Morgado de Balsemão de Lamego. Dotado de traça imponente e sóbria, foi mandado construir por Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, General Silveira, militar e primeiro conde de Amarante, nos finais do século XVIII. Serviu de residência à família dos Silveira, fidalgos de largos haveres e projecção social, que após as lutas entre liberais e miguelistas passaram a residir na cidade de Lamego.

Este solar constitui um complexo arquitectónico que possui um portal de entrada, encimado com um brasão de armas esquartelado que indica a fusão de várias famílias que entroncaram na dos Silveiras, as dos Pintos, dos Teixeiras e

¹²³ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana [em linha]. [Consultado 03-01-2010]. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx>



dos FONSECAS. O portal dá acesso a um amplo e frondoso pátio, onde se desenvolvem os três corpos do edifício, de dois pisos, com fachada em U. O corpo central é mais comprido que os laterais. Merecem especial destaque as escadas alpendradas, duas na fachada esquerda e uma na fachada direita, evidenciando a típica casa beirã. O arco de entrada é ladeado por duas pilastras encimadas por pináculos, com um frontal contra curvado, encimado por um pináculo. O portal é formado por pilastras, rematadas por dois pináculos, ligadas por um arco abatido e encimado por um brasão de armas (fig. 19).



Fig. 19 – Palácio dos Silveiras



- 1.º - Quartel de três faixas envolta em silvas: os Silveiras.
- 2.º - Quartel de cinco crescentes: os Pintos.
- 3.º - Quartel de cruz grega, com bolotas triplas: os Teixeiras.
- 4.º - Quartel de cinco estrelas de sete pontas: os FONSECAS.

Fig. 20 – Brasão dos Silveiras ¹²⁴

¹²⁴ *Centro de Recrutamento de Viseu, Anuário 1998, Exército Português, Região Militar do Norte. p. 154.*



O brasão apresenta um escudo com um conjunto dos elementos simbólicos ordenados, representativos das diversas famílias, bem como coroa, que se apresenta mutilada e suportes. O primeiro quartel apresenta os elementos simbólicos da família dos Silveiras com três faixas envoltas em silvas, no segundo os Pintos com cinco crescentes, no terceiro os Treixeiras com cruz grega com bolotas triplas e no quarto os FONSECAS com cinco estrelas de sete pontas¹²⁵ (fig. 20).

Podemos observar que alguns edifícios com fachadas do séc. XIX, de largas janelas e amplas sacadas, se intercalam com outros mais antigos, onde ainda persistem fachadas do séc. XVI e o faustoso palácio do séc. XVIII.

Fazendo gaveto com a Rua Direita, nas Quatro Esquinas, destacamos o palácio na Rua Formosa, que data do séc. XIX¹²⁶. A fachada lateral direita deste palácio inicia a numeração ímpar da Rua Direita, 1 a 13. É um edifício de linhas clássicas, com pouca decoração, formado por três pisos, separados entre si por um friso. Na parte superior termina em friso, cornija e platibanda. O edifício está pintado de amarelo e ressalta o embasamento e os vãos em cantaria. As janelas do segundo piso são de peitoril de verga recta e as do terceiro piso são de sacada comum e verga recta, com guarda em gradeamento de ferro. No primeiro piso predominam as portas e vitrinas amplas, que ocultam as linhas primitivas do edifício.

Observamos casas do final do século XIX e início do século XX, que apresentam fachadas mais amplas, de pé direito mais alto, e revelam novos gostos e novas tipologias a nível da arquitectura dos edifícios. São exemplos os edifícios com os números de porta 22 a 26, 30 a 34, 36 a 40, 118 a 124, 126 a 138, 19 a 23, 25 a 27, 125 a 133 e 173 a 179, na maioria de três ou quatro pisos (fig. 21). São fachadas de amplas janelas de peitoril ou de sacada, algumas de sacada comum. Os vãos em cantaria são na maior parte de verga recta, alguns com recortes e outros apresentam trabalhado em relevo. Deparamo-nos com janelas de guilhotina ou de batente e as de sacada apresentam gradeamentos em ferro. Os pisos por vezes são separados e rematados por frisos. Ao longo da rua surgem outras fachadas intercaladas com idênticos pormenores, mas mais baixas. Há ainda

¹²⁵ *Centro de Recrutamento de Viseu, Anuário 1998*, Exército Português, Região Militar do Norte. p. 154.

¹²⁶ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. [em linha], [Consultado 03 Janeiro 2010], Disponível em <http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx>



outras em que as obras que estes edifícios foram sofrendo ao longo dos tempos alteraram as suas características originais, dando-lhes hoje um aspecto de mais recentes quando o não são.



Fig. 21– Casas do século XIX

A - Palacete da Rua Formosa com fachada lateral na Rua Direita

B – (n.º 125 a 133) - (n.º 118 a 124 e 126 a 138) - (n.º 19 a 23 e 25 a 27)

Sensivelmente a meio da Rua Direita, fazendo esquina com a Rua das Escadinhas, encontramos o antigo edifício do Montepio Viseense, com números de porta 147 a 151, onde esteve instalado o Orfeão de Viseu. No seu interior encontramos a escadaria com corrimão em ferro forjado e nas paredes azulejos de 1912, representando motivos florais. Trata-se de um edifício de dois pisos, com a fachada revestida de azulejos com relevo. As janelas são de peitoril de arco de volta perfeita e outras de sacada com guardas vazadas de pedra. O portal principal é em arco abatido com aduelas almofadadas. A porta é de madeira castanha e é encimada por uma bandeira em gradeamento vazado e pintado de preto. Sobre a porta encontra-se um frontão triangular com uma máscara no centro e ladeado por consolas com motivos vegetais (fig. 22).

O Orfeão de Viseu instalou-se no número 149 da Rua Direita, em nove de Dezembro de 1955, no antigo edifício do Montepio Filantrópico Viseense, “[...] um excelente prédio da Rua Direita com entrada também pela Rua do Senhor da Boa Morte, o qual foi reedificado há poucos anos desde os fundamentos, e parte dele incendiado em 15 de Julho de 1926, e reconstruído pouco depois”¹²⁷.

¹²⁷ ARAGÃO, Maximiano, *Viseu, Instituições Sociais*, Seara Nova, Lisboa 1936, p. 173





Fig. 22 - Edifício onde esteve o Orfeão de Viseu (n.º 145 a 153)

A - Azulejo e gradeamento no interior do edifício

B – Edifício de janelas manuelinas Casa São José – Parada de Gonta 1987

No local onde se encontra este edifício, existiu um outro, cuja fachada foi transportada e reconstruída na localidade de Parada de Gonta, nos arredores de Viseu (fig. 22 B). Na mesma localidade, no Largo do Visconde Britiande, existe um edifício, Casa de São José, com três janelas manuelinas “[...] pertencentes originariamente a uma outra casa de Viseu e que aqui foram colocadas quando no fim do século XIX foram oferecidas ao Poeta Dr. Tomás Ribeiro e se diz terem pertencido a Viseu”¹²⁸, “[...] após demolição de uma casa em Viseu, onde estavam instaladas”¹²⁹.

Dos edifícios do séc. XX, damos especial atenção às fachadas dos edifícios com os números de porta 73 e 81. O primeiro apresenta uma “[...] planta recta, com quatro pisos, cobertura de telha, fachadas em cantaria aparente, rasgadas por janelas rectilíneas e por varandins de arco abatido, com guardas vazadas de ferro pintadas de preto, porta de verga recta no 1.º piso”¹³⁰ (fig. 23 A). Existe um brasão sobre os

¹²⁸ GAMA, P. e Seixas da, *Uma família da Beira Alta*, 2008, p. 28

¹²⁹ LEITÃO, Rui do Amaral, “A casa de São José e a família Seixas da Gama”, in *Cadernos da Cultura, Câmara Municipal de Tondela*, Dezembro 2003, p. 22.

¹³⁰ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana [em linha]. [Consultado 03-01-2010]. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx>



varandins de arco abatido. O segundo apresenta planta recta, com quatro pisos, fachadas em cantaria aparente, rasgadas por janelas de arco abatido e janelas rectilíneas de peitoril, com caixilharia pintada de verde. As janelas do 2.º piso são separadas por colunas de fuste liso e capitéis de decoração vegetalista. Os vários pisos são divididos por cornijas. O portal principal e as janelas que o ladeiam estão sob um grande arco abatido, em cujo fecho se encontra a sigla AB, que se apoia em impostas que assentam em capitéis vegetalistas ¹³¹ (fig. 23 B).



Fig. 23 – Edifícios do século XX

A rua é caracterizada por uma grande variedade de tipologias arquitectónicas e, apesar de alguns edifícios sobressaírem pela sua imponência arquitectónica ou elementos ornamentais, é o conjunto de assimetrias que lhe confere carácter.

¹³¹ *Ibidem*



2.4 Instituições sedeadas na rua

Instituições cujas actividades marcaram as pessoas através dos anos são elementos de memória, união e identidade de todos os envolvidos ou conhecedores. A Rua Direita foi e continua a ser o local onde se localizam as sedes de algumas destas instituições. É delas, da função que desempenharam no passado e que desempenham actualmente ao serviço das pessoas e da sociedade viseense que vamos tratar de seguida.

Do ponto de vista político, o período de 1890 a 1910 foi muito agitado em Portugal. No aspecto ideológico, católicos, maçónicos, monárquicos e republicanos estavam em conflito constante.

O emergir da grande indústria no século XIX suscitou o aparecimento de uma forte actividade operária onde o associativismo, comum ao ideário republicano, se revelou como forma de pugnar pela organização disciplinada e eficiente de que o país não dispunha, mostrando a crescente importância que os republicanos vinham assumindo.

Neste contexto, surgem na cidade de Viseu, numerosas publicações periódicas. Em 1882 é publicado o *Idêa Nova*, primeiro jornal republicano e de duração efémera (nove números), a que se sucedem duas folhas académicas, *Viziense* e *Idêa Nova*, respectivamente, sete e oito anos depois, que não tiveram melhor sorte. Em 1891 é a *Democracia da Beira* que mantém a publicação por pouco mais de um ano. A *Nova Lucta* (quatro números) surge em 1894 e imediatamente se lhe segue *O Intransigente*. Quatro anos volvidos, Alberto Sampaio funda *A Voz da Officina*, "Semanário órgão do operariado visiense", que em 1904 já se diz "Jornal Socialista". Na tradição de outros jornais académicos de feição republicana, surge em 1904 a *Mocidade Republicana*. Em 1906, *A Beira*, que conta com larga colaboração, em que se reconhece grande número dos futuros representantes republicanos da cidade, é a voz do Centro Republicano de Viseu, núcleo aglutinador de numerosas acções de propaganda por todo o distrito, que se fundara em Janeiro de 1905¹³².

Nesta sequência, em finais do século XIX e princípios do século XX, dá-se a formação de diversos agrupamentos culturais e recreativos, entre eles o Instituto Liberal de Instrução e Recreio. Tem a sua sede no número 58 da Rua Direita de

¹³² Instituto Liberal de Instrução e Recreio, [em linha]. [Consultado 30 Janeiro 2009]. Disponível em <<http://viseu.no.sapo.pt/textos/liberal.htm>>



Viseu, num edifício composto por três pisos e sótão. Angaria o seu primeiro sócio, António da Silva Sequeira, em trinta de Janeiro de 1904 e, seis dias depois, já se encontra reunida a primeira direcção. A direcção deliberou abrir uma escola de instrução pelo método João de Deus, que se passaria a designar por Escola Alves Martins.

Sobre o acto solene da abertura da mesma, realizado no dia sete de Fevereiro de 1904, domingo, foi publicado um anúncio e um convite n' *O Commercio de Vizeu* (n.º 1831, 7/2/1904) e uma pequena reportagem n' *O Districto de Vizeu* (n.º 1455, 9/2/1904). Referiam que em breve a escola viria a ter aulas de música, dança, esgrima, além de muitos outros melhoramentos que a direcção provisória estava a projectar¹³³. A três de Novembro do mesmo ano, aprova os trinta e sete artigos dos estatutos, claros em relação aos seus objectivos, o desenvolvimento do progresso moral e intelectual e o recreio dos seus associados.

Os estatutos aprovados não permitiam a inclusão de mulheres como sócias da instituição, o que só veio a ser autorizado em 2005, aquando da aprovação de novos estatutos, que passam a referir no artigo sexto: “Podem ser sócios do Instituto Liberal de Instrução e Recreio todos os cidadãos maiores de 18 anos”¹³⁴. No entanto, segundo as fontes contactadas da presente direcção e de sócios mais antigos, ainda não há sócios femininos. É necessário, para o efeito, remodelar as instalações de modo a permitirem a sua inclusão, nomeadamente instalações sanitárias, situação que se vai resolver com as obras de recuperação previstas, mas ainda sem data marcada. Porém, os familiares femininos dos associados sempre tiveram acesso ao instituto e participaram nas festas e bailes.

Após aprovação dos estatutos pelo Governo Civil de Viseu em vinte e um de Outubro de 1904, foi, na reunião de três de Novembro, deliberado inaugurar formal e solenemente o Instituto Liberal de Instrução e Recreio no dia oito de Dezembro de 1904 (anexo 8). No decorrer deste ano, ingressam na colectividade trezentos e dezoito associados, oriundos das mais diversas classes sociais.

No dia da inauguração, discursaram os sócios Dr. Carlos de Lemos, José Pereira e Ricardo Paes Gomes, que foi Governador Civil de Viseu, Ministro da

¹³³ O *Commercio de Vizeu* n.º 1831, de 7 Fevereiro 1904, in *Instituto Liberal de Instrução e Recreio*, [em linha], [Consultado 30 Janeiro 2009], Disponível em <<http://viseu.no.sapo.pt/textos/liberal.htm>>

¹³⁴ Instituto Liberal de Instrução e Recreio, [em linha], [Consultado 30 Janeiro 2009], Disponível em <<http://viseu.no.sapo.pt/textos/liberal.htm>>



Marinha e Director-Geral do Ministério do Interior após a implantação da República. O Dr. Carlos de Lemos, referiu Alberto Sampaio, “destemido defensor das classes oprimidas e das reivindicações sociais”¹³⁵, e saudou todos os propagandistas da causa liberal, nomeadamente Guerra Junqueiro, Teophilo Braga, Bernardino Machado, Magalhães Lima, Basílio Telles, António José d’Almeida, João de Menezes e Affonso Costa.

O periódico progressista *O Distrito de Viseu* publicou sobre esta cerimónia:

«Como estava anunciado, realizou-se Quinta-feira, dia 8, a inauguração d’esta sympathica associação que, para em tudo ser sympathica, ainda antes de ser inaugurada e a poucos passos da sua fundação, logo criará uma aula de instrução primária, com o título de Escola Alves Martins, frequentada actualmente por mais de 50 alunos... Depois das 6 horas, principiou a festa da noite... pediu a palavra Heliodoro Salgado que mostrou como o livre exame, incompatível com o analfabetismo, deu um forte impulso ao derramamento da instrução nos povos da Religião reformada, cujo progresso em face da decadência dos povos católicos pôs em frisante destaque»¹³⁶.

O primeiro livro das actas das sessões da direcção evidencia um agrupamento de fortes simpatias pelo ideário republicano¹³⁷.

Um ano volvido, a direcção decide homenagear, novamente, Alberto Sampaio, organizando um desfile em que incluiu a representação da escola pelos seus professores, alunos e bandeira. Esta resolução trouxe dissabores ao instituto, pois terá funcionado como despoletador de um movimento a ele adverso. Assim, em acta de 27 de Abril de 1905, o presidente declara que reuniu a direcção para a informar sobre os boatos caluniosos que afirmavam que a instituição era republicana, boatos que, não obstante serem infundados, estavam a prejudicar os interesses do instituto¹³⁸.

¹³⁵ *Ibidem*

Alberto Sampaio, tipógrafo de profissão, foi um dos fundadores do Instituto Liberal, que faleceu antes da sua inauguração em 29/03/1904, vítima de tuberculose, destacou-se em discursos, palestras e comícios e escrevendo no jornal “A Voz da Officina” que fundou em 1898.

¹³⁶ Jornal Distrito de Viseu, n.º 1543 de 13 Dez. 1904, in *Instituto Liberal de Instrução e Recreio*, [em linha], [Consultado 30 Janeiro 2009], Disponível em <<http://viseu.no.sapo.pt/textos/liberal.htm>>

¹³⁷ Instituto Liberal de Instrução e Recreio. [em linha]. [Consultado 30 Janeiro 2009]. Disponível em <<http://viseu.no.sapo.pt/textos/liberal.htm>>

¹³⁸ Acta do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, Viseu, Livro I, 26 Mar. 1906



No entanto, o instituto tinha a fama e o proveito de ser republicano e, em Julho de 1907, não recusou o convite que lhe foi enviado para se incorporar na homenagem a Bernardino Machado, então em Viseu. Bernardino Machado, que viria a ser um dos Presidentes da 1.^a República era ainda descrito numa acta do instituto, de 1906, como ilustre cidadão.

Já anteriormente, em vinte e quatro de Janeiro de 1905, havia a direcção deliberado “[...] significar a sua admiração a um dos mais heróicos defensores das liberdades individuais e das garantias dos cidadãos”¹³⁹.

As sucessivas homenagens que o instituto prestou a Bernardino Machado e a outros defensores da república trouxeram alguma aversão dos sectores monárquicos à instituição.

Em 1908, após o regicídio, o Partido Republicano Português abriu delegações por todo o país, tendo o edifício do Instituto Liberal albergado a delegação de Viseu, facto que justifica o teor político das actas de 1910 a 1926.

Em 1908 a Escola Alves Martins foi encerrada pela administração monárquica, como modo de represália, e as suas instalações utilizadas pela Associação das Escolas Móveis, com aulas diurnas e nocturnas, frequentadas por alunos dos arredores da cidade, trabalhadores de campo, artistas e até “pastores de gado e criados de servir, que só podiam comparecer à noite”¹⁴⁰.

A República surge a 5 de Outubro de 1910 e logo foi deliberado “um voto de congratulação [...] no empenho de ver caminhar esta Pátria oprimida na vanguarda das nações mais cultas”¹⁴¹.

Em 1910, a Escola Alves Martins¹⁴² voltou a reabrir, admitindo, em primeiro lugar, a inscrição dos alunos da Escola Móvel, seguida pela dos reconhecidamente pobres e só depois os outros, até um máximo de 50 alunos.

Para patrono da escola do instituto, foi escolhida a figura do grande bispo liberal Alves Martins, que era símbolo republicano local e que, a todo o momento, servia de estandarte contra o “[...] jacobinismo e beatismo dos padres d’A Folha”¹⁴³.

¹³⁹ Acta do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, Viseu, Livro I, 26 Mar. 1906

¹⁴⁰ *Ibidem*

¹⁴¹ Acta do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, Viseu, Livro I, 11 Out. 1910

¹⁴² GOMES, Paulino, *Viseu. Um Futuro com Passado*, Hestia Editores, 2001, pp. 103 - 104

¹⁴³ CRUZ, António João de Carvalho, COIMBRA, Alberto Manuel Metelo, *Instituto Liberal de Instrução e recreio (1904-1926)*, [em linha], [Consult. 31 Janeiro 2009], Disponível em WWW:

<<http://viseu.no.sapo.pt/textos/liberal.htm>>



A partir de 1910, muitos dos notáveis do instituto foram chamados a lugares de responsabilidade na administração pública, pois eram necessários quadros que substituíssem os monárquicos saneados. Já não era necessário o ambiente de clandestinidade que se vivia no instituto, o que leva a que, progressivamente, o instituto tenha perdido alguma importância.

Na acta da sessão de vinte de Maio de 1915, referia-se que a direcção congratula a República Portuguesa e as novas normas constitucionais¹⁴⁴. Os republicanos procuraram criar espaço para o desenvolvimento do “Progresso Moral e Intelectual”¹⁴⁵, com vista a disseminar os ideais republicanos.

Só em vinte e seis de Fevereiro de 1926, surgiu uma nova manifestação de dinamismo no instituto, com a criação da biblioteca. Mas 1926 foi o ano em que a República, desacreditada, sofreu uma grande crise que deu lugar à ditadura militar (vinte e oito de Maio). O instituto atravessou, neste período, uma grande crise.

O Instituto Liberal era a única instituição da cidade de Viseu que, no período do Estado Novo, todos os anos promovia um baile autorizado, durante a Quaresma, o baile da Micarene¹⁴⁶.

A única tradição que se mantém há várias dezenas de anos realiza-se na terceira quinta-feira da Quaresma e consta de uma refeição de migas oferecida aos sócios e seus familiares, que apresentaremos em capítulo próprio. Actualmente o instituto desempenha a função de espaço recreativo, frequentado na sua maioria por idosos.



Após a história, obra e dinâmica do Instituto Liberal, vamos agora dedicarmos ao Orfeão de Viseu.

No início de 1929, surgiu a possibilidade de se criar em Viseu um agrupamento orfeónico. Os tenentes Francisco Matos e Afonso Campos,

O jornal “A Folha” publicado pela Diocese de Viseu nos finais do século XIX e início do século XX e contrário a todas as manifestações revolucionárias que surgiram na época.

¹⁴⁴ CRUZ, António João de Carvalho da, COIMBRA, Alberto Manuel Metelo - *Instituto Liberal de Instrução e recreio (1904-1926)* [em linha]. [Consult. 31 Janeiro 2009]. Disponível em WWW: <<http://viseu.no.sapo.pt/textos/liberal.htm>>

¹⁴⁵ GOMES, Paulino, *Viseu. Um Futuro com Passado*, Hestia Editores, 2001, pp. 103, 104.

¹⁴⁶ Baile da Micarene, o étimo é o Francês *mi-carême* através de um intermédio “micarene”. e é a festa popular carnavalesca que se realiza fora do período de carnaval. Surge no século XV em França e *mi-carême* significa meio da quaresma.

GUÉGUÉS, Hélder - *A meio da Quaresma* [em linha]. [Consult. 30 Janeiro 2009]. Disponível em WWW: <<http://letratura.blogspot.com/2008/01/xico-contrastivo-micareta.html>>



juntamente com Joaquim Pereira e Alfredo Caessa, subscreveram uma circular conjunta, datada de oito de Março de 1929 e divulgada nos jornais e associações locais, em que se apelava aos habitantes da cidade que se inscrevessem no grupo coral que então surgia. Assim nasceu o Orfeão de Viseu, com 120 figuras masculinas¹⁴⁷. Os ensaios iniciaram-se numa sala dos Bombeiros Voluntários, cedida para esse efeito, sob a regência do cônego António Barreiros. O primeiro espectáculo público ocorre a dezoito de Maio de 1930, no Avenida - Teatro, com actuações do Grupo Coral e do Grupo Cénico, que levou à cena a peça *A Noiva de José*.

O Orfeão de Viseu, já com estatutos redigidos, inaugurou em 1930 a sua sede, no número 5 da Rua D. Duarte. Após o início de uma vida regular da colectividade, foi nomeada uma comissão administrativa para preparar as eleições em que se escolheriam os corpos sociais que iriam reger o Orfeão.

Em 1931, o Orfeão de Viseu estreava-se em espectáculos fora da cidade, primeiro em Mangualde, depois em Covilhã e Gouveia e mais tarde em Espinho, numa deslocação que marca o início de relações de estreita amizade e de intercâmbio cultural entre as duas cidades.

Nos anos que se seguiram, o Orfeão de Viseu não parou, percorrendo o país com espectáculos que incluíam canto, teatro, poesia e variedades. Promoveu jornadas culturais, exposições diversas, concertos de música erudita, recitais de poesia, teatro e variedades, não descuidando os aspectos lúdicos e recreativos. Impulsionou bailes, concursos, jogos florais, provas de perícia automóvel e serões-convívio.

A 9 de Dezembro de 1955, o Orfeão de Viseu transferiu-se para a nova sede, no número 149 da Rua Direita, após negociações com o Montepio Viseense, proprietário do edifício. Na sua nova sede passou a receber as mais altas individualidades locais, primeiro na inauguração oficial, em 10 de Novembro do mesmo ano, e, no ano seguinte, o Subsecretário de Estado da Educação, que fez as mais elogiosas referências à instituição.

Em 1972, por iniciativa de alguns elementos ligados ao Orfeão, tomou corpo a constituição de uma orquestra e de um grupo de jograis que se estrearam

¹⁴⁷ CORREIA, Joaquim Pereira, “Como e quando se formou o Orfeão de Viseu” in *XXV Aniversário 1929 – 1954, Revista comemorativa das bodas prata do Orfeão de Viseu*, 1954, pp. 8 – 13



em Novembro de 1972, num espectáculo realizado no Museu Almeida Moreira, no mesmo dia e local em que se estreava a Orquestra Convívio, sob a regência do maestro Costa Pinto, com o nome de *Jograis Apolo* (fig. 24).

«Algumas vezes comedidos, muitas e muitas mais sem tento na língua, autênticos arautos de profecias, de boas-novas e desgraças, os jograis, poetas e músicos, cantores e bailarinos, incómodos e sarcásticos, subtis e irónicos, espirituosos e satíricos, marginais e trocistas, polémicos e inconformados, burlescos e boémios, escandalosos e zombeteiros, chegaram praticamente incólumes aos nossos dias, com as mesmas virtudes e defeitos, sem chapeirão nem espada, losangos e chapins pontiagudos, mas de fato e gravata, sapatos de polimento, telemóvel, cartão de crédito e acesso à Internet»¹⁴⁸.

Os jograis mantêm-se juntos, numa aventura que dura desde a sua fundação. Contam com a poesia retratista de José Madeira¹⁴⁹, sob o pseudónimo de “Ricardo Sandro”, e compõem os seus próprios textos de crítica social.



Fig. 24 - Orquestra do Orfeão e Jograis 1979

O Orfeão de Viseu, que tem como lema “Pela Arte e Pela Beira”, foi, desde a sua origem, agraciado com diversos prémios, dos quais se destacam: as insígnias do Grau de Comendador da Ordem de Benemerência, recebidas a 31 de Maio de 1938 em sessão solene efectuada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Viseu, que o reconheceram como pessoa colectiva de utilidade pública; a Medalha de Mérito Municipal da Câmara de Viseu, pela actividade desenvolvida

¹⁴⁸ VICENTE, António, *Orfeão de Viseu. Uma vida ao serviço da arte e da cultura* [em linha], [Consult. 31 Janeiro 2009], Disponível em WWW: <<http://jograisdeviseu.no.sapo.pt/Orfeao.htm>>

¹⁴⁹ Autor do poema da Rua Direita.



ao longo de 75 anos ao serviço da região das Beiras, recebida em 2004; o prémio ANIM'ARTE, destinado à melhor instituição cultural do Distrito; e a Medalha de Reconhecimento dos Padrões da Grande Guerra.

O Orfeão de Viseu é sócio honorário de diversas colectividades e instituições culturais do País.

No dia sete de Março de 2006, o Orfeão de Viseu deixou o velho edifício da Rua Direita, devoluto e em ruínas, e aguarda, em instalações provisórias, a conclusão das obras da sua nova sede, na Rua Serpa Pinto, antigo matadouro municipal.

O Centro de Recrutamento do Exército é outra das instituições ao serviço da comunidade, na Rua Direita. Situa-se no Palácio dos Silveiras ou Palacete do Morgado de Balsemão de Lamego. O palácio foi adquirido pelo Estado Português e ocupado pela instituição militar que aí teve instalado o Quartel-General da 2.^a Divisão do Exército, enquanto esteve situada em Viseu, desde 1887¹⁵⁰ até à reestruturação militar de 1926. A partir deste ano passou a funcionar neste edifício, sucessivamente, o Tribunal Militar Territorial de Viseu, o Presídio Militar e a Divisão de Recrutamento e Reserva n.º 14.

Desde 1856, com as sucessivas reorganizações operadas no Exército, foram diversificados os serviços que vieram a funcionar no Solar dos Silveiras. O primeiro foi o Distrito de Reserva de Viseu que tinha como missão organizar as reservas do exército activo. Em 1899 o exército sofreu alterações profundas que dividiram militarmente o país em 27 Distritos de Recrutamento e Reserva, DRR, o que originou a extinção da sede em Viseu. Em 1937, com a Lei do Recrutamento e Serviço Militar, desapareceu o conceito de reserva para dar lugar ao de tropas territoriais e tropas licenciadas. Em 1939 foi criado o Distrito de Recrutamento e Mobilização n.º 14, DRM. Esta reorganização, ao invés do esperado, reduziu o número de Distritos de Recrutamento e Mobilização para 19, continuando a sede do distrito de Viseu sediada na Rua Direita e aumentando a sua área de jurisdição, funcionando conjuntamente com o Tribunal Militar. Em 1974, com a Revolução de Abril, o Tribunal Militar foi transferido para a cidade de Tomar, tendo o DRM n.º 14 ocupado a totalidade do solar dos Silveiras. Com a estabilização do país, em 1976, dá-se uma nova reestruturação do Exército, passando a chamar-se Distrito de Recrutamento e Mobilização de Viseu, DRM Viseu. Em 1993, foi,

¹⁵⁰ Centro de Recrutamento Militar de Viseu [em linha], [Consult. 31 Dezembro 2009], Disponível em WWW: <[http://www.exercito.pt/portal/exercito/_specific/public/ueo/CRrecVISEU/Historial%20CRrecViseu\(6\).pdf](http://www.exercito.pt/portal/exercito/_specific/public/ueo/CRrecVISEU/Historial%20CRrecViseu(6).pdf)>



novamente, reestruturado, passando o DRM Viseu a chamar-se Centro de Recrutamento de Viseu, mantendo a mesma jurisdição, tradições e património dos órgãos que o antecederam.

Apesar de ter albergado, na maior parte do tempo, o Distrito e Centro de Recrutamento Militares, a população dá-lhe habitualmente o nome de “Quartel-General”, por ter sido o primeiro nome da ocupação militar do edifício¹⁵¹.

Outra instituição que também teve a sua sede na Rua Direita, nos números 164/168, desde 1952 até Maio de 2001, foi a Cruz Vermelha Portuguesa, fundada em 11 de Fevereiro de 1865 pelo Dr. José António Marques.

A delegação viseense organiza programas de formação de primeiros socorros e de enfermagem, através da Direcção de Ensino de Socorrismo, da Escola Superior de Saúde e da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis. Disponibiliza um serviço de transporte de doentes, efectuado em viaturas especializadas das unidades de socorro e tratamentos médicos prestados no seu posto de socorro. Relativamente à área social, a Cruz Vermelha promove acções de luta contra a pobreza, dirigidas a comunidades-alvo. São também executados serviços de apoio aos cidadãos mais vulneráveis, principalmente a idosos e a deficientes¹⁵².

Esta delegação desenvolveu acções no âmbito da sua matriz humanitária, de acordo com as orientações e prioridades nacionais e internacionais. Foi constituída essencialmente pelo núcleo auxiliar feminino que, não obstante os fracos recursos, com a sua generosidade e discrição, levou a efeito uma cruzada a favor dos excluídos, materializada em ajudas de ordem material e moral.

São de salientar o apoio aos soldados portugueses na guerra do ultramar, com o envio de encomendas e lembranças oferecidas por este núcleo, bem como visitas ao estabelecimento prisional da cidade, com os objectivos de dar algum conforto e distribuir tabaco e bolachas aos prisioneiros. Na época do Natal eram também realizadas visitas ao serviço de pediatria do hospital e distribuídos brinquedos, rebuçados e bolachas. Às segundas-feiras, no período da tarde, as senhoras voluntárias reuniam-se na Cruz Vermelha para tricotarem camisolas, que na época natalícia distribuían às crianças mais necessitadas.

¹⁵¹ *Ibidem*

¹⁵² Cruz Vermelha [em linha], [Consult. 18 Janeiro 2010], Disponível em WWW: <http://www.cruzvermelha.pt/cvp_t/quemsomos/cvportuguesa.asp>



Após 1975, com a vinda de muitos “retornados” das colónias para a metrópole, esta instituição foi um pilar fundamental na ajuda à sobrevivência destas pessoas. Os “retornados” inscreviam-se na Cruz Vermelha com um documento comprovativo em como tinham vindo das colónias e, após a elaboração e organização das fichas nas quais constava a residência, eram divididos por freguesias e afixadas listas com os seus nomes. A cada freguesia eram entregues roupas e alimentos nos dias que lhes estavam destinados. Nesta missão tiveram ajuda humanitária de outros países. Vinha para Lisboa e daqui era distribuída para as diferentes delegações do país. Também nesta altura, as fábricas nacionais contribuíram com roupa nova. Havia grandes filas, que se estendiam pela Rua Direita, à espera da sua vez para receberem os géneros e as roupas que lhes eram distribuídos. A fila na Rua Direita nem sempre era bem aceite por quem passava pela rua. Por vezes ouviam-se insultos dirigidos aos “retornados”¹⁵³.

Na mesma época, e mais tarde, foi dado apoio aos segmentos mais empobrecidos da população. Em alturas como o Natal ou a Páscoa, o volume dos donativos recebidos e das ajudas prestadas aumentava substancialmente. No Natal de 1978, a delegação de Viseu participou na operação “Pirâmide”, organizada pela Cruz Vermelha Portuguesa. Foram dados donativos em géneros e dinheiro. Os géneros foram distribuídos e outros leiloados e o dinheiro foi aplicado em medicamentos e arranjo de casas, entre outro tipo de ajudas.

Nesta delegação existia já uma ambulância para transporte de doentes que era estacionada no rés-do-chão do edifício ocupado pela Cruz Vermelha, na única garagem que existia, e existe, na Rua Direita. Possuíam 45 cadeiras de rodas, que disponibilizavam a quem não tinha possibilidade de as comprar e delas necessitava. Esta dependência, apoiada pela Cruz Vermelha de Lisboa, deu ajuda a muitas pessoas carenciadas. Realizavam o processo do pedido, encaminhavam para Lisboa e dali era enviado o necessário para Viseu. Emprstavam triciclos de manivela e triciclos motorizados a homens que de alguma forma ficaram incapacitados de se deslocarem pelos seus próprios meios. Este material era devolvido e reaproveitado ou não, dependendo do seu estado.

Em 2001, a Cruz Vermelha deixou as instalações que ocupava na Rua Direita e até 2007 esteve sediada em várias instalações provisórias. Actualmente encontra-se na

¹⁵³ Manuela Cardoso, com sessenta e três anos e funcionária há trinta e dois anos na Cruz Vermelha, foi uma das pessoas que integrou as filas dos “retornados” na Rua Direita, e que nos conta em entrevista realizada em Janeiro de 2010 a sua vivência na Cruz Vermelha e na Rua Direita.



Avenida Professor Egas Moniz, Lote 308, Quinta da Pomba, Ranhados, Viseu, num edifício próprio e construído para o efeito e inaugurado em 9 de Setembro de 2007.

O edifício da Rua Direita, onde esteve instalada a Cruz Vermelha desde 1952, pertence ao Exército Português e encontra-se desocupado. No entanto, nas entrevistas que realizámos¹⁵⁴, ficámos a saber que o Exército pretende enriquecer o edifício com equipamento e estruturas para o futuro Museu Militar de Viseu. Deste modo, valoriza uma estrutura degradada e ao mesmo tempo dota a Rua Direita com uma construção museológica que certamente será uma mais-valia para trazer gente ao núcleo histórico e à cidade.

Uma das mais-valias já existentes, que leva algumas pessoas a deslocarem-se à rua, é o balcão do Montepio Geral, que ocupa o edifício adquirido por esta instituição bancária aos herdeiros da Viscondessa de Treixedo, conhecido como a “Casa da Rua Direita”. Situada sensivelmente a meio da Rua Direita, é uma casa imponente, com construção característica do século XVIII. “É uma espaçosa e senhorial construção, com largo pátio e escadaria de entrada, salões e várias outras quadras, tudo decorado com valioso e profuso mobiliário do tempo”¹⁵⁵.

O edifício apresenta janelas ornadas de avental e dois aristocráticos portais rematados com as armas dos Moreiras, Castelo Branco, Cardoso e Vasconcelos, e outro com as dos Moreiras, Lacerda, Figueiredo e Cardoso. O último senhor desta família de Viseu foi Fernando de Almeida e Silva Cardoso Cerqueira, de quem, por falta de descendentes, herdou a casa a sua viúva, D. Augusta Pereira Pinto de Almeida e Vasconcelos, tia do nobre Dr. Valeriano Queirós Pinto Serpe e Melo, que foi notário em Viseu, e pai da última dona da casa, a Senhora Viscondessa de Treixedo.

Entre 1980 e 1982, o edifício foi sujeito a importantes obras de reconstrução para se adaptar ao negócio bancário. O seu interior sofreu grandes e profundas alterações, mas manteve a fachada original. Abriu ao público como instituição bancária em 1982.

Este edifício alberga mais dois serviços: a companhia de seguros Lusitânia e a EDP, em espaço alugado ao Montepio. O primeiro, desde 1990, após a própria companhia ter realizado as obras, ocupa parte do rés-do-chão onde antes existia o arquivo do Montepio. O serviço da EDP está aqui instalado desde 1986, ocupa o

¹⁵⁴ Entrevista ao Tenente-coronel Rui Esteves em Janeiro de 2010

¹⁵⁵ GOMES, Paulino, *Viseu. Um Futuro com Passado*, Hestia Editores, 2001, p. 55.



primeiro e o segundo andares e o sótão, mas estão a aguardar a construção das novas instalações em Repeses, para efectuar a mudança.

2.5 Festas e Tradições

A Rua Direita, pela sua antiguidade e integração no centro histórico, foi, desde sempre, o local privilegiado para a realização de festas e alguns rituais tradicionais, pois era lá que estavam as pessoas e as instituições e também porque os habitantes da rua não estavam de passagem, lá tinham nascido, tal como várias gerações dos seus antepassados. Por isso, os rituais fizeram história, foram-se repetindo de geração em geração, ficaram gravados na memória colectiva e ainda conferem identidade à rua. Nestes rituais, destacamos as procissões, festas populares, figuras e acontecimentos que a seguir descrevemos. Algumas destas actividades já não se realizam hoje, mas consideramos que elas continuam a pertencer ao imaginário dos habitantes que as recordam sempre.

O motivo que nos levou a pesquisar sobre este tema e a apresentar as conclusões da nossa pesquisa neste trabalho, cujo enfoque principal é o património e a reabilitação urbana, foi a necessidade de compreender a dinâmica da rua no seu auge para, no caso de reabilitação, esta poder acontecer respeitando os detalhes físicos necessários à memória colectiva e à continuação ou recuperação dos rituais e tradições que nela ocorriam.

Uma cerimónia que se realizava era a procissão do Corpo de Deus que comemorava a separação do Condado Portucalense do Reino Leonês, onde os portugueses elegeram para seu patrono S. Jorge¹⁵⁶. A procissão era organizada no adro da Sé Catedral e fazia o percurso passando pela Rua Direita¹⁵⁷.

«[...] descia imponente a rua Direita, ambas juncadas, as janelas embandeiradas de colchas ricas, de grandes franjões, era uma verdadeira apoteose sob uma chuva de flores desfolhadas numa aleluia de luz e cor, entre as aclamações da multidão que se apinhava por onde podia.»¹⁵⁸

¹⁵⁶ Cit. por ARAGÃO, Maximiano, *Viseu, Instituições Sociais*, Seara Nova, Lisboa 1936, p. 187

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 194

¹⁵⁸ CID, João, “As procissões do Corpo de Deus nos sécs. XVI, XVII e XVIII”, in *Beira Alta*, Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1947. pp 273-289.



A capela à invocação de S. Jorge, que existiu dentro dos Muros da Cava¹⁵⁹, demonstrava a devoção que em Viseu havia por este Santo. Perdeu-se o culto a São Jorge e este costume, segundo Aragão, “[...] teve fim não sabemos quando, até que ficou reduzida ultimamente a figurar um homem a cavalo [...]”¹⁶⁰.

Actualmente, a procissão do Corpo de Deus¹⁶¹ continua a organizar-se a partir do adro da Sé, mas já passa na Rua Direita.

No Museu da Misericórdia de Viseu encontramos, sobre um painel, um mapa da cidade de Viseu de 1864, sobre o qual está delineado o percurso da procissão de Endoenças ou Paixão de Cristo que passava na Rua Direita na quinta-feira Santa (ver anexo 9).

O primeiro registo conhecido da procissão de Endoenças ou da Paixão de Cristo data de 1624 e

«[...] estabelece o percurso e a ordenação dos figurantes Disciplinantes, tochas acesas, som de matracas, canto do Miserere, friso de insígnias com a representação dos Passos seguindo a Bandeira Real - geravam uma singular atmosfera de piedade ao longo do seu caminho. [...] Na Quinta-feira de Endoenças se costuma a Irmandade da Misericórdia juntar para ir visitar, em procissão, algumas igrejas e sepulcros em que está o Santíssimo Sacramento [...]»¹⁶².

Actualmente, passam na Rua Direita a procissão do Senhor dos Passos e a procissão do Enterro do Senhor.

A procissão do Senhor dos Passos é organizada pela Irmandade de Santa Cruz dos Passos e realiza-se no domingo anterior ao Domingo de Ramos, com dois momentos. No primeiro momento, o andor do Senhor dos Passos que durante o ano permanece na Igreja de São Miguel, é transferido, durante a noite anterior, para a Sé. Vai coberto, dentro de uma armação, e é levado de forma recatada e sem solenidade. Aí permanece até ao fim da tarde de domingo para, no segundo momento, regressar à Igreja de São Miguel. O andor regressa através do percurso

¹⁵⁹ ARAGÃO, Maximiano, op. Cit., p. 195

¹⁶⁰ *Ibidem*

¹⁶¹ Celebrada sessenta dias após a Páscoa (Quinta-feira).

Feriados em Portugal, *Corpo de Deus*, [em linha], [Consult 21 Maio 2010], Disponível em WWW:

< http://pt.wikipedia.org/wiki/Feriados_em_Portugal >

¹⁶² Museu da Misericórdia de Viseu, legenda alusiva à Procissão da Paixão de Cristo



que se inicia na Sé e segue pelo Largo da Misericórdia, Rua Nunes de Carvalho, Rossio, Avenida da Gulbenkian, Rua Alexandre Herculano, Rua Direita, Largo Mouzinho de Albuquerque, Rua João Mendes, até à Igreja de São Miguel. A imagem do Senhor dos Passos, em roca¹⁶³, vai descoberta e é transportada com solenidade. A procissão é acompanhada pela Banda do Lar Escola de Santo António. Abrem a procissão dois cavalos, montados por soldados da Guarda Nacional Republicana. Segue o pendão ladeado por duas acólitas com opas roxas, algumas lanternas e o andor do Senhor dos Passos, transportado por entidades policiais e bombeiros. Acólitos, seminaristas e diáconos vão atrás da imagem do Senhor dos Passos e antecedem o pálio¹⁶⁴, sob o qual vai o Bispo. O pálio é também transportado por entidades policiais e pelos bombeiros e é ladeado por acólitos de opas roxas, que transportam lanternas. Um dos membros da banda de Santo António transporta a bandeira pendente. Um grupo de escuteiros faz no final um cordão separando o povo¹⁶⁵ (ver anexo 10).

Recorda o padre José de Albuquerque Leitão, com setenta e sete anos e antigo morador da Rua Direita que, enquanto criança, não se fazia esta procissão. Lembra que neste dia as igrejas estavam abertas e na companhia dos familiares se fazia uma volta por todas as igrejas da cidade: Sé, São Sebastião, Terceiros, Misericórdias, Carmo e S. Miguel, visitando a imagem do Senhor dos Passos.

A procissão do Enterro do Senhor realiza-se na noite de Sexta-Feira Santa e provoca dramatismo à sua passagem. A procissão sai da Igreja dos Terceiros, junto ao Rossio, segue pela Rua Gaspar Barreiros, Largo General Humberto Delgado, Rua dos Andrades, Rua Formosa, Largo da Santa Cristina, Rua das Bocas, Largo de Santo António, sobe a Rua Direita até à Rua Formosa, vai pela Rua do Comércio, Largo de D. Duarte e chega à Sé. Participam na procissão do Enterro do Senhor as Ordens Terceira de São Francisco, Terceira do Carmo, as Irmandades de Santa Cruz de Passos, a Irmandade do Santíssimo, a Irmandade da Misericórdia, Mensageiros de Assis e seminaristas. À frente vão dois acólitos, um com o turíbulo e o outro com a naveta onde leva o incenso. Segue outro acólito que leva uma cruz em madeira adornada com um pano branco, ladeado por duas

¹⁶³ Roca - estrutura em madeira que serve de armação aos vestidos de imagens que, geralmente só têm cabeça e membros superiores.

¹⁶⁴ Cobertura portátil formada por um dossel de seda sustido por varas, sobre o qual vai o Santíssimo, ou os Reis e Bispos nas procissões.

¹⁶⁵ Descrição verbal do Padre José Leitão, pároco da Sé de Viseu.



acólitas. A cruz vai vazia e o pano branco vai no lugar onde esteve crucificado Jesus. O Pendão e a Cruz Processional vão deitados e são acompanhados por lanternas e tocheiros. O pátio é transportado por seis irmãos da Irmandade da Misericórdia. Sob o pátio, quatro seminaristas, de túnicas brancas, levam o esquife. Enquadrando o pátio, quatro bombeiros transportam lanternas, acompanhados por alguns seminaristas com túnicas brancas e sacerdotes com estolas roxas, o Sr. Bispo com capa e estola de cor roxa, mitra branca, acompanhado por elementos do clero, ministro da Ordem Franciscana Secular e autoridades convidadas. Seguem os andores de Nossa Senhora, o andor de Santa Maria Madalena e o andor de São João Evangelista, transportados por elementos da GNR, PSP, Bombeiros Municipais e Exército. A Banda Filarmónica de Música de Lobelhe, com a sua bandeira pendente, encerra a procissão tocando músicas fúnebres, que invocam o choro da Igreja diante da morte de Nosso Senhor Jesus Cristo. No final segue o povo, engrossando o cortejo ao longo do percurso, quase todos com uma vela.

As características da Rua Direita acentuam o dramatismo da celebração, pois a estreiteza da rua provoca eco e obriga o cortejo a adelgaçar-se para ocupar e preencher toda a largura, que varia entre os dois e sete metros, ficando mais distante do som da banda (ver anexo 11).

Outro costume é a tradição das Migas, já realizada no século XX, que consta de uma refeição oferecida aos sócios do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, os quais são agraciados por esta instituição, com uma refeição de migas ao jantar da terceira quinta-feira da Quaresma (ver anexo 12). Para além dos sócios, são convidados para a confraternização o presidente da câmara, o governador civil e algumas individualidades da cidade que contribuem para a ajuda do instituto.

Há mais de 30 anos que Maria Carminda Ferreira, com setenta e seis anos, aprendeu esta tradição. Começou como ajudante e é hoje a responsável pela confecção das Migas, tarefa que orienta há oito anos. Trabalha com uma equipa de três pessoas. Nos últimos cinco anos têm integrado a equipa: Rosa Maria Ferreira da Costa Soares, José António de Almeida Costa e Fernanda de Oliveira Costa.

Carminda e a equipa, na terceira quinta-feira da Quaresma, iniciam a empreitada por volta das catorze horas, tarefa que se prolonga até ao final desse



dia. Leva apenas a sua faca, os utensílios, já que os equipamentos são todos do Instituto Liberal. A aquisição dos ingredientes é da responsabilidade dos membros da direcção. O jantar é servido às oito horas, estando até aí a porta da cozinha fechada aos curiosos. Depois de ocuparem os seus lugares, as individualidades presentes discursam e dão início à refeição.

Confecção das Migas¹⁶⁶

Ingredientes:

Carnes 2 pás de porco; 3 a 4 kg de vitela; 8 frangos; 2 kg chouriço (do mais barato).

Temperos Colorau (1kg), hortelã (muita), sal, piri-piri e pimenta russa, bicarbonato para as couves, dois litros de azeite, uma garrafa de óleo e banha de porco.

Legumes 1 kg de alho; 3 kg cebola; 20 kg couve penca.

350 a 400 pães (papo-secos duros de três ou quatro dias)

Preparação:

Numa grande panela cozem-se as carnes todas, com sal. Enquanto as carnes cozem arranja-se as couves aos pedaços que não devem ter toros. As carnes cozidas são retiradas para recipientes, são limpas de ossos e gorduras e picadas na picadora. Antigamente eram cortadas muito miudinhas à mão. Na água de cozer as carnes, cozem-se as couves e junta-se as folhas de hortelã, o bicarbonato e meia garrafa de azeite que ajuda ao tempero. À parte num tacho faz-se o refogado com cebola, alho, azeite, banha de porco, colorau, óleo, piri-piri e pimenta russa. Quando as couves estão cozidas repartem-se por quatro ou cinco tachos mais pequenos juntamente com a água onde foram cozidas. Divide-se o refogado por estes tachos e juntam-se as carnes picadas envolvendo tudo muito bem. Nesta fase o pão (papo-secos) é desfeito em água fria, espremido e adiciona-se ao tacho. Envolva-se tudo uniformemente, mexendo sempre com muita atenção para não agarrar ao fundo e torrar.

Após ter fervido, pelo menos cinco minutos para cozer o pão, está pronto a servir às mesas.

¹⁶⁶ Carminda à medida que foi confeccionando as migas, foi explicando a receita.



As migas são distribuídas por terrinas de esmalte e levadas às mesas pelos membros da direcção do Instituto Liberal, que nesse dia se disponibilizam a servir todos os sócios que queiram participar.

Na refeição é servido vinho para beber e laranjas, a fruta da época, para a sobremesa.

Participam nesta refeição entre duzentos a duzentos e cinquenta homens. Embora as mulheres possam juntar-se aos maridos e confraternizar, é rara a sua presença. Em 2010 estiveram presentes apenas duas mulheres. Alguns sócios preferem encher o tacho para comer em casa.

No final procede-se à lavagem de toda a louça, as grandes panelas de cozer as carnes e couves e a grande quantidade de pratos e talheres, hoje simplificada pela utilização de copos descartáveis. Os copos de vidro para o vinho apenas são colocados para as personalidades convidadas. A louça é toda guardada em caixas para voltar a servir após um ano.

Diz Maria Carmina que “é um serviço bem pago, embora muito cansativo”.

Outro costume já perdido, eram os bailes realizados nas instituições da Rua Direita que eram reuniões sociais de carácter festivo. Juntavam pessoas da rua e da cidade e eram motivo de vivências, união e convívio.

No Instituto Liberal de Instrução e Recreio, era realizado o baile de Carnaval, em que os sócios poderiam participar mascarados. Para este efeito, foi determinado pelo Instituto Liberal, em acta de quatro de Fevereiro de 1904,

«[...] que se requesitasse um guarda civil à paisana, para nos três dias de carnaval estar à porta d`este Instituto afim de, quando n`elle queira entrar algum individuo mascarado o intimar a tirar a mascara deante do director [...]; e que este snr., depois de reconhecer o mascarado como sócio, lhe premitisse a entrada sendo-lhe vedado divulgar quem este seja»¹⁶⁷.

O baile da Micarene, também organizado pelo Instituto Liberal de Cultura e Recreio, realizava-se no período da Quaresma. Fazia um intervalo no rigor da Quaresma, tempo de penitência e meditação. O baile era realizado no sábado à noite e era destinado às famílias dos sócios. A partir das nove horas da noite, a sala começava a encher e a festa durava noite dentro. Dizem os sócios mais

¹⁶⁷ Acta do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, Viseu, Livro I, 4 Fev. 1904



antigos que era uma oportunidade para se divertirem num período longo de ausência de festas, a Quaresma. No dia seguinte, domingo à tarde, era realizada uma *matinée* destinada aos filhos dos associados. Distribuía-se brinquedos às crianças e era-lhes dado um lanche. Segundo apurámos junto da direcção do Instituto e de sócios mais antigos, este baile deixou de se realizar na década de noventa, devido às más condições do salão e de toda a sede do Instituto Liberal, que se foi deteriorando.

Também no Orfeão de Viseu foram realizados bailes de convívio destinados aos sócios¹⁶⁸. Em Fevereiro de 1975 encontramos registo da realização do “baile de carnaval” e da “*matinée* dançante”. O baile realizava-se no sábado anterior ao Carnaval e a *matinée* no dia seguinte, domingo, à tarde. Mas esta instituição proporcionava aos sócios outros bailes. Ainda neste ano, encontramos registos do “Baile de Pascoela” no mês de Maio e do “Baile de Passagem de Ano”. Em Fevereiro de 1976, além do baile de Carnaval, foram realizadas aos sábados “*matinéés* dançantes”. Em 1978 surge o registo do “Baile de São Martinho”. Este registo das actividades do Orfeão de Viseu dá-nos conta da existência da realização de bailes, por vezes em determinadas datas festivas, outras vezes como elemento de convívio em *matinéés* ao fim de semana. 1984 foi um ano em que se registou um grande número de bailes que foram diminuindo de número, até que, a partir de 1987, deixou de haver qualquer referência a bailes.

As festas populares no mês de Junho eram festejadas na Rua Direita: o Santo António do dia 12 para 13, o São João do dia 23 para 24 e o São Pedro do dia 28 para 29. Na Rua Direita e nas ruas que com ela cruzavam faziam-se arraiais, fogueiras com rosmaninho e saltavam-se as fogueiras. Mais recentemente, ao fundo da rua, no largo Mouzinho de Albuquerque, havia conjuntos musicais que animavam a festa no dia de Santo António. Neste largo, antigo Largo das Freiras, localiza-se a Igreja de Santo António que pertenceu ao convento das Religiosas de São Bento. Enfeitavam-se alguns troços da rua com bandeirinhas e balões de papel (ver anexo 3 - E).

Nas festas populares, faziam-se “cascatas” com santinhos e as crianças e jovens pediam um tostão para a cascata. Estas noites eram animadas e a juventude percorria a rua para saltar as fogueiras. Os mais idosos recordam, com saudade, os

¹⁶⁸ CD com base de dados das “Actividades do Orfeão de Viseu”, cedido pelo Orfeão de Viseu.



tempos de animação da rua. Hoje não se saltam nem se fazem as fogueiras nos dias dos Santos Populares, a rua está vazia de gente e sem animação.

A rua foi também palco da vida de várias figuras originais, algo castiças que, com a sua presença, marcaram a memória colectiva da rua e são lembradas por aqueles que, ainda hoje, contam as vivências da rua no último quartel do século XX.

O senhor Ernesto Simões e o senhor Vale¹⁶⁹, octogenários e ainda comerciantes da Rua Direita, lembram com saudade algumas destas pessoas com quem conviveram. Algumas faziam-se anunciar pelos pregões, outras pelo aroma das castanhas assadas, outras ainda pelo seu contributo em determinadas tarefas pelas quais lhes foram atribuídas alcunhas.

É exemplo o “Carrão”, que transportava as mercadorias que chegavam a Viseu por via-férrea. Na estação dos comboios carregava as encomendas na sua carroça e distribuía-as pelos estabelecimentos comerciais e pelas casas particulares.

Pelo aroma a castanhas assadas, fazia-se anunciar a “mulher que vendia castanhas”, a Silvina, que no Outono e parte do Inverno montava a sua pequena banca junto ao edifício da Cruz Vermelha, da qual faziam parte o assador de castanhas, a saca de castanhas em serapilheira e o abanador, e aí permanecia dia após dia, com bom ou mau tempo. Com folhas de jornal, fazia cartuchos que enchia com uma dúzia de castanhas assadas e apregoava “castanhas quentinhas, quentinhas”. Era o seu ganha-pão. Chegava cedo e retirava-se após o comércio ter encerrado, quando a rua se esvaziava de gente (ver anexo 13 - C).

Pelo chiar das rodas do triciclo pressentia-se o “Cadelão”, Fernando Antunes, com fama de ser mau, forte e refilão. Metia-se em todas as zangas. Vivia sozinho e a doença paralisou-lhe as pernas. Circulava pela cidade num triciclo de manivela, cedido pela Cruz Vermelha¹⁷⁰, e, de volta a casa, o caminho era pela Rua Direita. A companheira era uma cadelita atada ao triciclo¹⁷¹.

O eco, que a estreiteza da rua ampliava, acusava a presença da “Castiça”. Chamava-se Sílvia. Frequentemente, subia e descia a Rua Direita e, antes de ser avistada, já se ouviam os seus brados e insultos, dirigidos a ninguém. O simples

¹⁶⁹ Comerciante da sapataria Serra e Vale e antigo morador. Os seus filhos ainda residem na Rua Direita.

¹⁷⁰ Segundo informação da funcionária da Cruz Vermelha, Manuela Cardoso.

¹⁷¹ Conta Vale, da sapataria Serra e Vale, comerciante e antigo morador.



transeunte aligeirava o passo e desviava a trajectória, se necessário, na tentativa de se esquivar a qualquer insulto. Outras vezes, os insultos davam lugar a um fado triste e cambaleante¹⁷².

O pregão adiantava-se à passagem pela rua de Manuel Oliveira Cadoso, “o Formidável”, cauteleiro, que nasceu em 1919 e faleceu em 1992. A alcunha veio-lhe dos prémios que vendeu e da forma como lidava com os clientes. Muito conversador, conseguia levar à certa os clientes que dificilmente se negavam à compra do jogo. A clientes conhecidos, quando em recusa de compra, chegava a deixar o jogo sobre a mesa do café, sabendo que não se conseguiam negar e acabariam mais tarde por fazer o pagamento¹⁷³ (ver anexo 13).

*«Apanham a terminação
Que lhe vendeu o cauteleiro
C`o o seu velho pregão,
Na sua voz saudável
Anunciando o jogo!
- Dinheiro?!
- Quem quer dinheiro?
Canta o “Manuel Formidável”
Às portas dos Bancos do Povo! [...]»¹⁷⁴*

Actualmente, só dois cauteleiros, o “Filósofo” e o “Barba Azeda”, passam pela rua. Fazem-no no seu percurso para casa, pela Rua Direita é o caminho mais curto¹⁷⁵. Posicionam-se nas quatro esquinas, ao cimo da Rua Direita, e não é certo encontrá-los todos os dias. Os pregões fazem parte do passado, apenas as cautelas na mão e a bolsa a tiracolo denunciam a sua profissão.

O cauteleiro Cândido, o “Filósofo”, nasceu em 1923 (ver anexo 13 – A). Com oitenta e seis anos, esguio, passo pequeno, arrastado e incerto, denuncia a

¹⁷² Recordam o senhor Ernesto, o senhor Vale e algumas pessoas antigas da rua.

¹⁷³ Conta Maria Manuela Cardoso, filha de Manuel Oliveira Cadoso (em alguns registos aparece Cardoso), que se disponibilizou a ceder algumas fotografias e objectos relacionados com a profissão do pai.

¹⁷⁴ MADEIRA, José Alves, “Viseu Terça-feira” in *Um Homem de Viseu*, Viseu 2003
Poema declamado pelos Jograis de Viseu.

¹⁷⁵ Cândido, mora na Rua Serpa Pinto e Manuel Carlos Figueiredo na Rua da Senhora Piedade e ambos nos contam um pouco da sua vida.



idade avançada nos seus gestos inseguros e olhar vago¹⁷⁶. É primo do falecido cauteleiro “Formidável”, também sobrinho de Domingos Agostinho, dono da loja “Domingos Agostinho e Filhos” na Rua Formosa, número oitenta, onde se vendem jornais, revistas e lotaria, uma das casas onde adquiriam o jogo para venderem. Aos dez anos conjugava a escola com a venda e distribuição de jornais nas casas. Aos vinte e dois anos tornou-se independente, esteve em Lisboa, de onde diz ter saudade, gostava muito de Lisboa. A sua alcunha, “o Filósofo”, veio da sua serenidade, elevação e fortaleza de ânimo e pelo género de conversas que mantinha. Usava um carimbo com a alcunha para carimbar a lotaria. Hoje já não é necessário carimbar a lotaria, só o faz se os clientes assim o desejarem¹⁷⁷.

O “Barba Azeda”, Manuel Carlos Gomes Figueiredo, nasceu em 1946 (ver anexo 13 - B). Com sessenta e três anos, vende cautelas na rua, onde anda há trinta e seis anos, após ter cumprido a tropa e se ter dado o 25 de Abril. Foi funcionário da Câmara Municipal de Viseu onde esteve, na secção de limpeza pública, quinze anos¹⁷⁸. A alcunha vem do avô, que trabalhava na CP e que era muito vaidoso da sua longa barba. Um dia os amigos, numa brincadeira, untaram-na com molho picante. O avô disse que a barba estava azeda e, a partir daí, passou a ser chamado de “Barba Azeda”. O neto era chamado de “o Neto do Barba Azeda” e assim ficou a alcunha por que ainda hoje é conhecido. Também vendia os jornais *Fontes e Tomarense*.

¹⁷⁶ Em outras passagens que fizemos pela rua estranhámos não ver o “Filósofo”. Questionámos o seu companheiro “Barba Azeda”, que respondeu “o cauteleiro Cândido faleceu na primavera de 2010”.

¹⁷⁷ Conta Domingos Agostinho, dono da loja “Domingos Agostinho e Filhos”, local onde os cauteleiros iam e continuam a ir comprar o jogo que vendem.

¹⁷⁸ “Gente da nossa terra. Carlos (Barba Azeda) 64 anos”, cauteleiro, In *Jornal do Centro*, 16 de Abril 2010, p.27.



3 Rua Direita – do auge à degradação

O processo gradual de perda de importância do núcleo histórico, na vida da cidade e dos seus habitantes, é provocado por um conjunto de factores que deve ser identificado e estudado, de forma a poderem ser criadas alternativas completas que combatam este problema, em várias frentes e conseguir, com sucesso, tornar aquele espaço novamente atractivo e cheio de vida.

Um dos factores que deve ser analisado é a situação de abandono e degradação a que, actualmente, está votada a Rua Direita. Neste capítulo, abordaremos estes factores, baseando-nos numa exaustiva consulta da imprensa local, na informação resultante do tratamento de inquéritos distribuídos aos comerciantes da rua e em diversas entrevistas aos responsáveis pelo pelouro do Urbanismo da Câmara Municipal de Viseu.

Este processo de degradação da Rua Direita e do núcleo histórico da cidade já foi objecto de análise de alguns estudiosos e há quem situe a sua origem, há pelo menos um século atrás:

«Com a abertura das novas artérias de circulação no último quartel do séc. XIX, o desenvolvimento citadino, agora tornado função da mesma categoria de fenómenos que primitivamente o impulsionaram, é sobretudo nas zonas exteriores do burgo que se afirma.

O ponto mais elevado da cidade vê, portanto, fugir-lhe o predomínio que, durante muito tempo, manteve como centro da vitalidade urbana; e não será exagerado supor que essa decadência tenderá a acentuar-se em benefício dos bairros periféricos como em grande número doutras cidades se tem verificado.»¹⁷⁹

A perda de importância da função residencial do núcleo histórico é geralmente justificada pela degradação das habitações e pelo aparecimento de novas centralidades na cidade, mais modernas, espaçosas e com custos mais reduzidos. A rua perdeu, igualmente, importância na actividade comercial, pelo aparecimento de novos pólos comerciais cobertos, que proporcionam conforto e

¹⁷⁹ GIRÃO, A. de Amorim, *Viseu Estudo de uma Aglomeração Urbana*, Coimbra Editores Lda, 1925, p. 94



mobilidade, independentemente das condições climatéricas. Houve uma gradual deslocalização de serviços para zonas periféricas, mais atractivas e confortáveis e, simultaneamente, houve perda de locais de atracção na zona histórica. A falta de adaptação ao tráfego automóvel, a deficiente qualidade dos transportes públicos para aceder ao centro histórico e a falta de estacionamento, contribuíram para o facto de as pessoas deixarem o centro histórico. Todos estes factores provocaram progressivamente uma crescente discrepância entre a oferta e a procura.

A Rua Direita é o principal eixo do núcleo histórico, o caminho mais curto entre a parte baixa e a parte alta da cidade. É a rua que evoca a cidade e a vida medieval, com as suas lojas abertas e as mercadorias que ainda tentam invadir o espaço do transeunte, embora em conflito com as actuais obrigações camarárias.

Há três décadas, a grande circulação de pessoas fazia-se essencialmente por este eixo, transformado num mar de gente. Nas duas últimas décadas perde importância comercial, residencial e a interacção com a própria cidade. A cidade cresce à sua volta e, pouco a pouco, afasta-se, quebra os laços afectivos que mantinha com ela e dilui-se na memória de quem já quase não a identifica no seu quotidiano.

No inquérito realizado junto de comerciantes e moradores são apontadas várias razões que contribuíram para a perda de importância da Rua Direita, nestes últimos anos.

A quase unanimidade aponta como razão primeira a construção e início de funcionamento da Central de Camionagem, localizada desde 1972 na Avenida António José de Almeida (fig. 25, B). Até então havia três pontos de chegada e partida dos autocarros, que concentravam diariamente as populações que vinham à cidade, num triângulo em torno da rua. O Largo Mouzinho de Albuquerque, ao fundo da Rua Direita, a Avenida 25 de Abril, junto ao Rossio, e o Largo da Santa Cristina, os dois últimos situados na parte alta da cidade. Neste triângulo era desembarcada, diariamente, mais ou menos gente, consoante os dias da semana, que, pelas mais diversas razões, vinha contribuir para uma dinâmica de actividades, das quais o comércio era um dos principais intuitos. As pessoas da aldeia vinham vender os seus produtos, frutas e legumes, transportando os cestos à cabeça, ao Mercado “2 de Maio” (fig. 25, 1), localizado nas Rua Formosa e Rua do Comércio e também o faziam na Rua Direita (ver anexo 14). Este triângulo interagia com a rua, por ser o caminho mais directo e por ali convergirem a maior



parte das ruas do centro da cidade e, mesmo se o destino não era a rua, ela era ponto de passagem para outras direcções.

Com a construção da central de camionagem, e a consequente deslocação da chegada e partida da maior parte dos autocarros, surgiram outros percursos, realizados pela Rua Serpa Pinto e Avenida António José de Almeida, o que fez com que a Rua deixasse de ser central. No dia da feira semanal, terça-feira, esta situação era ainda mais evidente, pois o local onde se realizava a feira, junto ao Rio Pavia, no recinto da feira de São Mateus, ficou mais distanciado da Rua Direita. Nessa altura, a rua mantinha ainda muito do seu movimento, mas já não era passagem obrigatória, pois tinha deixado de estar no centro do triângulo de acção das populações. Os novos percursos fazem surgir novos comércios, que começam a desviar os clientes.

Outro factor de muito peso na perda de dinamismo, referido pelos comerciantes e moradores da Rua, foi o encerramento do Mercado “2 de Maio”, em 1992, (fig. 25, 1). Este mercado localizava-se ao cimo da Rua Direita, limitado pelas ruas Formosa e do Comércio. Era um espaço muito importante, para onde convergiam as pessoas da cidade à procura dos bens de primeira necessidade, sobretudo agrícolas, que ali eram vendidos pelos agricultores. Parte das receitas das vendas era gasto logo ali, na Rua Direita, na compra de produtos que só existiam na cidade. A sua localização conferia algum dinamismo àquele núcleo urbano, pois, apesar de já existirem outros percursos muito frequentados, a Rua Direita continuava a ser local de passagem, quer para moradores do centro, quer para os moradores do fundo da cidade, quer para outros que chegavam pelo Largo Mouzinho de Albuquerque. A rua era local de passagem quase obrigatória, uma vez que era provida de um comércio muito diversificado¹⁸⁰.

O novo mercado surge a uns escassos duzentos metros da central de camionagem, entre a Av. Alberto Sampaio, a Rua 21 de Agosto e a Rua Constantino Afonso de Melo (fig. 25, A), criando mais percursos desviados da Rua Direita. A deslocação do mercado criou muita polémica e descontentamento, partilhados pelos comerciantes da Rua e do núcleo histórico, pela população da

¹⁸⁰ (Ribeiro, 1968, p62) “(...) mercado permanente que ultrapassa muito as necessidades da cidade e estende o raio de acção a uma área vasta e de grande actividade agrícola e até industrial ou artesanal (...)”.

(Madeira, 1973) dá-nos conta desta variedade de serviços e produtos existentes na Rua, no seu poema “Rua Direita de Viseu”.



cidade e pelos vendedores de produtos agrícolas provenientes das aldeias, que não se identificavam com o novo espaço¹⁸¹.

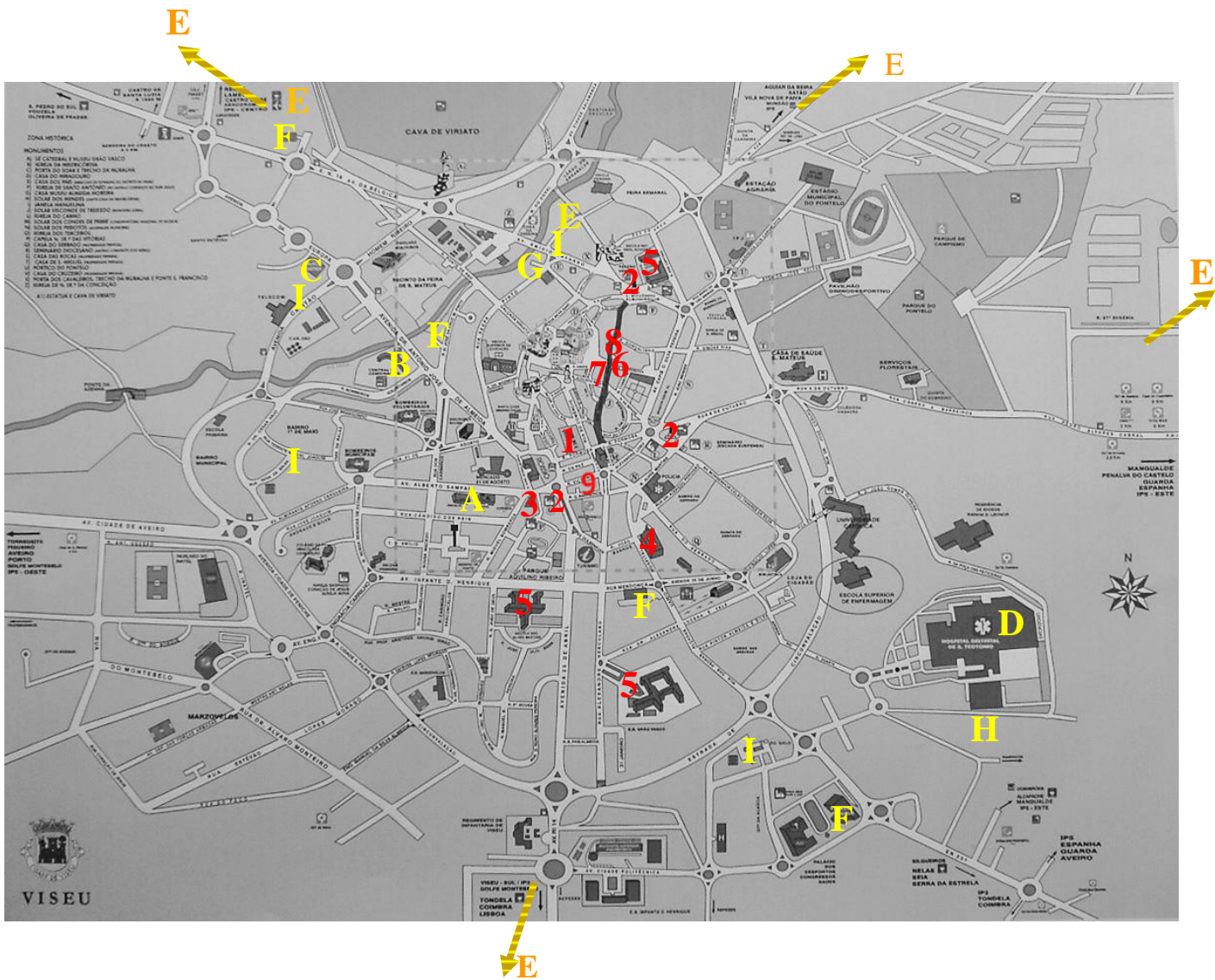


Fig. 25 - Serviços que ao longo dos anos saíram do centro da cidade.

1 – Antiga Praça/Mercado	A – Novo Mercado
2 – Locais de paragem das “camionetas”	B – Central de Camionagem
3 – Tribunal	C – Novas instalações do Tribunal
4 – Antigo Hospital/Maternidade	D – Novo Hospital/Maternidade
5 – 3 Escolas, 2.º, 3.º ciclo e sec. (existentes)	E – 5 Escolas novas no perímetro da cidade e 1 na cidade
6 – Comércio tradicional	F – Hipermercados/Centros comerciais
7 – Orfeão – Rua Direita	G – Orfeão, novas instalações - Serpa Pinto
8 – Cruz Vermelha – Rua Direita	H – Cruz Vermelha - Bairro da Pomba - Ranhados
9 – CTT e Telecomunicações	I – Divisão dos serviços

¹⁸¹ “ Construção do novo mercado retalhista de Viseu rodeado de polémica”, in *Jornal Noticias de Viseu*, 9 de Mai. 1991.p7.

“Mudança de espaço do novo mercado”, in *Jornal Noticias de Viseu*. 8 de Ago., 1991. p 5

“ Mudança de espaço do novo mercado pós feirantes e autarquia em guerra”, in *Jornal Noticias de Viseu*, 8 de Ago., 1991, p.5



Esta alteração na cidade foi apontada pelos comerciantes e moradores como o principal factor para a perda de importância da Rua Direita. É a partir desse ano, 1992, que se começa a sentir um menor movimento e o consequente abrandamento nas vendas na rua.

O inevitável crescimento da cidade deslocou progressivamente os serviços para zonas mais amplas e modernas. Também a construção do novo Hospital e Maternidade de São Teotónio, inaugurado em vinte e seis de Fevereiro de 1998¹⁸² (fig. 25, D), no Bairro da Pomba em Ranhados, e o encerramento do antigo hospital, a funcionar no Bairro do Serrado (fig. 25, 4), contribui para a diminuição da população, no centro da cidade. Muitas das pessoas que se deslocavam às consultas, ou que faziam visitas aos doentes, na passagem, compravam alimentos, flores e roupas. Hoje já não passam na rua, uma vez que o novo percurso se faz pelas grandes avenidas e estrada de circunvalação.

A transferência do Tribunal do Largo Aquilino Ribeiro para a Av. da Europa, (fig. 25, 3 e C) também é referida pelos comerciantes da Rua Direita, como factor de esvaziamento da população. Um dos entrevistados, especializado em pronto-a-vestir masculino, refere que vendia muitos fatos pretos e que, com a deslocação do Tribunal, deixou de o fazer.

O edifício dos Correios Telégrafos e Telefones - CTT, localizado entre o Largo General Humberto Delgado e a Rua dos Andrades, que, com a parte postal, o serviço de encomendas e o serviço de telecomunicações traziam muito dinamismo ao cimo da rua. No entanto, o mesmo dividiu-se em várias dependências, espalhadas pela cidade e periferia. Na Avenida Capitão Homem Ribeiro ficou instalada a Portugal Telecom e os serviços postais foram deslocados para o Bairro da Balsa, para a Quinta do Galo, para a Rua Serpa Pinto e para Coimbrões.

Igualmente a perda de duas instituições, a delegação da Cruz Vermelha, que se mudou da Rua Direita em 2001, e o Orfeão de Viseu, que em 2006 se mudou para instalações provisórias, contribuiu para o decréscimo da importância da rua. Estas instituições eram uma presença de dinamismo, tendo deixado os edifícios que hoje se encontram vazios e devolutos.

¹⁸² “A Ministra da Saúde inaugurou o hospital de Viseu”, in *a Voz das Beiras*, 26 de Fev.1998, p.3



Nos últimos vinte anos a cidade desenvolveu-se em todas as direcções. O indeclinável crescimento da cidade deslocou para os bairros periféricos muita da população que habitava no centro da cidade, onde as condições de vida, nomeadamente de habitação, se degradaram, dado o envelhecimento das casas, ou o crescimento dos rendimentos familiares permitiu um lugar de vida mais aprazível. Muitas casas da Rua e do centro histórico ficaram vazias.

Ao mesmo tempo que a cidade crescia e rompia as suas fronteiras de extensão, o uso do automóvel vulgarizava-se e vinha também ele contribuir para mais um problema na desertificação do núcleo histórico.

São criadas novas avenidas e uma circular à volta da cidade, por onde o trânsito passa rápido em todas as direcções, sem quase se aperceber do núcleo da cidade. Já, nem mesmo, a paragem dos autocarros é importante ponto de chegada ou partida, em relação, ao centro. Passam despercebidos no labiríntico trânsito automóvel.

Contam os comerciantes que a Rua era local de passagem, para os estudantes e trabalhadores, que por ela subiam ou desciam no seu dia-a-dia. Em algumas horas, era um mar de gente. Os estudantes, por aqui, faziam caminho para a Escola Secundária Emídio Navarro, antiga Escola Comercial, na avenida com o mesmo nome, situada ao fundo da Rua Direita, e para a Escola Secundária Alves Martins, antigo Liceu, situada na Av. Infante D. Henrique, e bem assim, para a Escola EB 2 3 Grão Vasco, a antiga Escola Preparatória. As duas últimas situavam-se, e situam-se, a alguma distância do cimo da Rua Direita, mas era por ela que a maior parte dos estudantes passava, dando um movimento e vitalidade constante à rua.

Os estudantes eram denominados, pelos comerciantes, como “os mosquitos”, tal era a quantidade de alunos que por ali passava. Nas horas de maior tráfego de jovens, todos os olhos eram poucos para vigiar as muitas tropelias que pela Rua iam fazendo. No entanto, dizem alguns, que era uma alegria ver aquela pequenada cheia de contentamento, tagarelando rua acima, rua abaixo.

No concelho de Viseu só existiam estas três escolas para prosseguir estudos após a quarta classe pelo que todos os dias chegavam à cidade muitos jovens, vindos das aldeias, para fazerem os seus estudos. Chegavam e partiam nas camionetas que transportavam o povo da aldeia, junto com os seus cestos e produtos para abastecer o mercado. Durante o dia, gente da cidade e da aldeia



misturava-se em percursos idênticos, em que no triângulo formado pelas escolas e no triângulo dos transportes, o centro era a Rua Direita que era quase impossível de evitar.

A construção e entrada em funcionamento da Escola Secundária de Abraveses, em 1982, e da Escola Secundária de Viriato, junto à Ribeira, em 1985, entre outras que se seguiram, fizeram com que a comunidade escolar, os alunos e professores, dispersasse e tomasse novos rumos.

Para além destas escolas, existem dois colégios privados, o Colégio da Via Sacra e o Colégio da Imaculada Conceição, cuja maior parte dos alunos utiliza o carro nas deslocações.

Hoje a rua é triste, dizem os comerciantes e moradores, em forma de lamento e saudade.

Data de abertura das Escolas do 2.º, 3.º ciclo e Secundárias do Concelho de Viseu			
As primeiras escolas da cidade		Novas Escolas	
1898	Escola Secundária Emídio Navarro - Viseu	1982	Escola Básica 2.º e 3.º ciclos Dr. Azevedo Perdigão - Abraveses
1948	Escola Secundária Alves Martins - Viseu	1985	Escola Secundaria de Viriato
1969	Escola Básica Grão Vasco – Viseu	1987	Escola Básica D. Duarte - Vil de Souto
		1991	Escola Básica D. Luis Loureiro - Silgueiros
		1991	Escola Básica Infante D. Henrique – Repeses
		1994	Escola Básica do Viso
		1995	Escola Básica n.º 3 de Mundão
		1996	Escola Básica João de Barros – Marzovelos

Dados fornecidos pelas respectivas Escolas

A nível do ensino superior, a cidade já tinha nos anos oitenta a Escola Superior de Enfermagem, situada entre a Estrada de Circunvalação e o novo hospital; a Universidade Católica, cujas primeiras instalações foram no Seminário, próximo da Rua Direita, e que actualmente, está em edifício próprio, junto à Escola de Enfermagem; e a Escola Superior de Educação, situada na Rua Maximiano de Aragão. Só esta última se situa dentro do núcleo histórico e, dada a configuração deste núcleo, situa-se na encosta oposta à Rua Direita. Este factor é



um obstáculo natural de acesso à rua. Outros pólos universitários surgiram em redor da cidade e com eles novas centralidades, que se estão a manifestar como grandes áreas de atracção habitacional, comercial e de lazer.

Outro sinal de transformação da cidade foi o aparecimento de novas zonas comerciais. Há muito que a cidade extravasa para fora do burgo medieval. Nos finais do século XIX e primeira metade do século XX surgiram as novas avenidas, e com elas novos pólos comerciais¹⁸³, os quais, se, em algumas décadas foram sinónimo de progresso, actualmente são factores problemáticos para o comércio tradicional. Já nos anos setenta, assistimos ao aparecimento de dois supermercados: o “Flor de Viseu”, na Rua Francisco Alexandre Lobo, e o “Pão de Açúcar”, na Rua Mendonça, que passaram a oferecer à população de Viseu, novas formas de comercializar e apresentavam produtos mais variados. Também na década de 70, do século XX, surgiu o primeiro centro comercial Ecovil¹⁸⁴, na Rua do Comércio e Rua D. Duarte, junto à Rua Direita. Mais tarde, na transição da década 80 para a de 90, foi construído o segundo centro comercial Académico, na Avenida Emídio Navarro, junto ao fundo da Rua Direita.

Nas décadas de 1990 e 2000 proliferavam hipermercados e centros comerciais, instalados na cidade e arredores. O primeiro hipermercado apontado pelos comerciantes, como fazendo grande concorrência ao comércio tradicional foi o actual Continente, inicialmente chamado de “Pris Unique”, em 1998, depois Modelo e actualmente Continente, situado na Avenida da Bélgica. Começou por se localizar na periferia da cidade, mas o desenvolvimento da mesma foi tão rápido que está hoje completamente integrado na sua malha urbana.

Outras grandes superfícies foram surgindo: Palácio do Gelo, Lidl, InterMarché, Mini-Preço, Retail Parque e o Fórum de Viseu, em 2005. Este último, viria a ser o novo centro cívico e comercial, na margem esquerda do rio Pavia, integrado na reabilitação de espaços públicos, de investimento privado,

¹⁸³ «E, se em alguma terra o comércio exige que se estudem as causas do seu necessário quão urgente desenvolvimento, Viseu tem ultimamente caminhado na senda do progresso e tanto que outra cidade não conhecemos que se lhe avante. Para tanto houve necessidade de no primeiro burgo, se proceder a um novo e austero traçado, sem deixar o cunho característico das ruelas estreitas e sombrias, erguendo-se uma nova cidade, ao abrirem-se novas e airosas avenidas, ao longo das quais se levantavam ricos estabelecimentos comerciais, dos melhores que pode haver em terras da província [...]»

FERNANDO, de Abreu, “O comércio de Viseu tem honrosas tradições”, in *II Jornadas Culturais*, Orfeão de Viseu 1929-1970.

¹⁸⁴ RODRIGUES, Raquel, “Curiosidades”, in *Jornal do Centro*, 14 de Mai.2010, p.12



provocou uma nova centralidade, apontada também pelos comerciantes da rua como mais um golpe dado no comércio tradicional.

A reabertura do Palácio do Gelo em 2008, com uma área total de 175.000m², provocou uma nova onda de descontentamento nos comerciantes do núcleo histórico, que afirmaram estarem em asfixia.

Data de abertura das superfícies comerciais da cidade de Viseu		
Supermercados - Anos setenta	Novas superfícies comerciais	
Flor de Viseu - Rua Francisco Alexandre Lobo.	1994	Lidl - Pascoal
Pão de Açúcar - Rua da Mendonça	1997	Lidl - Repeses
Centros Comerciais	1996	Palácio do Gelo *
Anos setenta	1998	Modelo + Continente
Ecovil – Rua do Comércio / Rua D. Duarte	2005	Fórum Viseu
Transição da década 80 para 90	2008	Inter Marche
Académico – Avenida Emídio Navarro	2007	Retail ParK
	2008	Pingo Doce – Santa Maria
	2008 *	Palácio do Gelo - Reformulação e ampliação do espaço
	2009	Mini Preço - Abraveses
	2009	Pingo Doce Abraveses

Dados fornecidos pela Câmara

Estes novos pólos comerciais juntam muita população da cidade, do concelho e visitantes. São espaços modernos, confortáveis, de mais fácil acessibilidade e onde o estacionamento próprio é gratuito, enquanto o estacionamento nos arredores da Rua Direita é pago e caro¹⁸⁵. A falta de estacionamento faz com que as viaturas sejam deixadas num local mais distante e as pessoas fiquem sujeitas às condições meteorológicas, o que as leva a preferir fazer as suas compras e passeios de fim-de-semana nos centros comerciais.

A feira semanal de Viseu sempre concorreu com o comércio local, tanto na qualidade, como na diversidade de produtos. Inicialmente realizada no núcleo histórico, foi deslocada nos anos setenta para o recinto da Feira de São Mateus. Actualmente realiza-se em recinto próprio, entre a Rua do Arco, a Circunvalação

¹⁸⁵ A título de curiosidade no dia 13 de Fevereiro de 2009, estacionámos no parque subterrâneo, situado no Largo de Santa Cristina, para realizar as entrevistas e por 8 horas pagámos 8 € pelo estacionamento.



e o rio Pavia, a sensivelmente quinhentos metros do fundo da Rua Direita. Reúne entre quatrocentos a seiscentos feirantes¹⁸⁶.

Segundo os comerciantes da rua, nos anos oitenta e noventa os dias de feira semanal traziam mais gente à cidade e, por sua vez, à rua; eram dias muito bons para o negócio, a rua enchia, cidade e aldeia buliam num frenesim de compra e venda.

A maior parte dos comerciantes diz que actualmente é um dos dias de menos movimento na Rua, principalmente no período da manhã, em que em alguns estabelecimentos não chega a entrar ninguém. Apesar da proximidade, a feira semanal, hoje, ajuda a afastar a população da Rua. Por um lado, os caminhos do percurso, realizado na maior parte de automóvel, passam nas novas avenidas e na circunvalação; por outro lado, para quem se serve dos transportes públicos na central de camionagem, os caminhos pedonais mais directos são realizados pelas Rua do Arco, Rua do Coval, Avenida Emídio Navarro, Rua Serpa Pinto, Rua Dr. José da Cruz M. Pinto, junto ao rio Pavia.

Outro factor de empobrecimento é o tipo de comércio praticado nos dois locais, pois os artigos vendidos são muito semelhantes¹⁸⁷ e os custos são mais baixos no mercado semanal.

Passando à análise dos inquéritos¹⁸⁸ realizados aos comerciantes da rua, constatamos que há predomínio das microempresas tradicionais, de gestão familiar, pouco profissionalizadas e muitas vezes adversas à mudança. Muitos comerciantes iniciaram ali a sua actividade, ainda muito jovens, alguns com dezasseis anos, como aprendizes, outros continuaram nas lojas da família e ainda, alguns acabaram por aí montar o seu negócio. Registámos que 81% dos proprietários do comércio e 45% de empregados da rua aí trabalha há mais de vinte anos. Este período corresponde à década de oitenta do século XX, apontada como período áureo da rua. Destacamos 10% de proprietários que estão na rua há mais de cinquenta anos e se mantêm ainda à frente do negócio e apenas 6,9% há

¹⁸⁶ Feira Semanal de Viseu pode terminar de vez. Telejornal da RTP de 14-04-2010 às 23 horas. [em linha]. [Consult. 13 Abril 2010]. Disponível em <<http://tv1.rtp.pt/noticias/?t=Feira-semanal-de-Viseu-pode-terminar-se-feirantes-nao-deixarem-o-recinto-limpo.rtp&headline=20&visual=9&article=307654&tm=8>>

¹⁸⁷ (Ribeiro, 1968, p. 60) “abundância de produtos baratos, de qualidade inferior”[...].

¹⁸⁸ O total de espaços comerciais na Rua Direita é de 121. Encontram-se encerrados 15 espaços comerciais e em funcionamento 106. Foram distribuídos inquéritos em todos os espaços em funcionamento, 106 em Janeiro de 2010. Destes 106 espaços apenas conseguimos recolher 80 inquéritos. Responderam aos inquéritos cinquenta e oito proprietários e vinte e dois empregados. Na ausência do proprietário foi pedido para responderem ao inquérito o empregado que estava à frente da loja e representava o proprietário.



menos de cinco anos. Verificamos que na rua há uma pequena percentagem de novos proprietários. Em relação aos empregados, temos uma percentagem de 13,6% que trabalha na rua há menos de cinco anos e 27,3% há menos de dez anos.

Número de anos de trabalho no comércio														
Anos	S/Resp.	0 - 4	5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	Total
N.º Proprietários	1	4	-	1	5	10	8	11	7	2	3	2	4	58
%	1,7%	6,9%	-	1,7%	8,6%	17,2%	13,8%	19%	12,1%	3,4%	5,2%	3,4%	6,9%	≈ 100%
N.º Empregados	-	3	6	2	1	2	-	5	2	1	-	-	-	22
%	-	13,6%	27,3%	9,1%	4,5%	9,1%	-	22,7%	9,1%	4,5%	-	-	-	≈ 100%

Dados resultantes dos inquéritos efectuados pela autora

Proprietários e empregados são uma população envelhecida, como constatamos ao olharmos para o quadro das suas idades. Dos proprietários inquiridos, 72% tem idades superiores a cinquenta anos, em 19% a idade está compreendida entre os setenta e os oitenta anos e 5,2% têm mais de oitenta anos. Relativamente aos empregados inquiridos, as idades não são tão avançadas, mas 50% tem mais de cinquenta anos.

Idade dos inquiridos									
Idade	S/Resp.	20 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 69	70 - 79	80 - 89	Total
N.º Proprietários	1	2	3	10	13	15	11	3	58
%	-	3,4%	5,2%	17,2%	22,4%	25,9%	19%	5,2%	100%
N.º Empregados	-	4	5	2	11	-	-	-	22
%	-	18,2%	22,7%	3,4%	50%	-	-	-	≈ 100%

Dados resultantes dos inquéritos efectuados pela autora

Um dos comerciantes¹⁸⁹, com oitenta anos, está sozinho a orientar o seu estabelecimento, sem necessidade dos três empregados que chegou a ter nos tempos áureos da rua. Afirmou ele que naquela época quatro pessoas no estabelecimento não eram muitos para dar resposta à numerosa clientela.

Os comerciantes apontaram a falta de movimento na rua e nos estabelecimentos comerciais e a consequente quebra nas vendas como

¹⁸⁹ Conta Ernesto Simões, do pronto-a-vestir Ernesto, na Rua Direita.



responsáveis pela redução do número de empregados. Com base nas respostas dos inquiridos ficámos a par da evolução do número de trabalhadores: actualmente contam-se cento e vinte empregados ao serviço, nas lojas da rua enquanto no período de 1980 a 2003 registámos duzentos e cinco empregados. Houve uma diminuição de 41,4% no número de empregados registados no período anterior em relação à contagem actual. Os comerciantes afirmaram que mesmo as lojas mais pequenas tinham entre dois a cinco empregados e hoje, por causa do pouco movimento e da crise instalada, o número de empregados tem vindo a diminuir, sendo que existem estabelecimentos comerciais que hoje não têm empregados, funcionando como estabelecimentos familiares. Actualmente não registamos nenhum estabelecimento comercial com número de empregados acima de sete, quando entre 1980 e 2003 havia duas lojas com oito empregados, uma loja com treze empregados, outra com catorze, e outra com dezasseis empregados. Agora 30% das lojas têm um empregado e 27,5% não têm qualquer empregado. Com dois e três empregados registamos 13,75%, com quatro empregados 3,75% e com cinco e seis empregados 2,5%. A loja que apresenta o maior número de empregados, sete, corresponde a 1,25% no total das lojas. Sem resposta são 5% dos inquiridos. Das vinte e duas lojas, correspondentes a 27,5%, que actualmente não têm empregados, no período anterior só quatro disseram nunca ter tido nenhum empregado, enquanto seis lojas tiveram um, cinco lojas tiveram dois, uma teve três, uma loja teve seis e cinco dos inquiridos não responderam. Das vinte e quatro lojas, correspondentes a 30%, com um empregado, nove disseram que no período anterior só tiveram um empregado, três referiram ter tido dois, três tiveram três empregados, três tiveram quatro, uma teve cinco empregados e cinco dos inquiridos não responderam. Salientamos uma das lojas que só tem dois empregados e em período anterior teve catorze, uma que agora, tem três empregados e antes teve treze e outra de seis empregados que, anteriormente, teve dezasseis. Em ambos os períodos analisados, o maior número de lojas, vinte e quatro, correspondente a 30%, e quinze, corresponde a 18,75%, têm um empregado.

A média de empregados por loja é agora de 1,5, enquanto no período anterior foi de 2,5 empregados por estabelecimento.



Número de empregados ao serviço actualmente nas lojas			N.º máximo de empregados ao serviço nas lojas da rua no período 1980 a 2003													
			Empregados por loja												N.º empregados	
Empregados por loja	N.º lojas	N.º empregados	0	1	2	3	4	5	6	7	8	13	14	16		S/ Resp.
0	22	0	4	6	5	1	-	-	1	-	-	-	-	-	5	25
1	24	24	-	9	3	3	3	1	-	-	-	-	-	-	5	41
2	11	22	-	-	2	4	2	-	-	1	-	-	1	-	1	45
3	11	33	-	-	-	5	3	1	-	-	1	1	-	-	-	53
4	3	12	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	14
5	2	10	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	11
6	2	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	16
7	1	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
S/ Resp.	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Total	80	120	4	15	10	13	8	3	3	1	2	1	1	1	18	205
																80

Dados resultantes dos inquéritos efectuados pela autora

Muitos comerciantes bastam-se a si próprios. A meio da tarde, uma comerciante dizia¹⁹⁰: “hoje ainda não me estreei e tem havido muitos dias assim”.

Nas passagens que fizemos na Rua, por vezes, deparámo-nos com uma ou outra loja que, estando em funcionamento, estava fechada, durante o período da manhã, da tarde, ou casualmente o dia todo.

A actividade é diminuta, na maior parte das lojas poucos clientes entram e muitas vezes quem entra e faz conversa com os comerciantes, são alguns dos moradores ou conhecidos, numa troca familiar de afagos. O balcão (ver anexo 16 – A) é o aconchego de muitas horas de expectativa e, quando o tempo permite, a rua serve de palco de encontro a grupos de três ou quatro comerciantes, que se juntam à porta das lojas a conversar para ajudar a passar o tempo e, se necessário, vêm tranquilamente ao encontro do cliente.

Dos comerciantes inquiridos, apenas seis residem actualmente na rua, cinco são proprietários e um é empregado. Dos dezasseis que já residiram e actualmente não residem, quinze são proprietários e um é empregado. Os comerciantes residentes na rua foram de lá saindo, alguns ainda durante o período

¹⁹⁰ Irene, octogenária e comerciante na rua no número de porta 12.



apontado como áureo. Um comerciante que era, também, morador na rua abandonou-a há cinquenta anos, em 1959. Em 1968 e 1969 saíram mais dois. A década de oitenta do século XX foi a que registou mais saídas de comerciantes moradores na rua, num total de sete. Na década de setenta, registamos quatro saídas, uma na década de 90 e outra em 2000. As razões apontadas para a mudança de residência e saída da rua são a falta de condições das habitações, devido à degradação dos imóveis, a construção de moradias mais espaçosas e a aquisição de habitação própria.

Comerciantes que residem ou residiram na rua																
					Número de anos que não reside											
						10	12	22	25	30	32	34	40	41	50	S/Resp.
Residem	Proprietários	5	Residiram	Proprietários	15	-	1	2	1	4	1	2	1	1	1	2
	Empregados	1		Empregados	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		6	Total		16	1	1	2	1	4	1	2	1	1	1	2
Décadas (séc. XX)							90	80			70			60		

Dados resultantes dos inquéritos efectuados pela autora

Outra causa que também contribuiu para a degradação da rua foi a deterioração dos próprios edifícios, que ao longo do tempo se foram desgastando. A acção da humidade e das chuvas, associada à acção directa da radiação solar, ao efeito do vento e à falta de manutenção periódica, fez com que os elementos constituintes dos edifícios se degradassem gradualmente (ver anexo 19).

Na degradação das paredes pode registar-se fendilhação do reboco e da parede, ou, quando revestidas com cerâmicas, como azulejos, pode haver desprendimentos, e quando incorporam elementos de madeira pode haver rotura da ligação de aderência entre a argamassa de reboco e a madeira. Nos edifícios antigos, os elementos de preenchimento dos vãos, janelas e portas, são geralmente de madeira, que devido ao seu envelhecimento e falta de manutenção periódica, se deterioram e permitem a penetração de humidade para o interior do edifício. Isto afecta a sua funcionalidade e provoca a degradação de outros componentes da construção, como paredes e pavimentos. A principal função das coberturas é garantir a estanquidade em relação às águas das chuvas. Telhas partidas, mal



colocadas, ou desviadas pelo vento, afectam as estruturas, geralmente de madeira, das coberturas dos edifícios antigos¹⁹¹. O estado de degradação dos edifícios da rua, muito acentuado nos últimos anos, é outro factor apontado por moradores e comerciantes para a perda de importância da rua. Edifícios em mau estado e em ruína contribuem para a perda da sua função residencial e a degradação das habitações levou ao seu abandono por parte de alguns dos seus residentes. Hoje são poucas as pessoas que lá residem, em duzentos e doze andares, apenas setenta e três - 34,4% - são habitados.

Para avaliarmos o estado de degradação dos edifícios da rua¹⁹², criámos quatro categorias: bom, razoável, degradado e ruína. Para cada uma destas categorias, analisámos o estado dos revestimentos dos edifícios, a caixilharia e a cobertura. Em relação à cobertura, foram considerados os aspectos que nitidamente mostram cedência da sua estrutura e os que de alguma forma se reflectem no edifício, evidenciando degradação.

Atribuímos a classificação de bom quando o edifício não apresenta fissuras, não tem desgaste no revestimento, a caixilharia não apresenta deformações ou desgaste do material e a cobertura revela solidez e rigor na sua função de estanquidade das águas das chuvas. Nesta condição, registámos trinta e seis edifícios, que correspondem a 38,6%.

A classificação de razoável foi atribuída aos edifícios que apresentam algum desgaste no revestimento, sem, contudo, apresentarem fissuras, a caixilharia, embora com algum desgaste na superfície, não apresenta deformação, e a cobertura apresenta rigor na sua função de estanquidade das águas das chuvas, embora não apresente total solidez da estrutura. Neste estado, registámos vinte e nove edifícios, que correspondem a 31,2%.

A classificação de degradado corresponde ao estado dos edifícios que, além do desgaste no revestimento das paredes, também apresentam fissuras, a caixilharia apresenta desgaste e alguma deformação e a cobertura não apresenta total rigor na sua função de estanquidade das águas das chuvas e mostra alguma deformação na sua estrutura. Nesta condição, registámos dezoito edifícios, correspondente a 19,4%.

¹⁹¹ APPLETON, João Augusto da Silva – *Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção*, Edições Orion, Setembro, 2003, pp 87 – 142.

¹⁹² A análise dos edifícios foi realizada pela autora em Dezembro de 2009.



A classificação em ruína é atribuída a edifícios em que o telhado ruiu total ou parcialmente, quando existem fissuras e grande desgaste nos revestimentos das paredes, ausência de caixilharia ou caixilharia muito deformada, com ausência de alguns elementos e ausência total ou parcial de vidros. Deste grupo fazem parte nove edifícios, que correspondem a 9,7%. Um destes edifícios está actualmente em remodelação (ver anexo 15).

Outro factor apontado pelos comerciantes para a perda de importância da Rua é o estado de degradação dos edifícios, que se reflecte nos espaços comerciais. Por um lado, toda a aparência da rua é afectada quando o exterior dos edifícios não se encontra em bom estado, por outro as anomalias dos edifícios reflectem-se nos espaços comerciais. Para estudarmos o estado dos espaços comerciais¹⁹³ e analisarmos até que ponto, a perda da importância da rua pode estar ligada a este factor, criámos categorias para a classificação dos espaços comerciais, os quais foram observados em Dezembro de 2009 (ver anexo 16).

De acordo com a figuração das lojas no seu estado actual, criámos três categorias para avaliarmos o estado de conservação dos espaços comerciais: bom, razoável e mau. Para cada uma destas categorias, analisámos as condições gerais do interior dos estabelecimentos, paredes, tectos, chão, iluminação, se havia intervenções de melhoramento do seu estado físico e como era apresentado o produto comercializado.

Na classificação do interior das lojas considerámos o estado de “bom” quando não era necessário intervir, ou se registava alguma intervenção de renovação a nível de chão, tecto, paredes e iluminação; quando nestas intervenções, houve preocupação estética e funcional, na aplicação dos materiais, e quando a exposição do produto comercializado era cuidada, isto é, a loja apresentava expositores em que o produto era visível e valorizado. Nestas condições, registámos trinta e sete estabelecimentos, que correspondem a 30,6%.

Atribuímos a classificação de estado “razoável” quando o espaço não tinha sido intervencionado, mas não se encontrava degradado nas suas partes, paredes, tecto, chão, e a iluminação, sem ser localizada, era uma iluminação geral adequada ao local, ou quando tinha sofrido intervenções e nestas houvera a preocupação de renovar os espaços, mas os materiais escolhidos eram

¹⁹³ A análise dos espaços comerciais foi realizada pela autora em Dezembro de 2009.



desactualizados ou não funcionavam em conjunto, resultando num espaço que não era cativante, e quando a exposição, embora sem valorizar os produtos da melhor maneira, não era totalmente desagradável. Nestas condições, registámos cinquenta e quatro estabelecimentos comerciais, que correspondem a 44,6%.

Considerámos o estado de “mau”, quando não houve renovação do espaço e este se apresentava degradado nas suas partes, tecto, chão e paredes, a iluminação era diminuta para uma boa observação, apresentava falta de salubridade e quando a exposição era descuidada. Nestas condições registámos quinze estabelecimentos, que correspondem a 12,4%.

Dos cento e vinte e um espaços comerciais existentes, quinze - 12,4% - estavam fechados e, por esta razão, foram considerados na avaliação dos estabelecimentos apenas como encerrados.

Situação dos edifícios e estabelecimentos no seu estado físico em Dezembro de 2009							
Edifícios				Estabelecimentos			
Bom	Razoável	Degradado	Ruína	Bom	Razoável	Mau	Fechada
36	29	18	9	37	54	15	15
38,6%	31,2%	19,4%	9,7%	30,6%	44,6%	12,4%	12,4%
a) 1 - Em remodelação 1,1%							
Total 93				Total 121			

Dados resultantes da análise efectuada pela autora em Dezembro de 2009

Nos nove edifícios considerados em ruína, existem doze espaços comerciais, dos quais sete se mantêm em funcionamento à data de Dezembro de 2009, apesar do estado do edifício em ruína, e cinco estarem encerrados. Destes sete estabelecimentos instalados em edifícios em ruína, quatro estão razoáveis e três apresentam-se em mau estado.

Em diálogo com o comerciante da drogeria “Lopes e Nascimento”, números 151 a 153, situado no edifício número vinte e cinco¹⁹⁴, ele referiu que o edifício estava muito degradado, o telhado estava a ruir e por vezes chovia lá

¹⁹⁴ Para a análise dos edifícios e dos respectivos estabelecimentos numerámos os edifícios de um a noventa e três. O edifício número um corresponde ao número de porta (1 a 13), lado numeração ímpar da rua e no sentido descendente da rua até um total cinquenta e um edifícios. Do lado oposto e no sentido descendente da rua, o edifício cinquenta e dois com numeração de porta (2 a 10) num total de quarenta e dois edifícios do lado de numeração par.



dentro. Tinham evitado a entrada da água da chuva no estabelecimento com plásticos no andar superior.

O edifício número quarenta e nove, com numeração de porta 285 a 287, encontra-se em ruína, (ver anexo 19) o tecto ruiu no Verão de 2009 e quando chove entra muita água, afirma o comerciante que tem o seu estabelecimento instalado no piso térreo deste edifício. Mesmo assim, continua de porta aberta com o comércio da sapataria “Pina”, mas em “liquidação total”. No tecto e nas paredes do estabelecimento, são bem visíveis as manchas provocadas pela entrada da água. Devido à insegurança e falta de condições do edifício, os últimos inquilinos já há algum tempo que se tinham mudado. Em Janeiro de 2010, viemos a verificar que o rigoroso Inverno e o estado avançado de degradação deste edifício, em ruína, levaram a que este estabelecimento também fosse encerrado.

O edifício quarenta e sete, com numeração de porta 273 a 279, está em adiantado estado de degradação. Mantém o comércio de pronto-a-vestir “Santos, Monteiro e Costa, Lda.”, mas, no seu interior, damos conta da falta de condições de salubridade pelo intenso cheiro a mofo.

Embora situados em edifícios degradados, contámos três estabelecimentos em bom estado. O comerciante do estabelecimento com o número 54, “Loja das Meias”, diz ter realizado obras em 2003, aquando da abertura do estabelecimento, mas que o edifício se tem vindo a degradar. O edifício onde está instalado, é o mesmo, onde se encontra o Instituto Liberal e que aguarda obras de requalificação, com o apoio da câmara. Nesta situação desoladora, não se pode pensar só em reabilitar o comércio, nem adianta estar a fazer campanhas de marketing, sem requalificar os edifícios, dizem alguns comerciantes.

O comerciante da sapataria “Custódio Domingos”, o Sr. Domingos, afirmou que na década de oitenta do século XX era difícil encontrar algum prédio ou espaço comercial à venda ou para trespasse e que as rendas eram caras. Se os houvesse, valiam três ou quatro vezes mais que o valor pedido agora. Mesmo assim, ninguém, hoje, quer comprar ou alugar para fazer negócio, ou habitar.

Em Dezembro de 2009, contámos na rua seis andares com a indicação de “para alugar”, três primeiros andares destinam-se a escritórios e três segundos andares a habitação. À venda, encontrámos oito edifícios e dois andares remodelados. O edifício número vinte e nove, com o número de porta 169,



encontrava-se em remodelação. Em ruína, com coberturas ou parte delas já desabadas, registámos nove prédios.

A longa extensão da rua, 460 metros, conjugada com a cércea, por vezes três metros de largura da rua por nove ou onze metros de altura dos prédios, uma grande percentagem de edifícios degradados ou em ruína, lojas em mau estado ou fechadas, o reduzido número de residentes e, em geral, a disposição comercial na rua, que está longe dos cânones de exigência do novo público, são factores que fazem com que actualmente seja uma rua pouco procurada.

Um outro factor, e não menos importante, que leva ao afastamento e abandono da rua é a insegurança¹⁹⁵, referida por todos os comerciantes e habitantes da rua, contando até alguns episódios graves. Os assaltos aos transeuntes sucedem-se, bem como as queixas apresentadas pelos comerciantes junto do Governo Civil da cidade, na expectativa de um policiamento mais eficaz e persistente, de forma a proporcionar um sentimento de segurança. Dos inquéritos efectuados aos comerciantes, apurámos que trinta e dois já foram assaltados ou vítimas de pequenos furtos, trinta e nove dizem não ter sido assaltados e nove, não respondem¹⁹⁶.

Apesar de o policiamento ter sido reforçado no centro histórico, a insegurança continua a sentir-se e registam-se novos assaltos, ouvindo-se relatos como estes: “Os assaltantes entraram pelo 1.º andar do prédio, que se encontra abandonado, fazendo um buraco no chão em madeira para o rés-do-chão, onde funciona a loja”¹⁹⁷, “Os traficantes e consumidores de droga voltam a reunir-se em plena luz do dia nas ruas do centro de Viseu, afastam os clientes e criam um clima de insegurança”¹⁹⁸.

Nas passagens que fizemos na rua, verificámos e constatámos o receio manifestado pelos comerciantes e moradores. Junto ao edifício do Palácio dos Treixedos, onde está instalado o Montepio Geral, e na entrada da Rua Senhora da Piedade, junta-se um grupo de indivíduos, conotados como sendo toxicod dependentes,

¹⁹⁵ Foram pedidos dados à PSP de Viseu Sobre insegurança na Rua Direita, tendo respondido que não havia dados exclusivos desta artéria, pelo que não é possível confirmar oficialmente, os receios dos comerciantes e moradores.

¹⁹⁶ RODRIGUES, Ana Filipa, “Ourivesaria assaltada na Rua Direita”, in *Jornal do Centro*, 31 Out. 2008, p. 12.

¹⁹⁷ FONSECA, José, “Assalto a ourivesaria rende 100 mil euros”, in *Diário de Viseu*, 7 Mai. 2010, p. 3.

¹⁹⁸ RODRIGUES, Ana Filipa, “PSP reforça policiamento no centro histórico de Viseu”, in *Jornal do Centro*, 27 Mar. 2009, P. 10.

RODRIGUES, Ama Filipa, “Novos polícias reforçam esquadra da PSP de Viseu”, in *Jornal do Centro*, 02 Out. 2009, p. 12



que abordam os transeuntes para pedir dinheiro e, mesmo quando não o fazem, a sua presença neste espaço provoca alguma tensão e desconforto. A rua, neste ponto, faz uma reentrância, onde se localiza a Pensão Lafões, com um café no seu piso térreo. À esquerda deste estabelecimento estão três prédios em ruína (ver anexo 19 – edifício 15) e à direita, após a entrada da Rua Senhora da Piedade, fica a Sapataria “Ége”. O comerciante da sapataria referiu que, apesar do policiamento mais visível, naquele ponto da rua, aquele grupo criava insegurança e desconforto aos comerciantes e aos transeuntes e era um factor problemático a juntar a outros, já sentidos na rua.

As obras de modernização, efectuadas na Rua Direita, foram motivo de reacção de moradores e comerciantes contra a Câmara Municipal de Viseu. O mais evidente foi a propósito da mudança do pavimento. Os cubos de granito irregular da região de Viseu foram substituídos por um pavimento de “cubo cerrado”, com arestas vivas e faces polidas, em granito importado. Estas obras duraram três anos, de 20-03-2000 a 18-07-2003¹⁹⁹. O período foi muito longo. As valas abertas no pavimento, para modernização e colocação de novas infra-estruturas, impediam a circulação das pessoas e dificultavam o seu acesso às lojas de comércio e residências. O lamaçal no Inverno e as poeiras no Verão tornavam a rua intransitável. Esta situação contribuiu, segundo os comerciantes, para o abandono daquela artéria por parte dos transeuntes que, devido ao longo tempo de intervenção, foram para outros caminhos, não tendo voltado muitos deles, após a conclusão das obras.

Outra obra de relevo para a cidade que afectou negativamente a rua foi o encerramento provisório da Avenida Emídio Navarro, para remodelação e requalificação do espaço. Actualmente, deixou de ser uma via de passagem obrigatória, visto que o trânsito, na maior parte, é feito pela Estrada de Circunvalação.

Quando inquiridos os comerciantes sobre as obras realizadas nos seus estabelecimentos, catorze responderam que não fizeram nem pretendiam fazer obras; trinta dizem ter feito remodelação total, que passou pelo arranjo interior, chão, paredes, tectos instalações sanitárias, iluminação, montras, mobiliário e equipamento informático e de exposição; vinte e nove fizeram arranjo interior ao nível de pintura, iluminação e decoração. Sete não responderam.

¹⁹⁹ Dado fornecido pelo técnico José António da Câmara de Viseu.



Dos cinquenta e nove comerciantes que realizaram obras totais ou parciais, quarenta e três, 72,8%, fizeram-no por conta própria, sem qualquer tipo de ajuda, dezasseis, 27,2%, realizaram obras com o apoio do PROCOM, do MODCOM e do IAPMEI.

Podemos concluir que os comerciantes utilizam pouco os programas de apoio para realizarem obras nos seus estabelecimentos. As razões apontadas para isso, residem na dificuldade com que se lhes afiguram, no pessimismo e desconfiança porque não acreditam que possam ficar a ganhar alguma coisa, já que para receberem algum dinheiro têm que investir muito mais, outras vezes por simples desmotivação e desinteresse.

Apesar de o número de comerciantes que afirmou ter feito obras de remodelação nos seus estabelecimentos ser em grande número, a maioria (29) apenas fez arranjos localizados que se saldaram por pinturas, chão, montras e outros pequenos arranjos, que não contribuem para modificar estrutural e visualmente o aspecto das lojas. Por outro lado vinte e oito estabelecimentos, situam-se em edifícios degradados, o que leva a que os seus proprietários não se sintam motivados para a realização de grandes obras, embora três dos estabelecimentos estejam em bom estado.

Os factores mencionados neste capítulo como a expansão da cidade, o aparecimento de grandes superfícies e de novos espaços de comércio, a alteração dos hábitos de mobilidade da comunidade, a deslocação dos serviços e do mercado "2 de Maio" para novos espaços e a inauguração do novo hospital, foram decisivos para levar a rua ao estado de degradação e abandono em que se encontra, além do facto de a população residente, na sua grande maioria, ser idosa ou imigrante, o que leva o comércio a definhir de dia para dia.

Identificadas as causas, urge encontrar alternativas que atraiam jovens, investimento e novos tipos de comércio que procurem ir ao encontro das preferências actuais da comunidade e que se distingam do comércio das novas superfícies. Os empresários da Rua Direita terão de aprender a conviver com novos formatos comerciais, mais dinâmicos que provocam uma intensa concorrência, desigual, pelo uso de novas tecnologias e o fomento de novas técnicas²⁰⁰.

²⁰⁰ BARRETA, João, *Comércio, Cidade e Projectos de Urbanismo Comercial*, 2007, p. 13.



4 Reabilitação da Rua Direita

As cidades são, fundamentalmente, centros terciários, onde se concentram serviços variados e o comércio. Por conseguinte, elas são lugares onde se processam trocas de produtos e de ideias e onde os contactos entre pessoas e instituições ocorrem em maior número. É também nas cidades que, actualmente, se concentram os locais de convívio e diversão, as escolas, as bibliotecas, os hospitais e o apoio técnico necessário à maioria das actividades económicas. Mas este modelo de cidade que herdámos está a envelhecer, e os seus núcleos históricos desertificados estão em agonia, invadidos de tristeza e solidão. A concentração de serviços originou grandes aglomerados de pessoas, umas residentes, outras oriundas das periferias que funcionam como dormitórios. Os centros de convívio, onde as pessoas construíaam laços de proximidade e de pertença, desapareceram, ou encontram-se em degradação. Os espaços verdes, na saga do lucro e da especulação, desaparecem e surgem, no seu lugar, novas construções ou lugares de estacionamento. A degradação urbanística e social instala-se nas áreas das grandes cidades de Lisboa, Porto Coimbra, mas também em cidades mais pequenas, como Viseu, Covilhã, Guarda, etc.. Na imprensa encontramos o reflexo desta problemática, quer em notícias²⁰¹, ou como resultado do estudo realizado por gente inquieta e preocupada que pretende encontrar causas e arranjar soluções. Esta situação obriga a repensar toda a problemática da gestão urbana e impõe que se quebre o círculo vicioso, em que tudo isto se tem alimentado irracionalmente. Assim, na procura de uma solução, realizam-se fóruns internacionais de urbanismo, com o objectivo de juntar gente para uma reflexão conjunta sobre algumas questões fundamentais da urbanidade contemporânea, na procura constante de ideias e soluções, porque este não é só um problema nacional, é também internacional e transforma os centros das cidades em locais frágeis e mutáveis, no sentido de se poderem deslocalizar, dando origem a novas centralidades urbanas, a par da periferização dos centros

²⁰¹ RODRIGUES, Ana Ribeiro, “Intervenção vai acelerar”, in *Noticias da Covilhã*, 8 de Abril 2010. p. 13
LORENA, José, “O pesadelo das casas velhas” in *Jornal do Centro*, n.416, 05 Mar. 2010, p. 6

A derrocada de um prédio perto da Rua Direita, na Rua Senhora da Piedade, fez com que a insegurança dos edifícios da zona histórica, “Mais de 200 habitações degradadas” preocupasse os viseusenses.



históricos que encerram em si um ciclo vicioso: os novos investimentos comerciais são concomitantes ao desinvestimento nos antigos centros.

Este desinvestimento provoca a degradação do ambiente urbano, a deterioração do património construído, o aumento dos espaços devolutos, a perda da qualidade da oferta comercial e dos serviços, o aumento da insegurança, bem como a proliferação de actividades marginais. Ora esta situação afasta ainda mais o investimento, atraído por novos espaços, com menores custos e geradores de maior retorno.

Para interromper os efeitos deste ciclo vicioso será necessário fazer a reabilitação urbana integrada destes espaços, através de intervenções múltiplas, sistémicas e interdisciplinares, determinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais. Para isto é necessário preservar, animar e dar nova vida ao património cultural, na vertente do edificado e do tecido social que o habita e lhe assegura a identidade²⁰².

Ao fazermos reabilitação urbana devemos intervir de forma a não estagnar a cidade ou rua, ao mesmo tempo que temos que ter cuidado para não destruir aquilo que pode ser identificativo das nossas memórias mais fortes. Se alterarmos a fachada de um edifício temos que ter em conta os seus elementos mais representativos para que essa alteração não tenha impacto no conjunto do edificado da rua e esta continue a ser a mesma rua. A perda de um valor pode não ser representativo em toda a rua, mas se isso se repetir, a rua deixa de ser a mesma.

Por vezes não há doutrina que dê resposta à intervenção entre aquilo que se pode e deve alterar e aquilo que não se pode, nem deve alterar. Por exemplo, na Rua Direita encontramos portas em madeira com elaboradas almofadas, em edifícios do século XIX e XX que se desaparecerem, a fachada desse edifício passa a ter uma diferente leitura. É necessário salvar aquilo que é insubstituível e que confere à rua autenticidade. Ao mesmo tempo a rua é um processo de criação, que pode passar pela substituição, alteração ou manutenção de alguns elementos. A rua é também um organismo vivo, porque as pessoas habitam, trabalham, passam, e convivem nela. Temos que entender a rua como algo

²⁰² LOZA, Rui Ramos, “A qualificação do centro histórico como elemento potenciador da qualificação da cidade”, in *Estratégias de reabilitação de centros históricos. Actas da conferência realizada em 18 e 19 de Junho de 1999, no âmbito do 1º Fórum Internacional de Urbanismo*, Vila Real, 2000, pp. 47 – 50.



dinâmico em que as pessoas de hoje, de ontem e de amanhã cunham o seu carácter. Ela só existe assim porque sucessivas gerações a trabalharam, a marcaram e a preservaram. Temos hoje que planear a rua para amanhã, com todas as exigências dos nossos tempos, articulando isso com a atitude de não destruir aquilo que se pode e deve salvar.

As acções que visam preservar a memória dos lugares, recuperar a importância perdida do património material e lutar contra a *desertificação* humana exigem novos instrumentos para uma intervenção urbana, harmoniosa, integradas sobre as várias vertentes: habitação, comércio, serviços, lazer, espaços lúdicos e de turismo²⁰³, para encontrar novas vocações para a rua enquanto espaço de excelência da coabitação do ser humano. As várias vertentes interagem entre si e com a cidade, no seu todo; por isso a intervenção tem que ser interdisciplinar, para garantir a continuidade e integração.

4.1 Programas para recuperação de imóveis

As políticas e acções relativas à salvaguarda e valorização do património apresentam-se hoje como um problema indiscutível e complexo. O trabalho que se tem vindo a desenvolver é, em muitos aspectos, relevante e competente, mas impõe-se uma prática mais sistemática, sem distorção de protagonismos, de prioridades e de responsabilidades. A compreensão do mundo contemporâneo, a sua reflexão e incorporação na vida diária e o compromisso na salvaguarda, influenciam a criação do futuro e, por vezes, a recriação do passado.

Neste sentido, foram criados mecanismos legais que através de regras jurídicas, estabelecem as bases das políticas e do regime de protecção e valorização do património cultural. Um dos aspectos preocupantes é o da degradação dos prédios, com as consequentes más condições de habitabilidade para os arrendatários e a desvalorização progressiva da propriedade para os proprietários. O elevado estado de deterioração dos edifícios devido à falta de manutenção ao longo dos anos, associada ao envelhecimento dos materiais e elementos construtivos, à humidade excessiva causada por infiltrações de água e

²⁰³ Barreta J., op. cit., p.43



aos problemas de higiene e conforto, levou o estado a criar programas de recuperação para os prédios degradados.

Assim o programa *Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados – RECRIA*, instituído pelo Decreto-Lei n.º4/88, de 14 de Janeiro, prevê um regime de apoio financeiro para custear parte das obras de conservação e beneficiação, a realizar nos imóveis arrendados; e traduz-se na concessão de uma participação a fundo perdido, por parte do Estado a proprietários ou a arrendatários e municípios quando se substituírem àqueles, na realização de obras. No entanto a aplicação prática deste regime revelou a necessidade de se adoptar uma solução legal que permitisse aos proprietários de fracções autónomas em edifícios com regime de propriedade horizontal, através da concessão de um apoio financeiro, proceder à realização de obras de recuperação naqueles prédios urbanos. Neste sentido, o Decreto-Lei n.º106/96 de 31 de Julho estabelece o regime específico de participação e financiamento para a realização de obras de conservação e beneficiação pelos condóminos de edifícios antigos em propriedade horizontal e dá novo impulso ao processo de reabilitação urbana, através do *Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de propriedade Horizontal – RECRIPH*.

Contudo, o elevado número de prédios degradados impôs o alargamento do âmbito de aplicação do programa RECRIA, de forma a abranger um maior número de fogos e a aumentar o valor global da participação a fundo perdido, conjugando-se esse aumento com a criação de um sistema de garantia de empréstimo aos proprietários, para financiar a quota-parte de obras não participada, ao que com o Decreto-Lei n.º329-C/2000 de 22 de Dezembro, vem abrir caminho, para através do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado – IGAPHE, ser dada uma maior percentagem da participação, aumentada para 80% a fundo perdido, ao mesmo tempo que diminui para 20% a participação dada pelos municípios.

Ainda no que respeita à habitação e de acordo com o art.º65 da Constituição da República Portuguesa “Todos têm direito, para si e para a família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve



a intimidade pessoal e a privacidade familiar²⁰⁴, foram criados mecanismos legais para apoiar a habitação dos agregados familiares de fracos recursos económicos. Por isso, através do Decreto-Lei n.º39/2001 de 9 de Fevereiro, foi criado o *Programa de Solidariedade à Recuperação de Habitação - SOLARH*, que tem por objectivo a concessão de um apoio financeiro especial pelo Instituto Nacional de Habitação – INH, sob a forma de empréstimo sem juros, de modo a permitir a realização de obras nas habitações de que são proprietários e que constituem a sua residência permanente. Este apoio abrange também habitações devolutas que sejam propriedade de municípios, instituições particulares de solidariedade social, pessoas colectivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais, cooperativas de habitação e construção e ainda habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares.

Em virtude de a zona histórica da cidade ser constituída por um tecido urbano antigo, de relevante valor histórico, arquitectónico e cultural, e na sequência do seu envelhecimento, através Decreto n.º52/99, de 22 de Novembro, é declarada e delineada a planta de delimitação da *Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística da cidade de Viseu - ACRRU*, na qual se insere a Rua Direita (ver anexo 17). Os mecanismos legais criados dão o direito de preferência ao município de Viseu, nas transmissões de terrenos ou edifícios situados na referida área por um período de três anos. O Decreto n.º28/2003 de 11 de Junho revoga o anterior, com novo prazo e uma ligeira alteração na delimitação da área crítica e o Decreto n.º32/2007 de 11 de Dezembro revoga os anteriores e declara que o direito de preferência vigora, sem dependência de prazo, até à extinção da declaração da área crítica de recuperação e reconversão urbanística, face ao interesse do município na aquisição dos imóveis que sejam alienados a título oneroso naquela área, de forma a viabilizar a necessária reabilitação e renovação da mesma. Esta delimitação inclui a totalidade da zona histórica, igualmente classificada pelo Decreto de 16 de Junho de 1910 e pelo Diário do Governo de 26 de Fevereiro de 1970²⁰⁵.

²⁰⁴ Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional (2005), [em linha], [Consultado 19 Dezembro 2010], Disponível em

WWW: <<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>>

²⁰⁵ VISEU NOVO, SRU, *Cidade de Viseu – Ambiente e Património*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010],

Disponível em WWW:

<http://www.abae.pt/programa/JRA/seminario/seminario06/Cidade_de_Viseu_Ambiente_e_Patrimonio.pdf>



A esta primazia, a câmara municipal de Viseu junta outros procedimentos que tem vindo a levar a cabo, para revitalizar o centro histórico de Viseu, através de recurso à participação em alguns programas, da criação de um *Gabinete Técnico Local – GTL* e da constituição das empresas *Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, HABISOLVIS-EM* e da empresa *Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu - SRU*.

O *Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas – PRAUD-GTL*²⁰⁶ visa a requalificação, revitalização e melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos, através da constituição e funcionamento de Gabinetes Técnicos Locais, encarregues da elaboração de planos, estudos e projectos de intervenção. Em 2002, a Câmara de Viseu cria o seu *Gabinete Técnico Local – GTL*, que levou a cabo a realização de um levantamento da Zona Histórica, com o registo de todos os imóveis, 650, que fazem parte da *ACRRU*. Este registo compreendeu não só o estado de conservação dos edifícios, como também o estudo arquitectónico e cadastro dos prédios, constando nele: os nomes e moradas de proprietários e senhorios, as condições socioeconómicas dos inquilinos e restantes residentes. Através deste estudo o município pretendeu averiguar o estado dos edifícios privados, no sentido de tentar reverter, ou minimizar a situação de degradação desta área²⁰⁷. Estes imóveis foram avaliados, consoante o grau de deterioração, como: imóveis em ruínas; muito degradados; a necessitar de cobertura; e outros a precisarem de arranjos gerais²⁰⁸. Dos 650 imóveis abrangidos pela área crítica, 93 fazem parte da Rua Direita e, dos 200 edifícios, dentro desta área, que se encontram degradados ou em ruínas aquando deste estudo em 2002, 15 encontram-se na Rua Direita. O estudo dá-nos conta, ainda do estado de conservação dos restantes edifícios da Rua Direita: 16 edifícios apresentam fragilidades, 34 são considerados razoáveis, 9 não têm registo do seu estado de conservação e apenas 19 são considerados em bom estado. Nesta sequência, uma das medidas que a câmara tomou, para evitar a contínua degradação desta área,

²⁰⁶ DGOTDU: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, *Programa PRAUD*, [em linha]. [Consult 10 Abril 2010]. Disponível em WWW:

<<http://www.dgotdu.pt/%5Cdetail.aspx?channelid=4F7F0258-2E3E-47B8-8713-E3D624A89FD2&contentid=68BE6035-D0E4-4528-BB49-9D6675984A63&lang=pt&ver=1>>

²⁰⁷ Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 6 de Abril de 2006, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW: <http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2006/07ACTADE060406.PDF>

²⁰⁸ LORENA, José, “Mais de 200 habitações degradadas” in *Jornal do Centro*, n.º416, 05 Mar. 2010, p. 7



consistiu na solicitação à Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, a renovação da concessão ao município de Viseu do direito de preferência atrás referido, por novo prazo de três anos.

O município, em 26 de Maio de 2004, constituiu a empresa HABILVIS-EM²⁰⁹, que goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sujeita, todavia, à superintendência da Câmara Municipal de Viseu. Tem como objecto social principal a gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e fogos de habitação social que são propriedade do Município de Viseu e assegura a execução dos diversos programas habitacionais de âmbito nacional e municipal que aqui apresentámos.

Neste sentido a câmara municipal de Viseu adquiriu, em 2009, dois edifícios na Rua Direita: o edifício 47 com o número de porta 273 a 277 e o edifício 49 com o número de porta 285 a 287, através do acordo celebrado com o *IHRU*, para posterior reabilitação e alocação à habitação social. Estes edifícios foram adquiridos pelo valor de 155.000,00 euros e 140.000,00 euros, respectivamente, custeado em parte pelo *IHRU*, a fundo perdido²¹⁰. Estes imóveis encontram-se muito degradados. No primeiro imóvel mencionado, apenas o primeiro piso se encontra ocupado com um espaço comercial em que as condições de salubridade são reduzidas e no segundo edifício, a loja, instalada no piso térreo fechou portas em Dezembro de 2009, pois o telhado ruiu no Verão e já não havia condições de segurança. Foi dado apoio financeiro, para a realização de obras, através do programa *PROHABIT* ao 3.º andar do edifício 73 e aos edifícios, 20, 26 e 71 (ver anexo 18).

A degradação das condições de habitabilidade, salubridade, estética e de segurança que apresentam alguns edifícios pertencentes à área crítica de recuperação e reconversão urbanística – *ACRRU*, levaram a que o executivo

²⁰⁹ HABILVIS-E.M.: Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, *Atribuições* [em linha], [Consult. 22 Dez. 2010], Disponível em WWW: <http://www.cm-viseu.pt/portal/page?_pageid=402.7534545.402_1374171&_dad=portal&_schema=PORTAL>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 6de Setembro de 2004, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW: <http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2004/N19_ACTA_06-09-04.PDF>

²¹⁰ HABILVIS-E.M.: Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, *Aquisição de edifícios degradados no centro histórico para posterior reabilitação*, [em linha], [Consult. 10 Abril. 2010], Disponível em WWW: <http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_DIRECTORIOCMV_HABITACAO/CMV_HABILVIS/HABILVISI.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 1de Outubro de 2009, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW: <http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N22ACTADEO11009.PDF>



municipal tenha considerado a reabilitação urbana naquela área como prioritária. Três edifícios da rua, números 15, 16 e 49, foram sujeitos a autos de vistoria (ver anexo 19) e posteriormente adquiridos pela câmara, dado o seu estado avançado de degradação (ver anexo 18).

No sentido de dispor de meios adequados à intervenção, em 9 de Fevereiro de 2005 a câmara aprovou a constituição da empresa *VISEU NOVO – SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana*²¹¹, a qual foi constituída em 15 de Dezembro de 2005²¹², ao abrigo do Decreto-Lei n.º104/2004 de 7 de Maio. Este diploma reconhece que a responsabilidade pelo procedimento de reabilitação compete aos municípios.

Assim a *VISEU NOVO – SRU*, sociedade de capital exclusivamente público, tem como objecto promover a reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas e a reconversão urbanística. Concede aos municípios poderes de autoridade e de polícia administrativa, como os de expropriação e de licenciamento, meios de intervenção, controlo por parte dos poderes públicos de todo o procedimento de reabilitação, ponderação dos direitos e obrigações dos proprietários e do equilíbrio na protecção dos direitos dos arrendatários, proporciona incentivos económicos à intervenção dos promotores privados no processo de reabilitação, da celeridade procedimental e da certeza quanto ao tempo de duração dos procedimentos, enquanto elementos essenciais ao empenhamento dos agentes económicos. Portanto, são um meio ao dispor do município que têm como objectivo agilizar e impulsionar o processo de reabilitação urbana para que resulte no aumento da oferta e da procura de habitação, comércio, diversidade e serviços, e que tem tido um papel fundamental na reabilitação da *ACRRU*. Desde a sua fundação, aquela empresa tem levado a cabo, um conjunto de procedimentos que vão de encontro aos objectivos do município no sentido da reabilitação do centro histórico. Assim, a *VISEU NOVO – SRU* aponta como objectivos a concretizar: garantir condições de segurança, habitabilidade e salubridade nos edifícios a intervencionar; melhorar as infra-estruturas existentes; manter as habitações existentes, adequando as condições de

²¹¹ Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 9 de Fevereiro de 2005, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], WWW. <http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2005/N3_ACTA_9-02-05.PDF>

²¹² VISEU NOVO, SRU, *Descrição da empresa*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW: <http://www.viseunovo.pt/AP_descricao.php>



habitabilidade às exigências da vida moderna; revitalizar as actividades económicas e os locais de convívio; reformular o sistema de trânsito e estacionamento; garantir meios de protecção activa e passiva contra incêndios; garantir suficientes áreas livres e de lazer; tornar acessível os interiores dos quarteirões; possibilitar lugares de estacionamento em zonas relativamente próximas e melhorar o tecido social, com vista à fixação das populações²¹³.

O município divulga e proporciona, através da *WISEU NOVO – SRU*, um conjunto de incentivos financeiros e fiscais que vão de encontro à concretização dos seus objectivos. Para a recuperação dos alçados, o programa municipal dá apoio de 5 euros por cada m² de área. Para a aquisição de prédios urbanos destinados à reabilitação urbanística, o município atribui isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis – *IMT*, assim como a isenção de imposto municipal sobre imóveis – *IMI*, num período de dois anos. As empreitadas de construção, beneficiação ou conservação de imóveis, dentro da *ACRRU*, beneficiam de uma taxa reduzida de 5% no Imposto de Valor Acrescentado – *IVA*²¹⁴.

O artigo 14 do Decreto-Lei 104/2004 de 7 de Maio aponta para a definição de unidades de intervenção por parte da *SRU*, que podem corresponder a um quarteirão, pátio, rua ou mesmo a um edifício. A *WISEU NOVO – SRU* definiu duas Unidades de Intervenção para elaboração dos respectivos documentos estratégicos²¹⁵, das quais a primeira, denominada de "Quarteirão da Rua N. Sra. da Piedade"²¹⁶, engloba a Rua Direita. Esta unidade diz respeito ao quarteirão delimitado pela Rua Direita, Rua Augusto Hilário e Rua N.º Sra. da Piedade. Uma das prioridades definidas pela *SRU* para 2008 é a elaboração e aprovação do documento estratégico que diz respeito a esta unidade²¹⁷. O mesmo é constituído

²¹³ WISEU NOVO - SRU, *Cidade de Viseu – Ambiente e Património*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW:

<http://www.abae.pt/programa/JRA/seminario/seminario06/Cidade_de_Viseu_Ambiente_e_Patrimonio.pdf>

²¹⁴ WISEU NOVO - SRU, *Benefícios fiscais*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW: <http://www.viseunovo.pt/I_Bfis_Iva.php>

²¹⁵ WISEU NOVO – SRU, *Relatório de contas de 2006*, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010], Disponível em WWW: <http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Relatorio%20contas/2006/RC_2006.pdf>

²¹⁶ Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 16 de Novembro de 2006, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW: <http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2006/23ACTADE16112006.PDF>

²¹⁷ WISEU NOVO – SRU, *Relatório de contas de 2007*, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010], Disponível em WWW: <http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Relatorio%20contas/2007/RC_2007.pdf>



por onze edifícios, dos quais os edifícios número 17, 18, 19 e 20 (ver anexo1) fazem parte da Rua Direita sendo que o edifício nº 20 beneficiou de incentivos financeiros, *PROHABIT*,²¹⁸ para a execução de obras de conservação²¹⁹. No entanto as condicionantes económico-financeiras que se têm vivido levaram a que a *SRU* tenha optado por outra forma de actuação. Assim, o município e a administração da *SRU* deliberaram proceder, numa primeira fase, à reabilitação de todos os edifícios municipais situados na *ACRRU*, no sentido de constituírem uma operação modelo que incentive o investimento privado. A câmara, em conjunto com as suas empresas, *WISEU NOVO* e *HABISOLVIS*, adquiriu seis edifícios na rua, os quais aguardam o projecto para serem intervencionados²²⁰.

Ao abrigo do Decreto-Lei nº 28/2003, de 11 de Junho, na alienação dos prédios da Rua Direita, a câmara exerceu o direito de preferência sobre quatro edifícios, 32, 47, 49 e 69. Foram transaccionados na rua, mais três edifícios, 15, 16 e 62 e a fracção -A, no edifício 51, sobre os quais a câmara deliberou não exercer o direito de preferência. No entanto, os edifícios 15 e 16 foram adquiridos pela *WISEU NOVO – SRU* (ver anexo18). Estes edifícios, propriedade da *WISEU NOVO - SRU*²²¹, destinam-se à habitação social e dizem respeito ao Acordo de Colaboração celebrado entre a câmara e o *IHRU*, no sentido de construir um total de dezoito fogos no centro histórico, destinados a habitação social. Estes edifícios encontram-se em muito mau estado, com parte das coberturas em ruína (ver anexo 19). Neles moravam até há pouco tempo, duas pessoas idosas que foram realojadas, e o comércio foi transferido, a fim de se proceder à execução das obras previstas para aquele local. A câmara pretende recuperar estes imóveis, realojar os antigos moradores, restabelecer o comércio nos pisos térreos e vender os restantes andares²²². Durante o mês de Outubro e Novembro de 2009 os referidos edifícios foram sujeitos a obras de escoramento e demolição dos andares superiores, com um custo de empreitada de 19.948,25 euros²²³. Relativamente ao edifício 69, trata-

²¹⁸ Segundo informação da *WISEU NOVO - SRU*.

²¹⁹ *WISEU NOVO - SRU, Cidade de Viseu – Ambiente e Património*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW:

<http://www.abae.pt/programa/JRA/seminario/seminario06/Cidade_de_Viseu_Ambiente_e_Patrimonio.pdf>

²²⁰ Segundo informação da *WISEU NOVO - SRU*.

²²¹ *WISEU NOVO - SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW: <<http://www.viseunovo.pt/Projectos.php?ProjID=69>>

²²² Informações dadas pela arquitecta Margarida Henriques da *WISEU NOVO – SRU*, em Outubro de 2009.

²²³ Transparência na AP: Administração Pública, [em linha], [Consult. 20 Dez. 2010], Disponível em WWW: <http://transparencia-pt.org/?search_str=nif:507406672&sort=0>



se de um edifício quatrocentista, de características únicas em Viseu pelo que constitui um património valioso da presença judaica nesta cidade e, uma vez que o Ministério da Cultura do Centro declarou não exercer o direito de preferência na venda do referido imóvel a câmara adquiriu-o pelo valor de 154.700,00 euros²²⁴. A Câmara pretende transformar este imóvel, que pertencia à família Figueiredo Dias e albergou a “Papeleria e Livraria Dias”, num espaço de investigação e divulgação da cultura judaica, através de um núcleo museológico dedicado à memória judaica, ao mesmo tempo que o considera como uma alavanca para o turismo cultural na rua e no centro histórico.

Também, através das suas empresas e com a colaboração em programas de financiamento, o município concedeu incentivos financeiros, para a recuperação de fachadas aos edifícios número 12 (369,00 euros), 17 (627,00 euros e 321,75 euros), 18 (401,65 euros), 29 (365,20 euros), 48 (274,50 euros), 57 (1.107,00 euros), 59 (351,00 euros), 61 (125,00 euros), 68 (1.289,00 euros), 73 (214,50 euros), 78 (3.890,00 euros), 83 (459,00 euros), num total de 9.794.70 euros (ver anexo18).

O município de Viseu, através da *WISEU NOVO - SRU* e no prosseguimento dos seus objectivos, solicitou à empresa *Parque EXPO 98*, a elaboração de um estudo de enquadramento estratégico, para a revitalização do centro histórico²²⁵. Este estudo procura criar um plano operacional da intervenção de regeneração que reforce o papel central de Viseu e que se enquadre nas orientações e planos da nova política de cidade e das orientações estratégicas referentes à valorização do território que enformam o actual *Quadro de Referência Estratégico Nacional*. O mesmo estrutura quatro categorias de princípios e valores fundamentais, interligados entre si: ambiente e espaço público; desenvolvimento social, económico e cultural; património e reabilitação; e mobilidade e transportes²²⁶.

A vertente ambiental inclui os espaços verdes e sua preservação e valorização, bem como as questões de salubridade. Na Rua Direita, os espaços

²²⁴ Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 4 de Setembro de 2008, p.324, in *Câmara Municipal de Viseu*, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW: <http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2008/N18ACTADE04092008.PDF>

²²⁵ PARQUE EXPO 98, S.A., *Estudo de Enquadramento Estratégico da Área crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística*, Viseu Novo, SRU, Tipografia Peres, Amadora, 2008

²²⁶ *Ibidem*, p.46.



verdes, apenas, estão presentes em pequenos pátios ou quintais nas traseiras dos edifícios. Na valorização do espaço público, importa avaliar a sua vocação e definir estratégias de intervenção com vista a definir uma lógica de requalificação integrada no que respeita a condições de segurança, e conforto na sua utilização e fruição de forma apazível. Trata-se de uma rua pedonal, na qual o conjunto de infra-estruturas básicas imprescindíveis às actuais solicitações e necessidades da vida moderna nas cidades, deve ser adequado à imagem e dignidade do espaço e respectiva identidade arquitectónica. Estas infra-estruturas incluem: iluminação pública e ornamental, mobiliário e equipamentos públicos, recolha e reciclagem de resíduos sólidos, limpeza, telecomunicações, cabo, fibra óptica, saneamento, abastecimento de água, fornecimento de energia e gás e abastecimento de água.

Na avaliação do desenvolvimento social, económico e cultural, é apontado, neste estudo, como essencial, assegurar condições para promover a fixação da população, nomeadamente através da reabilitação das áreas habitacionais existentes, a promoção e ligação ao ensino superior e a presença de equipamentos de apoio a residentes. Em matéria de actividades económicas, é indispensável a promoção de medidas de modernização e valorização do comércio tradicional, através do desenvolvimento de novos modelos de funcionamento, da articulação e gestão dos espaços comerciais, da distribuição de serviços públicos e do aproveitamento do potencial turístico, para o qual a Rua Direita pode contribuir, graças às excepcionais condições de que dispõe. Aponta também a importância da promoção da identidade do centro histórico, no qual a Rua Direita tem uma importância relevante pela sua exclusividade, associando imagem, história e tradição num produto capaz de atrair novos visitantes, investidores e residentes. Ao nível do património edificado e da sua reabilitação deparamo-nos com a necessidade de garantir a sua valorização, dignificação, manutenção e recuperação, tendo sempre presente a qualidade, o respeito pela identidade arquitectónica e pela coerência e unidade morfológica.

Dadas as características da Rua Direita, o trânsito está condicionado só a moradores, cargas e descargas com horário compreendido entre as 20 horas e as 10 horas, e não é permitido estacionar em toda a sua extensão. O estudo da *Parque EXPO 98* atribui especial importância à mobilidade, no sentido de criar facilidades de estacionamento para residentes e visitantes, assim como, transportes públicos adequados às características específicas do centro histórico,



revelando-se este aspecto fundamental às novas exigências de conforto da sociedade actual. Neste estudo foi também referida a necessidade da colocação de sinalética na área da *ACRRU*. Em 2008²²⁷, a *WISEU NOVO –SRU* fez o estudo da sinalética existente e em 2009²²⁸ em parceria com o Município desenvolveu o processo da colocação das placas de sinalética. Na Rua Direita foram colocadas três placas de sinalética monumental.

A *Parque EXPO 98*, apresentou uma proposta global de revitalização da *ACRRU*, para ser concretizada num prazo de nove anos. Para além da proposta de desenvolvimento e consolidação urbana, o projecto previa objectivos de aumento de população, em mais 1.890 habitantes, duzentos postos de trabalho, 18.700m² de disponibilização de espaços verdes para uso público, seiscentos e trinta lugares de estacionamento, 153.425m² de edificado a reabilitar, 5.629m² de construção nova e 5.050m² de equipamentos²²⁹.

Este estudo serviu de reflexão para definir caminhos, delinear etapas, perspectivar e actuar com um plano de acção. O município e a sua empresa *WISEU NOVO - SRU* reforçaram o caminho que vinham seguindo, no sentido de promoverem a reconversão urbanística na *ACRRU*, a qual tem sido alvo de investimentos em matéria de requalificação do espaço público e de renovação das infra-estruturas.

Para a *WISEU NOVO - SRU* dar uma resposta mais eficaz à complexidade dos processos de reabilitação e aos problemas que o perfil psico-sociológico dos proprietários e arrendatários de edifícios localizados na *ACRRU* solicita, no decorrer de 2009, foi iniciado o processo de constituição do *Gabinete de Apoio à Reabilitação Urbana – GARU*. Este gabinete, programado por um prazo de três anos, será constituído numa primeira fase²³⁰ por um arquitecto, um engenheiro civil, um psicólogo clínico e um assistente técnico. Tem como finalidade o

²²⁷ WISEU NOVO – SRU, *Relatório e contas de 2008*, p.10, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010],

Disponível em WWW:

<http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Relatorio%20contas/2008/Relatorio_Contas_2008.pdf>

²²⁸ WISEU NOVO – SRU, *Relatório e contas de 2009*, p.15, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010],

Disponível em WWW:

http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Relatorio%20contas/2009/Relatorio_Contas_2009.pdf

²²⁹ PARQUE EXPO 98, S.A., *Estudo de Enquadramento Estratégico da Área crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística*, Viseu Novo, SRU, Tipografia Peres, Amadora, 2008, p.8.

²³⁰ WISEU NOVO – SRU, *Relatório de contas de 2009*, p.13, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010],

Disponível em WWW:

<http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Relatorio%20contas/2009/Relatorio_Contas_2009.pdf>



diálogo com a população para a orientar no sentido de uma melhor qualidade de vida.

Beneficiando de incentivos, estão em curso alguns projectos de recuperação de habitações na *ACRRU*, nomeadamente na Rua Direita. A nível de particulares estão em fase de projecto os edifícios 25 e 30 e da responsabilidade da *VISEU NOVO – SRU*, os edifícios 15, 16 e 69. Estes investimentos na reabilitação da rua são de grande importância e revelam o esforço e dedicação, quer por parte de privados, quer por parte das autoridades e dos organismos responsáveis pelas questões urbanísticas, no combate ao envelhecimento e abandono dos núcleos históricos, mas são insuficientes na recuperação da Rua como um todo. O esforço monetário não cabe em exclusivo à Câmara Municipal e aos organismos que o têm efectuado, através de apoios governamentais. Governo, câmara e privados devem juntar esforços e trabalhar em conjunto numa mesma causa que é de todos e se pretende que seja a reabilitação da rua, no sentido de valorizar as suas potencialidades sociais, económicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida da sua população não perdendo nunca a sua identidade.

4.2 Equipamentos e infra-estruturas

Nos últimos anos assistimos a uma preocupação na requalificação dos centros históricos por parte das autarquias tendo, em vista a sua reconversão e revitalização, para criar uma estrutura que corresponda às necessidades dos cidadãos e à modernização dos espaços urbanos, sem alterar, significativamente, a sua identidade.

Na última década, também Viseu se empenhou em requalificar o seu centro histórico e, nesse sentido, fez várias intervenções ao nível de infra-estruturas e ao nível dos equipamentos, em toda a área da *ACRRU*. A Rua Direita foi a primeira rua da *ACRRU* onde se fez uma profunda remodelação das infra-estruturas. As obras na rua decorreram entre 2000 e 2003, período que no entender dos comerciantes foi muito longo e prejudicou muito o comércio. Ao que



apurámos, junto da Arquitecta responsável pela *SRU*²³¹, a demora foi justificada pelos equipamentos que foram instalados ao nível do subsolo. Esta obra teve a finalidade de renovar as canalizações de águas e esgotos - SMAS e instalar tubagens para os serviços, da EDP, PT, Gás e novas tecnologias, com cabos para internet e televisão. Ao mesmo tempo, foi substituído o pavimento de granito. Ao centro foi mantido o revestimento de lajes²³² rectangulares na posição perpendicular à direcção da rua, sob o qual foram colocadas em toda a extensão da rua as canalizações e nas laterais foi retirado o pavimento cúbico de granito, “calçada à cubo”, e colocado outro pavimento também granítico e em forma cúbica, mas mais liso, “calçada à cubo cerrado”. Com a troca do pavimento pretendeu-se dotar a Rua de um piso mais regular e convidativo ao passeio, mas, segundo algumas opiniões recolhidas, quando chove há acumulação de água em determinados pontos da rua devido ao deficiente escoamento, o que leva os transeuntes a evitarem, nesses dias, o caminho pela rua.

Procurou-se com esta obra preparar as infra-estruturas necessárias à satisfação das necessidades de bem-estar e melhoria das condições do comércio e da habitação na Rua, a par da limpeza das fachadas e a libertação do espaço aéreo de fios, tubos e cabos, tão desagradáveis e inestéticos. O projecto de reabilitação da rua ficou aquém dos objectivos a que se propunha, pois ainda são visíveis os cabos presos nas fachadas e atravessados na rua (ver anexo 20). A *SRU* explica que o problema não tem a ver com os organismos envolvidos, mas sim com a vontade dos proprietários, moradores e comerciantes que se recusam a participar neste projecto. As tubagens destas canalizações foram ligadas a todos os edifícios da Rua Direita, existindo no chão, junto a cada fachada, caixas para as respectivas ligações aos edifícios, adjudicadas às respectivas empresas. Para que seja possível anular a profusão de cabos, é necessário que cada um dos proprietários faça, no interior do seu edifício, a parte da obra que consiste em substituir a entrada da rede eléctrica ao nível do primeiro andar, por uma ligação da caixa da rua ao interior do imóvel. Este procedimento implica a contratação de um técnico e do respectivo pedido de baixada e da portinhola com encargos para o proprietário.

²³¹ Arquitecta Margarida Henriques

²³² Conta o Sr. Ernesto, comerciante da rua e com oitenta anos, diziam antigamente “só na Rua Direita de Viseu, os burros andam no passeio” e isto porque por aí passavam carroças para entregar as mercadorias e como a rua era estreita, não tinha passeios mas sim um passadiço central de lajes, os burros sobre as lajes faziam caminho. Por razões de higiene este mesmo passadiço era evitado pelos transeuntes.



Uma vez que não houve adesão por parte dos proprietários, devido aos custos que este programa implicava, o objectivo de retirar os cabos das fachadas, ficou comprometido. Os edifícios que forem sujeitos a remodelações, terão que respeitar as novas normas. A nível do fornecimento de gás a empresa BEIRAGAS não se está a servir das tubagens colocadas pelas obras da Câmara, porque a empresa não vê grande viabilidade em concretizar a distribuição de gás natural, dado o exíguo número de residentes. Só os serviços de SMAS fazem uso das canalizações existentes sob a calçada de lajetas.

Relativamente aos equipamentos instalados na rua, foi feita uma intervenção ao nível da iluminação pública em que foram substituídos os candeeiros aplicados nas fachadas, de forma a dar mais iluminação à rua. Foram colocadas três placas de sinalética na rua, com o objectivo de identificar os edifícios número: 66 - o Palácio dos Treixedos do século XVIII, 69 - a “Sinagoga” com portais quinhentistas e os edifícios 37 e 84, respectivamente, com uma janela e duas janelas, que apresentam decoração com características da época Manuelina. Foram, também, substituídos os recipientes para o lixo, visando uma maior integração na imagem estética que se pretende para a rua. Dada a pequena dimensão na largura da rua, apenas foram colocadas floreiras decorativas em dois pontos, no troço entre a Rua do Carmo e a Rua D. Duarte e no recanto que a rua faz à entrada da Rua N^a Senhora da Piedade.

Os grandes investimentos que levariam à melhoria das condições físicas da área a ser requalificada, como a instalação de infra-estruturas e o melhoramento do pavimento, foram concretizados tendo em consideração a identidade e as características locais, mas os resultados não foram satisfatórios, nem para os promotores do programa, que não vêem os seus objectivos totalmente concretizados, nem para os habitantes, moradores e frequentadores da rua. O programa não criou a envolvência necessária, nem transmitiu aos proprietários dos imóveis, moradores e comerciantes os seus propósitos, acabando por não ser bem recebido e não contar com a adesão da maioria.

Foi, também, referido por moradores e comerciantes que em alguns dias, principalmente no tempo quente, e em alguns pontos da rua, existem odores desagradáveis vindos das canalizações de esgoto que, a juntar ao facto do novo pavimento acumular água, criou desagrado, pois moradores e comerciantes que



viram o investimento ali efectuado, criaram expectativas em relação à melhoria das condições, o que não aconteceu.

Há, portanto, muito a aprender por parte, quer dos promotores, quer dos comerciantes e habitantes. Por um lado, os promotores têm que, após a parte fulcral do planeamento, acompanhar a fase de execução e verificar no final se a infra-estrutura/ equipamento cumpre a sua função da melhor forma. Têm ainda que envolver os comerciantes e os habitantes da rua no projecto, de forma a ir ao encontro das suas necessidades e criar um movimento de cooperação que assegure a colaboração das pessoas.

Os comerciantes e habitantes têm, por sua vez, que avaliar os projectos com mais abertura, contribuir com as informações necessárias aos estudos e tentar colaborar com os investimentos públicos, porque só concitando várias sinergias e mobilizando um grande conjunto de competências e vontades, a situação na Rua Direita poderá finalmente melhorar.

A Rua Direita é uma rua pedonal, com trânsito condicionado a moradores, cargas e descargas em horário específico e sem lugares de estacionamento. Com o objectivo de satisfazer as necessidades actuais da população, foram criados equipamentos na sua envolvente para uma melhor acessibilidade ao centro histórico no qual se insere a Rua Direita. Em Setembro de 2001, com a inauguração do novo parque de estacionamento no Largo da Santa Cristina²³³, foram postos à disposição dos cidadãos mais 324 lugares de estacionamento que vêm facilitar o acesso ao centro da cidade e nomeadamente à Rua Direita. Este parque, disponibiliza aos seus utilizadores três modalidades de pagamento: fracção de quinze minutos, através de crediparques e através de avenças (ver anexo 21). No entanto, é um espaço que tem poucos utilizadores, provavelmente, por ser muito caro, na opinião dos comerciantes e residentes da rua²³⁴. Relativamente à tentativa da melhoria das condições de mobilidade de e para o centro histórico, há a referir que, em 2005, a Câmara de Viseu adquiriu, e em doze de Agosto de 2006 colocou à disposição dos cidadãos, três mini-autocarros eléctricos que circulam nas ruas do centro da cidade, incluindo

²³³ SONAE Imobiliária: Resultados Líquidos Consolidados crescem 18,4% no 3º trimestre, Parques de estacionamento, 30 Janeiro 2001, [em linha], [Consult. 20 Novembro 2010], Disponível em WWW: <http://www.sonaesierra.com/uploadfiles/pressreleases/DF29594228516DE40BA1E402EB4427AC_922004132322.PDF>

²³⁴ Em Dezembro de 2010, paguei neste parque 4,40 euros por quatro horas e trinta minutos.



algumas da *ACRRU* (ver anexo 22). Este autocarro não tem paragens pré definidas, funciona durante o dia, de trinta em trinta minutos, excepto aos domingos e sábados à tarde. Os bilhetes, se pré-comprados, custam 30 cêntimos, os normais 40 cêntimos, e o passe 10 euros. O mini autocarro, utilizado, essencialmente, para viagens curtas, facilita a mobilidade nesta área e a aproximação à Rua Direita. Ainda, no âmbito da mobilidade, foi criado um funicular, transporte não poluente, com o intuito de diminuir o tráfego automóvel e aumentar a circulação pedonal. Desde Setembro de 2009, o funicular liga a zona ribeirinha da cidade ao centro histórico e possibilita um acesso fácil à Rua Direita, para quem vem do lado oeste da cidade, onde encontra uma elevada inclinação. A câmara colocou o uso do funicular de forma gratuita durante dois anos, para incentivar a população à sua utilização e diminuir o tráfego automóvel no centro da cidade²³⁵. Além destes equipamentos destinados a servir o centro da cidade e a zona da *ACRRU*, a Câmara deliberou promover a construção de dois novos parques de estacionamento públicos, no Largo Mouzinho de Albuquerque e no Largo António José Pereira²³⁶, tendo este último sido inviabilizado pelo²³⁷ *IGESPAR*.

No que até aqui expusemos, verificamos que têm sido feitos esforços por parte das autoridades, no sentido de melhorar as infra-estruturas e a mobilidade na Rua Direita e no centro histórico. Ainda assim, habitantes e comerciantes não estão satisfeitos pois não acham que as obras levadas a cabo tenham trazido as melhorias que esperavam inicialmente.

²³⁵ HENRIQUES, Carlos, Funicular de Viseu, 18 Novembro 2009, [em linha], [Consult. 20 Novembro 2010], Disponível em WWW: <http://espinho-net.blogs.sapo.pt/2323.html>

²³⁶ VISEU NOVO – SRU, *Relatório de contas de 2008*, p.10, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010], Disponível em WWW: http://www.viseunovo.pt/MEDIATECA/files/PDF/Relatorio%20contas/2008/Relatorio_Contas_2008.pdf

²³⁷ VISEU NOVO – SRU, *Relatório de contas de 2009*, p.15, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010], Disponível em WWW: http://www.viseunovo.pt/MEDIATECA/files/PDF/Relatorio%20contas/2009/Relatorio_Contas_2009.pdf



4.3 Revitalização do Comércio

Nos centros históricos, o comércio tem sido a principal actividade económica e com a degradação do edificado, vem a decadência daquela actividade que, por natureza, vive da existência de pessoas. Se as pessoas se mudam, a actividade comercial vai com elas. Se nada for feito, os núcleos históricos seguem a lei da vida: nascem, crescem e morrem. A intervenção pública tem oscilado entre uma postura de defesa dos interesses dos empresários do comércio tradicional e a anuência perante os novos investimentos de projectos/empreendimentos, concretizados na periferia²³⁸, a que Viseu foi assistindo, como: *Forum*, Palácio do Gelo, Continente e *Retail-Park* que são hoje os principais espaços comerciais que rivalizam com o pequeno comércio do centro histórico de Viseu. São zonas comerciais modernas e de uma enorme dimensão que fazem de Viseu o concelho do país com a maior densidade comercial, um metro quadrado de área comercial por cada habitante.²³⁹

Nos últimos anos, tem sido reconhecido o valor patrimonial dos centros históricos, bem como a importância do comércio e serviços que neles existe, ao mesmo tempo, que se toma consciência da necessidade urgente do planeamento comercial e da revitalização comercial daqueles centros. Os poderes autárquicos de várias cidades do país têm implementado um conjunto de acções em artérias e espaços que até aqui não tinham sido intervencionados. Têm sido restauradas áreas pedonais, a par de obras de reabilitação e renovação urbana. Estas áreas transformaram-se em espaços agradáveis, funcionais, ricos em diversidade, com padrões de qualidade geridos por intenções rigorosas e claras e com resultados de sucesso. São espaços de convívio onde o comércio faz parte de uma realidade cultural activa e contribui para a ligação entre as necessidades económicas e os momentos de distração, animação e lazer. Como exemplo destas intervenções, temos a Rua da Junqueira, na Póvoa de Varzim, em que a intervenção do espaço

²³⁸ BARRETA, João, *Comércio e Ordenamento Urbano*, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Dezembro 2007, p. 35

²³⁹ Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 22 de Março de 2007. [em linha]. [Consult. 18 Março 2010]. Disponível em WWW: <http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2007/6ACTADE22032007.PDF>



público representou um aumento na modernização do comércio local e promoveu o crescimento nas suas múltiplas vertentes²⁴⁰.

Por um lado, houve o desenvolvimento do comércio no interior que beneficiou das estruturas comerciais existentes e da sua imagem e por outro lado houve o desenvolvimento de novos pólos comerciais, com novas marcas de prestígio. Nasceu a *Comércio ao Ar Livre*, associação de empresários da Rua da Junqueira e adjacentes, que procura ser uma alternativa efectiva aos centros comerciais, passar uma imagem moderna e credível junto dos diversos públicos e melhorar as condições de funcionamento das lojas e do espaço comum²⁴¹. Ao mesmo tempo, também a cidade ganhou com uma política de desenvolvimento e manifestações claras de interesse por parte dos investidores nos diversos sectores e com o contributo de maior qualidade e maior oferta. A rua possui uma dinâmica sugerida pela constância das montras, pela sua variedade, mas também pelo ritmo dos seus elementos formais e visuais e neste contexto ela é o eixo de ligação nascente poente para quem se desloca na cidade. É também um espaço de passeio, de encontro, e de lazer.

O consumidor ocupa agora um lugar primordial e revela preferências e novas exigências. Na decisão de compra, são levados em conta novos critérios que vão muito além da simples necessidade da aquisição do produto. A qualidade do produto, qualidade de atendimento e local de compra são alguns dos factores que devem integrar hoje qualquer plano quando o objectivo é revitalizar estes espaços que também, devem ser lugares de confortável acesso e permanência, oferecendo ao consumidor produtos e serviços que contribuam para o seu bem-estar.

Os níveis de exigência por parte do consumidor português aumentaram aquando da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1 de Janeiro de 1986. Este processo marcou o início de um período de profundas transformações na economia nacional e criou grandes expectativas em relação à aproximação aos níveis de desenvolvimento dos países mais ricos da Europa.

²⁴⁰ BIANCHI, Rui, “Intervenção na Rua da Junqueira”, in *Urbanismo Comercial em Portugal. Actas da conferência realizada em 23 e 24 de Março de 2001, no âmbito do 3º Fórum Internacional de Urbanismo*, Póvoa de Varzim, 2001, pp. 35 – 40.

²⁴¹ Comércio ao ar livre - Associação de empresários da Rua da Junqueira e adjacentes, [em linha], [Consult. 10 Fevereiro 2011], Disponível em WWW < <http://www.comercioaoarlivre.pt/objectivos.html> >



A inovação tecnológica, os transportes, as comunicações e as alterações verificadas nos hábitos e padrões de consumo impõem um maior esforço de adaptação às novas condições de concorrência que hoje caracterizam o ambiente empresarial. A informação, a formação profissional, a organização interna, o reapetrechamento técnico e tecnológico, a qualidade e o *marketing* são factores importantes a levar em conta nas estratégias para alcançar os desafios que são colocados às empresas. Para o aumento de competitividade das empresas é exigido um aumento na melhoria das suas capacidades e uma procura de melhor posicionamento face ao mercado.

No que concerne à Rua Direita, esta foi, até à última década do século XX, um dos principais centros comerciais do centro histórico, não só frequentado por habitantes da rua e da cidade, mas também por um grande número de visitantes que se deslocavam à cidade, lugar de convergência entre o Norte e o Sul no enclave da Beira Alta. Constituiu portanto um importante centro de vida comunitária e contribuiu para o desenvolvimento económico da cidade. Ciente desta realidade, o município e o poder central, têm conciliado esforços para a modernização das actividades empresariais e de alguns serviços que sofreram grandes alterações na última década do século XX e início do século XXI.

Neste contexto, e com o objectivo de promover o desenvolvimento sustentado da competitividade das empresas no sector comercial no quadro de uma estratégia coerente de modernização da sua actividade, em 1994, o Governo cria o *Programa de Apoio à Modernização do Comércio*²⁴² - *PROCOM*. Este programa visa apoiar projectos de dinamização das estruturas comerciais associados à recuperação ou revitalização do espaço urbano e o seu objectivo principal traduz-se na requalificação do comércio dos centros urbanos. O programa surge no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio e apoiou 3507 projectos a nível nacional com um total de incentivos na ordem dos 34.159.828.000\$00²⁴³.

Viseu destaca-se por ser o distrito com menos projectos auxiliados, apenas trinta, enquanto nos restantes distritos o número de projectos varia entre 52, em Portalegre, e 551, em Braga. Viseu foi assim das cidades que menos usufruiu dos

²⁴² Decreto-Lei n.º 184/94. D.R. n.º 150, Série I-A de 1994-07-01

²⁴³ Direcção-Geral da Empresa: *Dados sobre o QCA II, Projectos de Urbanismo Comercial aprovados*, [em linha], [Consultado 21 Novembro 2010], Disponível em < <http://www.dgcc.pt/134.htm> >



incentivos deste programa, ficando-se pelos 427.645.000\$00, enquanto Braga foi o distrito que mais capital empregou na modernização do seu comércio com 7.057.631.000\$00 (ver anexo 23). Há ainda outro dado a ter em conta, enquanto nos outros distritos os apoios concedidos se distribuem pelos vários concelhos, em Viseu todos os projectos se concentraram no concelho de Viseu²⁴⁴. Isto revela a importância e a centralidade de Viseu em relação aos outros centros urbanos do concelho com quem diariamente tem ligações. Os trinta projectos apoiados dividem-se em: vinte e oito projectos individuais apresentados por empresas comerciais aos quais foi atribuída uma verba de 220.495.000\$00, um projecto de intervenção urbana apresentado pela autarquia que usufruiu de incentivos na ordem dos 201.376.000\$00 e um projecto de *Estudo Global de Renovação Urbana da Zona Histórica da Cidade de Viseu*, apresentado pela Equipa de Projecto constituída pela Associação dos Comerciantes do Distrito de Viseu, Câmara Municipal de Viseu e Direcção Geral do Comércio em conjunto com a *Equipa Operacional Conclusão – estudos e formação, Lda.* que foi financiado com 5.774.000\$00.

Relativamente aos vinte e oito projectos individuais apresentados por empresas comerciais e segundo os inquéritos que realizámos na rua, sete comerciantes da Rua Direita dizem ter investido com o apoio do *PROCOM*. É de referir que à data deste projecto existiam cento e vinte e três espaços comerciais²⁴⁵ na rua e o *PROCOM* apoiava até 66,6% a fundo perdido dos investimentos privados com capital próprio. Só 5,7% destes empresários beneficiou deste apoio. Houve pouca adesão por parte dos comerciantes que olharam a proposta com desconfiança, pois os critérios que ditavam se o comerciante recebia ou não o financiamento depois do investimento concretizado não eram claros. Afirmaram que o programa não dava garantias, pois o investimento, primeiro era assegurado pelos comerciantes e só depois de quatro meses, se os promotores do *PROCOM* fossem da opinião que a obra estava a ser concretizada e que havia uma melhoria significativa das instalações, o dinheiro era recebido. Com os critérios incertos da

²⁴⁴ Direcção-Geral da Empresa: *Dados sobre o QCA II, Projectos de Urbanismo Comercial aprovados, por zonas de intervenção*, [em linha], [Consultado 21 Novembro 2010], Disponível em WWW: <<http://www.dgcc.pt/134.htm>>

²⁴⁵ “Estudo Global de Renovação urbana da Zona Histórica da cidade de Viseu. Dossier de recolha de dados na zona de intervenção do projecto, Rua Direita”, in, *Conclusão - Estudos e Formação Lda.*, Viseu, 1998.



avaliação posterior feita às obras efectuadas com investimento privado, não havia garantias de retorno.

No âmbito do programa *PROCOM* a autarquia apresentou o projecto de intervenção urbana em que a Rua Direita foi uma das ruas do centro histórico que foi objecto de obras de requalificação do espaço público entre 2000 e 2003. Estas intervenções abrangeram não só os pavimentos, mas também as infra-estruturas, redes de águas e esgotos, cujas últimas obras tinham sido efectuadas nos anos 40 aquando da substituição do pavimento calçada portuguesa por calçada cúbica, rede de águas pluviais, gás e telecomunicações e electricidade²⁴⁶.

Através do programa *PROCOM*, em 1997 e 1998, a equipa de projecto realizou um estudo global *Revitalização e Dignificação da Zona Histórica da Cidade de Viseu* com o objectivo geral da identificação de soluções e meios necessários ao projecto de revitalização e dignificação da zona histórica da cidade. Este trabalho pretendeu definir e orientar as intervenções a propor para a zona, procurando adequar a organização funcional e a modernização do equipamento comercial, o arranjo exterior dos espaços e outras medidas e acções que, de forma directa ou indirecta, contribuam para a qualificação urbanística, económica, social e cultural do centro histórico²⁴⁷. Neste estudo foi realizado um trabalho de campo que passou por ouvir os cidadãos como consumidores, auscultar instituições da cidade de acordo com a sua relevância das actividades para o desenvolvimento do centro histórico, realizar acções globais de carácter transversal com capacidade de divulgação, promoção e animação do projecto, reuniões de coordenação do projecto, reuniões de informação e de auscultação dos comerciantes e empresários da zona de intervenção e foram aplicados instrumentos de diagnóstico e fichas técnicas. Estes instrumentos tiveram como finalidade fazer o levantamento da representatividade económica, o levantamento urbanístico, o diagnóstico sociológico e de consumo e o diagnóstico global das necessidades de investimento da zona histórica de Viseu.

²⁴⁶ VISEU NOVO, SRU, *Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW: <<http://www.viseunovo.pt/>>

²⁴⁷ “Estudo Global de Renovação urbana da Zona Histórica da cidade de Viseu”, in *Conclusão - Estudos e Formação Lda.*, Viseu, 1998, p 14.



Segundo o registo²⁴⁸ da recolha de dados relativamente à Rua Direita foram entregues cento e vinte e três formulários aos comerciantes da rua dos quais tiveram retorno apenas quarenta e sete²⁴⁹. Este projecto ficou aquém dos objectivos traçados quanto às mudanças a introduzir na rua, apesar da metodologia e dos objectivos terem sido apresentados de forma tão rigorosa, lógica e clara. O pouco envolvimento colectivo pode ter comprometido o levantamento espacial, urbanístico e empresarial e a apresentação de estratégias e propostas de intervenção para a rua, no sentido de as tornar mais úteis, pertinentes, válidas e exequíveis.

Na concretização do projecto de revitalização da rua é importante ter em conta as preferências e as necessidades que os inquiridos manifestaram, de modo a satisfazer as expectativas dos consumidores deste espaço mas as respostas foram poucas e inconclusivas.

No âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio através da Portaria nº317-B/2000 de 31 Maio, o Governo cria o Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial – URBCOM. Este programa é um instrumento importante para promover o desenvolvimento das cidades activando e dinamizando sinergias entre o comércio e a defesa do património, sem esquecer o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Entre outras medidas compreende o desenvolvimento económico a concretizar através de projectos de urbanismo comercial, com vista à revitalização e consolidação do tecido empresarial e à qualificação do espaço urbano envolvente. Estes projectos visam promover a modernização do comércio e de alguns serviços, a qualificação do espaço público envolvente, integrados em áreas limitadas dos centros urbanos com características de elevada densidade comercial, centralidade, multifuncionalidade e de desenvolvimento económico, patrimonial e social. Esta portaria define as entidades que podem beneficiar de apoios financeiros: microempresas, pequenas e médias empresas, estruturas associativas de comércio, câmaras municipais e *Unidade de Acompanhamento e Coordenação – UAC*. Define a forma de constituição das *UAC* e os acessos ao financiamento no âmbito do *URBCOM* através do Despacho n.º26181/2005 de 20 de Dezembro (2.º série).

²⁴⁸ “Estudo Global de Renovação urbana da Zona Histórica da cidade de Viseu. Dossier de recolha de dados na zona de intervenção do projecto, Rua Direita”, in, *Conclusão - Estudos e Formação Lda.*, Viseu, 1998.

²⁴⁹ Segundo a técnica Margarida Martins do Gabinete de Apoio aos Novos Empresários do Comércio de Viseu diz que houve pouca receptividade na colaboração do preenchimento destes instrumentos.



O Município de Viseu, prosseguindo a estratégia de revitalização do centro histórico, entendeu que se justificava o lançamento de um projecto para promover este espaço. Assim, em reunião da Câmara Municipal de Viseu²⁵⁰, foi celebrado o acordo que estabelece a parceria entre a CMV e a Associação Comercial de Viseu, para a constituição da UAC. A UAC foi criada em 2007 com a designação de *Viseu, Naturalmente Comércio*²⁵¹ e o seu raio de acção abrange toda área delimitada pela ACRRU, onde está inserida a Rua Direita. É uma associação sem fins lucrativos, com a participação obrigatória da estrutura associativa e da câmara municipal. A *Viseu, Naturalmente Comércio* tem como objectivo a promoção e modernização da zona de intervenção urbana, na qual tem desenvolvido diversas actividades para animação do centro da cidade.

Estas actividades vão desde a animação de rua, à celebração de datas festivas, *Mais Natal* e outras criadas para animação do espaço, *Desfile de Moda*, *Festa dos Saldos*, *Dia da Criança*, *Festa da Sardinha*, *Festa do Rancho*, *Noites Brancas*, *Festa da Cerveja*, *Regresso às Aulas*, *Um Dia dos Diabos - Halloween*, *Magusto*.

Com o objectivo de neste espaço ser criada uma identidade, foi concebida uma mascote TITA, para divulgar nos vários suportes a usar pela *Viseu, Naturalmente Comércio*. O *Saco Promocional* é um dos elementos que procura contribuir para a identidade do público consumidor no centro histórico. Estas acções são previstas por períodos de dois anos, após o qual será feita nova candidatura. *Viseu, Naturalmente Comércio* está a desenvolver as suas acções no âmbito da segunda candidatura que decorre entre 2009 e 2011.

A Associação Comercial do Distrito de Viseu aproveitou as comemorações dos seus 108 anos para lançar campanhas, conjuntamente com Associações congéneres de outras cidades, Coimbra, Gondomar, Espinho, Aveiro entre outras, que visam alertar os cidadãos para a importância do comércio no núcleo histórico. Foi uma iniciativa da associação comercial de Viseu que diz que o comércio de rua é o suporte e o coração das cidades. Ao longo de 2009 foram

²⁵⁰ Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 11 de Janeiro de 2007, p.6-7, in *Câmara Municipal de Viseu*, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE_VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2007/1ACTADE11012007.PDF>

²⁵¹ *Viseu, Naturalmente Comércio, UAC – Agência para a promoção do centro urbano de Viseu*, [em linha], [Consult. 30 Abril 2010], Disponível em WWW: <<http://www.uacviseu.com/index.html>>



implementadas algumas campanhas de *marketing* que serviram de suporte a um conjunto de acções: a primeira a ser desenvolvida consistiu na colocação de *Outdoors* com a mensagem *O grito pelo comércio de rua* (fig. 26) e com a imagem de pessoas a gritar, como forma de alertar para as dificuldades que o comércio tradicional²⁵² enfrenta, o que teve lugar em quase todo o país, segundo nos afirmou o Presidente da ACDV, mencionando também as várias campanhas que foram lançadas durante o verão de 2009, com a finalidade de revitalizar o comércio do centro histórico²⁵³. Com o mesmo objectivo a ACDV já fez novas candidaturas no âmbito do *Fundo da Modernização do Comércio - MODCOM*, para lançar novos planos de acção. O *Fundo de Modernização do Comércio* foi regulamentado através da Portaria n.º1297/2005, de 20 de Dezembro, que determina que os programas e medidas de incentivo são definidas por despacho do Ministro da Economia e da Inovação. Este fundo destina-se a microempresas e pequenas empresas de comércio e a estruturas associativas empresariais do sector sem fins lucrativos e pode ser aplicado em projectos de modernização comercial, ou projectos de estruturas associativas empresariais, para dinamização da envolvente comercial.



Fig. 26– O grito pelo comércio de rua (Fotografias da autora)

²⁵² O comércio localizado no centro das cidades, caracterizado por ser principalmente constituído pelo pequeno comércio.

PROCOPIUCK, Mario; DJALO, Abdulah Bubacar, in *Turismo Visão e Acção*, v.10, n.º 03, p313 – 334, et/dez.2008 [em linha]. [Consult. 20 Janeiro 2011]. Disponível em WWW:

<<https://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/768/624>>

²⁵³ AMARAL, Emília “108 anos da Associação Comercial” in *Jornal do Centro.*, n.º 360, 6 Feb., 2009, p. 16



A Associação Comercial do Distrito de Viseu - *ACDV*, em conjunto com o *Movimento Cívico em Defesa do Centro Histórico de Viseu - MCDCHV*, tem vindo a apresentar um conjunto de medidas para revitalizar o comércio no Centro Histórico da cidade. Reivindicam a mudança do serviço público, *Loja do Cidadão*, para o Centro Histórico e sugerem mesmo, como sede, o edifício camarário que foi o Quartel dos Bombeiros Voluntários e que, desde que estes saíram, está sem ocupação, degradando-se dia após dia. Trata-se de um edifício de grandes dimensões, que tem entrada pela Rua do Comércio e pela Rua de D. Duarte. As duas entidades fizeram uma petição²⁵⁴ com duas mil assinaturas a qual foi entregue na Câmara Municipal. Com iniciativa da Associação Comercial e do movimento de cidadãos, fez-se a primeira manifestação na história do comércio tradicional de Viseu em 2 de Março de 2009²⁵⁵. Apelaram para a transferência da *Loja do Cidadão* para o Centro Histórico e segundo o presidente da Associação Comercial, Gualter Mirandez, a transferência desta infra-estrutura para o centro seria extremamente importante para o relançamento do centro da cidade porque geraria um fluxo de pessoas que poderia animar o centro da cidade que se encontra desertificado. Esta ideia surgiu em 2008 quando o movimento de cidadãos lançou um debate público onde vários agentes sociais apoiaram a ideia.

Após o presidente da *Agência para a Modernização Administrativa* ter garantido não haver qualquer decisão da tutela relativamente à deslocalização da Loja do Cidadão da Quinta das Mesuras para o Centro Histórico, o executivo camarário de Viseu, deliberou rescindir o protocolo celebrado entre a câmara e o *Instituto para a gestão financeira das Lojas do Cidadão*²⁵⁶. Além disso, aprovou por unanimidade a transferência do balcão de atendimento que a autarquia tem na *Loja do Cidadão* para o Centro Histórico da cidade. O presidente do município, Fernando Ruas, afirma “Só vamos aguardar o período legal a que estamos

²⁵⁴ Futuro do centro histórico de Viseu na Assembleia Municipal, in *Barões da Sé de Viseu* [em linha]. [Consult. 18 Maio 2010]. Disponível em WWW: <http://baroesdaseviseu.blogspot.com/2007_12_01_archive.html>

²⁵⁵ RODRIGUES, Ana Filipa, “Comerciantes manifestam-se pela 1.º vez” in *Jornal do Centro.*, n.º 363, 27 Fev., 2009, p. 10

²⁵⁶ Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 14 de Maio de 2010. p.7, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW: <http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2010/N10ACTADE14052010.PDF>



obrigados e depois vamos fazer de imediato a transferência do nosso balcão"²⁵⁷ para um edifício no centro histórico.

O presidente da associação comercial, Gualter Mirandez, diz que em Espanha apesar das periferias que foram surgindo, os centros históricos não estão abandonados. Foram colocados nestes centros as grandes cadeias de marcas internacionais o que fez com que as pessoas não abandonassem o centro da cidade. Em Viseu é necessário colocar no centro da cidade um conjunto de serviços que levem as pessoas, quando pensam na sua habitação, a optar pelo centro histórico como, um bom local para viver. Refere ainda que os comerciantes demoraram a reagir ao que estava a acontecer na cidade, a instalação das grandes superfícies e o caso da Rua Direita “é um caso muito específico. (...) A Rua Direita deve requerer de todas as forças vivas, e não só, uma intervenção de fundo”²⁵⁸.

O *MCDCHV* tem lutado pela recuperação do Centro Histórico de Viseu e diz que é importante a sua reabilitação em termos humanos, sociais e culturais. Durante o período eleitoral desafiou os candidatos a fazerem um debate, no sentido de aprofundar esta questão.²⁵⁹ Refere a importância do poder autárquico para mobilizar as associações culturais, de forma a colocar Viseu no mapa cultural, devendo o centro histórico assumir-se como local privilegiado para dinamizar culturalmente a cidade. Alerta para o perigo de desertificação.

Em Dezembro de 2009 contámos na rua quinze espaços comerciais fechados e mais um se lhe juntou, em Maio de 2010, após o assalto à ourivesaria instalada no edifício 38²⁶⁰. Em Maio de 2010, a Associação Comercial de Viseu deu a conhecer o projecto *A Rede Gestus*, pioneiro em Portugal, que envolve as associações comerciais de Bragança, Chaves e Viseu e a Agência *ECOAR – Agência de Marketing e Comunicação*. Destina-se às pequenas e médias empresas e actuará como uma cooperativa, de acordo com uma imagem comum e uma

²⁵⁷ “Balcão da CM Viseu na Loja do Cidadão vai para centro histórico”, in *Viseumais.com* [em linha].

[Consult. 18 Maio 2010]. Disponível em WWW: < <http://viseumais.com/viseu/?p=3386>>

²⁵⁸ AMARAL, Emília; FIGUEIREDO, António - “à conversa”, in *Jornal do Centro*, n.º363, 27 Fevereiro 2009, p.8.

²⁵⁹ RODRIGUES, Ana Filipa, “Movimento pelo centro histórico desafia candidatos”, in *Jornal do Centro*, n.º394, 2 Out. 2009, p.14

²⁶⁰ Os assaltantes entraram pelo primeiro andar do prédio, que se encontra abandonado e fizeram um buraco no chão em madeira que lhes deu passagem para o rés-do-chão onde funcionava a loja. Nesta sequência as autoridades alertaram os comerciantes que têm as lojas em prédios devolutos.

FONSECA, José, “Assalto a ourivesaria rende 100 mil euros” in *Diário de Viseu*, 7 de Maio 2010, p. 3.



atitude renovadora²⁶¹. Pretende fazer com que os empresários ganhem mais força e capacidade de mercado, através da inovação, da internacionalização, da proximidade das regiões e da união das empresas. Quer reestruturar o comércio local, projectá-lo aos novos tempos de competitividade, das novas tecnologias e destacá-lo nas relações comerciais. O projecto tem duas vertentes, a sustentabilidade e a responsabilidade social, em que, para um desenvolvimento económico saudável, devemos respeitar aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade. “[...] este empreendimento pretende ser: ecologicamente correcto, economicamente viável, socialmente justo, culturalmente aceite e espiritualmente necessário”²⁶². Funcionará através de uma plataforma digital de compras, em que os empresários poderão associar-se na aquisição de um mesmo produto²⁶³. Os comerciantes beneficiam da redução de custos individuais, evitam a acumulação de stock, libertam fundos para adquirir outro tipo de produtos, reduzem os custos da administração, comunicação, negociação e da compra e fomenta as relações entre os empresários. Haverá também uma plataforma digital de vendas, em que o cliente poderá fazer as suas compras, para além do horário de funcionamento do comércio. Permite o acesso a uma montra virtual da empresa, ao mesmo tempo que dá a possibilidade de parceiros e clientes a nível nacional e internacional se encontrarem. Por outro lado a *Rede Gestus* cria dois cartões gratuitos, *Cartão Gestus* e *Cartão Ecotur*. O primeiro, com o objectivo da fidelização de clientes através da atribuição de descontos e brindes nas diversas aquisições que façam no comércio aderente, o segundo é um cartão de fidelização dos turistas das zonas *Gestus* e permite cativar o interesse dos turistas que visitem as zonas comerciais abrangidas, oferecendo-lhes vantagens de forma a incentivar a sua circulação pelas mesmas. A filiação das empresas é gratuita, apenas com uma condição, a empresa terá que ser sócia de uma das três associações comerciais envolvidas neste projecto.

Integrado na *Rede Gestus*, Viseu fez a inauguração do primeiro *Centro Comercial a Céu Aberto – CCA*, com o nome de *Zona4*, no dia 3 de Dezembro de

²⁶¹ “Associações comerciais unidas para modernizar o comércio tradicional”, in *Diário de Viseu*, 7 Maio 2010, p.4
Comércio local de Chaves, Bragança e Viseu vai funcionar em rede, in *Semanário Transmontano* [em linha]. [Consult. 30 Janeiro 2011]. Disponível em WWW:
<<http://www.semanariotransmontano.com/noticia.asp?idEdicao=241&id=10608&idSeccao=3582&Action=noticia>>

²⁶² Rede Gestus, in *ECOAR* [em linha], [Consult. 10 Fevereiro 2011], Disponível em WWW:
<<http://ecoar-agenciamarketingcomunicacao.blogspot.com/2010/10/rede-gestus.html>>

²⁶³ Rede Gestus, in *Bing* [em linha]. [Consult. 10 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW:
<http://negociosglobais.com/cfiles/acisat/gestao/diversos/Diretrizes_Redex20Gestus_Página%20Web1.pdf>



2010. Estes espaços são definidos “como um agrupamento espacial de estabelecimentos comerciais em espaço urbano delimitado (em geral nos ... centros históricos das cidades) que apresenta uma imagem uniforme em termos de oferta global [...]”²⁶⁴. Também neste dia foi posto a circular o *Cartão Gestus* das lojas aderentes, que em Viseu perfazem já um número de cinquenta e duas, das quais dezassete se situam na Rua Direita²⁶⁵. Brevemente irá ser disponibilizado o *PORTAL GESTUS*, onde o cliente encontrará informação relativa aos 3CCA's, às lojas aderentes, aos produtos nelas comercializados, informação de horários, campanhas espaciais, promoções de cada loja, e onde se poderá fazer compras on-line. Esta experiência segue os passos das já implementadas em vários países da Europa, e onde na nossa vizinha Espanha este formato tem tido muito sucesso²⁶⁶. São exemplo as cidades de Málaga²⁶⁷, Burgos²⁶⁸, Granada²⁶⁹, Pontevedra²⁷⁰ e Santiago de Compostela²⁷¹. Espanha já há alguns anos que aposta no uso do espaço urbano, pelos cidadãos. Estes estão ligados ao centro histórico pelo trabalho, habitação, lazer, convívio, comércio, formação, festa, actividades culturais, desporto entre outras. Como exemplo, da antevisão aos nossos centros comerciais a céu aberto, que dão hoje os primeiros passos, em 1992 em Espanha, o grupo de empresários do Centro Histórico de Compostela formou a associação, *Centro Abierto - Compostela Monumental*, sem fins lucrativos, com o objectivo de representar e defender os interesses dos comerciantes situados na zona centro da cidade de Compostela. Dez anos depois, em 2002, foi aprovado o projecto mais ambicioso, o *Centro Comercial Aberto - Compostela Monumental*, pioneiro na

²⁶⁴ BARRETA, João, *Comércio e ordenamento urbano*, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Lisboa, Dezembro 2007, p66.

²⁶⁵ Informação da Dra. Margarida Martins da associação comercial de Viseu em Janeiro de 2011.

²⁶⁶ Rede Gestus, in *Viseumais.com* [em linha]. [Consult. 30 Janeiro 2011]. Disponível em WWW: <<http://viseumais.com/viseu/?p=6631>>

²⁶⁷ Centro Histórico de Málaga – Centro comercial Abierto, [em linha]. [Consult. 12 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW:

<<http://www.centrohistoricomalaga.es/component/content/article/6-actualidad/192-tarjeta-malaga-card>>

²⁶⁸ Centro Burgos – Centro Comercial Abierto, [em linha]. [Consult. 12 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <<http://www.centroburgos.com/asociados/index.php>>

²⁶⁹ Centro Abierto - Asociación de Empresarios y Profesionales del Centro Histórico de Granada, [em linha]. [Consult. 12 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW:

<http://www.centrogranada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=56&lang=es>

²⁷⁰ Centro Comercial Urbano – Zona Monumental de Pontevedra, [em linha]. [Consult. 12 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <<http://www.ccuzonamonumental.es/Quienes.aspx>>

²⁷¹ Compostela Monumental – Centro Comercial Abierto, [em linha]. [Consult. 12 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <<http://www.compostelamonumental.es/>>



Galicia, com 245 estabelecimentos que põem à disposição do cliente uma gama de serviços e vantagens numa grande superfície²⁷².

Estes exemplos são hoje pontos de referência para Portugal. Servem de exemplo para a aprendizagem do caminho que se acaba de iniciar, ainda tímido, mas com urgência de dar um novo rosto ao comércio e ir de encontro ao consumidor.

O comércio é o elemento chave da vivência das cidades, por isso, é importante que recupere o estatuto de local de compras, que se modernize e adapte às mudanças sem se isolar das tendências da modernidade. É necessário proceder a um *Restauro Urbano Integrado*, para que as cidades não se transformem em dormitórios, sem vida, sem comércio nem serviços. Tal como em muitos centros urbanos do país, o comércio da Rua Direita de Viseu tem de apostar na inovação, na qualidade e diferenciação do serviço prestado, no marketing local, na organização de campanhas e promoções, no cumprimento de um mesmo horário, na prestação conjunta e integrada de actividades de ócio/lazer e animação cultural. Os quinze espaços fechados e os quinze estabelecimentos comerciais em mau estado correspondentes a 24,8% de um total de 121 espaços, existentes na rua, carecem de acções que ajudem os agentes económicos a melhorar os serviços e conhecer melhor o mercado potencial para se instalarem de novo e em conjunto revitalizarem o comércio da rua com acções que fomentem a melhoria do ambiente urbano na rua tornando-o mais aprazível. Um espaço fechado ou degradado é má vizinhança para o grupo de empresários que quer conquistar o cliente com a imagem e o produto e para o transeunte que apressa o passo, em vez se demorar na contemplação. A criação do centro comercial a céu aberto implica uma imagem uniforme em termos de oferta global da área.

O comércio na Rua Direita não pode estar dissociado do Centro Histórico pois ele está dependente de uma gestão racional e equilibrada deste espaço. Um novo desafio se coloca à autarquia, à associação comercial e aos empresários que é o de ajudar o comércio a encontrar o seu lugar na nova textura económica, com imaginação, ousadia e sentido de oportunidade. Investir com a convicção de partilhar um esforço conjunto para um mesmo fim, a revitalização da rua. Neste

²⁷² *Ibidem*



desafio há que renovar a imagem, dar um novo rosto ao comércio e nova dinâmica à rua, numa partilha de identidade colectiva.

4.4 Propostas para a dinamização da Rua Direita

«Não podemos ter o coração da cidade vazio, sem alma, sem gente, sem comércio e serviços»²⁷³

Nos últimos anos, tem sido reconhecida a importância dos Centros Históricos e o seu valor para o comércio e serviços. Os núcleos urbanos têm vindo a ser objecto de intervenções, uns mais bem sucedidos que outras. Têm sido, igualmente, restauradas áreas pedonais exclusivas, a par de obras de reabilitação e renovação urbana.

As dificuldades de renovação dos centros históricos urbanos prendem-se com a degradação dos edifícios, a deslocação dos locais de atracção, a dificuldade de acesso a ruas estreitas e sinuosas, e por vezes íngremes, bem como problemas de estacionamento. Estes factores associados aos horários de funcionamento do comércio tradicional, e ao declínio da função residencial, afastam os novos investimentos e concomitantemente atraem elementos de insegurança àquelas zonas, o que aumenta o seu efeito repulsivo.

Pelas muitas razões que enunciámos, é necessário e urgente contrariar esta situação e o caminho que todos apontam é o da reabilitação urbana, conceito que já clarificámos no início do trabalho. Este conceito inclui várias modalidades: reabilitação, requalificação e restauro urbano integrado, cujas diferenças já definimos, no início do trabalho.

Neste caso concreto, consideramos mais adequado o restauro urbano integrado, porque para além de ser necessário reabilitar, para voltar a dar utilidade ao que está degradado, é imprescindível recriar o dinamismo urbano que a rua teve no passado.

Assim, para além do restauro do edificado, é preciso fomentar novas vivências e funções adaptadas ao local concreto. O restauro urbano integrado é uma intervenção urbana, sistémica, orgânica e funcional. Ela pressupõe uma

²⁷³ PINTO, Alexandre Azevedo, “Centro Histórico de Viseu”, in *Jornal do Centro*, 14 Jan. 2011, p. 4.



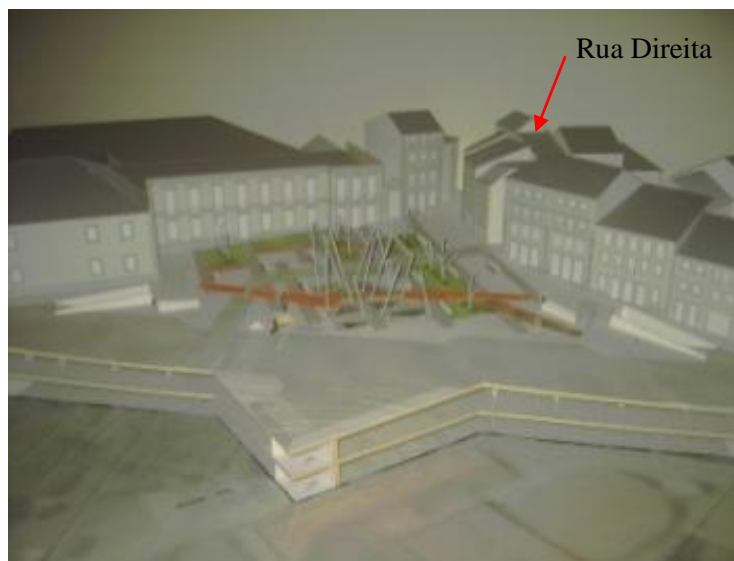
abordagem interdisciplinar, logo uma equipa constituída, talvez, por arquitectos, antropólogos, sociólogos, historiadores, economistas, etc. Tem que haver a preocupação do respeito pelos critérios da integridade, autenticidade e continuidade. Todos os actores devem ser convidados a participar, nomeadamente, os proprietários, autarquia, investidores, instituições culturais e associações de moradores, com recurso a modelos elaborados pelos técnicos.

A nossa proposta de restauro urbano integrado visa a intervenção em quatro vertentes: mobilidade e transportes; ambiente e espaço público; reabilitação do edificado e desenvolvimento social, económico e cultural.

No que diz respeito à mobilidade e transportes, pensamos que é necessário criar as condições físicas para se chegar à rua que é, sobretudo, pedonal, embora entre as vinte horas e as dez horas, tenha trânsito condicionado a moradores, cargas e descargas. Hoje já não se chega de camioneta ao fundo da rua, Largo Mouzinho de Albuquerque, nem à Santa Cristina ou ao Rossio, junto ao cimo da rua. Quase todos chegam de carro, poucos a pé e muito poucos em transportes públicos urbanos. Foram realizados estudos²⁷⁴ que demonstram a dificuldade de estacionamento no Centro Histórico e os elevados custos cobrados nos lugares existentes, levam a que a taxa de ocupação nos parques seja reduzida. Além disso, a sua localização não beneficia de uma centralidade para todo o Centro Histórico. É necessária a construção de outros parques que o circundem, em complemento aos estacionamentos já existentes. O largo Mouzinho de Albuquerque, situado ao fundo da rua, é provido de uma grande área, a qual poderia ser transformada em parque subterrâneo, ao mesmo tempo que seria requalificado o espaço à superfície. Este espaço já foi alvo de estudo e realização de uma maquete por parte da câmara e incluído no estudo efectuado pela, PARQUE EXPO 98 (fig. 27). Esta construção serviria de apoio aos moradores do Centro Histórico, aos comerciantes, ao Teatro Viriato, à Escola Emídio Navarro, e à Igreja de Santo António, situados neste largo, e bem assim à população em geral que, de forma fácil, acederia à Rua Direita. Tal como o foi até ao final do século passado, este largo voltaria a ser o ponto de chegada à rua e ao Centro Histórico pelo lado Norte.

²⁷⁴ PARQUE EXPO 98, S.A., *Estudo de Enquadramento Estratégico da Área crítica de Recuperação e Reversão Urbanística*, Viseu Novo, SRU. Tipografia Peres, Amadora, 2008, pp. 22 – 23





**Fig. 27 – Maqueta do Largo Mouzinho de Albuquerque.
Parque de estacionamento e arranjo superficial – Câmara.**

Outro espaço referenciado no estudo da PARQUE EXPO 98, situa-se a sensivelmente cinquenta metros da rua do lado nascente. É um espaço subaproveitado, onde se amontoam alguns veículos, desagradável ao olhar, no enquadramento com o núcleo histórico e com vista sobre a Sé Catedral (fig.28).



Fig. 28 – Espaço com potencialidades para reverter em lazer e estacionamento.

**Acesso à Rua Direita pela Travessa da Carqueja (actualmente fechado) →
(Fotografia da autora)**

Este espaço, ao ser transformado em parque subterrâneo, dará aos moradores, comerciantes e população em geral, mais uma facilidade na acessibilidade à Rua Direita, feita pela Rua do Gonçalinho ou pela Travessa da Carqueja. Através do protocolo entre a Câmara e o Departamento de Arquitectura



da Universidade Católica de Viseu, foram realizados projectos e maquetas para este espaço.

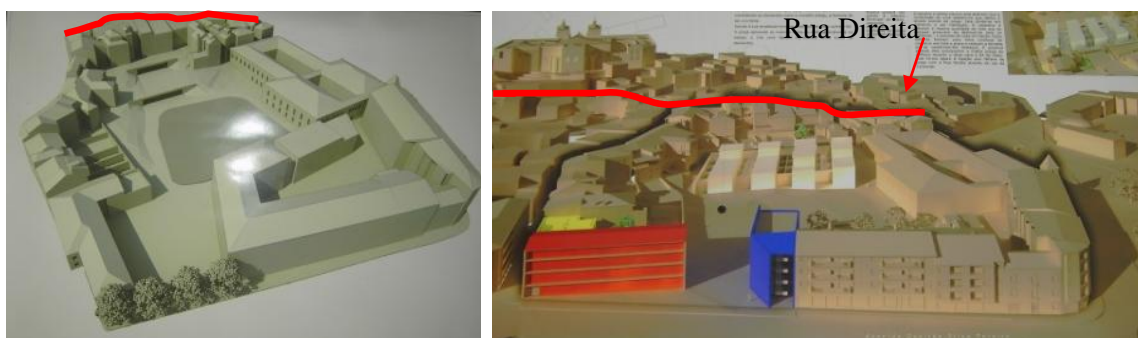


Fig. 29 – Maquetas realizadas em 2008.

Alunos do 4ºAno da Universidade Católica de Viseu em protocolo com a Câmara. Reabilitação de um quarteirão da Rua Direita. (Parque de estacionamento da fig. anterior)

A construção destes dois parques de estacionamento, na proximidade da Rua Direita, em conjunto com o parque da Santa Cristina, o estacionamento no largo da feira com ligação ao centro histórico, através do funicular, o estacionamento em lugares na rua e os três autocarros eléctricos, com serviço contínuo e sem paragens fixas, permitiriam à população uma gama diversificada de alternativas de mobilidade no centro histórico (ver anexo 22 – B).

Com estas soluções de mobilidade a habitabilidade da rua e do centro histórico teriam mais qualidade, pois, actualmente, a falta de estacionamento é um obstáculo para quem mora no centro da cidade, que vê dificultado o estacionamento, quer pela dificuldade em arranjar lugar gratuito, quer pelos custos a que é sujeito no dia-a-dia. Colmatada a necessidade de estacionamento, há que incentivar a população ao uso destes espaços, revendo as tabelas de custos²⁷⁵, pois actualmente o parque da Santa Cristina está subaproveitado (ver anexo 21).

A segunda vertente que deve ser considerado na dinamização da rua é o ambiente e o espaço público. Os espaços verdes são reconhecidos como elementos atractivos e constituem condições essenciais no que se refere à dimensão ambiental. Inseridos na cidade são elementos de contemplação, descanso e lazer. Viseu é conhecida por cidade jardim, por ter grandes espaços verdes para usufruto da população residente e de turistas: o Parque da Cidade, o Fontelo, a Cava de

²⁷⁵ No preçário do estacionamento no parque da Santa Cristina a partir do dia 1 de Janeiro de 2011, podemos ver a tabela do preço com promoção para quem fizer avenças, com uma redução de sensivelmente um terço do custo inicial. Embora o preço das fracções varie, o preço por hora é de 95 cêntimos.



Viriato, o Parque Linear do Rio Pavia, inaugurado em Agosto de 2008, vários jardins espalhados pela cidade, ruas arborizadas e, a nível particular, os quintais. Na *ACRRU* encontramos um reduzido número de manchas verdes de uso público. No interior dos quarteirões da Rua Direita, as construções em anexo às habitações, foram-se amontoando e são poucos os que têm quintais ou pátios com espaços verdes. Salientamos o edifício número 60 que nas traseiras apresenta um pátio com uma frondosa árvore e que no verão serve de esplanada ao restaurante instalado no piso térreo deste edifício²⁷⁶. O edifício número 66, Palácio dos Treixedos apresenta um pátio com um pequeno jardim; o número 69, recentemente, adquirido pela câmara, para aí ser instalado um museu, tem nas traseiras um quintal, assim como os edifícios números, 42, 43 e em alguns edifícios do corrente de casas no último quarteirão, no sentido descendente, do lado de numeração par, têm quintais. A rua é despida de ornamentação natural, em toda a sua extensão, 460 metros, apenas encontramos quatro floreiras ornamentais e duas varandas com vasos, nos edifícios número 87 e 88.

A inexistência de espaço verde poderia ser ultrapassada com a colocação de vasos em algumas varandas, pequenas floreiras à entrada de vários estabelecimentos comerciais, para criar um ambiente agradável e harmonioso, ao mesmo tempo que quebrava a austeridade do chão em granito. À semelhança do que já acontece com o pátio do edifício 60 que serve de esplanada ao restaurante, alguns estabelecimentos comerciais poderiam tirar partido dos quintais e pátios, transformando-os em espaços de lazer, ou meras janelas/paredes em vidro sobre pequenos jardins, convidando à fruição de um agradável ambiente.

Também “[...] a qualidade dos espaços públicos é valor essencial de uma cidade [...]”²⁷⁷ Eles são “[...] espaços de continuidade entre o centro e as periferias, [...]”²⁷⁸ e quando atractivos, eles são local de desejo e de encontro entre as pessoas.

Nas proximidades da rua existem dois espaços, um público e outro pertencente à autarquia que deveriam ser intervencionados. O primeiro é no Largo Mouzinho de Albuquerque ao fundo da rua. É um jardim com frondosas árvores, que está subaproveitado no seu usufruto. Aproveitando o espaço verde existente, deveria aí ser instalada uma aprazível praça, com alguns equipamentos,

²⁷⁶ No verão é um espaço muito agradável, com uma numerosa clientela que usufrui deste espaço.

²⁷⁷ CHICO, Francisco Freire, *Boas Práticas de Centros Urbanos*, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Abril 2008. p.30

²⁷⁸ *Ibidem*



esplanadas e mobiliário infantil. O segundo é o espaço compreendido entre a Rua Capitão Silva Pereira, Rua do Gonçalinho e as traseiras do último quarteirão, no sentido descendente, de numeração par, dos edifícios da Rua Direita que serve actualmente de estacionamento, de forma anárquica. Pensamos que deveria ser convertido num aprazível espaço verde com alguns equipamentos para convívio, tirando partido da vista sobre o núcleo histórico e sobre a Sé Catedral. A requalificação destes dois espaços junto à rua e ao centro histórico seriam como duas salas de visitas para a entrada no centro histórico, uma pelo lado Norte, outra pelo lado nascente.

A terceira vertente trata da requalificação do edificado. A sua valorização, dignificação, manutenção e recuperação são aspectos imprescindíveis para criar melhores condições de habitabilidade e atrair as novas gerações. Os problemas de construção que a passagem do tempo originou nos edifícios, têm que ser resolvidos e, simultaneamente, têm que ser feitas melhorias ao nível do conforto, no sentido de dar resposta às preferências actuais. As intervenções devem ser adequadas às diferentes condições do edificado e levar em conta aspectos de reestruturação, renovação, reabilitação e reutilização. Também, e de acordo com as novas exigências de habitabilidade, deve ser libertado o interior dos quarteirões da espessa malha de anexos, para permitir a necessária salubridade e criação de espaços livres, jardins e/ou pátios. O reforço da vitalidade do interior dos quarteirões pode beneficiar, quer os residentes, quer a população em geral se, pontualmente, forem espaços de interacção com os pisos térreos, que pela sua função comercial ou de lazer, funcionam como locais de atracção, onde se quer ir e usufruir do bem-estar que proporcionam. Neste processo, a preservação da imagem de conjunto, da sua identidade, deverá ser preocupação constante nas intervenções de reabilitação de forma a preservar esse património como legado para as futuras gerações.

Assim, pensamos que é urgente a requalificação dos edifícios da rua, nomeadamente, dos nove edifícios em ruína e dos dezoito edifícios degradados, num processo de colaboração entre a autarquia, poder público central e privados.

O papel da autarquia é, aqui, fundamental na orientação do processo, na elaboração de estratégias de intervenção e na actuação como mediadora entre proprietários e investidores, entre proprietários e arrendatários.



Dada a desmotivação dos proprietários para investirem nas habitações, a equipa de trabalho teria aqui um grande papel na divulgação e aplicação dos programas municipais, e benefícios fiscais que a autarquia põe ao dispor, como forma de incentivo aos privados, e numa informação clara sobre os benefícios que se esperam obter. Caso se mantivesse a atitude de negação por parte dos proprietários, a autarquia poderia aplicar a legislação recente sobre a reabilitação humana, porque os interesses colectivos não podem estar sujeitos aos do indivíduo, nomeadamente, a aplicação do artigo n.º 89 da secção IV da Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, que obriga ao dever de conservação do edifício e diz que, pelo menos de oito em oito anos, devem ser realizadas todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético.

Consideramos, igualmente, importante que o governo participe, através de programas estatais no financiamento da execução das obras de conservação e beneficiação. O financiamento público aqui, reveste-se de grande importância numa primeira fase, uma vez que há falta de iniciativa privada. Dos noventa e três edifícios da rua, oitenta e sete são propriedade privada e apenas seis, adquiridos entre 2005 e 2009, são propriedade do município. Quatro destes edifícios, os números 15, 16, 47 e 49 encontram-se em ruína. A intervenção nestes edifícios é urgente, dado o seu estado de ruína e reveste-se de grande responsabilidade, por parte da câmara, uma vez que, a sua requalificação pode funcionar como incentivo a todo o processo de restauro do edificado da rua. É fundamental que nesta primeira fase o município, com o apoio do governo, avance para o restauro destes quatro edifícios, porque são pontos de tensão da degradação e porque serviriam de exemplo aos particulares, que se veriam assim confrontados com o contraste entre os seus prédios degradados e os edifícios requalificados.

Quanto à urgência de obras de conservação destacamos o edifício número 25, o terceiro com a fachada mais longa, 25m e o que apresenta maior cêrcea na rua. Até 2005 pertenceu ao Orfeão de Viseu e está hoje nas mãos de particulares, e embora tenha no seu piso térreo dois comércios, parte dele encontra-se em ruína. Foi um edifício que contribuiu para a dinâmica da rua e de alguma forma a sua restauração deveria prever novas funcionalidades que servissem à revitalização da rua.



Numa segunda fase, seria importante a simplificação de todo o processo burocrático²⁷⁹ e a colaboração, sempre que necessário com os particulares na elaboração do projecto, já que, aqui, por vezes há entraves que vêm na sequência da legislação, difícil de aplicar em edifícios dos centros históricos, com reduzidas áreas²⁸⁰.

Do que vimos e estudámos, podemos afirmar que a reabilitação do edificado é a primeira condição para promover a fixação da população e da actividade comercial. Hoje, a competitividade entre as cidades é cada vez maior, no sentido de fazer prevalecer características que testemunham a sua vitalidade e genuidade.

Na quarta vertente abordamos o desenvolvimento económico, que neste caso, passa por uma reorganização e revitalização da actividade comercial porque é essencial aplicar estratégias de continuidade que contém em si todo um saber e história definidora de memória e identidade.

A Rua Direita é por tradição uma rua de comércio, ela tem 121 espaços no piso térreo destinados ao comércio, dos quais 15 se encontram fechados. Apenas o edifício número 66 e o número 78 não servem a este fim. Podemos considerá-la um espaço privilegiado onde a diversidade de comércio pode funcionar como um catalisador da sua revitalização socioeconómica e cultural. Para isso é necessário delinear estratégias e formas de acção que envolvam autarquia, associação empresarial e que reforcem o espírito de cooperação entre os comerciantes, para em conjunto, fazerem uma gestão racional e equilibrada de todo o espaço. Existem na rua quinze espaços que se encontram fechados e por isso disponíveis para o nascimento de novas empresas, assim como quinze em mau estado que deveriam ser objecto de requalificação.

Neste processo, pensamos que seria importante repensar a oferta comercial, com base em estudos de mercado, mas privilegiando a implementação de um conjunto de empresas que pela sua dinâmica se articulem no conjunto, como impulsionadoras da actividade comercial, num mercado cada vez mais competitivo e global.

²⁷⁹ O senhor, Arlindo de Jesus, comerciante e proprietário do edifício número 30 da rua, dá-nos conta das dificuldades que tem sentido para a aprovação do projecto das obras neste edifício, que se arrasta há quatro anos.

²⁸⁰ Arquitecto António Saraiva, responsável pela agência para a promoção da Guarda.



O papel da *UAC* - empresa *Viseu Naturalmente Comércio*, é o de promoção de toda a área da *ACRRU*. Através dela, na nossa opinião, devem continuar a ser criadas um conjunto de acções e eventos, de forma a atrair e fidelizar os consumidores na rua e a envolver as empresas comerciais numa dinâmica de promoção conjunta. O projecto *Rede Gestus*, numa das suas vertentes e através da *Zona 4*, perspectiva um caminho de acção e mudança, que apela à adesão de todas as empresas da zona ao sistema e ao fortalecimento da união entre todos, para se poderem atingir objectivos.

A Associação Comercial, envolvida neste processo, deverá fazer um trabalho de rua, com explicação porta a porta das vantagens, no sentido de envolver, também, os menos atentos e menos receptivos.

O centro comercial a céu aberto é agora uma realidade no Centro Histórico de Viseu, mas requer uma boa e urgente articulação entre os diferentes intervenientes para se tornar mais competitivo e atraente, para os viseusenses e os turistas, nacionais e estrangeiros, sobretudo espanhóis, pela proximidade, que fazem compras na cidade de Viseu²⁸¹, em determinadas épocas do ano. Assim será importante criar atractivos no Centro Histórico para motivar mais turistas a visitarem a cidade mais frequentemente, esse seria mais um passo para a internacionalização da Rua.

Ainda, em matéria de actividade económica, há necessidade de dinamizar o aproveitamento do potencial turístico do centro histórico e da rua. Para isso é necessário criar novos núcleos museológicos e promover uma maior articulação entre as diferentes instituições culturais de interesse turístico, na área da *ACRRU*.

Actualmente apenas existe uma instituição, o *Instituto Liberal de Instrução e Recreio*, destinada a actividades de recreio. É, diariamente, um espaço de encontro de muitos dos seus associados, para conviver, partilhar o tempo e vivências. No entanto, a sua dinâmica está hoje subaproveitada, devido à degradação das instalações, pouco convidativas à sua frequência e à pouca oferta de actividades recreativas. A reabilitação do edifício²⁸² permitiria a realização de algumas actividades, hoje impossíveis de concretizar, ao mesmo tempo que com o seu novo espaço aprazível ao convívio, convidaria novos sócios.

²⁸¹ Arlindo de Jesus com 63 anos e comerciante na rua diz que na semana da Páscoa e no verão vinham muitos Espanhóis à cidade de Viseu e à Rua Direita fazer compras.

²⁸² Segundo um dos elementos da direcção do Instituto Liberal, aguardam a colaboração da câmara para a realização das obras no edifício.



Os edifícios 25, onde esteve situado o Orfeão e 78, onde esteve a Cruz Vermelha encontram-se actualmente encerrados. Estes espaços foram lugares de convivência e partilha entre a gente da cidade. Requerem novas funções para voltarem a contribuir para a dinâmica da rua. No edifício 78, pertencente ao exército português, o Ministério da Defesa Nacional pretende instalar o Museu Militar de Viseu, para o qual seria transferido o acervo do Museu do Regimento de Infantaria 14. Não existe, contudo, data marcada para a realização do projecto²⁸³. Este futuro núcleo museológico poderia articular com o Centro de Recrutamento Militar, situado no desvão da rua entre o edifício 76 e 77 e, uma vez que esta instituição faz acções de sensibilização nas escolas, para o serviço militar, seria uma forma de, em conjunto, trazerem jovens à rua e divulgarem a história da cidade.

Embora actualmente em mãos de particulares, o edifício 25 localizado sensivelmente a meio da rua e junto às traseiras da Sé Catedral, deveria voltar a ser, de alguma forma, elemento polarizador da actividade na rua, como o foi quando nele esteve instalado o Orfeão. Atendendo a que é o quarto maior edifício da rua, e às suas características estéticas, poderia ser oferecido à cidade como centro interpretativo, e de pesquisa, tornando-se num local no centro histórico, de apoio ao Ensino Superior, Universidade Católica e Instituto Politécnico, nomeadamente ao curso de Arquitectura. Assim, traria jovens à rua, que pouco a pouco, se iam relacionando com este espaço, de forma a criar uma relação com laços afectivos com o centro histórico.

O edifício 69, a antiga sinagoga, está actualmente fechado. Neste imóvel, propriedade da câmara e antiga Papelaria Dias, está prevista a instalação de um núcleo museológico, como centro de investigação e divulgação da História e Cultura Judaica.

Ao mesmo tempo que estes edifícios, situados no coração da rua, se convertem em espaços dinâmicos de divulgação da cultura, poderiam também ser criadas oficinas para a divulgação do conhecimento de alguns ofícios e galerias de arte, transformando a rua para além da sua função comercial em centro cultural e social.

²⁸³ Informação dada pelo tenente-coronel Rui Esteves.



Viseu foi, “no séc. XVI, um importante centro de cultura artística, especialmente nos domínios da pintura.”²⁸⁴ Vasco Fernandes, o *Grão Vasco* e *Gaspar Vaz*, assim como mais tarde José de Almeida Furtado, o *Pintor Gata*, são nomes de relevância para a coesão social, formação e identidade local e de difusão cultural. *Amamos o que conhecemos* e nesta perspectiva há que, de alguma forma, levar as faixas etárias mais novas a este núcleo, envolvendo-as numa ligação afectiva com a rua, com o conhecimento do seu património porque são elas que num futuro próximo deverão continuar por estes caminhos.

A rua foi “A mais importante artéria da cidade [...]”²⁸⁵. Importa agora que funcione como elemento agregador, entre o centro histórico e a cidade, interagindo com esta, com os que vivem, os que trabalham, estudam e a visitam. Para isso ela deve expandir-se aos espaços envolventes e articular com eles um conjunto de percursos, acções e iniciativas que conduzam à promoção da sua imagem na cidade, no país e no exterior. A gestão da reabilitação não pode ser dissociada do centro histórico, do Largo Mouzinho de Albuquerque, do Largo da Santa Cristina, da Rua Formosa, do Mercado 2 de Maio e do Rossio, alguns destes locais, também com problemas de reabilitação. O largo Mouzinho de Albuquerque, no extremo norte da rua, deveria voltar a ter a dinâmica que teve até final do século passado. Importa aqui reabilitar o largo, criando uma zona de lazer apetecível. Pensamos que seria importante dinamizar actividades envolvendo a escola de dança, o teatro Viriato, construído em 1883 e reconstruído em 1999 e a escola secundária Emídio Navarro.

O património edificado existente, justifica a organização dum circuito turístico. Começando pela Igreja de Santo António do séc. XVII-XVIII, com azulejos do séc. XVII-XVIII e talha dourada do séc. XVIII, o Chafariz de S. Francisco do séc. XVIII, a Porta dos Cavaleiros, o Solar do Arco ou dos Albuquerque do séc. XVIII e a estátua do Soldado Desconhecido. No extremo sul e chegando à Rua Formosa, As Quatro Esquinas, para nascente fica o Largo da Santa Cristina, com um aprazível jardim. Neste largo temos a Igreja do Carmo, do séc. XVIII, com talha e azulejos também do séc. XVIII, a Fonte da Santa Cristina do século XVI-XVII, o Seminário Maior de Viseu do séc. XIX, tem no seu interior as originais “escadas suspensas” de quatro lanços e a sua igreja do séc.

²⁸⁴ GIRÃO, A. de Amorim, *Viseu Estudo de uma Aglomeração Urbana*, Coimbra Editores Lda., 1925. p. 53

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 61



XVIII, a Casa Amarela, um escasso trecho da Porta do Senhor Crucificado da muralha Afonsina, um troço da muralha Romana do séc. I e outro do séc. III, o Cruzeiro do séc. XVI e a estátua do Bispo Alves Martins de 1911.

Por este largo circula grande parte do trânsito da cidade. Além disso, é passagem pedonal para grande parte do estacionamento que se faz na Rua Dr. Azevedo Perdigão, evitando o parque subterrâneo da Santa Cristina que é pago e é também local de passagem de alguns autocarros urbanos.

Nas Quatro Esquinas, seguindo para sul, temos a Solar dos Condes de Prime, do séc. XVIII, onde está instalado o Conservatório de Música e a Ludoteca da autarquia e por onde se faz caminho para a nova Pousada de Viseu, inaugurada a dezasseis de Fevereiro de 2009, é um imponente edifício do séc. XIX, o antigo hospital.

Voltando às Quatro Esquinas e seguindo pela Rua Formosa para poente, passamos pelo Mercado 2 de Maio. Foi um dos principais locais de grande dinamismo na cidade, a praça de abastecimento de produtos de primeira necessidade à cidade e que trazia muita gente à Rua Direita. Hoje é um local pouco frequentado, apenas as quentes noites no verão, enchem de gente as esplanadas no seu recinto superior. Pensamos que seria necessário repensar a dinâmica deste espaço, incluindo o seu aspecto físico. Deveria voltar a ser um animado centro de trocas, não de produtos de primeira necessidade como o foi, mas de vivências, de convívio, um palco da cidade.

Continuando mais um pouco pela Rua Formosa, chegamos à Praça da Republica, o Rossio. Um aprazível espaço de convívio. Não esquecendo as ruas que saem da Rua Direita pelo lado poente e todas se encaminham para o Largo da Sé, onde encontramos um conjunto de edifícios monumentais. A Sé Catedral com sucessivas intervenções, tem no seu interior talha e azulejos do séc. XVIII, a Igreja da Misericórdia do séc. XVIII, com retábulos do séc. XIX, o Museu Grão Vasco situado no antigo Paço dos Três Escalões, o Museu da Misericórdia, o Museu de Arte Sacra, o cruzeiro do séc. XVIII e a fonte das Bicas de estilo barroco.

Estes são espaços que pelo seu valor patrimonial, interesse turístico, vocação para o lazer e convívio se devem articular e gerar fluxos, criando uma dinâmica de conjunto em todo o centro histórico que interaja com a cidade e reavive a memória do passado e do presente. Com todo este património, a equipe



de reabilitação também devia fomentar o associativismo, criar redes de comunicação e interacção entre os diferentes agentes.

Revitalizar a rua, implica envolver toda a cidade, todos os que de alguma forma contribuem para a sua história e querem fazer da rua, do centro histórico e da cidade um exemplo e uma referência. As crianças para conhecer a sua história e criarem laços afectivos, os jovens para a descobrirem e se encantarem, os turistas para se deleitarem, os moradores para a viverem, os comerciantes para presentear as gentes com toda a gama apetecível de produtos, a população em geral para a usufruírem no seu bem estar, os artistas para envolverem culturalmente as pessoas, numa convivência de partilha, à escala da cidade e numa dimensão global, os privados para se orgulharem e os poderes públicos para apoiar, incentivar e orientar. E isto tudo num processo, não de soma de saberes, mas num processo de restauro urbano integrado com invocação à interdisciplinaridade²⁸⁶ e à “[...] compreensão dos núcleos urbanos antigos numa perspectiva de intervenção articulada”²⁸⁷.

No futuro “As novas Sociedades de Reabilitação Urbana e outros modelos de gestão pública devem certificar-se que este equilíbrio – depois de atingido – não voltará a ser quebrado, ainda que o mundo constantemente evolua.”²⁸⁸

²⁸⁶ QUEIROZ, Francisco e PORTELA, Ana Margarida, *Conservação Urbana e Territorial Integrada*. Lisboa, Livros Horizonte, 2009. p.17

²⁸⁷ *Ibidem*, p.19

²⁸⁸ *Ibidem*, p.200



Conclusão

A principal motivação que nos levou a realizar este trabalho foi um desejo de, por assim dizer, “salvar” a Rua Direita de Viseu, tendo em conta o seu estado de degradação e decadência, em relação aos seus tempos áureos que continuam vivos na memória colectiva da cidade. Tratava-se de saber se valeria a pena reabilitar a rua e quais os grandes motivos que sustentariam essa decisão.

O desenvolvimento da investigação levou-nos a concluir que a rua possui um património histórico de valor indiscutível, dada a sua localização no burgo medieval, como principal via de passagem, que unia as duas principais portas da muralha, e por isso se encontra intrinsecamente ligada à história da cidade.

Os primeiros registos da rua colocam a sua origem no tempo dos romanos como *Cardo Maximus*. Ao longo dos tempos, foi-se enchendo de casas, variando o seu limite nos extremos, com a construção e derrube da muralha da cidade, sem que o arruamento se rectificasse ou alargasse. “[...] o burgo medieval, tal como foi definido pela área de 1472, deixava poucos espaços livres[...]”²⁸⁹. Quando os edifícios preencheram os espaços, cresceu em altura bem delimitado pelos acrescentos visíveis em vários dos edifícios. Foi no burgo medieval, a rua mais directa e designada como *Rua das Tendas*. No entanto, o nome que predomina é o de Rua Direita. Pelas características das construções, identificámos casas de vários períodos e de vários estratos sociais, em que o palco de convivência foi a rua.

Até a população dos arredores do concelho de Viseu quando tinha necessidade de se deslocar à cidade, para vender os seus produtos, fazer as suas compras, recorrer aos serviços, e os jovens para prosseguirem os seus estudos, utilizava esta rua, como passagem e como mercado. Ao limite Norte da rua e em dois pontos próximos do limite Sul, chegavam muitos dos transportes que traziam gente que enchia a cidade e se encaminhava rua acima, rua abaixo, numa azáfama diária. Os comerciantes da rua ambicionam que a memória desta azáfama seja de novo vivida, quer pela população da cidade que nela encontra encantos, quer pelos turistas que procuram o mais genuíno e antigo da cidade.

É difícil imaginar o Centro Histórico sem a animação desta rua. Aliás, podemos verificar que a reabilitação já realizada naquele núcleo não produziu os

²⁸⁹ RIBEIRO, Orlando, “A Rua Direita de Viseu”, in *Revista Geographica*, n.º 16, 1968, pp. 58



resultados desejáveis porque descuidou a intervenção nesta rua que é fundamental, para a revitalização de todo o burgo medieval. Era nela que existia a vida, ligada ao comércio, às festas e celebrações. Por isso ela foi e poderá vir a ser, de novo, um factor de identidade, pelo peso que tem na memória colectiva dos viseenses que nela revêem o seu passado.

O valor histórico da rua mede-se pela importância das construções antigas que nela existem que datam desde o século XV, como seja o edifício da antiga sinagoga, passando pelo século XVI com edifícios que ostentam janelas manuelinas e portas chanfradas originais, até aos imponentes solares do século XVII-XVIII, os quais descrevemos no trabalho. Parte deste património está classificado e por isso esperamos que seja preservado. Mas a importância da rua não está só no património classificado, está também no seu desenho, no restante edificado próprio de uma época e de um modo de estar e viver muito próprio que pertence, como um todo articulado à memória da rua. Uma rua comprida e estreita, com pouca luz que convidava os habitantes ao encontro no exterior que se tornava, como que uma sala de estar.

O nosso estudo concluiu, através da observação directa, de inquéritos, das estatísticas, dos censos que o conjunto do edificado se encontra em diferentes estados de conservação/preservação. Todos os dados confirmam a tese inicial de degradação e debilitação da função comercial e habitacional. Encontrámos quinze lojas fechadas, quinze abertas, mas em mau estado, nove prédios em ruína, dezoito em mau estado, quase todos desabitados.

As estatísticas do recenseamento geral da população dão-nos conta da importância que a freguesia de Santa Maria, onde a rua se insere, teve no contexto da cidade. Decorrente desta informação, podemos afirmar que esta freguesia, actualmente, já não é a mais importante das três freguesias urbanas e que a partir dos dados fornecidos pelos censos de 1991 e 2001, relativamente às subsecções que envolvem a rua, se concluiu que houve perda de população residente. Nessa população, a maior parte são idosos e o número de crianças é diminuto. Por isso não existe animação, a participação em festas é muito fraca, os comerciantes não vendem, em suma, parece que a rua vai morrer.

Deste modo é necessário criar novas soluções de habitação, melhorar as condições de vivência e promover um dinamismo socioeconómico capaz de garantir uma boa qualidade de vida, tudo no âmbito do que se conhece como restauro urbano integrado.



Ao longo do trabalho, concluímos, com prazer, que não somos os únicos preocupados com a reabilitação urbana, quer a nível nacional, quer na cidade de Viseu em particular, e nomeadamente na Rua Direita, pois verificámos que já foi feita alguma coisa, ao nível da requalificação urbana. Com recurso aos programas de financiamento que descrevemos, foram criadas empresas e gabinetes que estão no terreno.

Contudo temos que admitir que na Rua Direita, ainda não se notam diferenças. O município começou pela requalificação das infra-estruturas e aquisição de alguns edifícios, esperando encontrar, por parte dos proprietários, disponibilidade para investir no restauro dos seus edifícios. Isso não se verificou porque aqueles não querem avançar com capital próprio, e os programas de financiamento não cobrem a totalidade dos custos. Isto mostra que as pessoas não acreditam no sucesso desse investimento.

Nós defendemos que, neste caso, é necessário um projecto de restauro urbano integrado, por natureza sistémico e interdisciplinar, e não encontrámos no município um plano director claro que definisse os objectivos e estratégias, que apresentasse um projecto integrado para a futura Rua Direita. Verificámos que existem muitas dúvidas, muito interesse em copiar exemplos de outras cidades, mas falta ousadia em avançar com um plano próprio adaptado à situação em concreto. Este tipo de restauro tem que assentar em estudos prévios de natureza histórica, antropológica e sociológica para ir de encontro às necessidades das populações que não vivem só de realidades concretas, como o edificado, mas para quem é importante o convívio, a festa, a solidariedade, os laços de vizinhança, o contacto próximo com o passado. Além disso, tudo tem que estar integrado no contexto de uma cidade devidamente planificada e ordenada. É necessário pensar que tudo está em tudo e que se estabelecem dinâmicas entre as diferentes partes que interagem entre si e se implicam umas às outras.

Compreendemos que o restauro urbano integrado é caro. Algumas vezes o trabalho é minucioso e interdisciplinar o que significa discussão, interacção e alguma lentidão, e no fim é difícil de rentabilizar pois as rendas serão caras e os pisos também não serão fáceis de vender. Aliás é o que está a acontecer na Rua Direita onde existem seis pisos já restaurados para arrendar ou vender.

Pensamos que é necessário definir etapas. Agora já temos as infra-estruturas, será que a seguir vem o restauro das habitações? Se isso acontecer, temos esperança que o comércio voltará e com ele a animação.

Em relação ao comércio e seus agentes, esperamos que



“[...] abram os olhos à realidade palpável do momento presente e se convençam, além do mais, de que o público vai tendo as suas exigências; que já não tolera o pó das prateleiras; que se não conforma com as velharias inestéticas que ainda abundam; que se não compadece da frieza, do abandono e do pouco conforto que aqui e ali o espreitam.”²⁹⁰

“Cative-se o freguês e o turista pela beleza da fachada e pela distinção convidativa das suas montras. Estimule-se-lhe o desejo e violento-se-lhe a vontade pelo processo atraente de bem expor. É um alto serviço de boa administração e é, paralelamente, um benefício valioso prestado à estética cidadina.”²⁹¹

Consideramos que o plano de reabilitação da rua não pode esquecer as instituições que ali subsistem, como seja o Instituto Liberal, pois elas podem ser o melhor instrumento para a revitalização da rua porque são elas que continuam a organizar e dinamizar as festas e tradições típicas do local e que por isso são factor de identidade da população. Além disso, são pólos de difusão de cultura, como consta dos seus próprios estatutos. Pela sua história, são instituições muito respeitadas na cidade, e se forem ajudadas poderão desenhar projectos de animação para todas as faixas etárias. Estes projectos podem ser de natureza cultural, social e até económica. Elas podem, por exemplo, incentivar a mobilização da população, através de acções realizadas no âmbito da educação patrimonial, convidando os agentes educativos à participação na divulgação do valor dos bens colectivos na formação do cidadão, pelo desenvolvimento de uma consciência cultural, tão importante para um espírito crítico, e criativo. Conduzir o jovem à investigação e à interacção com a rua/centro histórico, leva à consciência e ao conhecimento do seu património. Fortalece a identidade, os valores pessoais e colectivos que contribuem para a salvaguarda e promoção da sua cultura.

Na descrição que fizemos da rua, apresentámos os edifícios adquiridos pela câmara que esperamos sejam objecto de restauro, muito em breve. Estamos crentes que as regras actuais do restauro urbano serão respeitadas, pois isso tem vindo a verificar-se, no Centro Histórico. Somos de opinião que alguns desses edifícios deviam ser sede de associações de natureza sociocultural e de actividades que visem a animação da rua.

Pensamos que também deve ser contemplada a articulação com as áreas urbanas circundantes, mantendo a rua nos percursos citadinos do dia-a-dia. Fazer com que as pessoas voltem a utilizar a rua para aceder ao centro.

²⁹⁰ LOURENÇO, Alberto Carlos, “O comércio de Viseu na valorização da cidade”, in *100 Anos de História da Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Viseu*, Associação do Comércio e Serviços de Viseu, 2001, p.84

²⁹¹ *Ibidem*



Como reflexão final, consideramos que a revitalização da rua passará pela envolvimento do poder público, através das suas empresas municipais, como principal articulador local, para harmonizar os interesses dos demais actores da comunidade. Cabe-lhe a responsabilidade de definir modelos que permitam uma eficiente gestão relacional. Além disso, tem a responsabilidade de recorrer às leis que, recentemente, foram criadas, na área do ordenamento urbano. Mas a essência de uma boa política local não reside apenas na gestão centrada na busca de eficiência das organizações públicas, pelo poder público, ou na busca de eficiência meramente económica dos agentes envolvidos no comércio, mas na qualidade de múltiplas articulações entre o poder público, iniciativas privadas e a sociedade em geral.

Neste trabalho fomos tão longe quanto nos foi possível, embora saibamos que não se trata de um trabalho acabado. Fizemos uma análise da perda de importância da rua, no virar do século XX para o século XXI, estudámos os caminhos que se têm traçado para a reabilitação das zonas antigas, e com uma perspectiva de abordagem integrada, apontámos algumas soluções que vão muito para além da pura abordagem centrada no restauro dos edifícios e dos espaços públicos. A reabilitação deve ser feita de modo a que as pessoas afirmem que Viver no centro histórico é um privilégio.²⁹²

A rua de outrora faz parte da memória e identidade da cidade, como ficou provado, e como tal, é necessário preservar os seus valores tangíveis e intangíveis, para serem interiorizados por toda a comunidade de forma sustentada e transmitidos às gerações futuras. Hoje, está como que entorpecida no tempo, não acompanhou o ritmo da transformação da cidade. No entanto, continua viva. Por ela, passam algumas pessoas, poucos lá moram, nela se fazem algumas compras, os emigrantes ainda matam saudades dela, no verão ou no natal e nela se aventura um ou outro turista. Aqui e além, fecha mais uma loja, ou outra muda de ramo. Mais uma casa fica sem telhado, depois outra. É notícia nas páginas da imprensa e de volta dela, andam os que querem sentir o seu pulsar, como coração da cidade.

Vemos que foram dados os primeiros passos, mas será que a nossa geração assistirá a uma efectiva reabilitação e revitalização da Rua Direita de Viseu²⁹³, a um Restauro Urbano Integrado?

²⁹² QUEIROZ, Francisco e PORTELA, Ana Margarida, *Conservação Urbana e Territorial Integrada*. Lisboa, Livros Horizonte, 2009, p. 199

²⁹³ *Ibidem*, p.36



Bibliografia

A Ministra da Saúde inaugurou o hospital de Viseu, in <i>a Voz das Beiras</i> , 26 de Fev.1998, p.3
Acta do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, Viseu, Livro I, 4 Fev. 1904
Acta do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, Viseu, Livro I, 3 Nov. 1904
Acta do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, Viseu, Livro I, 30 Mar. 1905
Acta do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, Viseu, Livro I, 26 Mar. 1906
Acta do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, Viseu, Livro I, 11 Out. 1910
ALARCÃO, Jorge de, <i>A Cidade Romana de Viseu</i> , Estudos Viseenses, Câmara Municipal de Viseu, pp.30, 31, 1989
AMARAL, Emília; FIGUEIREDO, António - “à conversa”, in <i>Jornal do Centro</i> , n.º363, 27 Fevereiro 2009, p.8.
AMARAL, Emília e FIGUEIREDO, António, “Está na hora dos comerciantes mostrarem a sua preocupação”, in <i>Jornal do Centro</i> , n.363, 27 Fev. 2009
AMARAL, Emília e FIGUEIREDO, António, “Achado único no país descoberto na Prebenda”, in <i>Jornal do Centro</i> , n.373, 8 Maio 2009
AMARAL, Emília, “180 anos de Associação Comercial. Viseu adere a Um Grito pelo comércio da Rua”, in <i>Jornal do Centro</i> , n.º 360, 6 Fev., 2009
AMARAL, Emília “108 anos da Associação Comercial” in <i>Jornal do Centro</i> ., n.º 360, 6 Fev., 2009, p. 16
AMARAL, Emília, “Viseu vai finalmente dispor de um centro comercial a céu aberto”, in <i>Jornal do Centro</i> , 21 Mai. 2010
ANDRADE, Amélia Aguiar, <i>Horizontes Urbanos Medievais</i> , Lisboa, Livros Horizonte, 2001
APPLETON, João Augusto da Silva – <i>Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção</i> , Edições Orion, Setembro, 2003, pp 87 – 142.
ARAGÃO, Maximiano de, <i>A Imprensa no Distrito de Vizeu. Fragmento Histórico</i> , Viseu, 2.ª ed., 1900
ARAGÃO, Maximiano, <i>Convento do Bom Jesus de Vizeu, Breve notícia Histórica</i> , Tipografia Popular da Liberdade, Vizeu, 1896
ARAGÃO, Maximiano de, <i>Letras e Letrados Viseenses</i> , Lisboa, Seara Nova, 1934
ARAGÃO, Maximiano de, <i>Subsídios para a sua história desde fins do séc: Instituições Religiosas XV</i> , Porto, Tipografia Sequeira, 1928
ARAGÃO, Maximiano de, <i>Vizeu: Apontamentos Históricos</i> , Vizeu, Tipografia Popular, Viseu, 1895
ARAGÃO, Maximiano de, <i>Vizeu, Apontamentos Históricos</i> , Tipografia Popular, Viseu, 1894
ARAGÃO, Maximiano de, <i>Vizeu, Instituições Sociais</i> , Seara Nova, Lisboa, 1936



Associações comerciais unidas para modernizar o comércio tradicional, in *Diário de Viseu*, 7 Maio 2010, p.4.

BAPTISTA, V., *Competitividade Sustentável*, Ed. Verbo, Lisboa, 1997

BARRETA, João, *Comércio, Cidade e Projectos de Urbanismo Comercial*, 2007

BARRETA, João, *Comércio e ordenamento urbano*, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Dezembro 2007

BEIRA-ALTA – Arquivo Provincial, Fascículo I, 1.º Trimestre, Volume I, Viseu 1942.

BIANCHI, Rui, “Intervenção na Rua da Junqueira” in *Urbanismo Comercial em Portugal. Actas da conferência realizada em 23 e 24 de Março de 2001, no âmbito do 3º Fórum Internacional de Urbanismo*, Póvoa de Varzim, 2001

BRANCO, Alberto Manuel Vara, “Subsídios para o estudo do Portugal Medieval – Séc. XIII”, In *Beira Alta*, Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1986

CANDAU, Joël, *Anthropologie de La Memoire*, Ed.P.U.F., 1996, p. 119

CARDOSO, Teresa, “Empresários pediram a Sócrates mais estímulos ao investimento”, in *Jornal de Notícias*, 31 Mar., 2008, p.19

CARVALHO, João, “Boa ideia”, in *Jornal do Centro*, n. 361, 13 Fev. 2009, p. 2

CARVALHO, Pedro Sobral, “O Nome de Viseu”, in *National Geographic*, Portugal, Maio 2009

CARVALHO, Pedro Sobral, “Vamos podendo reconstituir a história da cidade”, in *Jornal do Centro*, n.º373, 8 Mai. 2009, p1 e 10

Casa do Miradouro, Catálogo da exposição da actividade municipal 2008/2009, Viseu, Set. 2009, p. 71

CASTILHO, Liliana Andrade de Matos e, *Geografia do Quotidiano. A Cidade de Viseu no Século XVI*, Ed. Arquehoje,Lda., 2009

CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Ed. Quarteto, Coimbra, 2001, p. 15

Centro de Recrutamento de Viseu. Anuário 1998, Exército Português, Região Militar do Norte. p. 154

CHICO, Francisco Freire, *Boas Práticas de Centros Urbanos*, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Abril 2008. p.30

CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Edições 70, 2008, pp.12, 16, 17 e 29

CID, João, “As procissões do Corpo de Deus nos sécs. XVI, XVII e XVIII”, in *Beira Alta*, Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1947. pp. 273-289.

COELHO, José, “A Praça”, in *Beira Alta*, Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, Mai. de1960, pp. 520 – 531

COELHO, José, “Origem dos Rossios de Viseu”, in *Beira Alta*, Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1960, p. 528

COELHO, José, *Memórias de Viseu: Beira Histórica Arqueológica e Artística*, Edição do autor, Viseu, 1941

“Comerciantes na Praça 2 de Maio”, in *Jornal da Beira*, 5 Mar. 2009, p.8



“Construção do novo mercado retalhista de Viseu rodeado de polémica”, in *Jornal Noticias de Viseu*, 9 de Mai. 1991, p7.

CORREIA, Alberto, *Roteiro Turístico do Distrito de Viseu*, Comissão Municipal de Turismo de Viseu, 1981, pp. 20 e 22

CORREIA, Alberto, *Viseu – Cidades e Vilas de Portugal*, Editorial Presença, 1989, p. 27

CORREIA, Joaquim Pereira, “Como e quando se formou o Orfeão de Viseu” in *XXV Aniversário 1929 – 1954, Revista comemorativa das bodas prata do Orfeão de Viseu*, 1954, pp. 8 – 13

CORREIA, Reinaldo, “Bodas de Ouro, 1929 – 1979”, in *Orfeão de Viseu*, 1979

“Em torno das origens de Viseu”, in *Separata da Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1970

“Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental”, *Finisterra*, 1975, pp. 107-152

“Estudo Global de Renovação urbana da Zona Histórica da cidade de Viseu. Dossier de recolha de dados na zona de intervenção do projecto, Rua Direita”, in *Conclusão - Estudos e Formação Lda.*, Viseu, 1998

“Estudo Global de Renovação urbana da Zona Histórica da cidade de Viseu”, in *Conclusão - Estudos e Formação Lda.*, Viseu, 1998, p 14

FERNANDES, Luís da Silva, “Simbologia Religiosa em Edifícios do Centro Histórico de Viseu. Um Património a preservar” in *Jornal do Centro*, n.361, 13 Fev. 2009, p. 7

FERNANDEZ, Sérgio, “A acrópole e a cidade”, in *Monumentos*, n.º 13, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Set. 2000, pp. 53 – 61

FERNANDO, de Abreu, “O comércio de Viseu tem honrosas tradições”, in *II Jornadas Culturais, Orfeão de Viseu 1929-1970*

FERREIRA, Paula e GONÇALVES, Artur, “A Rua Direita de Viseu”, in *Diaporama*, 1987

FERREIRA, Vítor Matias, “Património Urbano: A memória da Cidade”, in *Urbanidade Património*, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, 1998

FONSECA, José, “Assalto a ourivesaria rende 100 mil euros”, in *Diário de Viseu*, 07 Mai. 2010, p. 3

FONSECA, José, “Para combater focos de instabilidade: Lojistas querem mais polícias fardados na Rua Direita”, in *Diário de Viseu*, 20 Mai. 2008, p.5

GAMA, P. e Seixas da, *Uma família da Beira Alta*, 2008, p. 28

GAMARRA, Yolanda, *La Cooperación Internacional em su Dimensión Cultural y el Progreso Del Derecho Internacional*, Madrid, 1998

“Gente da nossa terra. Carlos (Barba Azeda) 64 anos, cauteleiro”, in *Jornal do Centro*, 16 de Abril 2010, p.27.

GIRÃO, A. de Amorim, *Viseu Estudo de uma Aglomeração Urbana*, Coimbra Editores Lda, 1925

GOMES, Paulino, *Viseu. Um Futuro com Passado*, Hestia Editores, 2001, p. 55 e p. 80

GOMES, Rogério, “Breve perspectiva dos instrumentos jurídicos, administrativos e financeiros para a requalificação urbana e para a conservação e valorização do património em Portugal”, in *Urbanidade Património*, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, 1988



Guia de Portugal, Beira Baixa e Beira Alta, 2ª Edição, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, Vol. III, Tomo II, Mar. de 1994

Instituto Nacional de Estatística, Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRE), 1991

Instituto Nacional de Estatística, Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRE), 2001

Instituto Nacional de Estatística, III Recenseamento Geral da Habitação, 1991

Instituto Nacional de Estatística, IV Recenseamento Geral da Habitação, 2001

Instituto Nacional de Estatística, População Residente por Distritos e Concelhos, Centro de Estudos Demográficos, sér. Estimativas Provisórias, n.º7

Instituto Nacional de Estatística, X Recenseamento Geral da População, 1960

Instituto Nacional de Estatística, XI Recenseamento Geral da População, 1970

Instituto Nacional de Estatística, XII Recenseamento Geral da População, 1981

Instituto Nacional de Estatística, XIII Recenseamento Geral da População, 1991

Instituto Nacional de Estatística, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Introdução à Geografia de Portugal, Lisboa, Ed. Estampa, 2º ed, Revista, 1991

JOÃO, Maria Isabel, “Estado, Nação e Região”, in *Açores*, p. 702

LEITÃO, Rui do Amaral, “A casa de São José e a família Seixas da Gama”, in *Cadernos da Cultura*, Câmara Municipal de Tondela, Dezembro 2003, p. 22

LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização. A época de Duarte Pacheco*, Ed. DGOTDU - FAUP publicações, 2º edição, 1995, pp.180- 183.

LORENA, José, “ Mais de 200 habitações degradadas” in *Jornal do Centro*, n.416, 05 Mar. 2010, p. 7

LORENA, José, “ O pesadelo das casas velhas” in *Jornal do Centro*, n.416, 05 Mar. 2010, p. 6

LOURENÇO, Alberto Carlos, “O comércio de Viseu na valorização da cidade”, in *100 Anos de História da Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Viseu*, Associação do Comércio e Serviços de Viseu, 2001, p.84

LOZA, Rui Ramos, “A qualificação do centro histórico como elemento potenciador da qualificação da cidade”, in *Estratégias de reabilitação de centros históricos. Actas da conferência realizada em 18 e 19 de Junho de 1999, no âmbito do 1º Fórum Internacional de Urbanismo*, Vila Real, 2000, pp. 47 – 50.

LUCENA, José N. Sousa, “A Beira Alta na História Militar Portuguesa”, in *Beira Alta*, Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1993

MADEIRA, José Alves, *Um Homem de Viseu. A Rua Direita de Viseu*. Viseu 2003.

MADEIRA, José Alves, “Viseu Terça-feira” in *Um Homem de Viseu*, Viseu 2003

MARQUES, Jorge Adolfo M., “Fortificações de Viseu, da Proto-história à Idade Média”, in *Viseu.*, Revista do Museu Municipal de Viseu, n.º 1, Dez. 2008, pp. 80-99

MATOS, Seia de, “Empresários resistem à crise: é grande a vontade de dar a volta por cima”, in *Diário de Viseu* 19 Ago. 2008, p.2



MONTEIRO, Isabel, “Os Lugares da Memória”, in <i>Jornal do Centro</i> , n.º 361, 13 Fev. 2009, pp. 4-7
MONTEIRO, Isabel, <i>Os Judeus na Região de Viseu</i> . Região de Turismo Dão Lafões, 1997, p.57
MOUTA, J. Henriques, “Falam pergaminhos”, in <i>Beira Alta</i> , Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1951, pp. 71 – 87
MOUTA, J. Henriques, “Panorama e Dinâmica de Viseu Medieval. Subsídios para um Guia da Cidade”, in <i>Separata da revista Beira Alta</i> , Viseu, 1968, pp. 9 – 10, 33-35 e 281 - 295
“Mudança de espaço do novo mercado pôs feirantes e autarquia em guerra”, in <i>Jornal Noticias de Viseu</i> , 8 de Ago. 1991. p 5
“Mudança de espaço do novo mercado”, in <i>Jornal Noticias de Viseu</i> . 8 de Ago., 1991. p 5
NORA, Pierre, “Memória colectiva” in LE GOFF, Jacques, et. al, <i>A Nova História</i> , Ed. Almedina, Coimbra, pp. 450-452
Notas e Comentários – Contra a Maré, in <i>Beira Alta</i> , Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1957, p. 102
“O nome de Viseu”, in <i>National Geographic</i> , n.º 98, Mai. 2009
OLIVEIRA, José Alberto Marques, <i>100 Anos de História da Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Viseu</i> , Associação do Comércio e Serviços de Viseu, 2001
ORTIGÃO, Ramalho, <i>O Culto da Arte em Portugal</i> , Lisboa, 1896, p.10 e 96-97
<i>Os Brilhos do Invisível. A Arte na Realização Sacerdotal, Catálogo da exposição no seminário maior de Viseu</i> , Departamento dos Bens Culturais Diocese de Viseu, 2010.
<i>Os transportes e a Organização do Espaço, Sociedade e Território</i> , Porto, 1998, 7, pp. 47-45
PARQUE EXPO 98, S.A., <i>Estudo de Enquadramento Estratégico da Área crítica de Recuperação e Reversão Urbanística</i> , Viseu Novo, SRU, Tipografia Peres, Amadora, 2008
PINTO, Alexandre Azevedo, “Centro Histórico de Viseu”, in <i>Jornal do Centro</i> , 14 Jan. 2011, p. 4
POENÇA, Raul, <i>Guia de Portugal</i> . Biblioteca Nacional de Lisboa, 2ªEdição, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p.767
<i>Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu</i> . Governo Civil do Distrito de Viseu. Museu Nacional de Arqueologia.
“Portugal: População e Povoamento. Evolução recente, Tendências e Perspectivas”, in <i>Povos e Culturas</i> , Lisboa, 1, pp. 15-37
Praça 2 de Maio”, in <i>Álbum Viziense: Publicação Mensal Literária e Artística dedicada a Viseu: Primeiro Ano 1884-1885</i> , Viseu, n.º 8 Dez. 1884
QUEIROZ, Francisco e PORTELA, Ana Margarida, <i>Conservação Urbana e Territorial Integrada</i> . Lisboa, Livros Horizonte, 2009
R.B., “Aniversário da Associação Comercial: Comerciantes dispostos a dar um grito de revolta”, in <i>Jornal da Beira</i> , 5 Mar. 2009, p.7
R.B., “Concentração de comerciantes na Praça 2 de Maio: Viseenses querem Loja do Cidadão no Centro Histórico”, in <i>Jornal da Beira</i> , 5 Mar. 2009, p.8
RIBEIRO, Orlando, “A Rua Direita de Viseu”, in <i>Revista Geographica</i> , n.º 16, 1968, pp. 49-63



RIBEIRO, Orlando, <i>Geografia e Civilização</i> , Livros Horizonte, Lisboa, s.d., pp. 11-30
RODRIGUES, Ana Filipa, “A Presença dos Judeus em Viseu: uma hipótese ou uma certeza”, in <i>Jornal do Centro</i> , n.º 361, 13 Fev. 2009, p. 6
RODRIGUES, Ana Filipa, “Comerciantes manifestam-se pela 1.º vez” in <i>Jornal do Centro</i> , n.º 363, 27 Fev., 2009, p. 10
RODRIGUES, Ana Filipa, “Crise instala-se na Rua Direita. Atenções voltadas para o centro histórico”, in <i>Jornal do Centro</i> , n.346, 31 Out. 2008
RODRIGUES, Ana Filipa, “Movimento pelo centro histórico desafia candidatos”, in <i>Jornal do Centro</i> , n.º394, 2 Out. 2009, p.14
RODRIGUES, Ana Filipa, “Novos polícias reforçam esquadra da PSP de Viseu”, in <i>Jornal do Centro</i> , n.394, 02 Out. 2009, p. 12
RODRIGUES, Ana Filipa, “Ourivesaria assaltada na Rua Direita”, in <i>Jornal do Centro</i> , 31 Out. 2008, p. 12.
RODRIGUES, Ana Filipa, “PSP reforça policiamento no centro histórico de Viseu”, in <i>Jornal do Centro</i> , n.394, 27 Mar. 2009, p. 10
RODRIGUES, Ana Ribeiro, “Intervenção vai acelerar”, in <i>Noticias da Covilhã</i> , 8 de Abril 2010. p. 13
RODRIGUES, Raquel, “Curiosidades”, in <i>Jornal do Centro</i> , 14 de Mai.2010, p.12
RODRIGUES, Raquel, “Sarrasqueiro desmente apoio à deslocalização da loja do cidadão”, in <i>Jornal do Centro</i> , n.416, 5 Mar. 2010, p. 11.
ROSSA, Walter, “A Cidade Portuguesa”, in PEREIRA, Paulo (dir.), <i>História da Arte Portuguesa. Do Barroco à Contemporaneidade</i> , vol. III, Lisboa, Circulo de Leitores, 1995
ROSSA, Walter, <i>A Urbe e O Traço: Uma década de estudos sobre o urbanismo Português</i> , Livraria Almedina, Coimbra. 2002
Roteiro Arqueológico da Região de Turismo Dão Lafões, Viseu, 1991
SALGUEIRO, T. Barata, <i>Os transportes no desenvolvimento das Cidades Portuguesas</i> , Povos e Cultura, 1987, pp. 113-144
SANTOS, Luísa, <i>Caracterização Sócio-Económica dos Concelhos</i> , Conselho de Viseu, 2004, p. 6
SIMÕES, Sofia, “ Loja do cidadão mantêm-se no mesmo lugar” in <i>Jornal do Centro</i> , 17 Jul. 2009, p. 12
SIZA, Vieira, “Reabilitação do antigo mercado dois de Maio Projecto de Execução” in <i>Monumentos</i> , n.º 13, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Set. 2000
SOBRAL, José Manuel, “Memória e Identidades Sociais”, in <i>Análise Social</i> , vol. XXX, Univ. Lisboa, 1995, pp.294 - 299
“Sobre estas associações: M. Aragão, Viseu. Instituições Sociais”, in <i>Seara Nova</i> , Lisboa, 1936, pp. 165-178.
SOUSA, Júlio Rocha, “ Muralha Afonsina” in <i>Viseu Cidade</i> , Edição do Autor, Viseu, 2006, p. 13 e 14
SOUSA, Júlio Rocha, “Janelas Manuelinas” in <i>Viseu Cidade</i> , Edição do Autor, Viseu, 2006, pp. 55, 56



TEIXEIRA, Luís Manuel, <i>Dicionário ilustrado de Belas – Artes</i> , Editorial Presença, 1985
TUDELLA, José, “Evolução de Viseu numa visão Histórico-Urbanística”, in <i>Beira Alta</i> , Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1988
VALE, Lucena – “Notas e Comentários – Algumas sugestões”, in <i>Beira Alta</i> , Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1955, p.237
VALE, Lucena, <i>Beira Alta – Terra e Gente</i> , Viseu, 1958
VALE, Lucena, “As obras da Sé e o primeiro castelo” in <i>Beira Alta</i> , Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1955, pp. 235 – 238
VALE, Lucena, “Orfeão de Viseu”, in <i>Viseu Antigo, Apostilas e Rectificações Históricas</i> , Edição da Junta Distrital de Viseu, 1976, pp. 139 – 140
VALE, Lucena, “Viseu Antigo”, in <i>Beira Alta</i> , Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1949, pp. 97
VALE, Lucena, “Viseu Antigo”, in <i>Beira Alta</i> , Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1.º Trimestre, Volume I, Viseu, 1942, pp. 30 - 35
VALE, Lucena, “Viseu Antigo” in <i>Beira Alta</i> . Edição e Propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, 1943, pp. 27 – 35
VALE, Lucena, “Viseu Monumental e Artístico”, in <i>Junta Distrital de Viseu</i> , 2ª edição, 1969, p.41- 55
VALE, Lucena, “Viseu Talábriga. No processo de identificação da antiga cidade Lusitana”, <i>Separata da revista Beira Alta</i> , Edição da Junta Distrital de Viseu, 1972
VALE, Lucena, in <i>Beira Alta</i> , Arquivo Provincial, Fascículo I, 1.º Trimestre, Volume I, Viseu, 1942, pp. 30, 31
VALE, Lucena, <i>O Manuscrito sobre Viseu de Francisco Manuel Correia</i> , Edição da Junta Distrital de Viseu, 1974
VALE, Lucena, <i>Viseu Antigo: Apostilas e Rectificações Históricas</i> , Edição Distrital de Viseu, 1976
VAZ, João Inês e CARVALHO, Pedro Sobral, “Viseu – Construção de um espaço urbano do castro proto-histórico da idade do ferro”, in <i>Viseu - Cidade de Afonso Henriques</i> , Editor Avis - impresso na Tipografia Beira Alta Lda, 2009
VAZ, João Inês, “Espaço e tempo na Acrópole de Viseu”, in <i>Monumentos</i> , n.º 13, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Set. 2000
VAZ, João Inês, <i>A Civitas de Viseu: Espaço e Sociedade</i> , Edição Comissão de Coordenação da Região Centro, vol. I e II, 1997.
“Viseu aposta no estudo da Presença Judaica”, in <i>Diário de Viseu</i> , 13 Fev. 2009



Websites consultados

A meio da Quaresma, [em linha], 02 Janeiro 2008, [Consult. 30 Janeiro 2009], Disponível em WWW: <<http://letratura.blogspot.com/2008/01/lxico-contrastivo-micareta.html>> Micarene.

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 27 de Março de 2000, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2000/N07_AT2000.03.27.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 6 de Setembro de 2004, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2004/N19_ACTA_06-09-04.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 9 de Fevereiro de 2005, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2005/N3_ACTA_9-02-05.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 4 de Abril de 2005, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2005/N7_ACTA_04-04-05.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 7 de Maio de 2005, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2005/N5_ACTA_07-03-05.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 21 de Outubro de 2005, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2005/N20_ACTA_21-10-05.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 3 de Novembro de 2005, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2005/N21_ACTA_03-11-05.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 6 de Abril de 2006, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2006/07ACTADE060406.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 20 de Abril de 2006, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2006/08ACTADE200406.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 4 de Outubro de 2006, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2006/ACTADE04102006.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 16 de Novembro de 2006, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2006/23ACTADEI6112006.PDF>



Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 8 de Março de 2007, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2007/5ACTADE08032007.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 22 de Março de 2007, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cmviseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2007/6ACTADE22032007.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 9 de Agosto de 2007, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2007/16-09-08-07.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 15 de Novembro de 2007, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2007/23ACTA151107_0.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 20 de Março de 2008, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2008/N6ACTADE20032008.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 15 de Maio de 2008, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2008/N10ACTADE15052008.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 12 de Junho de 2008, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2008/N12ACTADE12062008.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 4 de Setembro de 2008, p.324, in *Câmara Municipal de Viseu*, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW: <http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2008/N18ACTADE04092008.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 4 de Outubro de 2008, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2008/N18ACTADE04092008.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 30 de Abril de 2009, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N11ACTADE300409.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 14 de Maio de 2009, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N12ACTADE140509.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 3 de Setembro de 2009, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N20%20ACTADE030909.PDF>



Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 1 de Outubro de 2009, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<[\[viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N22ACTADE011009.PDF\]\(http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N22ACTADE011009.PDF\)>](http://www.cm-</p></div><div data-bbox=)

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 12 de Novembro de 2009, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<[\[viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N24ACTADE121109.PDF\]\(http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N24ACTADE121109.PDF\)>](http://www.cm-</p></div><div data-bbox=)

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 10 de Dezembro de 2009, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<http://www.viseudigital.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N26ACTADE101209.PDF>

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 23 de Dezembro de 2009, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<[\[viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N27ACTADE231209_2.PDF\]\(http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N27ACTADE231209_2.PDF\)>](http://www.cm-</p></div><div data-bbox=)

Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, 14 de Maio de 2010. p.7, [em linha], [Consult. 18 Março 2010], Disponível em WWW:

<[\[viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2010/N10ACTADE14052010.PDF\]\(http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2010/N10ACTADE14052010.PDF\)>](http://www.cm-</p></div><div data-bbox=)

AGUIAR, João António de (Arq.), *Anteplano de Urbanização de Viseu*. Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo, 1950, [em linha], [Consult. 25 Março 2010], Disponível em WWW:

<<http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=4A9E1095-4CB2-4022-956A-4769CD540F4B&listaUltimos=1>>

Balcão da CM Viseu na Loja do Cidadão vai para centro histórico in *Viseumais.com* [em linha]. [Consult. 18 Maio 2010]. Disponível em WWW: < <http://viseumais.com/viseu/?p=3386>>

BELTRÃO, Ana Raquel, *Património cultural: novas fronteiras*, 2002 [em linha], [Consult. 28 Dezembro 2009], Disponível em WWW: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/artigo_3.pdf>

Centro Abierto - Asociación de Empresarios y Profesionales del Centro Histórico de Granada, [em linha]. [Consult. 12 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW:

<http://www.centrogranada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=56&lang=es>

Centro Burgos – Centro Comercial Abierto, [em linha]. [Consult. 12 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <<http://www.centroburgos.com/asociados/index.php>>

Centro Comercial Urbano – Zona Monumental de Pontevedra, [em linha]. [Consult. 12 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <<http://www.ccuzonamonumental.es/Quienes.aspx>>

Compostela Monumental – Centro Comercial Abierto, [em linha]. [Consult. 12 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <<http://www.compostelamonumental.es/>>

Centro de Recrutamento Militar de Viseu, [em linha], [Consult. 31 Dezembro 2009], Disponível em WWW: <[http://www.exercito.pt/portal/exercito/_specific/public/ueo/CRcrVISEU/Historial%20CRcrViseu\(6\).pdf](http://www.exercito.pt/portal/exercito/_specific/public/ueo/CRcrVISEU/Historial%20CRcrViseu(6).pdf)>

Centro Histórico de Málaga – Centro comercial Abierto, [em linha]. [Consult. 12 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW: <<http://www.centrohistoricomalaga.es/component/content/article/6-actualidad/192-tarjeta-malaga-card>>

Cidadania romana, [Em linha], [Consultado em Dezembro de 2009], Disponível em WWW: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidadania_romana>

Cidade Viseu, [em linha], [Consultado 04 Julho 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cidadeviseu.com/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=12>

Comércio ao ar livre - Associação de empresários da Rua da Junqueira e adjacentes, [em linha], [Consult. 10 Fevereiro 2011], Disponível em WWW < <http://www.comercioaoarlivre.pt/objectivos.html>>



Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional (2005), [em linha], [Consultado 19 Dezembro 2010], Disponível em WWW:

<<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>>

CRUZ, António João de Carvalho, COIMBRA, Alberto Manuel Metelo, *Instituto Liberal de Instrução e recreio (1904-1926)*, [em linha], [Consult. 31 Janeiro 2009], Disponível em WWW:

<<http://viseu.no.sapo.pt/textos/liberal.htm>>

Cruz Vermelha [em linha], [Consult. 18 Janeiro 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cruzvermelha.pt/cvp_t/quemsomos/cvportuguesa.asp>

Designação do Viseu – Rua Direita, [em linha], 2003 [Consult. 30 Janeiro 2009], Disponível em WWW:

<http://www2.ipa.min-cultura.pt/pls/dipa/build_ficha?xcode=2296329&type=T&pagetitle=Trabalhos%20do%20Projecto>

DGOTDU: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, *Programa PRAUD*, [em linha]. [Consult 10 Abril 2010]. Disponível em WWW:

<<http://www.dgotdu.pt/%5Cdetail.aspx?channelid=4F7F0258-2E3E-47B8-8713-E3D624A89FD2&contentid=68BE6035-D0E4-4528-BB49-9D6675984A63&lang=pt&ver=1>>

Direcção-Geral da Empresa: *Dados sobre o QCA II, Projectos de Urbanismo Comercial aprovados*, [em linha], [Consultado 21 Novembro 2010], Disponível em <<http://www.dgcc.pt/134.htm>>

Direcção-Geral da Empresa: *Dados sobre o QCA II, Projectos de Urbanismo Comercial aprovados, por zonas de intervenção*, [em linha], [Consultado 21 Novembro 2010], Disponível em <<http://www.dgcc.pt/134.htm>>

Edital – Câmara Municipal de Viseu, [em linha], [Consult. 18 Novembro 2009], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_DIRECTORIO/CMV_HABITACAO/WISEU_NOVO_SR_U/EDITAIS/IMI2009.PDF>

Estatuto de cidadania Romana dos membros da comunidade política romana na qualidade de cidadãos. Cidadania romana, [Em linha], [Consultado em Dezembro de 2009], Disponível em WWW:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidadania_romana>

Feira Semanal de Viseu pode terminar de vez. Telejornal da RTP de 14-04-2010 às 23 horas. [em linha].

[Consult. 13 Abril 2010]. Disponível em <<http://tv1.rtp.pt/noticias/?t=Feira-semanal-de-Viseu-pode-terminar-se-feirantes-nao-deixarem-o-recinto-limpo.rtp&headline=20&visual=9&article=307654&tm=8>>

Feriados em Portugal. *Corpo de Deus*, [em linha], [Consult 21 Maio 2010], Disponível em WWW:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Feriados_em_Portugal>

Futuro do centro histórico de Viseu na Assembleia Municipal, in *Barões da Sé de Viseu* [em linha]. [Consult. 18 Maio 2010]. Disponível em WWW:

<http://baroesdaseviseu.blogspot.com/2007_12_01_archive.html>

GUÉGUÉS, Hélder - *A meio da Quaresma* [em linha]. [Consult. 30 Janeiro 2009]. Disponível em WWW:

<<http://letratura.blogspot.com/2008/01/lxico-contrastivo-micareta.html>>

Jornal Distrito de Viseu, n.º 1543 de 13 Dez. 1904, in *Instituto Liberal de Instrução e Recreio*, [em linha], [Consultado 30 Janeiro 2009], Disponível em WWW: <<http://viseu.no.sapo.pt/textos/liberal.htm>>

GUÉGUÉS, Hélder, *A meio da Quaresma*, [em linha], [Consult. 30 Janeiro 2009], Disponível em WWW:

<<http://letratura.blogspot.com/2008/01/lxico-contrastivo-micareta.html>>

HABISOLVIS-E.M.: Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, *Aquisição de edifícios degradados no centro histórico para posterior reabilitação*, [em linha], [Consult. 10 Abril. 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_DIRECTORIO/CMV_HABITACAO/CMV_HABISOLVIS/HABISOLVISI.PDF>



HABISOLVIS-E.M.: Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, *Atribuições*, [em linha], [Consult. 22 Dez. 2010], Disponível em WWW:

<http://www.cm-viseu.pt/portal/page?_pageid=402,7534545,402_1374171&_dad=portal&_schema=PORTAL>

HENRIQUES, Carlos, Funicular de Viseu, 18 Novembro 2009, [em linha], [Consult. 20 Novembro 2010], Disponível em WWW: <http://espinho-net.blogs.sapo.pt/2323.html>

HERCULANO, Alexandre, “Monumentos Pátrios”, in *Opúsculos*, Tomo II, Release 2005 [em linha], [Consult. 12 Março 2008], Disponível em WWW: <<http://www.gutenberg.org/files/16922/16922-8.txt>>

IGESPAR, [Em linha], [Consult. 24 Julho 2010], Disponível em WWW:

<<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=2241719>>

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, [em linha], [Consultado 03 Janeiro 2010], Disponível em <http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx>

Instituto Liberal de Instrução e Recreio, [em linha], [Consultado 30 Janeiro 2009], Disponível em <<http://viseu.no.sapo.pt/textos/liberal.htm>>

Mapa Viseu, [em linha], [Consult. 18 Janeiro 2010], Disponível em WWW:

<<http://maps.google.com/maps?ll=40.659489,-7.9115725&z=16&t=h&hl=pt-PT>>

O Comercio de Vizeu n.º 1831, de 7 Fevereiro 1904, in *Instituto Liberal de Instrução e Recreio*, [em linha], [Consultado 30 Janeiro 2009], Disponível em <<http://viseu.no.sapo.pt/textos/liberal.htm>>

PRAUD-GTL: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento regional do centro, [em linha], [Consult 10 Abril 2010], Disponível em WWW: < https://213.205.85.135/index.php?option=com_docman...59...>

PROCOPIUCK, Mario; DJALO, Abdulah Bubacar, in *Turismo Visão e Ação*, v.10, n.º 03, p313 – 334, et/dez.2008 [em linha]. [Consult. 20 Janeiro 2011]. Disponível em WWW:

<<https://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/768/624>>

Rede Gestus, in *Bing* [em linha]. [Consult. 10 Fevereiro 2011]. Disponível em WWW:

<http://negociosglobais.com/cfiles/acisat/gestao/diversos/Directrizes_Rede%20Gestus_Página%20Web1.pdf>

Rede Gestus, in *ECOAR* [em linha], [Consult. 10 Fevereiro 2011], Disponível em WWW < <http://ecoar-agenciamarketingcomunicacao.blogspot.com/2010/10/rede-gestus.html>>

SANDRO, Ricardo, *Rua Direita de Viseu*, [em linha], 1973 [Consult. 30 Janeiro 2009], Disponível em WWW: <<http://jograisdeviseu.no.sapo.pt/RUADIREITA.htm>>

SONAE Imobiliária: Resultados líquidos Consolidados crescem 18,4% no 3º trimestre, Parques de estacionamento, 30 Janeiro 2001, [em linha], [Consult. 20 Novembro 2010], Disponível em WWW: <http://www.sonaesierra.com/uploadfiles/pressreleases/DF29594228516DE40BA1E402EB4427AC_922004132322.PDF>

Textos fundamentais da Convenção do Património de 1972, edição 2005, [em linha], [Consult. 28 Dezembro 2009], Disponível em WWW:

<<http://whc.unesco.org/uploads/news/documents/news-239-1.pdf>>

Transparência na AP: Administração Pública, [em linha], [Consult. 20 Dez. 2010], Disponível em WWW:

<http://transparencia-pt.org/?search_str=nif:507406672&sort=0>

VALE, Alexandre Lucena, *Viseu Monumental e Artístico*, Junta Distrital de Viseu, 2ª edição, 1969, [em linha]. [Consult. 31 Janeiro 2009]. Disponível em WWW:

<http://visoeu.blogspot.com/2005_08_28_archive.html>

VICENTE, António, *Orfeão de Viseu. Uma vida ao serviço da arte e da cultura*, [em linha], [Consult. 31 Janeiro 2009], Disponível em WWW: <<http://jograisdeviseu.no.sapo.pt/Orfeao.htm>>



Viseu, Naturalmente Comércio, *UAC – Agência para a promoção do centro urbano de Viseu*, [em linha], [Consult. 30 Abril 2010], Disponível em WWW: <<http://www.uacviseu.com/index.html>>

WISEU NOVO - SRU, *Cidade de Viseu – Ambiente e Património*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW: <http://www.abae.pt/programa/JRA/seminario/seminario06/Cidade_de_Viseu_Ambiente_e_Patrimonio.pdf>

WISEU NOVO, SRU, *Descrição da empresa*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW: <http://www.viseunovo.pt/AP_descricao.php>

WISEU NOVO – SRU, *Relatório de contas de 2006*, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010], Disponível em WWW: <http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Relatorio%20contas/2006/RC_2006.pdf>

WISEU NOVO – SRU, *Relatório de contas de 2007*, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010], Disponível em WWW: <http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Relatorio%20contas/2007/RC_2007.pdf>

WISEU NOVO – SRU, *Relatório de contas de 2008*, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010], Disponível em WWW: <http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Relatorio%20contas/2008/Relatorio_Contas_2008.pdf>

WISEU NOVO – SRU, *Relatório de contas de 2009*, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010], Disponível em WWW: <http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Relatorio%20contas/2009/Relatorio_Contas_2009.pdf>

WISEU NOVO - SRU, *Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW: <<http://www.viseunovo.pt/>>

WISEU NOVO - SRU, *Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW: <<http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Planta%20Area%20Intervcao/AreaInter.pdf>>

Viseu - Um pouco de História, [Em linha], [Consultado em Dezembro de 2010], Disponível em WWW: <http://www.estv.ipv.pt/dep/amb/P%C3%A1gina%20do%20Nucleo%20de%20Alunos/Ficheiros/HistoriaViseu/viseu_UmPoucoDeHistoria.htm>

Balcão da CM Viseu na Loja do Cidadão vai para centro histórico [em linha], [Consult. 18 Maio 2010], Disponível em WWW: <<http://viseumais.com/viseu/?p=3386>>

Legislação

Aviso n. 10867/2010. D.R. n.º 105, Série II de 2010-05-31 - Ocupação da via pública

Decreto n.º 52/99. D.R. n.º 272, Série I-B de 1999-11-22 - Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona histórica da cidade de Viseu, no município de Viseu, e confere o direito de preferência nas transmissões, a título oneroso, de terrenos ou edifícios situados em tal área à Câmara Municipal de Viseu (**ACRU**)

Decreto n.º 28/2003. D.R. n.º 134, Série I-B de 2003-06-11 - Declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona histórica da cidade de Viseu, no município de Viseu, e concede a este município o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios situados na mesma área, pelo prazo de três anos.

Decreto n.º 32/2007. D.R. n.º 238, Série I de 2007-12-11 - Concede ao município de Viseu o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios situados na área crítica de recuperação e reconversão urbanística da zona histórica da cidade de Viseu

Decreto-Lei n.º 4/88. D.R. n.º 11, Série I de 1988-01-14 - Cria um regime especial de participações para a recuperação de imóveis sujeitos a arrendamentos (**RECRIA**)

Decreto-Lei n.º 387/88. D.R. n.º 247, Série I de 1988-10-25 - Cria o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento

Decreto-Lei n.º 184/94. D.R. n.º 150, Série I-A de 1994-07-01 - Cria o Programa de Apoio à Modernização do Comércio (**PROCOM**)



Decreto-Lei n.º 105/96. D.R. n.º 176, Série I-A de 1996-07-31 - Cria o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas, abreviadamente designado por **REHABITA**

Decreto-Lei n.º 39/2001. D.R. n.º 34, Série I-A de 2001-02-09 - Altera o Decreto-Lei n.º 7/99 de 8 de Janeiro, que aprovou o programa (SOLARH)

Decreto-Lei n.º 104/2004. D.R. n.º 107, Série I-A de 2004-05-07 - Aprova um regime excepcional de reabilitação urbana para as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística

Decreto-Lei n.º 135/2004. D.R. n.º 130, Série I-A de 2004-06-03 - Cria o **PROHABITA** - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, que regula a concessão de financiamento para resolução de situações de grave carência habitacional

Decreto-Lei n.º 178/2004. D.R. n.º 175, Série I-A de 2004-07-27 - Cria o Fundo de Modernização do Comércio, no âmbito do Ministério da Economia

Decreto-Lei n.º 106/96. D.R. n.º 176, Série I-A de 1996-07-31 - Estabelece o Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal, abreviadamente designado (RECRIPH)

Decreto-Lei n.º 7/99. D.R. n.º 6, Série I-A de 1999-01-08 - Cria o regime de concessão de apoio financeiro especial para realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação em habitação própria permanente de indivíduos e agregados familiares economicamente carenciados (SOLARH)

Despacho n.º 1/88 (2.ª série). D.R. n.º 16, Série II de 1988-01-20 - Cria o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas – (**PRAUD**)

Despacho n.º 26181/2005 (2.ª série). D.R. n.º 242, Série II de 2005-12-20 – Definição da forma de constituição da **UAC** e acesso das mesmas aos apoios previstos no âmbito do Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial

Despacho n.º 15218/2010. D.R. n.º 195, Série II de 2010-10-07 - Operacionalização do Fundo de Modernização do Comércio

Lei n.º 58/98. D.R. n.º 189, Série I-A de 1998-08-18 - Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais

Lei n.º 60/2007. D.R. n.º 170, Série I de 2007-09-04 - Proceda à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação

Lei n.º 107/2001. D.R. n.º 209, Série I-A de 2001-09-08 - Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural

Lei n.º 53-F/2006. D.R. n.º 249, 4.º Suplemento, Série I de 2006-12-29 - Aprova o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a Lei n.º 58/98 de 18 de Agosto

Portaria n.º 317-B/2000. D.R. n.º 126, Suplemento, Série I-B de 2000-05-31 - Cria o Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial (**URBCOM**)

Portaria n.º 113-A/2002. D.R. n.º 32, Suplemento, Série I-B de 2002-02-07 - Altera a Portaria n.º 317-B/2000 de 31 de Maio, que cria e regulamenta o Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial (**URBCOM**)

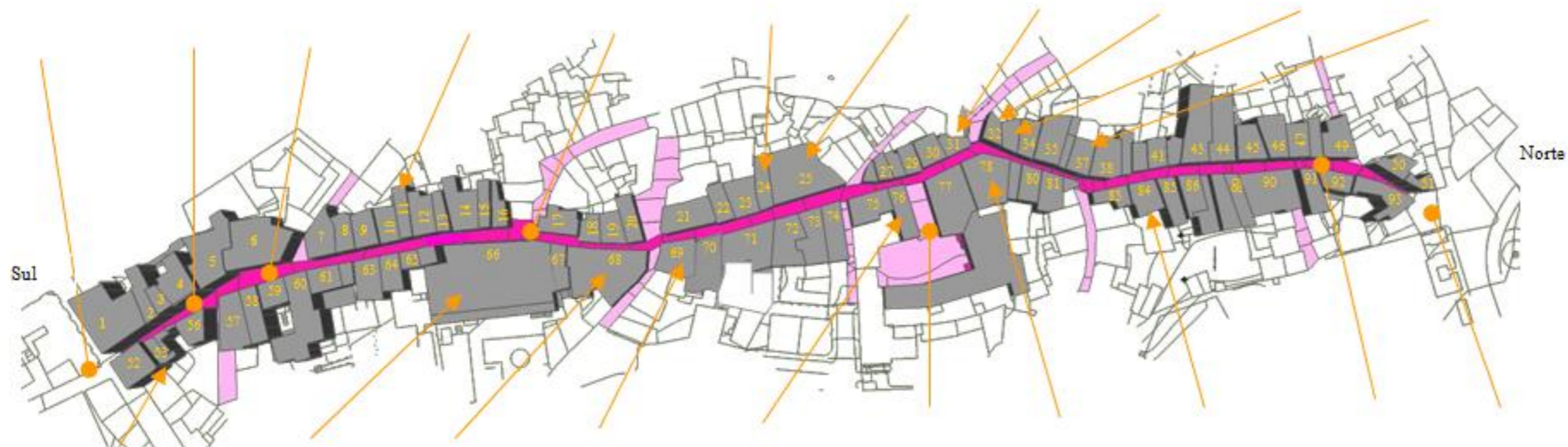
Portaria n.º 188/2004. D.R. n.º 48, Série I-B de 2004-02-26 - Aprova o Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial (**URBCOM**)

Portaria n.º 1297/2005. D.R. n.º 242, Série I-B de 2005-12-20 - Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Modernização do Comércio



ANEXOS



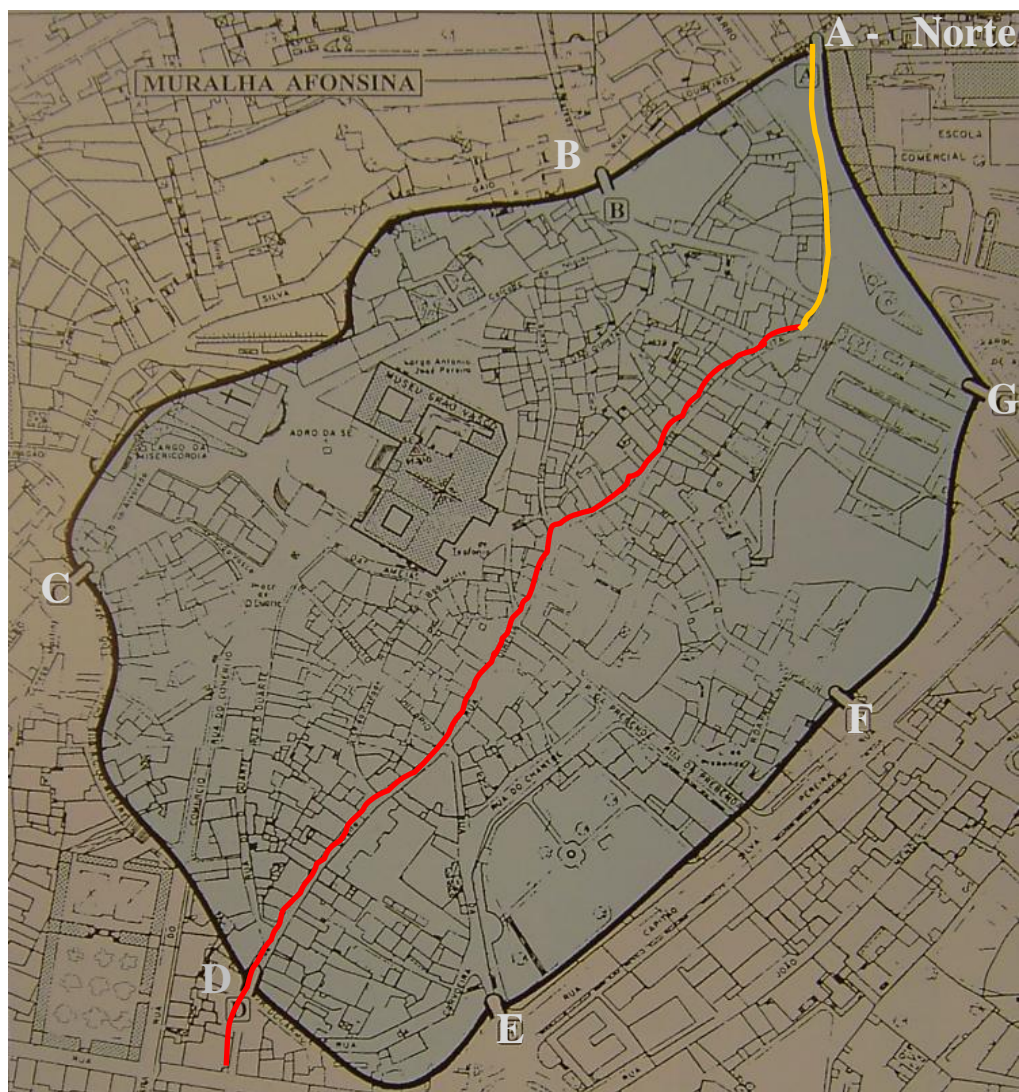


Anexo 1 - Rua Direita de Viseu, Setembro e Novembro de 2009.
(fotografias e esquemas do autor)

E	P	E	P
1	1 - 12	52	2 - 10
2	15 - 17	53	12 - 14
3	19 - 23	54	16 - 18
4	25 - 27	55	20 - 24
5	29 - 33	56	26 - 28
6	35 - 39	57	30 - 34
7	41 - 45	58	36 - 40
8	47 - 51	59	42 - 46
9	53 - 57	60	48 - 52
10	59 - 63	61	54 - 58
11	65 - 69	62	60 - 64
12	71 - 75	63	66 - 70
13	77 - 81	64	76 - 80
14	83 - 87	65	82 - 86
15	89 - 93	66	88 - 92
16	95 - 99	67	96 - 100
17	101 - 105	68	102 - 106
18	107 - 111	69	112 - 116
19	113 - 117	70	118 - 122
20	119 - 123	71	124 - 128
21	125 - 129	72	130 - 134
22	131 - 135	73	136 - 140
23	137 - 141	74	142 - 146
24	143 - 147	75	148 - 152
25	149 - 153	76	154 - 158
26	155 - 159	77	160 - 164
27	161 - 165	78	166 - 170
28	167 - 171	79	172 - 176
29	173 - 177	80	178 - 182
30	179 - 183	81	184 - 188
31	185 - 189	82	190 - 194
32	191 - 195	83	196 - 200
33	197 - 201	84	202 - 206
34	203 - 207	85	208 - 212
35	209 - 213	86	214 - 218
36	215 - 219	87	220 - 224
37	221 - 225	88	226 - 230
38	227 - 231	89	232 - 236
39	233 - 237	90	238 - 242
40	239 - 243	91	244 - 248
41	245 - 249	92	250 - 254
42	251 - 255	93	256 - 260
43	257 - 261		
44	263 - 267		
45	269 - 273		
46	275 - 279		
47	281 - 285		
48	287 - 291		
49	293 - 297		
50	299 - 303		
51	305 - 309		

E - n.º de Edifício
P - n.º de Porta

Anexo 2 - Muralha Afonsina



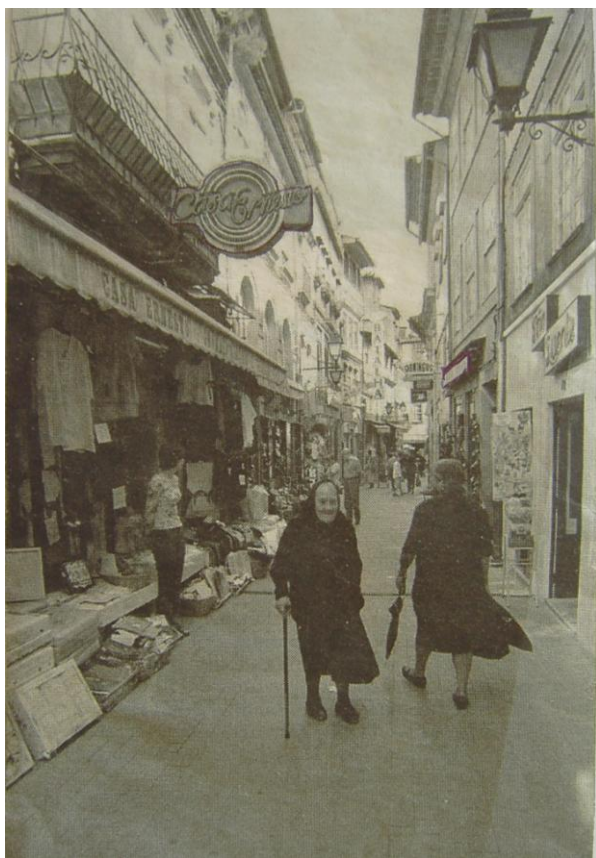
Muralha Afonsina com as suas sete portas ²⁹⁴

- A** - A da Porta dos Cavaleiros ainda existente, sita na Rua do Arco ou do Chafariz de S. Francisco.
- B** - A da Traição ou Sra. do Postigo ao cimo da Calçada de S. Mateus, onde restam vestígios.
- C** - A do Som ou de S. Francisco ainda existente. Possui a inscrição "D. Afonso mandou fazer em 1472."
- D** - A de Cimo de Vila ou de S. José, que existiu junto às Quatro Esquinas, cimo da Rua Direita.
- E** - A de Santa Cristina onde existiu a imagem do crucificado. Ainda existe parte do portal e nicho.
- F** - A da Regueira ou de S. Miguel com a imagem do Arcanjo. Situava-se junto ao Largo da Regueira.
- G** - A do Terreiro das Freiras ou de S. Sebastião que se situou junto à sacristia da Igreja de S. António.

- Rua Direita actualmente
- Rua Direita até à Porta dos Cavaleiros

²⁹⁴ SOUSA, Júlio Rocha, "Muralha Afonsina", in *Viseu Cidade*, Edição do Autor, Viseu, 2006, p. 14

Anexo 3 - Rua Direita de Viseu em 1987 e 2009²⁹⁵

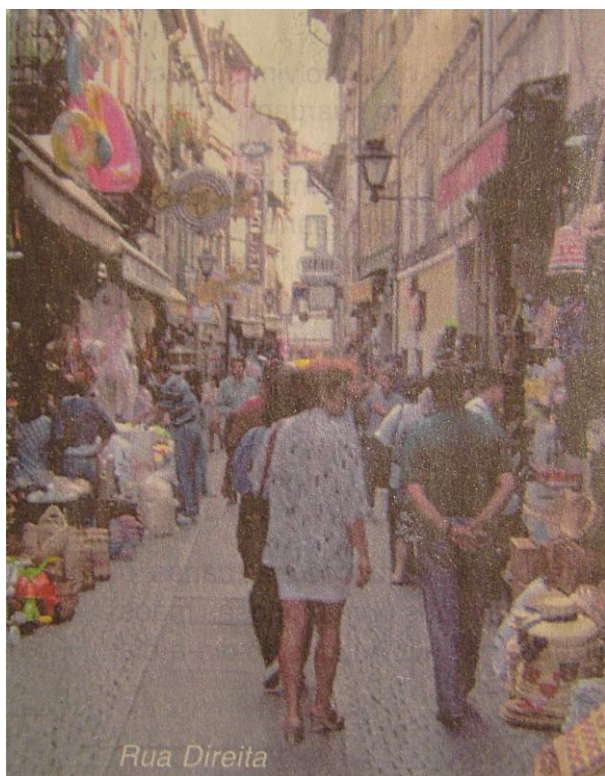


A



2009

B



C

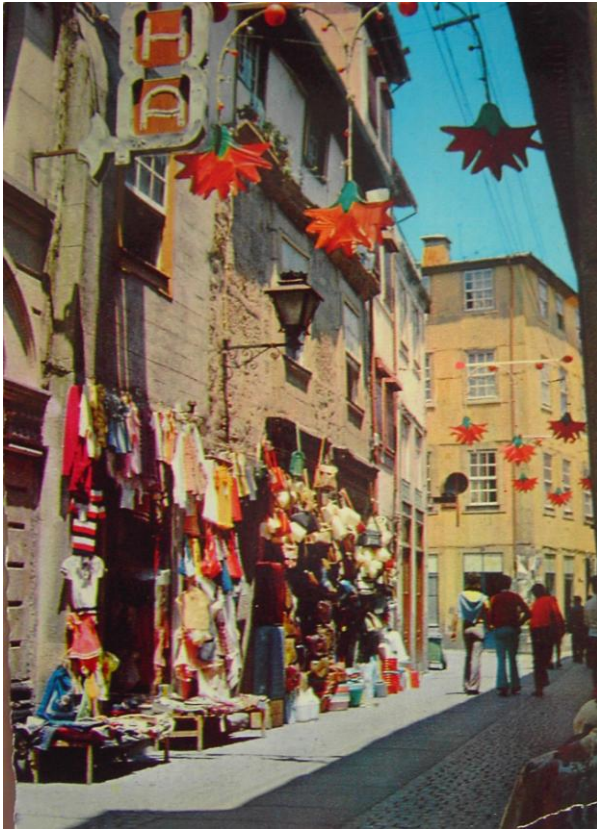


2009

D

²⁹⁵ Fotografias da autora, 1987 e 2009. A, C, E, M e P cedidas por pessoas da Rua.

A Rua Direita, em Viseu: importância histórica, património e memória desta artéria. Da degradação à recuperação urbana.



E



2009

F



1987

G



2009

H



1987

I



1987

J



1987

L



M

A Rua Direita, em Viseu: importância histórica, património e memória desta artéria. Da degradação à recuperação urbana.



1987

N



1987

O



P



2009

O

Anexo 4 - Censos – Freguesias de Viseu (34) – N.º de Habitantes²⁹⁶

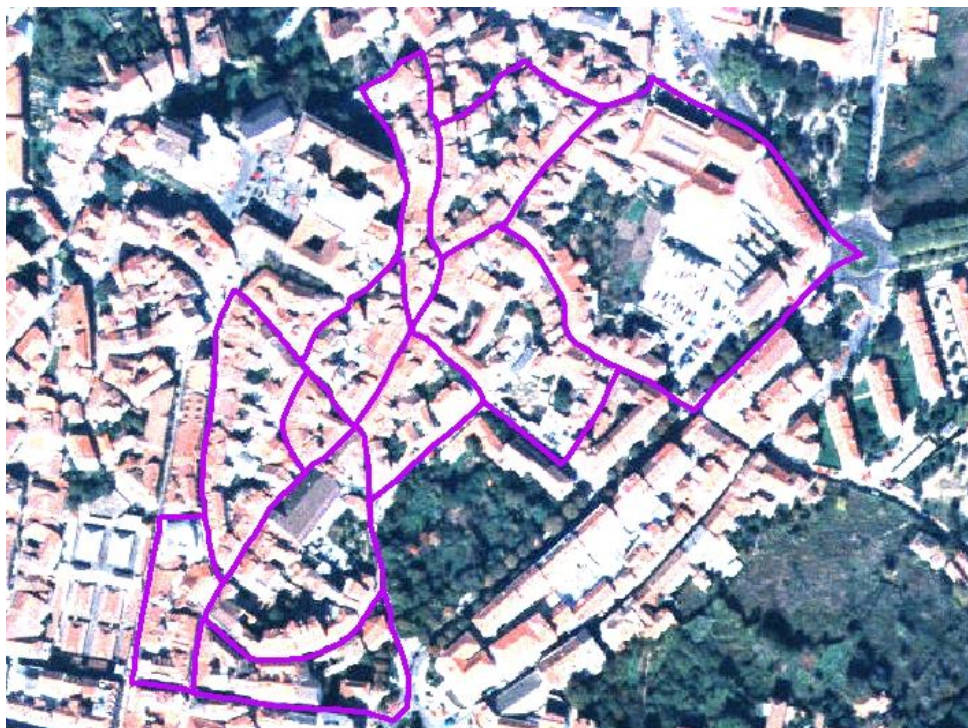
Freguesias de Viseu	Nº de Habitantes				
	1960	1970	1981	1991	2001
Abraveses * ■	3172	3075	4402	5343	8046
Barreiros	731	455	513	397	334
Boa Aldeia	893	550	698	644	589
Bodiosa	3296	3240	3413	3182	3110
Calde	2639	2255	2201	1687	1647
Campo * ■	2774	2770	3691	3693	4358
Cavernães	1589	1630	1453	1259	1471
Cepões	2131	1935	1682	1466	1368
Coração de Jesus * ●	4469	4490	6101	7775	8716
Cota	2034	1585	1620	1372	1281
Couto de Baixo	1116	950	883	881	780
Couto de Cima	1045	920	951	946	886
Fail	747	975	855	877	778
Farminhão	1074	700	852	804	787
Fragosela *	1518	1470	1800	1663	2228
Lordosa	2308	2065	2212	1884	1884
Mundaõ *	1082	1065	1233	1521	1703
Orgens* ■	2417	1975	2909	3127	3462
Povolide	2797	2730	2365	2094	1959
Ranhados* ■	2041	2445	3538	2060	3996
Repeses * ■	a)			1722	2040
Ribafeita	1977	1610	1639	1456	1461
Rio de Loba* ■	5117	3790	5232	5888	8407
Santa Maria de Viseu ●	7020	5675	7520	6902	7130
Santos Evos	1681	1710	1769	1783	1642
São Cipriano	1464	1430	1523	1440	1337
São João de Lourosa	3350	3080	3297	3842	4316
São José # ●	5472	6035	6449	5982	5699
São Pedro de France	2699	2220	1981	1759	1451
São Salvador * ■	2157	2285	2616	2519	3086
Silgueiros	4776			3770	3590
Torredeita	2108	1605	1779	1593	1451
Vil de Souto	688	7015	692	692	710
Vila chã de Sá	1148	1165	1374	1578	1798
Total	79890	74980	79243	83611	93511
* Expansão urbana					
Freguesias do centro urbano ● Freguesias periféricas da Cidade ■					

a) Freguesia criada em 11-06-93. Pertencia à Freguesia de Ranhados

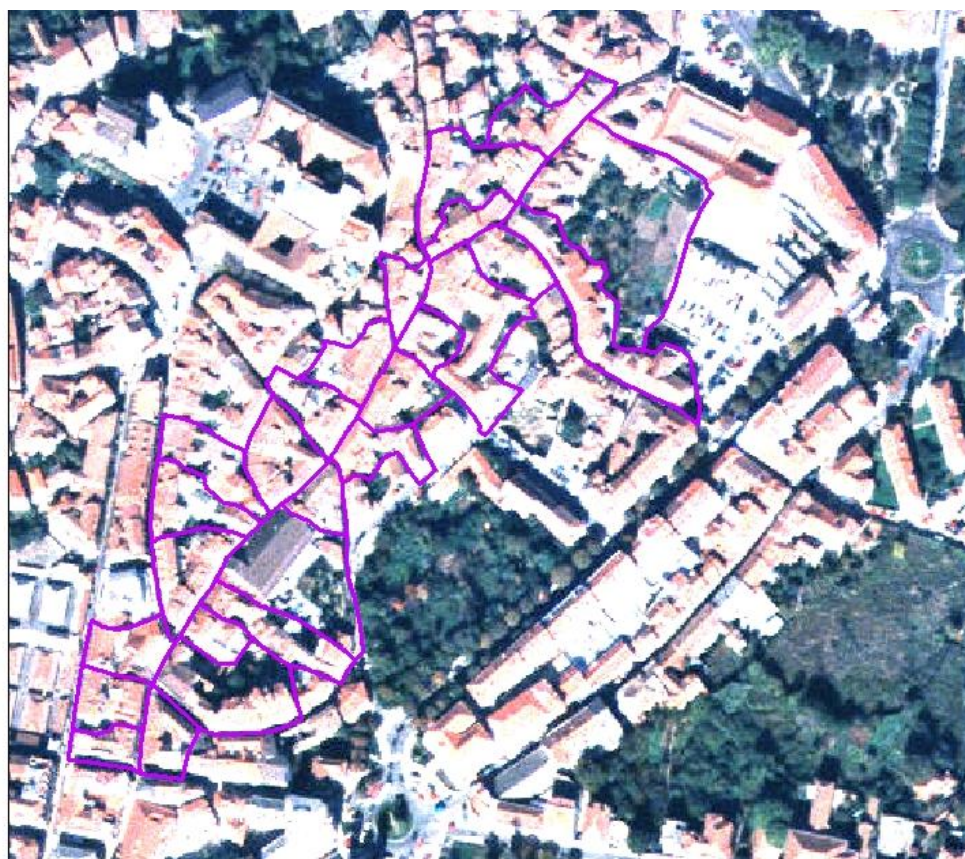
Quadro elaborado pela autora

²⁹⁶ Instituto Nacional de Estatística, X Recenseamento Geral da População, 1960
 Instituto Nacional de Estatística, XI Recenseamento Geral da População, 1970
 Instituto Nacional de Estatística, XII Recenseamento Geral da População, 1981
 Instituto Nacional de Estatística, XII Recenseamento Geral da População, 1991
 Instituto Nacional de Estatística, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Anexo 5 – Subsecções da população residente que incluem a Rua Direita²⁹⁷



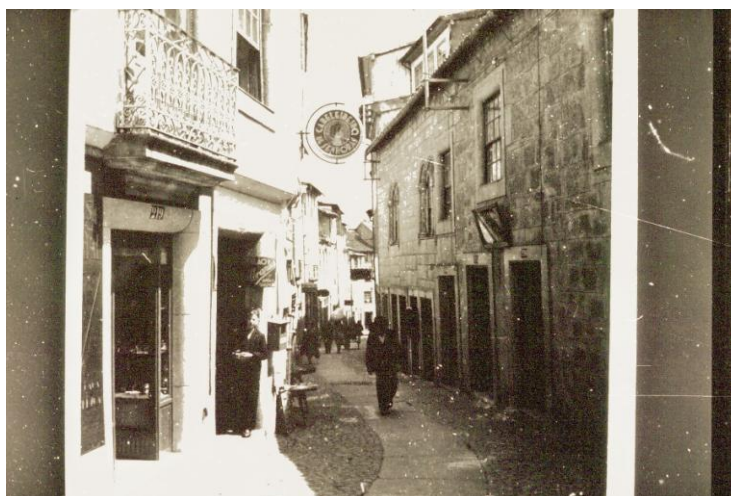
1991



2001

²⁹⁷ Instituto Nacional de Estatística, Base Geográfica de Referência Espacial (BGRE), 1991
Instituto Nacional de Estatística, Base Geográfica de Referência Espacial (BGRE), 2001

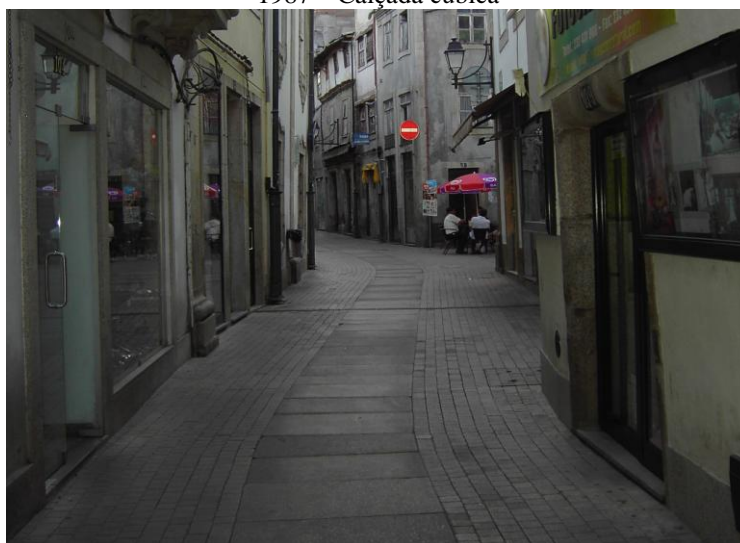
Anexo 6 – Pavimentos²⁹⁸



Década de Quarenta – Pavimento calçada Portuguesa



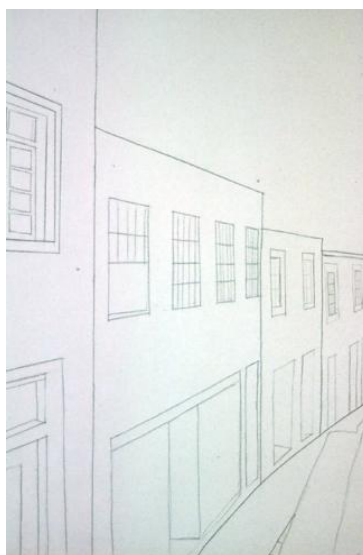
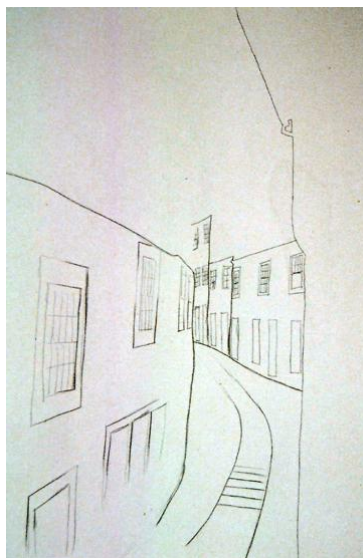
1987 – Calçada cúbica



2009 – Calçada cúbica serrada

²⁹⁸ Fotografias de 1987 e 2009 da autora. A fotografia da década de quarenta foi cedida por um morador da rua em 1987.

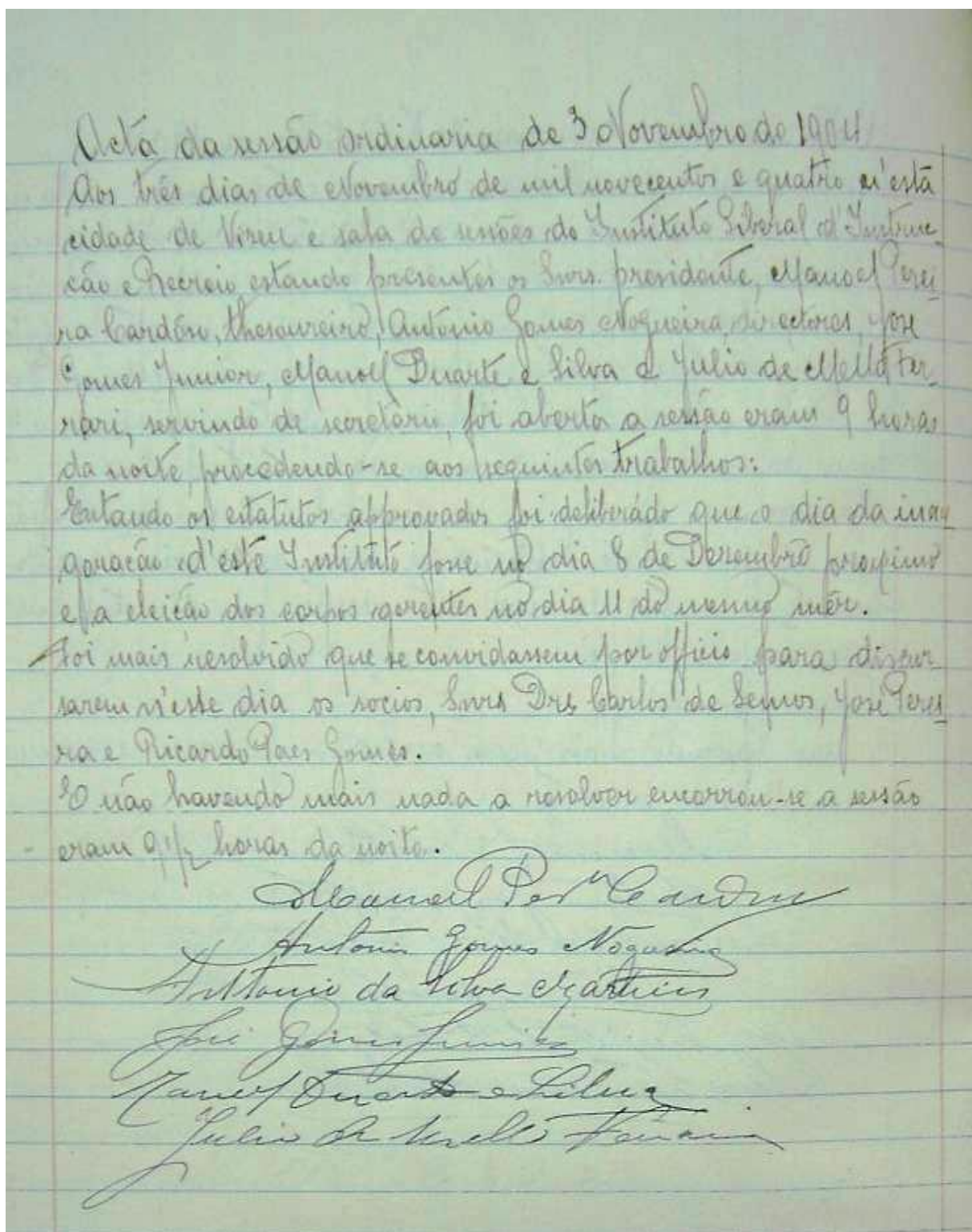
Anexo 7 - Acrescentos nos Andares²⁹⁹



²⁹⁹ Fotografias e desenhos da autora 1987

Anexo 8 - Acta de 3 de Novembro de 1904.

Delibera o dia de inauguração do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, 08-12-1904.³⁰⁰



³⁰⁰ Acta, in Instituto Liberal de Instrução e Recreio, Viseu, Livro I, 3 Nov. 1904

Anexo 9 - Percurso da Procissão de Endoenças que passava na Rua Direita.



Mapa de Viseu de 1864 - Percurso da Procissão da Paixão de Cristo³⁰¹

- | | | |
|----------------------------|---------------------------------------|--|
| 1 – Igreja da Misericórdia | 5 – Rua de Cima de Vila | 9 – Porta do Muro do Arco |
| 2 – Praça | 6 – Capela de Nossa Senhora do Pranto | 10 – Rua de S. Lázaro |
| 3 – Rua da Cadeia | 7 – Capela de S. Martinho | 11 – Porta de Nossa Senhora do Postigo |
| 4 – Rua Direita | 8 – Mosteiro de S. Bento | 12 – Rua da Calçada |

RITUAIS

A PROCISSÃO DE ENDOENÇAS

*Quinta-feira de Endoenças se costuma a Irmandade da Misericórdia juntar para ir visitar, em procissão, algumas igrejas e sepulcros em que está o Santíssimo Sacramento (...)
A procissão sairá da Igreja da Misericórdia, irá pela Praça e Rua da Cadeia e dali a Cimo de Vila pela parte de Nossa Senhora do Pranto, à Igreja de S. Martinho e dali dará a volta à Porta de Cima de Vila e toda a Rua abaixo até S. Lázaro, à Porta do muro do Arco e dali dará volta ao Postigo e pela Calçada acima até à Sé onde entra a visitar o Santíssimo Sacramento e dali se recolherá na Casa da Misericórdia.*

Do Compromisso [1624], Cap. XXV

³⁰¹ Museu da Misericórdia de Viseu, mapa e legenda alusiva à Procissão da Paixão de Cristo

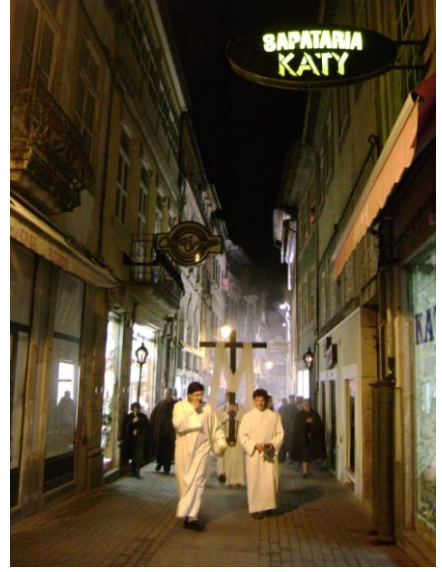
Anexo 10 - Procissão do Senhor dos Passos – Rua Direita 21-03-2010





Anexo 11 - Procissão do Enterro do Senhor - Rua Direita 11-04-2009





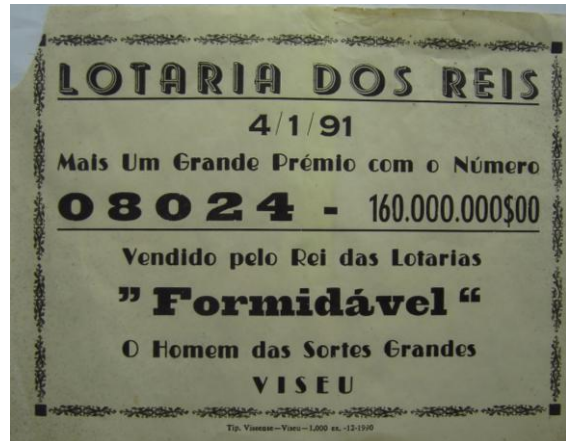
Anexo 12 - Confeção da refeição das Migas. Convívio 18-03-2010



Anexo 13 - Figuras típicas

FORMIDÁVEL

- a fonte que em **Viseu** dá dinheiro a jovens
- o vendedor de Lotarias que mais felicidade tem distribuido
- Rua 5 de Outubro, 132 - Telef. 23095
- 14555** — mais um 3.º prémio com que recentemente bafejou os seus estimados clientes e amigos.



A Rua Direita, em Viseu: importância histórica, património e memória desta artéria. Da degradação à recuperação urbana.



O Filósofo - 12-09-2009

A



Barba Azeda - 12-09-2009

B



A mulher das castanhas - 04-12-1989

C

Anexo 14 - Vendedores Ambulantes em 1987³⁰²



³⁰² Fotografias da autora 1987

Anexo 15 - Situação dos edifícios e estabelecimentos no seu estado físico em Dezembro de 2009 *

Edifícios					Estabelecimentos			
Nº	Bom	Razoável	Degradado	Ruína	Bom	Razoável	Mau	Fechada
1			x		x			
					x			
2	x				x			
3	x				x			
4	x				x			
5	x				x			
6	x				x			
					x			
7	x				x			
8			x					x
9		x				x		
10			x				x	
11	x					x		
12	x				x			
						x		
13	x				x			
14				x				x
								x
15				x				x
16				x				x
17			x			x		
						x		
18		x				x		
						x		
19		x			x			
						x		
20		x				x		
21	x				x			
							x	
22			x			x		
23		x				x		
					x			
24	x				x			

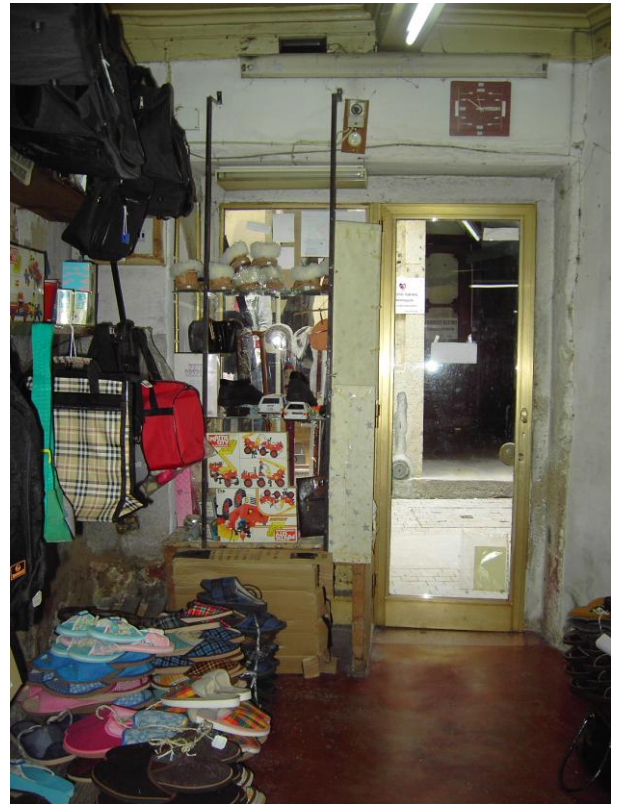
Edifícios					Estabelecimentos			
Nº	Bom	Razoável	Degradado	Ruína	Bom	Razoável	Mau	Fechada
25				x		x		
						x		
26		x				x		
27	x				x			
28	x					x		
a)29	-	-	-			x		
30				x		x		
31	x				x			
32		x						x
33			x			x		
34			x					x
						x		
35		x				x		
						x		
36		x				x		
37		x				x		
38				x			x	x
39	x				x			
40	x				x			
41	x				x			
42	x							x
43		x			x			
44		x				x		
45	x				x			
46	x				x			
47				x			x	
48	x				x			
						x		
49				x			x	
50	x					x		
						x		
51		x					x	

Edifícios				Estabelecimentos				
Nº	Bom	Razoável	Degradado	Ruína	Bom	Razoável	Mau	Fechada
52		x			x			
53			x				x	
54	x				x			
55	x					x		
56		x			x		x	
57	x				x			
58				x		x		
59		x			x			
60		x			x			
61			x		x		x	
62		x				x		
63			x			x		
64			x			x		
65	x					x		
66	x				-	-	-	-
67		x			x			
68	x				x			
69		x						x
70		x				x		
71	x					x		
72	x				x			
73			x			x		
74	x				x			
75		x				x		
76			x				x	

Edifícios				Estabelecimentos				
Nº	Bom	Razoável	Degradado	Ruína	Bom	Razoável	Mau	Fechada
77			x					x
78		x			-	-	-	-
79	x					x		
80	x					x		
81			x				x	
82		x				x		
83	x				x			
84			x			x		
85		x			x			
86	x							x
87		x						x
88		x						x
89	x					x		
90		x				x		
91			x			x		
92		x					x	
93			x				x	
	36	29	18	10	37	54	15	15
	38,6%	31,2%	19,4%	10,8%	30,6%	44,6%	12,4%	12,4%
a) 1 - Em remodelação								
Total 93					Total 121			

*Dados resultantes da análise efectuada pela autora em Dezembro de 2009

Anexo 16 - Lojas 2009

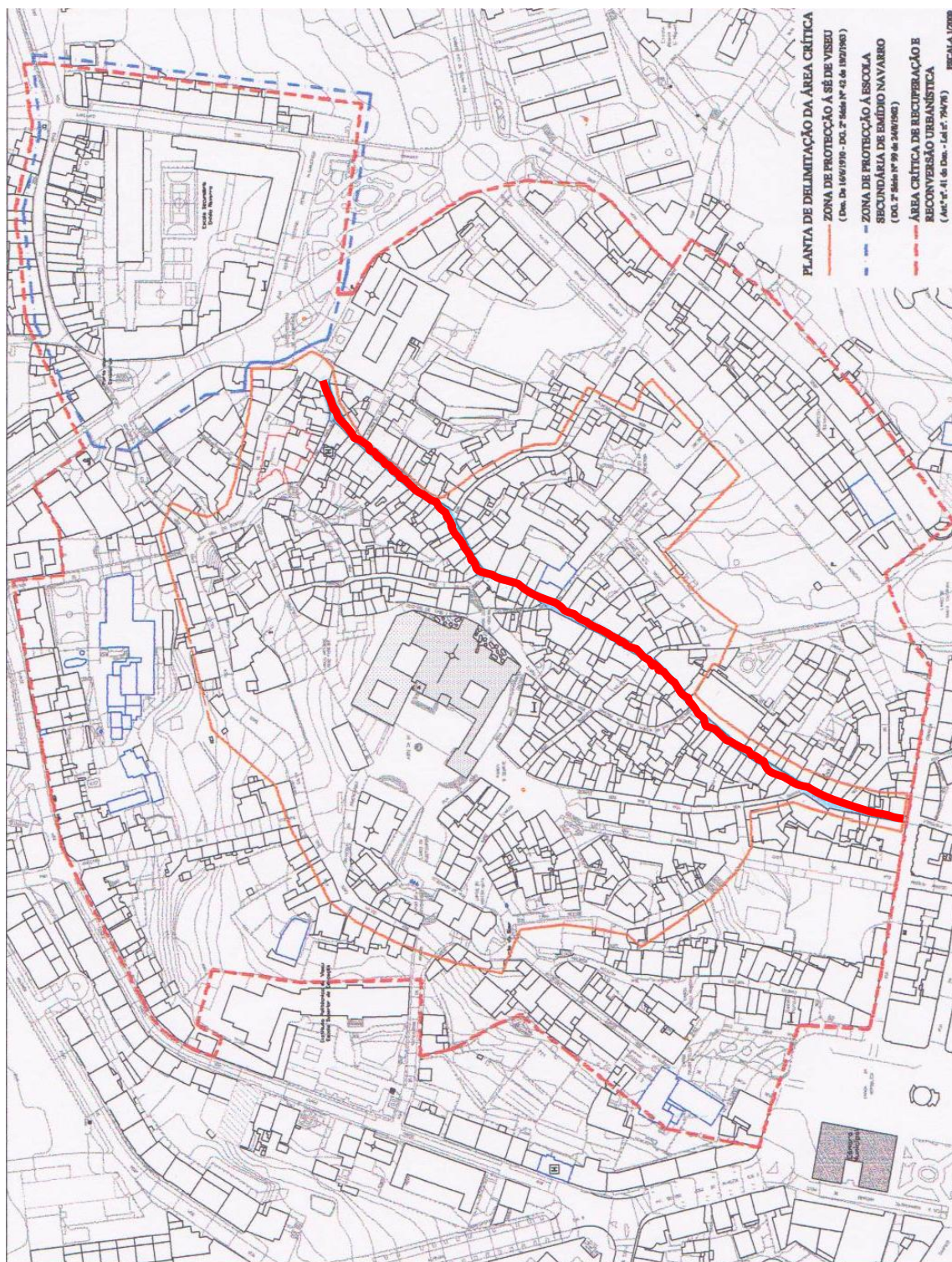


A

A Rua Direita, em Viseu: importância histórica, património e memória desta artéria. Da degradação à recuperação urbana.



Anexo 17 – Planta de delimitação da área crítica de recuperação e reconversão urbanística de Viseu³⁰³



³⁰³ VISEU NOVO, SRU, *Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW: <<http://www.viseunovo.pt/Mediatteca/files/PDF/Planta%20Area%20Intervecao/AreaInter.pdf>> Mapa de acordo com o Decreto n.º 52/99. D.R. n.º 272, Série I-B de 1999-11-22 e com o Decreto n.º 28/2003. D.R. n.º 134, Série I-B de 2003-06-11

Anexo 18- Actas da reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu entre 2000 e 2009³⁰⁴. Quadro elaborado pela autora.

Data Acta	Pág.	<u>Direito de preferência</u> na alienação dos prédios da Rua Direita
07-05-2005	61	Rua Direita n.º 189-193 (edifício 32) http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2005/N5_ACTA_07-03-05.PDF
04-09-2008	324	Rua Direita n.º 116 (edifício 69) - (informação n.º267.SRU/2008) com vista à reabilitação do imóvel e futuro acesso público, uma vez que se trata de um edifício quatrocentista, de características únicas em Viseu, constituindo um património valioso da presença judaica nesta cidade. A Direcção Regional de Cultura do Centro declarou não pretender exercer o direito de preferência na venda do referido imóvel. Montante – 154.700,00 euros (Dezembro de 2008) http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2008/N18ACTADE04092008.PDF Elaboração do levantamento topográfico e arquitectónico do edifício “A Sinagoga” em Viseu
	c)	Montante – 1.500,00 euros http://transparencia-pt.org/?search_str=nif:507406672
10-12-2009	517	A câmara celebrou um contrato-programa com a Viseu, Novo – SRU, pelo qual cede, a título precário, à Viseu, Novo – SRU este edifício, n.º 116, com o único objectivo de esta proceder à sua reabilitação e autorizou a Viseu, Novo – SRU a abrir concurso com vista à execução dos trabalhos de intervenção arqueológica. http://www.viseudigital.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N26ACTADE101209.PDF
01-10-2009	440	Rua Direita n.º 285-287 (edifício 49) – (matriz predial urbana sob o artigo 671) para recuperação e reconversão em habitação social Montante 140.000,00 euros Rua Direita n.º 275 (edifício 47) – (matriz predial urbana sob o artigo 2607) para recuperação e reconversão em habitação social Montante – 1555.000,00 euros http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N22ACTADE011009.PDF
Data da Acta	Pág.	A Câmara deliberou <u>não</u> exercer o direito de preferência, consagrado no artigo 3º do Decreto-Lei n.º 52/99
27-03-2000	85	Rua Direita n.º 66 (edifício 62) – Requerimento apresentado por Maria de Lourdes Torres de Sousa Peixoto e Maria da Glória da Sousa Peixoto Cotrim http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2000/N07_AT2000.03.27.PDF
04-04-2005	92	Rua Direita n.º 189-193 (edifício 32) (a esta data não estava em vigor o Decreto-Lei n.º52/99 de 22/11, que concedia ao Município de Viseu o direito de preferência nas transmissões a título oneroso) http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2005/N7_ACTA_04-04-05.PDF
20-03-2008	94	Rua Direita n.º 95-97 (edifício 16) – (matriz predial urbana sob o artigo n.º 645) (informação n.º83.SRU/2008, de 06-03-08) http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2008/N6ACTADE20032008.PDF Foi posteriormente adquirido, meados de 2009, pela “Viseu Novo, SRU” a) Montante – 80.000,00 euros http://www.viseunovo.pt/MEDIATECA/files/PDF/Relatorio%20contas/2009/Relatorio_Contas_2009.pdf Foram realizados trabalhos de demolição e escoramento em Setembro de 2009 http://transparencia-pt.org/?search_str=nif:507406672&sort=0

³⁰⁴ Actas, in *Câmara Municipal de Viseu*, [em linha], [Consult. 18 Maio 2010], Disponível em WWW: <http://www.cm-viseu.pt/portal/page?_pageid=402,1370653,402_1374171&dad=portal&schema=PORTAL>

12-06-2008	229	<p>Rua Direita n.º 91-93 (edifício 15) - (matriz predial urbana sob o artigo n.º 775) - (informação n.º192.SRU/2008, de 29-05-08)</p> <p>(atendendo ao estado de degradação do imóvel, à deduzida área de implantação e ao facto de o edifício não possuir qualquer valor patrimonial ou histórico relevante, acrescido da impossibilidade financeira de os proprietários recuperarem o imóvel)</p> <p>http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2008/N12ACTADE12062008.PDF</p> <p>Foi posteriormente adquirido, meados de 2009, pela “Viseu Novo, SRU” a)</p> <p>Montante – 45.000,00 euros</p> <p>http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Relatorio%20contas/2009/Relatorio_Contas_2009.pdf</p> <p>Foram realizados trabalhos de demolição e escoramento em Setembro de 2009</p> <p>http://transparencia-pt.org/?search_str=nif:507406672&sort=0</p>
12-11-2009	459	<p>Rua Direita n. 295-297 (Fracção A) (edifício 51) – (matriz predial urbana sob o artigo n.º2582) (informação n.º 277/SRU/2009, de 03-11-09)</p> <p>http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N24ACTADE121109.PDF</p>
Data da Acta	Pág.	Apoio financeiro para a recuperação de alçados – programa municipal
21-10-2005	320	<p>Rua Direita n.º 148 (edifício 73) - Maria Carolina de Almeida</p> <p>Montante - 214,50 euros</p> <p>http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2005/N20_ACTA_21-10-05.PDF</p>
03-11-2005	326	<p>Rua Direita n.º 190 (edifício 83) – Manuel Augusto de Sousa</p> <p>Montante – 459,00 euros</p> <p>http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2005/N21_ACTA_03-11-05.PDF</p>
20-04-2006	96	<p>Rua Direita/Rua do Carmo n.º34 (edifício 57) – António José Portal Pais Madeira – (informação n.º33-GTL/2006, de 04-04-06)</p> <p>Montante – 1.107,00 euros</p>
	97	<p>Rua Direita n.º60 (edifício 61) – António José Portal Pais Madeira – (informação n.º30-GTL/2006, de 04-04-06)</p> <p>Montante – 125,00 euros</p> <p>http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2006/08ACTADE200406.PDF</p>
08-03-2007	62	<p>Rua Direita n.º 167-169 (edifício 29) – (informação n.º33.SRU/2007, de 23-02-07)</p> <p>Montante – 365,20 euros</p>
		<p>Rua Direita/Rua N.ª Sr.ª da Piedade n.º103 (edifício 17) – Eduardo Esteves de Figueiredo – (informação n.º37.SRU/2007, de 28-02-2007)</p> <p>Montante - 627,00 euros</p> <p>http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2007/5ACTADE08032007.PDF</p>
22-03-2007	87	<p>Rua Direita/Rua da Árvore n.º 102-112 (edifício 68) – Maria Aurora Esteves de Figueiredo - (informação n.º39.SRU/2007, de 05-03-07)</p> <p>Montante – 1.289,00 euros</p> <p>http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2007/6ACTADE22032007.PDF</p>
09-08-2007	245	<p>Rua Direita/Rua Sr.ª da Piedade n.º103-107 (edifício 17) – Eduardo Esteves de Figueiredo – (informação n.º135.SRU/2007, de 30-07-200)</p> <p>Montante – 321,75 euros</p> <p>(Acta de 20-09-2007, p.293, faz rectificação do nome “Eduardo Esteves de Figueiredo”, deve ler-se “Custódio Martins”)</p> <p>http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2007/16-09-08-07.PDF</p>
15-05-2008	195	<p>Rua Direita n.º 109-111 (edifício 18) – Fernanda Ferreira Nogueira – (informação n.º124.SRU/2008, de 16-04-08)</p> <p>Montante – 401,65 euros</p> <p>http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2008/N10ACTADE15052008.PDF</p>

12-06-2008	223	Rua Direita n.º 79 (edifício 12) – Ester de Jesus Figueiredo Melo - (informação n.º 149.SRU/2007, de 22-08-07) Montante – 369,00 euros http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2008/N12ACTADE12062008.PDF
30-04-2009	217	Rua Direita n.º 281 (edifício 48) – João de Jesus e mulher – (informação n.º102.SRU/2009, de 22-04-09) Montante – 274,50 euros http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N11ACTADE300409.PDF
14-05-2009	236	Rua Direita n.º 164-166 (edifício 78) – propriedade do Centro de Recrutamento de Viseu - (informação n.º 31.SRU/2009, de 28-04-2009) Montante – 3.890,00 euros http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N12ACTADE140509.PDF
23-12-2009	539	Rua Direita n.º 46-50 (edifício 59) – (informação n.252.SRU/2009, de 12-10-09) Montante – 351,00 euros http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N27ACTADE231209_2.PDF
b)		Rua Direita n.º 119-121 (edifício 20) http://www.abae.pt/programa/JRA/seminario/seminario06/Cidade_de_Viseu_Ambiente_e_Patrimonio.pdf
Data da Acta	Pág.	PROHABIT – Apoios a obras
04-10-2006	256	Rua Direita n.º 148, 3.º Andar (edifício 73) – (informação GTL n.º92-GTL/2006, de 11-09-06) Montante – 2.800,00 euros http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2006/ACTADE04102006.PDF
b)		Rua Direita n.º 126-138 (edifício 71) Rua Direita n.º 121 (edifício 20) http://www.viseunovo.pt/I_Prohabit.php
		Rua Direita n.º 155-157 (edifício 26) http://www.viseunovo.pt/I_Rec_Alc.php
Data da Acta	Pág.	Auto de Vistoria
15-11-2007	370 - 371	Rua Direita n.º 91-93 (edifício 15) – (informação n.º209.SRU/2007, de 06-11-07) Rua Direita n.º 95-97 (edifício 16) - (informação n.º209.SRU/2007, de 06-11-07) http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2007/23ACTA151107_0.PDF
03-09-2009	404	Rua Direita n.º 287 (edifício 49) http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2009/N20%20ACTADE030909.PDF
Data	Pág	Unidade de Intervenção – (artigo 14 do Decreto-Lei 104/2004 de 7 de Maio)
16-11-2006	298	O 1º quarteirão, para ser aplicada a Unidade de Intervenção, foi denominado de “Quarteirão da Rua N. Sra. da Piedade”, é delimitado pela Rua Direita, Rua Augusto Hilário e Rua N.º Sra. da Piedade. É constituído por 11 edifícios, dois são propriedade municipal, cujo projecto de reconstrução se encontram concluídos. http://www.cm-viseu.pt/pls/portal/docs/PAGE/VD_CMVISEU/CMV_CONSULTAS/CMV_ACTAS/CMV_ACTAS_2006/23ACTADE16112006.PDF

a) VISEU NOVO, SRU, *Relatório e contas de 2009*, p. 11, [em linha], [Consult. 8 Novembro 2010], Disponível em WWW: <http://www.viseunovo.pt/Mediateca/files/PDF/Relatorio%20contas/2009/Relatorio_Contas_2009.pdf>

b) VISEU NOVO, SRU, *Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu*, [em linha], [Consult. 8 Maio 2010], Disponível em WWW: <<http://www.viseunovo.pt/>>

c) Transparência na AP: Administração Pública, [em linha], [Consult. 20 Dez. 2010], Disponível em WWW: <http://transparencia-pt.org/?search_str=nif:507406672&sort=0>

Anexo 19 – Alguns edifícios actualmente degradados – Fotos da vistoria³⁰⁵



Edifício 88 – 10-11-2003 (alçado posterior e interior)



Edifício 15 - 11-09-2002



Edifício 38 – 07-11-2003 (alçado posterior)



Edifício 49 - 18-02-2003




Edifício 48 - 04-07-2003

³⁰⁵ Gabinete Técnico Local – Cadastro dos edifícios - Rua Direita. Cedido pela VISEU NOVO – SRU.

Anexo 20- Elementos dissonantes nas fachadas 2009



Anexo 21 – Preçário do parque de estacionamento da Santa Cristina - Viseu³⁰⁶



**Parque de Estacionamento
SANTA CRISTINA
ABERTO 24 HORAS**

PREÇO POR FRACÇÃO DE 15 MINUTOS
TARIFFS FOR PERIODS OF 15 MINUTES

1ª Fracção / 1st Period	0.45 €
2ª Fracção / 2nd Period	0.30 €
3ª Fracção / 3rd Period	0.15 €
4ª Fracção / 4th Period	0.05 €
5ª Fracção / 5th Period	0.30 €
6ª Fracção / 6th Period	0.30 €
7ª Fracção / 7th Period	0.30 €
8ª Fracção / 8th Period	0.05 €

O preço entre a 5ª e a 8ª Fracções repete-se nos agrupamentos de 15 minutos seguintes

PREÇO DOS PRODUTOS DE ESTACIONAMENTO 2011
(IVA incluído à taxa de 23%)

Avença	Horário	Preço (€)	
		Tabela	Promoção
Permanente	24 horas/dia	142.15	90.00
Permanente 5+1 *	24 horas/dia	-	450.00
Diurna	De Segunda-feira a Domingo das 8h00 às 21h00	96.90	71.80
Diurna 5+1 *	De Segunda-feira a Domingo das 8h00 às 21h00	-	359.00
Nocturna	De Segunda-feira a Sexta das 18h00 às 10h00, Sábados, Domingos e Feriados todo o dia	48.45	28.60
Nocturna 5+1 *	De Segunda-feira a Sexta das 18h00 às 10h00, Sábados, Domingos e Feriados todo o dia	-	143.00
Pacote 5 Avenças Diurnas **	De Segunda-feira a Domingo das 8h00 às 21h00	-	295.45
Motociclos	24 horas/dia	-	38.50

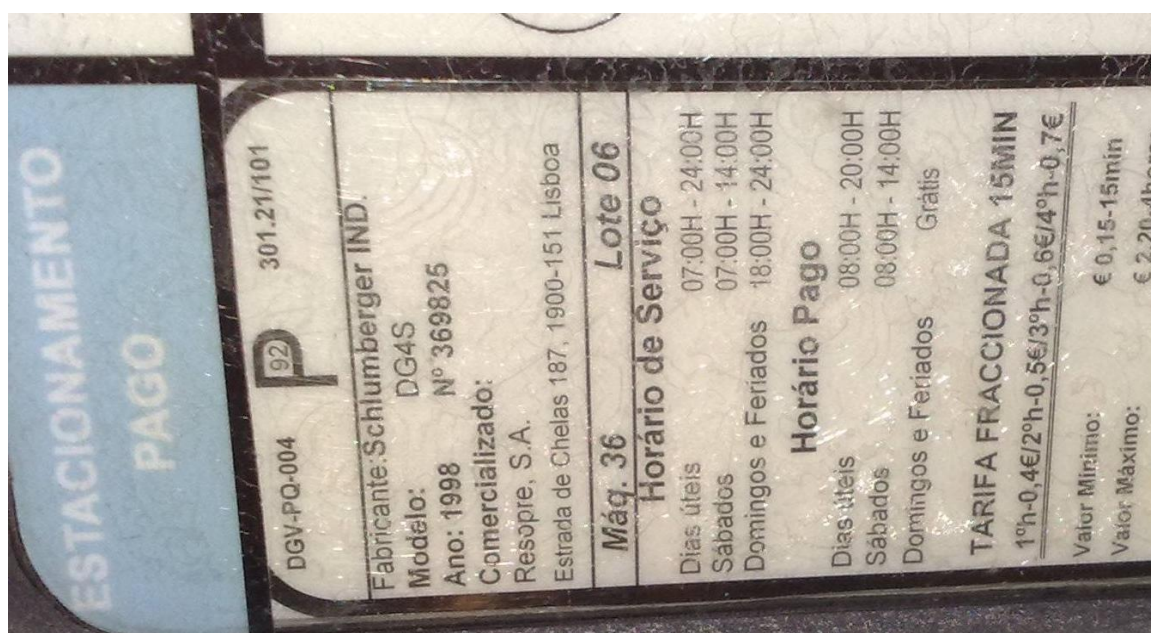
** Venda deste produto apenas aos actuais clientes

Crediparques		Preço (€)
Cartão € 25,00	Desconto de 15%	21.25
Cartão € 50,00	Desconto de 15%	42.50
Cartão € 100,00	Desconto de 15%	85.00

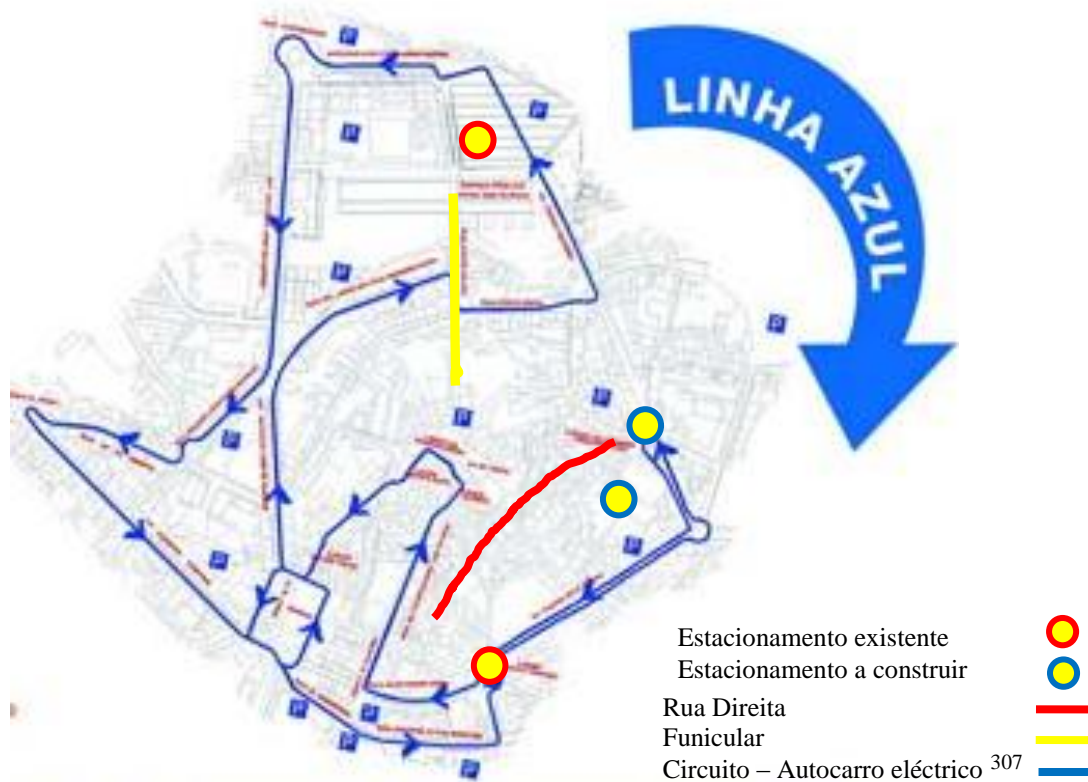
³⁰⁶ Afixado no parque de estacionamento

Anexo 22

A - Preçário do estacionamento nas ruas da cidade – Viseu



B - Circuito dos autocarros eléctricos – Linha Azul



³⁰⁷ Linha Azul, [em linha], [Consult. 30 Dezembro 2009], Disponível em WWW:
<http://www.apve.pt/upload/conteudo_index/bus/projectos/visu/folheto_visu.jpg>

Anexo 23- Projectos de Urbanismo Comercial - PROCOM³⁰⁸

Projectos de Urbanismo Comercial* - Procom -												Unidade: mil escudos
DISTRITOS	TOTAL		PROJECTOS INDIVIDUAIS (1)		PROJECTOS PROMOCIONAIS (2)		PROJECTOS DE INTERVENÇÃO URBANA (3)		PROJECTOS DE ESTUDO DE URBANISMO (4)			
	N.º	INCENTIVO HOMOLOGADO	N.º	INCENTIVO HOMOLOGADO	N.º	INCENTIVO HOMOLOGADO	N.º	INCENTIVO HOMOLOGADO	N.º	INCENTIVO HOMOLOGADO		
CONTINENTE	3 079	30 164 493	2 862	26 067 862	15	681 373	66	2 787 463	136	627 795		
AVEIRO	324	2 921 325	305	2 753 650	1	34 396	6	84 581	12	48 698		
BEJA	123	877 378	112	759 492			3	81 908	8	35 978		
BRAGA	551	7 057 631	524	6 074 237	4	277 845	9	643 487	14	62 062		
BRAGANÇA	58	817 932	54	544 848			2	264 382	2	8 702		
CASTELO BRANCO	58	500 549	53	452 192	1	9 514	1	15 000	3	23 843		
COIMBRA	124	1 268 719	114	1 152 764	1	42 290	4	49 263	5	24 402		
ÉVORA	72	484 953	65	455 263					7	29 690		
FARO	191	1 078 197	180	785 794	1	13 196	3	24 3975	7	35 232		
GUARDA	57	366 539	46	288 658	1	31 624	4	21 804	6	24 453		
LEIRIA	167	1 516 104	156	1 269 641	1	39 013	3	17 1634	7	35 816		
LISBOA	95	713 575	81	586 369			3	75 236	11	51 970		
PORTALEGRE	52	268 363	45	212 897			2	29 934	5	25 532		
PORTO	446	5 379 637	416	4 524 841	2	88 397	12	689 476	16	76 923		
SANTARÉM	197	1 618 328	183	1 440 504	2	35 847	4	109 687	8	32 290		
SETÚBAL	91	746 544	85	715 118			1	39 38	5	27 488		
VIANA DO CASTELO	323	3 116 577	307	2 882 070	1	109 251	4	75 743	11	49 513		
VILA REAL	120	1 004 497	108	949 029			4	26 039	8	29 429		
VISEU	30	427 645	28	220 495			1	201 376	1	5 774		
R. A. AÇORES	224	1 670 042	218	1 637 452					6	32 590		
SÃO MIGUEL	108	926 393	104	904 190					4	22 203		
TERCEIRA	116	743 649	114	733 262					2	10 387		
R. A. MADEIRA	204	2 325 293	198	2 093 560			1	194 848	5	36 885		
FUNCHAL	204	2 325 293	198	2 093 560			1	194 848	5	36 885		
TOTAL	3507	34 159 828	3 278	29 798 874	15	681 373	67	2 982 311	147	697 270		

³⁰⁸ Direcção-Geral da Empresa, Dados sobre o QCA II, Projectos de Urbanismo Comercial aprovados, [em linha], [Consultado 21 Novembro 2010], Disponível em < <http://www.dgcc.pt/134.htm> >

DISTRITO	ZONA DE INTERVENÇÃO	NÚMERO	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	INCENTIVO HOMOLOGADO	
AVEIRO	ÁGUEDA	4	31 018	18 573	
	ÁREA ANTIGA DE AVEIRO	79	1 172 304	727 532	
	AROUCA	30	609 070	327 251	
	ESPINHO	87	1 424 035	825 885	
	ESTARREJA	4	80 552	40 276	
	FEIRA	25	281 859	175 114	
	MURTOSA - PARDELHAS	2	11 571	5 785	
	OLIVEIRA DE AZEITEIS	2	59 523	29 762	
	OVAR	35	455 953	252 973	
	SÃO JOÃO DA MADEIRA	32	584 978	296 316	
	TORREIRA - MURTOSA	4	58 059	38 770	
	TRANCOSO	1	7 405	4 532	
	305	4 788 378	2 763 850		
	ALJUSTREL	3	30 472	15 236	
	ALVITO	12	65 221	37 178	
	BARRANÇOS	6	84 909	42 456	
	BEJA	72	977 786	581 971	
	CASTRO VERDE	2	4 742	2 371	
	FERREIRA DO ALENTEJO	5	54 305	28 256	
	MERTOLA	2	17 638	8 819	
	MOURA	4	32 021	16 011	
SERPA	6	54 357	27 159		
112	1 321 481	769 482			
BRAGA	BARCELOS	26	709 214	389 329	
	CABECERAS DE BASTO	2	32 333	16 167	
	CELORICO DE BASTO	5	49 296	24 649	
	CENTRO HISTÓRICO DE BRAGA	141	2 839 032	1 789 639	
	ESPOSENDE	2	18 015	8 345	
	FAFE	17	320 986	185 896	
	FAMALICÃO	138	2 393 318	1 453 684	
	FERREIROS - AMARES	2	50 261	29 657	
	GUIMARÃES	93	1 740 080	1 100 948	
	JOANE	1	29 998	14 999	
	SOMMA DE LANHOSO	40	629 470	391 292	
	TERRAS DE BOURO	4	67 815	31 583	
	VIEIRA DO MINHO	43	729 151	471 655	
	VILA VERDE	10	268 763	166 303	
	524	8 875 738	8 074 237		
	BRAGANÇA	BRAGANÇA	50	961 986	530 796
		TORRE DE MONCORVO	4	23 100	14 050
64		880 088	544 843		
CASTELO BRANCO		21	336 713	193 165	
COVILHÃ	15	251 098	128 455		
COVILHÃ	1	29 659	14 829		
COVILHÃ	1	10 454	6 983		
RUA DA CALE	15	150 973	109 750		
63	818 693	482 182			
CASTELO BRANCO	ARGANIL	4	52 919	26 212	
	BAIXINHA DE COMEIRA	72	1 353 051	833 355	
	CANTANHEDE	8	109 069	51 607	
	COMEIRA II	6	114 360	57 162	
	FIGUEIRA DA FOZ	17	304 122	159 505	
	COMERA	MONTE-MOR-OVELHO	7	49 641	24 822
ARRAIOLOS	114	1 833 202	1 152 784		
BORBA	2	13 481	6 746		
ESTREMOZ	3	10 503	5 457		
EVORA	4	41 476	20 739		
VENDAS NOVAS	45	653 566	362 203		
VILA VICOÇA	3	23 123	11 560		
3	39 201	19 543			
85	338 780	165 282			
FARO	43	840 585	483 660		
LOULÉ	7	42 106	21 055		
OLHÃO	104	208 589	109 389		
OLHÃO (2ª FASE)	8	88 391	48 314		
SILVES	3	34 369	17 185		
TAVIRA	14	188 858	105 257		
VILA REAL S. ANTONIO	1	5 830	2 915		
180	1 408 711	765 784			
CÂMARA DE LOBOS	22	466 749	263 075		
FUNCHAL	99	1 954 045	1 074 459		
MACHICO	11	177 611	92 729		
PORTO SANTO	25	548 675	285 752		
S. PEDRO E ZONAS LIMITROFES (FUNCHAL)	28	430 656	243 486		
SANTA CRUZ	13	246 863	134 049		
188	8 324 583	4 893 580			
ALMEIDA	1	5 207	2 604		
FORNOS DE ALGODEROS	2	7 087	3 544		
GUARDA	1	29 699	14 849		
MANTEIGAS	1	7 664	3 932		
TRANCOSO	41	459 572	263 725		
48	608 428	338 853			
ALCOBACA	57	862 614	546 625		
LEIRIA	27	396 216	226 897		
MARINHA GRANDE	37	475 332	269 922		
NAZARÉ	11	93 230	50 640		
PEDROGÃO GRANDE	3	48 510	24 256		
PENICHE	4	47 557	23 780		
POMBAL	17	247 863	138 551		
168	2 171 324	1 288 841			
BAIXA POMBALINA	22	388 965	206 222		
CABOIS	10	127 346	61 909		
ESTEFÂNIA - SINTRA	6	123 766	64 386		
LIBBOA - BARRIOS HISTÓRICOS	5	62 676	34 941		
LIBBOA - BENFICA	6	51 963	25 983		
LOURINHA	13	98 071	57 207		
LOURINHA	3	62 161	36 636		
OEIRAS	1	4 546	2 273		
PACO DE ARCOZ	2	26 842	12 738		
SAGUEM - LOURES	2	21 872	10 936		
VILA FRANCA DE XIRA	6	88 011	44 666		
VILA VELHA DE SINTRA	5	56 921	28 452		
81	1 118 133	533 388			
CAMPO MAIOR	2	11 783	5 852		
CASTELO DE VIDE	3	46 943	22 972		
CRATO	2	15 999	6 500		
ELVAS	25	251 511	134 807		
PORTALEGRE	12	79 973	42 725		
45	402 208	215 837			

	VILA REAL	VILA REAL	65	1 003 509	530 774
VILA REAL			103	1 874 269	848 026
VISEU		VISEU	23	375 377	220 455
VISEU			23	375 377	220 485
TOTAL			3 278	51 114 041	26 798 876

Dados relativos ao II OCA, de Março de 2001

Fonte: Gabinete de Intervenção Operacional de Comércio e Serviços e Administração da Economia

PORTALEGRE			45	492 808	212 897
AMARANTE			9	132 422	68 512
BARROBAS			2	35 621	17 811
CENTRO HISTÓRICO DE VILA DO CONDE			53	680 591	399 005
ERMESINDE - VALONGO			3	51 010	26 454
FELGUEIRAS			79	1 300 589	819 599
GONDOMAR			22	232 329	116 165
LIXA			5	80 505	40 404
LIXA			9	168 835	89 265
PENAFIEL			56	1 194 811	761 530
PORTO			17	316 562	175 814
SÃOJA DE VARZIM			97	2 037 482	1 283 515
SÃOJA DE VARZIM II			3	43 704	21 852
RUA BRITO CAPELO			24	484 718	276 691
SANTO TIRO			33	759 334	427 572
PORTO			418	7 478 858	4 624 341
ABRANTES			40	451 190	265 051
CONSTÂNCIA			17	238 961	145 127
CONSTÂNCIA			1	11 610	6 327
FATIMA			3	41 396	20 697
FERRERA DO ZÉZERE			12	184 321	99 022
OURÉM			11	228 165	142 049
SANTARÉM			35	479 756	249 848
TOMAR			52	801 139	442 860
TORRES NOVAS			12	129 045	69 523
SANTARÉM			183	2 673 893	1 440 594
ÁGUA DE PAU			3	17 111	8 556
NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO			17	288 376	163 546
PONTA DELGADA			65	888 360	507 722
RIBEIRA GRANDE			13	276 480	173 621
VILA FRANCA DO CAMPO			6	97 323	50 735
SÃO MIGUEL			104	1 647 630	604 169
ALCÁÇER DO SAL			3	99 977	49 589
GRÁNDOLA			3	24 253	12 126
MONTUJO			36	622 407	333 573
SANTIAGO DO CAÇÓM			5	111 622	53 379
SETÚBAL			33	489 810	266 051
SETÚBAL			85	1 343 683	716 118
ANGRA DO HEROÍSMO			82	912 379	557 484
PRAIA DA VITÓRIA			32	279 628	175 778
TERCEIRA			114	1 182 007	733 262
ARCOS DE VALDEVEZ			59	1 108 386	638 064
MELGACO			2	35 650	22 869
PAREDES DE COURA			2	12 671	6 335
PONTE DA BARCA			33	691 264	397 419
PONTE DE LIMA			39	785 518	465 186
VALENÇA			42	581 584	333 303
VIANA DO CASTELO			128	1 680 312	1 012 142
VILA NOVA DE CERVEIRA			2	11 865	6 728
VIANA DO CASTELO			307	4 837 460	2 832 070
BOTICAS			2	24 461	12 231
CHAVES			27	514 844	290 309
MONTALEGRE			2	24 345	12 172
PIEDO DA RÉGUA			5	43 621	21 811
RIBEIRA DE PENHA			2	36 971	18 485
VALPAÇOS			9	20 964	10 493
VILA POUCA DE AGUIAR			1	5 635	2 817

Questionário

Sou aluna da Universidade Aberta, do Curso de Mestrado em Estudos do Património.

Encontro-me a fazer um estudo sobre a Rua Direita de Viseu.

Venho pedir a sua colaboração para responder a este questionário, que agradeço desde já.

As suas respostas são importantes.

Há quanto tempo trabalha na Rua Direita? Proprietário Empregado Idade

Ramo comercial _____ Quantos empregados trabalham actualmente nesta loja?

Já teve mais empregados? Quantos? Em que data? _____

Já fez algumas obras de remodelação do estabelecimento? Quais? _____

Teve ajuda de algum organismo/programa de incentivo financeiro? Qual? _____

Pretende fazer obras? Com apoio de algum organismo? Qual? _____

Reside ou residiu na Rua Direita/Centro Histórico?

Se residiu há quanto tempo não mora? Porquê? _____

Qual foi na sua opinião desde que vive/se estabeleceu o melhor período da Rua Direita, Porquê?

Qual a razão porque as pessoas deixaram de viver na Rua Direita?

Tem dias de mais movimento? Quais? _____

Acha que as pessoas deixaram de comprar/passar na Rua Direita? Porquê?

Que transformações aconteceram **na cidade** que levaram as pessoas a deixar de frequentar a Rua Direita?

Em termos comerciais o que acha que é necessário fazer para trazer de novo, mais gente à Rua Direita?

Já foi assaltado? Se sim quantas vezes?

Outros assuntos sobre a Rua Direita.

Paula Ferreira

